

# Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)

# Arquitetura e Urbanismo:

PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

iStock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Jeanine Mafra Migliorini

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: patrimônio, sustentabilidade e tecnologia 2 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-316-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.160211607>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A arquitetura desde sua origem é carregada de significado e simbolismo. Desde construções como Stonehenge, uma construção não habitável, estamos cercados de desejos e representações, na maioria das vezes implícitas, sobre o poder do homem diante da natureza e diante dos demais. Essa necessidade de expressão percorre toda história e é atestada pela arquitetura que resiste ao tempo. Basta um olhar mais atento para percebermos os indícios e assim podermos mergulhar em um universo de possibilidades de interpretação dessa arquitetura. Nos artigos apresentados nos deparamos com alguns desses monumentos de resistência da história, testemunhos de um tempo que muito tem a nos dizer, a nos orientar e conduzir por reflexões acerca de nossa realidade, e o que se projeta para o futuro.

O poder da arquitetura sobre nossas atitudes é muito mais amplo do que se percebe em um primeiro olhar, em consequência disso a produção desse espaço merece um cuidado que vai além da decisão da técnica. Produzir um lugar de viver, em qualquer escala, é trabalho que necessita de análises de condições ambientais, tecnológicas e sociais. Perceber o usuário do espaço, entender suas necessidades e muitas vezes limitações cotidianas é fundamental para o trabalho; assim como passando à outra escala, mais ampla, as consequências das decisões sobre o ambiente, quais escolhas e como elas refletem no meio em que vivemos.

Todos esses processos que envolvem a arquitetura e o urbanismo trazem uma grande responsabilidade aos seus produtores, que oferecem consequências imediatas e outras tantas que perdurarão por muito tempo, então é através de um trabalho consciente, amplo em suas reflexões que chegaremos, cada vez mais próximos a um produto equilibrado ambientalmente, socialmente, simbolicamente, que alcance uma das maiores premissas da arquitetura: o equilíbrio entre a forma e a função.

Boa leitura e ótimas reflexões!

Jeanine Mafra Migliorini

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

O RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS COMO SUPORTE AO RESTAURO NA ATUALIDADE

Juliana Cunha Barreto

Virginia Pitta Pontual

José Manuel Aguiar Portela da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116071>

### **CAPÍTULO 2..... 13**

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS INFORMAÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO DE BENS ARQUITETÔNICOS DE ACORDO COM OS TIPOS DE INVENTÁRIOS CIENTÍFICOS NACIONAIS

Ana Paula Ribeiro de Araujo

Ricardo Ferreira Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116072>

### **CAPÍTULO 3..... 29**

OLINDA, DO MARTÍRIO À GLÓRIA: A HISTÓRIA DA CIDADE MONUMENTO NACIONAL ATRAVÉS DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO IPHAN (1972-1980)

Camilla Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116073>

### **CAPÍTULO 4..... 44**

O MERCADO MUNICIPAL DE TAUBATÉ: ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Claudia Maria de Moraes Santos

Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali

Valéria Regina Zanetti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116074>

### **CAPÍTULO 5..... 54**

O TESTEMUNHO DA FORMA - MODIFICAÇÕES DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DO BAIRRO DE SÃO JOSÉ

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116075>

### **CAPÍTULO 6..... 68**

ARQUITETURA SERTANEJA: CONTRIBUTOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR

Maria Rita de Lima Assunção

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116076>

### **CAPÍTULO 7..... 82**

PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO: MAPEAMENTO DAS AÇÕES DO COMITÊ GESTOR NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS TURÍSTICAS QUE SE ARTICULAM COM

## A PRESERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO

Aline Karina de Araújo Dias

Joseane Paiva Macedo Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116077>

## **CAPÍTULO 8..... 99**

### INCURSÕES POR PAISAGENS ART DÉCO: CONEXÕES SÃO PAULO-BAHIA

Maria Ângela Barreiros Cardoso

Saïde Kahtouni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116078>

## **CAPÍTULO 9..... 116**

### O CONCEITO DE INTEGRIDADE NA CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

Allana de Deus Peixoto

Carlos Eduardo Luna de Melo

Flaviana Barreto Lira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1602116079>

## **CAPÍTULO 10..... 128**

### CASAS MODERNISTAS COMO PATRIMÔNIO EM CACHOEIRA DO SUL

Ana Elisa Souto

Laline Elisangela Cenci

Renata Venturini Zampieri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160710>

## **CAPÍTULO 11..... 139**

### MODERNISMO EM MACEIÓ: EDIFICAÇÕES ESQUECIDAS DO JARAGUÁ AO CENTRO

Tamires Aleixo Cassella

Letícia Brayner Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160711>

## **CAPÍTULO 12..... 152**

### EMIL BERED: HABITAÇÃO COLETIVA MODERNA PORTOALEGRENSE

Angela Cristiane Fagundes

Maitê Trojahn Oliveira

Silvio Belmonte de Abreu Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160712>

## **CAPÍTULO 13..... 171**

### ANÁLISE ARQUITETÔNICA DO CLUBE DO TRABALHADOR NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: TERTULIANO DIONÍSIO, 1962

Vitória Catarine Soares Pereira

Paula Emanuelle Silva Pequeno

Adriana Regina Sarmiento Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160713>

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>184</b>
LIMIARES E DISPUTAS: EXPERIMENTAÇÕES MODERNISTAS NO PLANO AGACHE Thiago Santos Mathias da Fonseca	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160714">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160714</a>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>199</b>
LA PLAZA DE ARMAS DE SANTIAGO EN EL SIGLO XVIII: ¿PLAZA CÍVICA, ZOCO O TIÁNGUEZ? Mauricio Baros Townsend	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160715">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160715</a>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>214</b>
(RE)CONHECENDO O ÁGUA LIMPA: O RESGATE DA HISTÓRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL Amanda Lopes da Silva Fernanda Vieira da Silva Janaina Faleiro Lucas Mesquita Rafaella Lasmaz Bozetti	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160716">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160716</a>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>225</b>
CIDADES CRIATIVAS E REQUALIFICAÇÃO URBANA: CONSUMO DO ESPAÇO E DINÂMICA SOCIOESPACIAL NA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CORDEIRÓPOLIS (SP) Eduardo Alberto Manfredini	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160717">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160717</a>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>238</b>
A ARQUITETURA HÍBRIDA – UM PARADIGMA TEÓRICO? Larissa Miranda Kravchenko Pedro Henrique Máximo Pereira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160718">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160718</a>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>255</b>
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: TRANSFORMAÇÃO DA CLÍNICA TRADICIONAL DE MUNDOS ISOLADOS EM LUGAR DA MULTITERRITORIALIDADE Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira José Gustavo Francis Abdalla	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160719">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160719</a>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>267</b>
AMBIÊNCIA E TERRITÓRIO EM PROJETOS EMERGENCIAIS: OS CASOS DE MARIANA E BRUMADINHO Leonardo Valbão Venancio Bruno Massara Rocha	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160720">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160720</a>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>278</b>
ARQUITETURA DA ALTERIDADE COMO SUBSÍDIO PARA REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS VAZIOS NO BAIRRO DE SÃO JOSÉ (LESTE), NO CENTRO DO RECIFE	
Larissa Fonseca da Cunha	
Andrea Melo Lins Storch	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160721">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160721</a>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>288</b>
DIMENSÃO RIBEIRINHA COMO REFERÊNCIA DE PROJETO DE ARQUITETURA PARA A AMAZÔNIA	
Tainá Marçal dos Santos Menezes	
Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160722">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160722</a>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>301</b>
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO NORDESTE BRASILEIRO	
Ruana Rafaela Batista Paiva	
Trícia Caroline da Silva Santana	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160723">https://doi.org/10.22533/at.ed.16021160723</a>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>318</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>319</b>

# CAPÍTULO 1

## O RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS COMO SUPORTE AO RESTAURO NA ATUALIDADE

*Data de aceite: 01/07/2021*

*Data de submissão: 05/04/2021*

### **Juliana Cunha Barreto**

Estudante de Doutorado na Faculdade de  
Arquitetura da Universidade de Lisboa, em  
Portugal  
Recife-PE, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/6013647174311738>

### **Virgínia Pitta Pontual**

Professora do Programa de Pós-graduação em  
Desenvolvimento Urbano (UFPE/MDU)  
Recife-PE, Brasil  
<http://lattes.cnpq.br/1014880910768142>

### **José Manuel Aguiar Portela da Costa**

Faculdade de Arquitetura da Universidade de  
Lisboa e Laboratório Nacional de Engenharia  
Civil (LNEC)  
<https://orcid.org/0000-0001-5794-9899>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo explorar a dimensão do reconhecimento do bem cultural, a partir da noção enquanto objeto cultural e sua relação existencial no campo da salvaguarda, buscando situar o papel exercido no âmbito do restauro crítico, enquanto uma das correntes adotadas por projetos de intervenção física sobre os bens. No Brasil, tem se observado que ações de restauro sobre os bens culturais materiais, os imóveis, por vezes, resultam estranhas à natureza da preexistência e à relação com o entorno, acarretando a eliminação de traços relevantes da sua passagem no tempo,

cujas causas podem estar associadas à ausência ou deficiência da ação de reconhecimento do bem cultural. Sob entendimentos da hermenêutica e da história da arte, em interlocução à abordagem crítica do restauro, o reconhecimento deve se dar como produto da interação entre os sujeitos e os bens, em um contexto relacional. Entende-se que as ações de compreensão e interpretação lhe são correlatas e preliminares, e contribuem para a manifestação do reconhecimento do bem na consciência humana, em suas instâncias estética e histórica. Dentre as considerações, o reconhecimento consiste na atividade essencial à compreensão do bem, que pode servir de fundamento a uma ação valorativa, para a condução das soluções de restauro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reconhecimento; restauro crítico; bens culturais.

### **RECOGNITION OF CULTURAL GOODS AS A SUPPORT TO RESTORE TODAY**

**ABSTRACT:** This article aims to explore the dimension of the recognition of the cultural good, based on the notion as a cultural object and its existential relationship in the field of safeguarding, seeking to situate the role played in the context of critical restoration, as one of the currents adopted by projects of physical intervention on the goods. In Brazil, it has been observed that restoration actions on material cultural goods, the real estate, sometimes, are foreign to the nature of the pre-existence and the relationship with the surroundings, leading to the elimination of relevant traces of their passage through time, the causes of which can be associated with the

absence or deficiency of the action to recognize the cultural good. Under understandings of hermeneutics and art history, in interlocution to the critical approach to restoration, recognition must take place as a product of the interaction between subjects and goods, in a relational context. It is understood that the actions of understanding and interpretation are correlated and preliminary, and contribute to the manifestation of the recognition of the good in human consciousness, in its aesthetic and historical instances.

**KEYWORDS:** Recognition; restoration; cultural goods; cultural heritage; conservation.

## 1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, o panorama da conservação dos bens culturais tem sido palco de questionamentos, essencialmente relacionados à sua continuidade histórica e cultural, que se acha em ameaça na devida condição de respeito à sua materialidade e aos valores e significados a eles atribuídos, para as gerações presentes e futuras. Tentativas isoladas de salvaguarda têm sido eventualmente empreendidas e tidas como esforços otimistas, a exemplo da instituição de novos instrumentos normativos de proteção e de programas governamentais de incentivo ao restauro e recuperação de monumentos históricos<sup>1</sup>. No entanto, não parecem suficientes na capacidade de lidar com os desafios sempre constantes desse campo de atuação, especialmente quando relacionados ao patrimônio construído. Trata-se de uma situação que leva a que os mesmos sigam como alvo de ações indiscriminadas, entre o descaso e a descaracterização, nas quais a degradação parece ter destino certo.

Se por um lado, pode-se identificar uma certa deficiência na capacidade de promover uma visão integrada das políticas públicas da conservação junto ao desenvolvimento territorial urbano, centrada na preservação do patrimônio, por outro, as eventuais iniciativas de intervenções físicas propriamente ditas sobre os bens parecem insuficientes na coerente tradução dos princípios teóricos do campo do restauro. Como resultado, são identificadas perdas relevantes, que tem caracterizado o panorama da salvaguarda no Brasil, ao anular os vestígios históricos e corromper sua autenticidade artística (Cunha, 2010; Nahas, 2015).

No âmbito dessa pesquisa, a noção de restauração retoma os postulados da Carta de Veneza, de 1964, a qual “tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina quando começa a hipótese” (Cury, 2004). Esta, amparada na corrente do restauro crítico, propalado pelos italianos Césari Brandi, Renato Bonelli e Roberto Pane, principalmente na década de 1960, coaduna-se à noção consolidada na Carta do Restauro, de 1972, que consiste em “qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objetos definidos nos artigos precedentes” (Cury, 2004). Ambos os documentos citados assumem razão de

---

<sup>1</sup> Tais como o recém-criado instrumento normativo para a salvaguarda dos chamados “Lugares de Memória”, pelo IPHAN, e a permanência de investimentos federais, decorrentes do Programa de Aceleração de Crescimento. Disponível em [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br), acesso em 12/07/2020.

ser devido à atualidade ainda reconhecida, do ponto de vista acadêmico e institucional da preservação, com a qual as suas orientações se fazem presentes, ao menos nos discursos que buscam subsidiar os projetos de intervenção, no século XXI, no Brasil.

Na prática, parece natural a convergência entre as premissas teóricas e os projetos arquitetônicos de restauro sobre a preexistência, dado que têm em comum a busca pela preservação dos atributos relevantes, dos valores e dos significados culturais dos bens para as futuras gerações. No entanto, os conflitos surgem de ordem as mais diversas e evidenciam o abismo que tem se consolidado entre tais dimensões: desde as tentativas de desqualificação dos aspectos teóricos, rechaçados como ultrapassados (Kuhl, 2007; 2017), a interpretações conceituais e metodológicas distorcidas (Varagnoli, 2007; Brendle, 2017a) até a exploração do legado cultural em subserviência aos interesses exclusivamente econômicos ou turísticos (Aguilar, 2014; Sòla-Morales, 1998).

Ainda que se reconheça a complexidade que envolve o campo teórico do restauro e sua tradução para as operações metodológicas a serem alcançadas no percurso projetual sobre o patrimônio construído, e que se materializam em soluções arquitetônicas ou urbanísticas, tal panorama não justifica resultados alcançados de ordem subjetiva ou arbitrária. De acordo com Carbonara (1997: 285-286 *apud* Kuhl, 2007: 199), o papel da teoria não consiste no estabelecimento de padrões ou regras fixas, como uma receita lógica e intuitiva. Mas, ao invés, convoca a uma reflexão crítica no tempo presente, que é o do reconhecimento do bem, com os devidos questionamentos teóricos e culturais e o envolvimento dos diversos sujeitos, que com aquele bem resguardam relações; é um campo multidisciplinar que não se esgota em si mesmo. É nesse contexto que a adoção de guias ou manuais herméticos, como respaldo metodológico, embora importante, deve ser dosada, de modo a permitir a necessária abertura à reflexão.

A construtiva intermediação que deve existir entre o universo teórico-metodológico, ancorada no tempo presente, e a prática de projeto de restauro tem condições de resultar em casos exitosos de intervenções físicas (Brendle, 2017b). Acontece que, assim como identificada por alguns autores, tem se tornado, cada vez mais, um obstáculo a ser ultrapassado: “há uma grave omissão da dimensão histórica da arquitetura e da cidade, e de clareza e unidade nas abordagens metodológicas e teóricas do projetar o novo no antigo” (Brendle, 2017b: 283). É como se houvesse uma prevalência do projeto arquitetônico pensado para uma área qualquer da cidade, cuja autonomia de expressão é a marca do tempo, sobre o projeto de restauro, que deve se estabelecer respeitoso com a preexistência, em suas naturais indagações do contexto histórico, artístico e sociocultural em que se acha inserido.

Cláudio Varagnoli (2007) demonstra inquietações ao reconhecer um certo descolamento estabelecido entre a fase cognitiva do projeto de restauro, que envolve o conhecimento do bem em suas especificidades e articulações, em sua historicidade, e o ato criativo do projetista, o qual estimula soluções arquitetônicas adversas. É como se a

preexistência assumisse um papel de coadjuvante, de subterfúgio memorial, que se torna de difícil enunciação, em sua condição de testemunho do passado.

De um ou de outro modo, parecem ainda muito presentes, na atualidade, as posturas polarizadas que conduziram as ações de restauro do século XIX, ora baseadas na busca de um estado original da obra, de onde são exemplos ripristinos, ora na total desconsideração do monumento histórico, cujas ações favorecem uma completa transformação da estrutura morfotológica e uma leitura conflituosa de seus atributos relevantes. Também podem ser mencionados casos de reconstruções pouco amparadas aos debates da autenticidade histórica e cultural, de complementos de lacunas quando não relacionadas ao entendimento da unidade potencial da obra de arte, de espetacularização de ruínas, assim como os casos de supressões ou adições alheias aos procedimentos teórico-conceituais, ancorados na visão crítica do restauro. São situações que, embora tratem de posturas diversas diante da preexistência, podem sugerir a ausência de uma dedicação mais acurada ao reconhecimento do bem cultural, em sua dimensão histórica e estética, o que favorece soluções hostis à sua natureza existencial.

Segundo o historiador de arte Paul Philippot (2015: 20), o reconhecimento da obra de arte equivale a sua pré-compreensão hermenêutica: um processo de compreensão e interpretação que dá luz ao questionamento crítico, problematizado diante do monumento, no momento da restauração. Situa-lo na condição de irreprodutível, com o devido diálogo entre as instâncias da arte e da história, considerando o tempo como irreversível, tem demonstrado ser um caminho profícuo ao reconhecimento e, por consequência, à sua salvaguarda cultural, no tempo. Trata-se de uma postura que ampara a concepção de restauro, assim como formulada pelo italiano Césari Brandi: “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro” (Brandi, 2004: 30). Para o mesmo autor, é por meio do reconhecimento que a obra de arte reingressa no mundo, qualificando-se como tal e, portanto, diferenciando-se dos demais produtos da atividade humana, as “coisas”. O reconhecimento do bem é situado como o motor de condução à ação de restauração, em que pese o respeito pelo seu caráter único, a ser contemplado nas soluções projetuais.

Nesse sentido, o foco do presente trabalho consiste em explorar a dimensão do reconhecimento do bem cultural, a partir da noção enquanto objeto ou artefato e sua relação existencial no campo da salvaguarda, buscando situar o papel exercido pelo reconhecimento no âmbito do restauro crítico, enquanto uma das correntes por onde os projetos de intervenção física sobre os bens são desenvolvidos. A interlocução com os campos filosóficos da hermenêutica e da história da arte tornam-se uma via à compreensão, visto que em muito amparam as teorias dessa área do saber.

A importância conferida ao reconhecimento se deve à sua posição como atividade preliminar a várias ações de salvaguarda que podem vir a ser instituídas sobre os bens:

o inventário, o tombamento, o restauro, a preservação. Portanto, não deve ser subjugado a algo marginal ou isolado do processo, mas, ao contrário, pode vir a ser entendido como suporte à valoração do bem cultural, inclusive a nortear as ações de conservação sobre o mesmo.

## 2 | OS BENS CULTURAIS DADOS AO RECONHECIMENTO

As ações de restauração seguem direcionadas aos bens culturais que satisfazem a demandas de ordem memorial, de arte e de significação para grupos de sujeitos, em que pese os valores simbólicos e os predicativos funcionais, a fim de que suas características relevantes sejam mantidas no presente e para as gerações futuras. A condição especial dos bens culturais, em sua validade enquanto suporte histórico e artístico de uma dada cultura, demanda a que as ações de restauro adotem procedimentos específicos, e não, generalizados a quaisquer circunstâncias ou edificações na cidade.

Ao longo da trajetória, as acepções que envolveram o objeto alvo das ações de salvaguarda não foram sempre as mesmas: variaram no tempo, no campo das ideias e nos diferentes contextos políticos, socioculturais e geográficos. Para longe de assumirem apenas distinções vocabulares, direcionavam os modos de pensar e agir sobre o legado cultural. Até o século XIX, especialmente na França, aos monumentos eram designadas as construções que assumiam exclusivamente fins memoriais, de registro a fatos históricos ou às escolas da arte erudita (Choay, 1999). Ao se aproximar o início do século XX, tais circunstâncias já não pareciam suficientes, dada a valoração dos bens não ser mais tida como absoluta, algo originado no bem, mas relativa, em função do “gosto subjetivo” do sujeito e da sua “vontade de arte [*Kunstwollen*] moderna”, segundo a abordagem do historiador de arte austríaco Riegl (1999). Tratava-se de uma extensão conceitual a um caráter não intencional na origem dos bens, desde que tivessem assumido uma significação cultural, pelos sujeitos, independentes do caráter erudito e da notabilidade que pudessem acumular, o que conferiu as bases da noção de monumentos históricos (Riegl, 1999).

A condição de intencionalidade como único pressuposto à qualidade de obra de arte também seguia refutada por teóricos como Giulio Carlo Argan (1998): traduzia um olhar que rompia com os limites da seleção elitista, que delineou os primeiros monumentos à preservação, enquanto amadurecimento conceitual e reposicionamento do sujeito, rumo à consolidação da noção de bem cultural. Esta passa a abranger uma diversidade de exemplares, desde sítios, edificações, conjuntos históricos, entre os de natureza material, assim como as manifestações culturais, o saber e o fazer, os lugares, em se tratando da qualidade imaterial, como a noção que chega aos nossos dias. Buscava contemplar a representatividade dos sujeitos, com os valores e significados acumulados no tempo, e não apenas a condição de erudição.

A abordagem material do bem cultural detém sua origem como artefato ou como

objeto — a adoção simultânea ou intercambiável desses dois termos tem sido recorrente na literatura especializada. De acordo com o conservador Caple (2006: 01), “um artefato pode ser considerado qualquer entidade física confeccionada por seres humanos”, entendimento que não difere daquele proferido pela historiadora Pearce (1994: 125), ao definir artefato como “objetos criados pelo homem através da aplicação de processos tecnológicos”. Entre uma e outra noção, parece haver convergência quanto à transformação da natureza bruta dos materiais em objetos, pelos mais diversos meios, desde que conduzidos pela ação humana.

Enquanto reflexo dos processos culturais a ele envolvidos, o objeto sinaliza os vestígios das regiões geográficas, das artes e dos ofícios, dos estados de espírito e das posições sociais entre os homens (Pearce, 1994). Ao tempo em que carregam informações sobre o passado, por meio do acúmulo de vivências das sociedades no tempo, os objetos culturais também atuam como expressões artísticas de uma dada cultura ou grupos sociais (Caple, 2000: 29). Se por um lado, sedimentam os usos e funções sociais em sua estrutura, pelos distintos sujeitos que com eles se relacionam, por outro, se oferecem à experiência estética, a partir dos dados culturais transferidos pelo autor ou artista criador na matéria, ou mesmo pelos usuários e proprietários que com eles se relacionam. Constituem as abordagens objetivadas dos bens, enquanto documentos históricos e entidades estéticas, que os situam como suporte às estratificações históricas e artísticas das civilizações. Nesse sentido, são oferecidos à investigação no âmbito das disciplinas humanas, sendo a hermenêutica e a história da arte vias para a sua compreensão.

Postos à relação com os sujeitos, pelo motivo destes serem dotados de consciência, os objetos se tornam suscetíveis à experimentação: “o objeto só existe se o ‘feito significativo’ através de alguém reagir com ele; mas, ao mesmo tempo, só existe como um ser social, se ele estiver em processo de interação” (Pearce, 1994: 27). De acordo com o filósofo Gadamer (1999: 175): “a obra de arte tem, antes, o seu verdadeiro ser em se tornar uma experiência que irá transformar aquele que a experimenta. O ‘sujeito’ da experiência da arte, o que fica e persevera, não é a subjetividade de quem a experimenta, mas a própria obra de arte”. Longe da interação social, os objetos culturais parecem seguir em vácuos existenciais, estáticos no tempo e ausentes de sentido. A necessária presença do sujeito, dotado de consciência, se satisfaz na interação com o objeto. Argan entende que, ao se relacionar com o objeto, “o sujeito não é apenas o indivíduo, mas o indivíduo em relação com outros indivíduos e com as coisas, o indivíduo na sociedade” (1998: 38). Assim como, do mesmo modo, o objeto não é ‘coisa’, mas se torna um produto da relação com os sujeitos.

Na visão do filósofo Edmund Husserl (*apud* Abbagnano, 2007: 724), há uma distinção entre o objeto intencional, aquele que é produto de uma consciência do criador, e o objeto apreendido pelo observador, o qual se torna suscetível às suas demandas empíricas, aos seus interesses e universos valorativos que lhe são próprios, e que não

necessariamente devam estabelecer uma relação unívoca com o objeto intencional. De modo convergente, Argan (1998) entende que cada sujeito apreende a arte a partir de suas experiências artísticas ou do conhecimento que acumula acerca da história da arte, com a devida dinâmica que varia no tempo histórico e no sujeito. No entanto, ao afirmar que “a obra é sempre a mesma, mas as consciências mudam” (Argan, 1998: 25), o autor confere uma imutabilidade do bem, que necessariamente não se estabelece, visto que o mesmo se torna suscetível ao tempo e às experiências dos sujeitos, que com a obra se relacionam. Por serem os sujeitos dinâmicos, é possível afirmar as mudanças de consciências que se revelam no processo de interação.

Da interação experienciada entre sujeito e objeto resulta a interpretação do bem, a qual admite um contexto referencial para que se estabeleça a mediação. Em essência, a interpretação pode ser entendida como uma operação através da qual um sujeito estabelece uma referência de um signo a um objeto (Abbagnano, 2007), que necessariamente subsiste para a construção de um sentido<sup>2</sup>. Por meio da interpretação, estabelece-se um ciclo: ao objeto são atribuídos sentidos, que não lhes pertencem como uma dimensão fixa, mas como resultado de uma construção social, variável no tempo e entre os grupos, e aos sujeitos são agregadas experiências familiares ao objeto. De acordo com Pearce, “a necessidade de decifrar nos dá a chance de trazer ambos o que está no objeto e em nós mesmos; é um dinâmico e complexo movimento, o qual se desdobra no tempo e no ato da imaginação interpretativa que dão forma a nós mesmos” (1994: 27).

Para Heidegger (2005), a interpretação se dá com a compreensão do bem, o que lhe abre as possibilidades de reprojecção no mundo. É algo associado ao que Brandi entendia como o efeito do reconhecimento: “nesse momento se dá o reingresso da obra de arte no mundo” (2004: 29).

Ao retomar a teoria brandiana do restauro, percebe-se a convergência da abordagem de bens culturais quanto ao entendimento de obra de arte, como um “produto especial da atividade humana”, passível à salvaguarda. Segundo Brandi (2004), enquanto resultado da ação do homem, a obra de arte se materializa em uma consistência física, a qual se torna suporte para a manifestação da imagem, para a transmissão às gerações futuras e como veículo à consciência do indivíduo singular. Ao contrário de entendimentos que subestimam a dimensão imaterial da obra de arte, o intangível se revela na imagem, que da matéria é indissociável e contribui para a manifestação da artisticidade da obra, e na espacialidade, por onde se dá a fruição estética, sobretudo em bens de natureza arquitetônica, dos quais o entorno lhe é coextensivo, segundo entendimentos do próprio Brandi (2004).

Em síntese ao exposto, os bens culturais materiais compreendem qualquer manifestação físico-material que tenha sido resultado de um ato criativo do homem, isto é, da sociedade, como reflexo de um processo cultural, sensível à artisticidade, enquanto

---

<sup>2</sup> De acordo com Heidegger (2005: 208), “sentido é aquilo em que se sustenta a compreensibilidade de alguma coisa. Chamamos de sentido aquilo que pode articular-se na abertura da compreensão”.

entidade estética, em um determinado contexto, e como documento histórico, em um dado momento e com as estratificações até então acumuladas. Constitui-se de propriedades que lhes são inerentes, tangíveis ou intangíveis, e de sentidos que lhes são atribuídos, decorrentes da relação qualificada com o sujeito, na sociedade e em um contexto referencial, que ao objeto é indissociável, para a sua existência.

A experiência que se revela na interação entre sujeito portador de consciência e o bem cultural confere as bases para a interpretação, a qual precede o reconhecimento. De acordo com Brandi (2004: 27), para que a obra de arte se estabeleça como tal, torna-se imprescindível “um singular reconhecimento que vem à consciência”. Enquanto qualificador da obra de arte, o reconhecimento segue explorado sob a abordagem do restauro crítico, com interlocução no campo da hermenêutica e da história da arte, como saberes capazes de circunstanciar seu entendimento.

### 3 | O RECONHECIMENTO COMO SUPORTE AO RESTAURO

O reconhecimento da obra de arte, que deve ocorrer por meio de um indivíduo singular, é a condição para que ela se torne distinta dos demais produtos, qualificando-se na consciência do sujeito-intérprete, como um ato de intuição. Segundo Brandi (2004), é por meio do “juízo de artisticidade” que ocorre a diferenciação entre um resíduo material bruto e o objeto cultural historicizado — o que corrobora para o reconhecimento como veículo à condição do objeto qualificado, na consciência do sujeito.

O juízo que se estabelece no reconhecimento da obra de arte, assim como entendido por Argan (1998), “produz-se no exato instante da percepção ou da apreensão da obra; não é, portanto, o momento conclusivo, mas o momento inicial da atuação do historiador”. Isto posto, significa situar o reconhecimento no preâmbulo das ações de interação com o bem. Ainda segundo o mesmo autor:

O que o chamado juízo de valor verifica na obra de arte não é, decerto, a conformidade a uma determinada cultura, nem a sua superação, mas uma estrutura cultural específica, justamente aquela graças a qual os valores podem ser captados, não na dimensão sem tempo do pensamento abstrato, mas na do presente absoluto, da percepção (Argan, 1998: 28).

No exposto, infere-se que a “estrutura cultural específica” corresponde às propriedades únicas da obra de arte, através das quais a mesma é valorada, no sentido de ser conferida importância, no momento de sua percepção, que é o do presente histórico, pelo sujeito. Autores como Riegl (1999) e Hessen (1980) indicam que o juízo de valor é a expressão de uma valoração, que consiste em conferir um valor a algo ou a alguém, por um sujeito ou grupos de sujeitos. O juízo que envolve a relação com a obra de arte, segundo Argan (1998), não compete para a sua “qualidade” artística, ou seja, não consiste em um “juízo de qualidade”, mas é voltado ao sistema de relações ao qual ela pertence, onde suas propriedades significantes interagem com os sujeitos, sob um referencial

histórico-cultural.

Segundo Gadamer (1999: 192), o reconhecimento ultrapassa o sentido do conhecimento que se faz de algo:

A alegria do reconhecimento reside, antes, no fato de identificarmos mais do que somente o que é conhecido. No reconhecimento, o que conhecemos desvincula-se de toda casualidade e variabilidade das circunstâncias que o condicionam, surgindo de imediato como que através de uma iluminação, e é apreendido na sua essência.

E complementa: “O conhecido alcança o seu ser verdadeiro e mostra-se como o que ele é, apenas através do reconhecimento. Enquanto reconhecido, é aquilo que se mantém firme na sua essência, liberto da casualidade de seus aspectos” (Gadamer, 1999: 192). Em suas palavras, o reconhecimento se situa como uma dimensão mais aprofundada do que o conhecimento do objeto em si, algo até superficial. Autores como Kuhl (2007) e Varagnoli (2007) entendem que o reconhecimento não é algo imediato, mas de complexa valência.

Philippot (2015) denominou o reconhecimento como a pré-compreensão hermenêutica do restauro, igualmente lhe situando no preâmbulo da salvaguarda. Entre seus entendimentos:

Ao estar presente na experiência atual que a reconhece como tal, a obra não pode, portanto, ser apenas o objeto do conhecimento científico histórico, mas constitui parte integrante do nosso presente vivido, dentro de uma tradição artística que nos une a ela e nos permite senti-la como uma interpelação do passado em nosso presente: uma voz atual em que esse passado ressoa.

Parece que a filologia fruto do conhecimento científico que se resguarda da obra não é suficiente ao reconhecimento, visto que o autor convoca à vivência do bem no presente histórico. Trata-se da compreensão da obra no presente, mas *como* passado — algo também apreciado em Argan (1998): “a percepção assinala sempre e apenas o tempo do presente absoluto”.

A se desvelar no presente histórico, sempre que convocado, o reconhecimento deve considerar a obra de arte em sua trajetória, desde a concepção (Philippot, 2015), consistindo em uma abordagem da obra *como* processo e não, um produto acabado (Kuhl, 2007).

Ao assumir a dinamicidade natural do bem cultural no tempo, o reconhecimento deve ocorrer continuamente, sempre que haja necessidade de ações de salvaguarda — a temporalidade da obra acumula as marcas da história, o que torna o reconhecimento passível de alterações, no tempo, no espaço e nos contextos socioculturais. As ações do tempo e as vivências sociais conferem estratificações aos bens e, a cada reconhecimento, pode vir a ser interpretada uma nova historicidade e um novo juízo de artisticidade. Esse inesgotável ciclo, pode conferir variadas posturas projetuais do restauro, segundo identificou Vieira-de-Araújo e Lira (2020), ao retomarem a teoria brandiana: “o juízo de artisticidade varia com a passagem do tempo temporal (cronológico), podendo, em cada momento,

essa intervenção ser realizada de uma forma diferente”. Isso posto, significa afirmar que, ao situar o reconhecimento no preâmbulo das ações de restauro, a sua afirmação em cada presente histórico pode demandar distintas conduções das ações de salvaguarda, propiciando a que incursões críticas sejam efetuadas, a cada enfrentamento diante do objeto cultural.

## 4 | OS DESAFIOS PARA A SALVAGUARDA CULTURAL

Discorrer sobre a abordagem do reconhecimento torna-se relevante no âmbito das ações de salvaguarda, dado que, por vezes, a profundidade de suas questões tem sido limitada a pesquisas documentais, de levantamento e de estado de conservação. Embora tais buscas sejam fundamentais, inclusive enquanto etapas metodológicas imprescindíveis à fundamentação de projetos de restauro, seus substratos devem ser compreendidos no seu contexto relacional e, sobretudo, na interação com os sujeitos.

Ao se constituir como produto da interação entre os sujeitos e os objetos culturais, a ação de reconhecimento contribui na legibilidade do bem cultural, em suas dimensões histórica e estética, desde que mantenha uma aproximação teórico-conceitual ao entendimento do bem como objeto cultural. A experiência com o sujeito, que constitui o ser dotado de consciência e que com o bem se relaciona e confere trocas de significações, permanece como fundamental na própria constituição do reconhecimento. Esse parece ser o ponto mais desafiador do processo, que merece uma abordagem mais detida, cuja operacionalidade deve ser enfrentada, na difícil condição dos múltiplos olhares que com o bem se relacionam, de perto ou de longe.

Pela via do restauro crítico, em que se pressupõe a inexistência de regras pré-determinadas na condução das ações projetuais, o reconhecimento se posiciona em uma dupla missão: tanto na precisão da compreensão do bem para a deflagração das ações de restauro, como na fundamentação das posturas arquitetônicas do tratamento com a preexistência. É por meio do desvelar da obra de arte que o restauro deve ser conduzido, assim como propalado por Brandi (2004) — o que nos leva a entender a devida relevância que o reconhecimento assume nesse contexto. A partir da abordagem crítica do restauro, um dos contornos para o reconhecimento vem a ser:

a própria obra, indagada atentamente com sensibilidade histórico-crítica e com competência técnica, a sugerir ao restaurador a via mais correta a ser empreendida. Resulta uma estreita ligação da restauração com a história artística e arquitetônica, com a finalidade de obter respostas satisfatórias aos problemas que o restauro, desde as suas origens, coloca: reintegração de lacunas, remoção de adições, reversibilidade e distinguibilidade das intervenções, controle histórico-crítico das técnicas e assim por diante (Carbonara, 1997: 285-286 *apud* Kuhl, 2007: 199).

Nesse sentido, e amparado às palavras de Philippot (2015) acerca da compreensão

hermenêutica do restauro, o reconhecimento parece reforçado pela relevância que exerce no questionamento crítico, formulado no tempo presente, para as soluções projetuais mais acertadas. Ao compreender e interpretar as dimensões histórica e estética dos bens, fornece ainda as bases para ações de valoração, dada a interdependência que resguarda com os sujeitos e a própria natureza do restauro, que apenas se manifesta sobre algo em que é atribuído valor. Segundo Carbonara (2012: 04-05):

O raciocínio da restauração é ter reconhecido previamente o valor artístico ou evidencial, estético ou histórico especial de um monumento; ou, de outro modo, a abordagem como um "objeto da ciência" ou, em outras palavras, como um "objeto de cultura", a evidência material assume um "valor de civilização", como a herança cultural realmente se estabelece.

De acordo com o mesmo autor, o reconhecimento dos valores contribui na condução consciente da ação de restauro, em suas múltiplas soluções projetuais, no que se refere "a problemas no preenchimento de lacunas, remoção de acréscimos, preservação das 'pátinas'" (Carbonara, 2012: 06), cuja acomodação dos valores deve se refletir na definição projetual do restauro sobre a preexistência. Isso posto, significa entender a imbricação que se estabelece no ciclo entre o reconhecimento, a valoração e o restauro, para a manutenção valorativa dos bens, no presente e para as futuras gerações.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AGUIAR, José. Reabilitação ou fraude? **Revista Patrimônio**, nº 02. Portugal: Imprensa Nacional, DGPC, 2014.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Apresentação por Giovanni Carbonara e tradução por Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. Coleção Artes & Ofícios.

BRENDELE, Betânia. Restauro sem teoria e a falácia da intervenção oficial na preexistência patrimonial no Brasil: o malogro do IPHAN em Cachoeira-BA e Laranjeiras-SE. IN: ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA 5. **Anais do evento**. Salvador, Bahia, 2017. (a)

\_\_\_\_\_. Uma teoria, alguns princípios e muita arquitetura: a atualidade do pensamento brandiano em intervenções arquitetônicas na Alemanha, Dinamarca e Itália. **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 277-307, nov./dez. 2017. (b)

CAPLE, Chris. **Conservation Skills: judgement, method and decision making**. London: Routledge, 2000.

\_\_\_\_\_. **Objects: reluctant witnesses to the past**. Londres e Nova York: Routledge Taylor & Francis Group, 2006.

CARBONARA, Giovanni. An Italian contribution architectural restoration. **Frontiers of Architectural Research**. Vol. 1/ Issue 1, March (2012) p. 2–9.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Portugal: Edições 70, 1999.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN**. Tese de Doutorado, FAUUSP: 2010.

CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 3ª ed.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 15ª ed. 2005.

HESSSEN, Johannes. **Filosofia dos Valores**. Coimbra: Armênio Amado, 1980. 5ª edição.

KUHL, Beatriz. Questões contemporâneas de restauro: a viabilidade da restauração. In: SALCEDO, Rosio, BENINCASA, Vladimir (Org.). **Questões Contemporâneas: patrimônio arquitetônico e urbano**. São Paulo: Canal 6 Editora, 2017. 1ª ed.

\_\_\_\_\_. Césari Brandi e a Teoria da restauração. **Pós**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, (21), 197-211. São Paulo, 2007.

NAHAS, Patrícia Viceconti. **Antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980-2010)**. Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP. –São Paulo, 2015. 2 v.: il.

PEARCE, Susan (org.) **Interpreting Objects and Collections**. Londres: Routledge, 1994.

PHILIPPOT, Paul. La obra de arte, el tiempo y la restauración. Trad. de Valerie Magar Meurs. Revista **Conversaciones**. Córdoba: Instituto Nacional de Antropología e História, 2015.

RIEGL, Alois. **El Culto Moderno a los monumentos**. Madrid: La balsa de la Medusa 7, 1999.

SÒLA-MORALES. Ignasi de. Patrimonio arquitectónico o parque temático. **Loggia**, nº 05, Valencia, 1998.

VARAGNOLI, Claudio. Antichi edifici, nuovi progetti. Realizzazioni e posizioni teoriche dagli anni Novanta ad oggi. A. Ferlenga, E. Vassallo, F. Schellino (a cura di), **Antico e Nuovo. Architetture e architettura, atti del convegno internazionale** (Venezia 31 marzo - 3 aprile 2004). Padova: Il Poligrafo, 2007, p. 835 a 854.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália, LIRA, Flaviana. Há algo a temer na “Teoria da Restauração” de Brandi? O mito paralisante do medo. In: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo – Paranoá**. Brasília: UNB, 2020.

# CAPÍTULO 2

## AVALIAÇÃO QUALITATIVA DAS INFORMAÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO DE BENS ARQUITETÔNICOS DE ACORDO COM OS TIPOS DE INVENTÁRIOS CIENTÍFICOS NACIONAIS

*Data de aceite: 01/07/2021*

### **Ana Paula Ribeiro de Araujo**

UFRRJ. Departamento de Arquitetura e  
Urbanismo  
Instituto de Tecnologia. Departamento de  
Arquitetura e Urbanismo

### **Ricardo Ferreira Vieira**

UFRRJ. Curso de Arquitetura e Urbanismo  
Instituto de Tecnologia. Departamento de  
Arquitetura e Urbanismo

**RESUMO:** Este trabalho faz parte das pesquisas sobre documentação do patrimônio que envolve as etapas de aquisição, catalogação, organização e disponibilização de documentação cartográfica e iconográfica para subsidiar ações de conservação de bens culturais (móveis e imóveis). Apresenta-se os resultados parciais da pesquisa em andamento “O estado da arte da aplicação das tecnologias digitais na aquisição de dados geométricos do patrimônio material no Brasil” que conta com o apoio de bolsa de iniciação científica da FAPERJ. Para entender a relação entre a informação e as tecnologias computacionais para a documentação do patrimônio, realizou-se um estudo para identificar como as atuais metodologias de inventariação, especificamente as elaboradas pelo IPHAN (IBA, INBI-SU INCEU e SICG) e documentos orientadores para a elaboração de projetos dos programas PAC-Cidades Históricas e Programa Monumenta, incorporam os princípios de documentação elencados nas cartas patrimoniais, manuais e

guias (ICOMOS, English Heritage). Verificou-se também a indicação de técnicas e tecnologias para as atividades de registro para a coleta de características geométricas e visuais. A questão principal é compreender quais aspectos destes documentos estão relacionados com a qualidade dos processos de produção de informação e dos produtos. O estudo apontou que nem todos os princípios de documentação são referenciados explicitamente nestes documentos e que, quando identifica apenas implicitamente, sugere-se que se tornem explícitos de modo a garantir que sejam compreendidos e atendidos. Percebe-se que são poucas as técnicas e tecnologias indicadas para o registro de informações na etapa de levantamento de dados, deixando a cargo da equipe executora definir as que se adequam a cada situação. Contudo, sabe-se que a escolha de um conjunto de técnicas e seus respectivos parâmetros, por exemplo com relação aos sensores, influencia na quantidade e qualidade da documentação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio digital; documentação; inventários; técnicas de registro; princípios de qualidade.

**ABSTRACT:** This work is part of heritage documentation research that includes the data acquisition, cataloging, organization and dissemination of cartographic and iconographic documentation to subsidize cultural heritage conservation activities. It presents partial results of the ongoing research “State of art of digital technologies applied to geometric data acquisition of material heritage in Brazil” supported by FAPERJ. In order to attend the

relation between information and documentation technologies, the study aimed to identify how different inventory methodologies elaborated by IPHAN (IBA, INBI-SU, INCEU, SICG) and other reference documentation used to elaborate design preservation heritage (PAC-Historical Cities, Monumenta Programme), attend to the documentation principles of heritage charters, manual and guidances (ICOMOS, English Heritage). The main goal is to understand how these inventory methodologies deal with the quality of information regarding to information process acquisition. The second objective was to understand how digital techniques is indicated by these inventory methodologies to be applied on the acquisition of geometric and visual information of the cultural heritage. The research pointed out that not all documentation principles are referenced explicitly in these documents and that, when it identifies, mostly in implicitly ways. The research suggests that they become more explicit in order to ensure that they are understood and could be applied in inventory activities. It was noticed that there are few techniques and technologies indicated for recording information in the data collection stage of the inventories, leaving it up to the executing team to define those that are appropriate to each situation. However, it is known that the choice of a set of techniques and their respective parameters, for example in relation to the sensors, influences the quantity and quality of the documentation.

**KEYWORDS:** Digital Heritage; documentation; inventory; recording techniques; quality principles.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte da pesquisa “O estado da arte da aplicação de tecnologias digitais na aquisição de dados geométricos do patrimônio material no Brasil” que conta com bolsa de iniciação científica da FAPERJ. Trata do registro, catalogação, organização e disponibilização de documentação cartográfica e iconográfica para subsidiar a documentação para intervenções de conservação em bens culturais (móveis e imóveis). Compõe as atividades de pesquisa desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Patrimônio, Arquitetura e Memória Fluminense – NUPAM do Programa de Pós-graduação Patrimônio, Cultura e Sociedade e do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Objetiva-se primeiro verificar quais são os princípios da documentação do patrimônio adotados, de modo explícito ou implícito, nos modelos de inventários elaborados e utilizados pelo IPHAN (Inventário Nacional de Bens Arquitetônicos – IBA (1987), Inventário Nacional de Bens Imóveis – Sítios Urbanos – INBI-SU (1989), Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC (1999), o Inventário Nacional de Configurações Urbanas – INCEU (2001)). Isto porque, os inventários são fundamentais no processo de conservação dos bens culturais como ressaltado em diferentes Cartas Patrimoniais (fig.1). A qualidade da documentação depende do atendimento às exigências contidas nos instrumentos de inventários, mas também, da aplicação dos princípios para a documentação do patrimônio cultural (fig. 3).

O segundo objetivo trata da identificação, nestes inventários, de técnicas e

tecnologias (TICS-tecnologias informação e comunicação) para a coleta, sistematização e divulgação do relatório do inventário. Isto porque, a digitalização dos objetos de estudo, de documentos coletados por meio de diferentes técnicas e tecnologias possibilita, não somente a sistematização e o tratamento da informação para análises e elaboração de projetos, mas principalmente o compartilhamento das informações e gestão para a conservação do bem cultural. (Quintero *et al*, 2007).

O levantamento físico, físico-arquitetônico ou planialtimétrico faz parte de todos os modelos de inventário considerados nesta pesquisa. Nesta atividade, as **informações** a serem coletadas devem ser sistematizadas considerando a escala (áreas urbanas, edifício) e níveis de detalhamento (reconhecimento, controle e detalhamento). A partir desta definição, escolhe-se as técnicas e tecnologias mais adequadas de acordo com a escala do objeto. Para a escolha das tecnologias, deve-se balancear a **precisão**, o **tempo** e o **custo**. Outro aspecto desta etapa é a seleção da equipe pois, a depender das técnicas escolhidas (diretas e indiretas), recomenda-se o conhecimento prévio sobre o bem cultural. Além disso considera-se o domínio das técnicas de levantamento, ou a inclusão de treinamento.

Para a escolha das técnicas e tecnologias, deve-se considerar o tempo de medição de acordo com as características das superfícies, acurácia do equipamento, o alcance de medição de acordo com a escala do objeto, as restrições operacionais do trabalho de campo, a robustez dos equipamentos com relação às condições climáticas, a portabilidade, o processo de ajustes e correções, o suporte técnico para a integração das técnicas (EDM, CAD, desenho com laser scanner e fotogrametria), obstáculos de oclusão, custos de aquisição ou aluguel de equipamentos e domínio das técnicas e tecnologias ou suporte técnico ou a necessidade de treinamento (Quintero *et al*, 2007).

Uma vez planejado e executado o registro, a preparação da documentação demanda diferentes decisões metodológicas. Isto porque tem-se o desafio sistematizar um grande volume de informações geométricas e não geométricas (ex: fotografias, dados históricos) a serem interpretadas de modo cruzado, coletadas por equipes multidisciplinares, por meio de diferentes fontes e sensores. Os dados e documentos produzidos devem ser identificados, codificados, incluindo-se o registro dos metadados e a adoção de um vocabulário controlado (ex: GCI, 2010) para fácil recuperação. Deve-se registrar também a fonte de pesquisa, o autor e data de quem produziu a informação de modo seja passível de aferição, complementação e atualização. Por fim, deve-se registrar a memória das análises e métodos adotados, isto é, o parâmetros (Bentkowska-Kafel *et al*, 2016) de modo a se validar cientificamente o processo e produto.

Os princípios e critérios para se garantir qualidade na documentação do patrimônio estão presentes em cartas patrimoniais (fig.1), guias e manuais de especialistas (fig.3). Destacamos na Carta de Lausanne (1990) os princípios de **completude** (o mais completo possível), **precisão** e **fiabilidade**. A Carta de Sofia (1996) aponta para a necessidade de se estabelecer **níveis adequados de detalhamento da informação dos registros**

(conteúdos) considerando diferentes **objetivos** (conservação, manutenção, uso). A Carta de Londres (2006/2009) apresenta princípios para um maior **rigor na visualização computadorizada das informações** (implementação, propósitos e métodos, fontes de investigação, sustentabilidade e acesso).

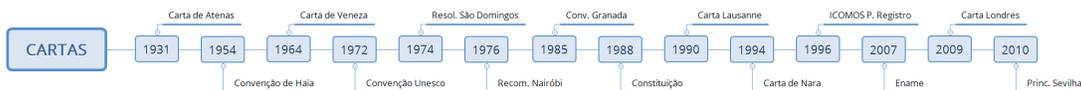


Figura 01: Linha do tempo das Cartas Patrimoniais que fazem referência aos inventários.

Manuais e Guias foram elaborados por entidades importantes do campo da conservação do patrimônio a partir das diretrizes das cartas patrimoniais. Identificou-se diversos guias e manuais, além de alguns artigos científicos e pesquisas que foram elaborados desde 1935 (fig.2).

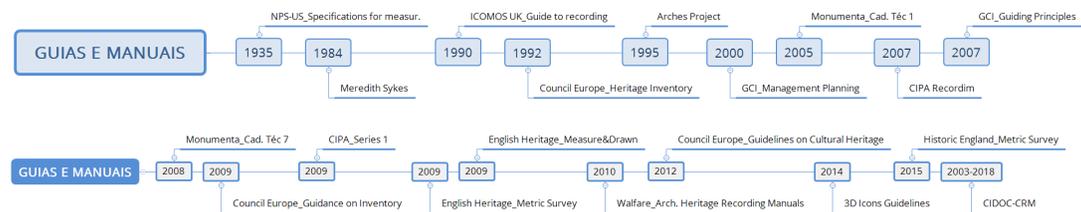


Figura 02: Linha do tempo dos Guia e Manuais que auxiliam a elaboração de registros e inventários.

D’Ayala & Smars (2003) fizeram grande contribuição com princípios sobre documentação do patrimônio cultural. A **objetividade** diz respeito ao conjunto específico de dados necessários para influenciar qualquer processo de decisão; o **valor** diz respeito a necessidade de uma gravação completa do bem cultural; a **continuidade** significa que documentação deve estar disponível para usos futuros; o **tecido**, diz respeito ao uso de diferentes técnicas de documentação integradas pois são necessárias para um registro mais completo; os **conjuntos de documentação** devem ser preparados para melhor compreensão dos dados e a **redundância** visa garantir que, dado a incerteza de cada informação coletada, os dados devem ser complementados com informações sobre a qualidade dos próprios dados para controle dos procedimentos.

*CIPA-RecordDIM’s Documentation for Conservation: Metric Survey for Heritage Documentation* (English Heritage, 2007) apresenta cinco princípios para o registro, seleção das informações, comunicação e apresentação: **sistematização, repetibilidade, verificabilidade, reversibilidade, proveniência dos dados**. Também estabelece critérios de performance para os sensores (**precisão, tolerância e acurácia**) definidos de acordo

com o **nível de detalhamento** referente a etapa que se pretende atuar (reconhecimento, controle e detalhamento).

O “*Guidance on inventory and documentation of the cultural heritage*” (Council Europe, 2009) contribuiu para a adoção de padrões internacionais na coleta e organização das informações na documentação (*Core Data Index to Historic Buildings and Monuments of the Architectural Heritage, Core Data Standard for Archeological sites and Monuments and Object ID for identifying cultural objects*). A padronização inclui a estruturação de dados, padrões para registro, catalogação e armazenamento de documentos, padrões para troca de informações, padronização dos metadados (ISO, CEN, CIDOC), uso de terminologia determinada (ISO e tesouros) e padrões para as informações em GIS. Agrega os seguintes princípios para a documentação dos inventários: **coerência ou consistência das informações; refinamento e atualização, unidade na documentação, clareza** de modo a dividir o todo em partes coerentes e de fácil manipulação.

O “*Guidelines on Cultural Heritage*” (CE, 2012) destaca que o registro das informações em inventários se baseia nos princípios de **transparência, objetividade, e trabalho interdisciplinar** de acordo com os padrões internacionais de classificação e datação.

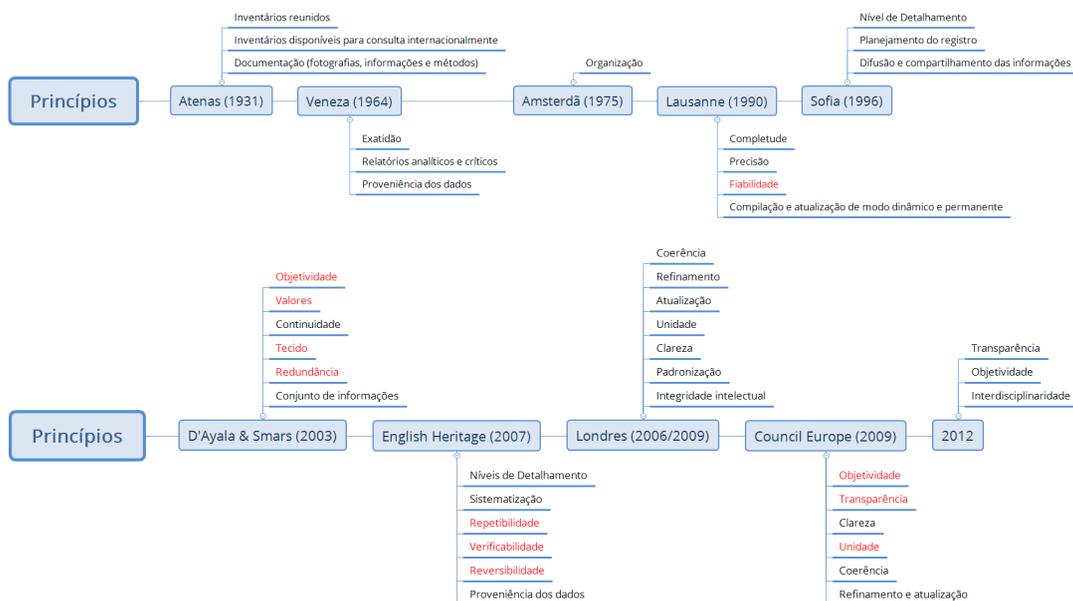


Figura 03: Princípios para a documentação do patrimônio segundo as Cartas, Guias e Manuais.

## 2 | A DOCUMENTAÇÃO NOS MODELOS DE INVENTÁRIOS DO IPHAN

Com relação a atividade de documentação do patrimônio no Brasil, o IPHAN vem

desenvolvendo diferentes estruturas metodológicas de inventariação pelo IPHAN nestes últimos 30 anos. Temos atualmente o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG, institucionalizado desde 2009, como sendo o primeiro sistema informatizado de cadastro com inteligência geográfica, capaz de integrar as informações dos bens culturais atendendo as diferentes atividades, rotinas e procedimentos para a gestão do patrimônio cultural pelo Instituto. O SICG possibilita a formação de uma base de informações úteis à Rede de Proteção do Patrimônio Cultural (SNPC) formada por entes federais, estaduais e municipais, conforme o Plano Nacional de Cultura (PNC).

O IBA (1987), o INBI-SU (1989), o INRC (1999) e o INCEU (2001) passaram a ser utilizados como referência no Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano – PPSH (Portaria IPHAN nº 299 de 06/07/2004). Mais recentemente, a Portaria nº 160 de 11/05/2016 dispôs sobre os instrumentos de inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do IPHAN, reforçando a importância dos inventários como instrumentos de produção de conhecimento, com informações organizadas em banco de dados e disponibilizadas ao público.

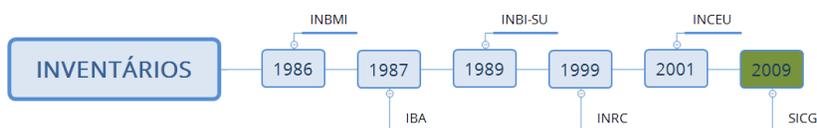


Figura 04: Linha do tempo dos modelos de inventários do IPHAN e do Sistema de Informações (SICG).

O INCEU (2001) é um modelo de inventário que visa complementar o INBI-SU. Dedicar-se às características dos lotes e edificações, passando a incluir principalmente análises da morfologia dos espaços urbanos. O Manual de aplicação afirma que o inventário não é uma mera listagem descritiva, mas que, as análises são fundamentais para a identificação dos papéis pelos quais os elementos desempenham no sítio (principal, coadjuvante, irrelevante, desfigurante). O inventário considera a caracterização dos elementos e avaliação desta caracterização. Agrupa os dados sobre as características dos sítios urbanos em: dados da percepção e representação geométrica. Utiliza o **sistema cadastral** (plantas cadastrais e dados georreferenciados) e as informações sobre os edifícios e lotes já coletados pelo INBI-SU. Outros dados são coletados levantamentos em campo (**fotografias, levantamento de dimensões métricas**).

O INCEU (2001) ressalta a importância da **exatidão** dos dados uma vez que afirma que a qualidade se vincula à **adequação das informações aos respectivos elementos descritos e avaliados**. As representações da percepção do espaço e representação projetual devem ser registradas sem necessariamente adotar meios de representação gráfica sofisticados e dispendiosos, podendo-se utilizar, inclusive, técnicas manuais de desenho. As representações gráficas devem incluir não somente os dados contidos

nas fontes cadastrais codificadas, mas, principalmente, perspectivas construídas a partir de fotos e de desenhos de observação, com base nas coletadas em campo. Nos procedimentos para recolhimento de dados, descrito na parte II do manual de aplicação (IPHAN, 2001), as **informações articulam-se** e são dirigidas pelos procedimentos de **categorização analítica** estabelecidas na parte I do inventário. As informações relevantes são organizadas na forma de checklist subsidiando a conferência das informações segundo as diferentes abordagens: histórica, antropológica, geográfica, sociológica.

O INRC (1999) define como características do inventário: a **exaustividade** do que se pode ou deve incluir; a **sistematicidade** e a **coerência** com os critérios de inclusão e exclusão de elementos (informações). A sistematicidade refere-se a um modo de descrição acurado que possibilita a adequada classificação, avaliando-se os elementos pertinentes. O processo de trabalho inclui um levantamento preliminar, a identificação e a documentação, com **“planos de complexidade crescente”** (IPHAN, 2000), partindo de levantamentos amplos e periódicos (identificação) e complementações posteriores. As informações são registradas em banco de dados projetado especialmente para este tipo de inventário. O manual disponibilizado no site do IPHAN está incompleto, impossibilitando acessar mais informações que poderiam indicar aspectos de qualidade da documentação ou de técnicas e tecnologias recomendadas para as atividades de registro.

O INBI-SU (1989) é um inventário dedicado aos sítios urbanos tombados que passou a ser adotado como padrão nacional em 1996. Estabelece uma leitura conjunta dos aspectos urbanos, históricos, arquitetônicos, tipológicos, morfológicos, socioeconômicos e afetivos do sítio como um todo. Inclui em seu escopo o levantamento físico arquitetônico e pesquisas complementares.

A estrutura de informações do manual de preenchimento do INBI-SU (IPHAN, 2007) contempla a Pesquisa Histórica, os Levantamentos físico-arquitetônicos, Levantamento fotográfico, Entrevistas e Pesquisas complementares. A qualidade do inventário deverá ser **garantida pelo trabalho do coordenador**, desde as atividades do trabalho em campo no qual deve conferir o preenchimento das fichas e no gabinete, organizando as informações e a alimentação dos bancos de dados.

Para a elaboração dos desenhos técnicos a partir dos croquis elaborados nas medições, há uma série de procedimentos necessários para a padronização (carimbo, cotas de amarração, cotas de perímetro, cotas corridas, cotas parciais). Os croquis devem ser **digitalizados em ferramentas CAD** logo após sua realização em campo para eventuais correções e complementações. Os desenhos devem ser elaborados em **arquivos digitais separados e armazenados** em disquetes ou CD-ROM, **nomeados com a referência do número do imóvel no lote, o endereço do imóvel e a indicação do tipo de desenho**. Plantas cadastrais em 1:2000, elaboradas a partir de levantamentos aerofotogramétricos devem **conter informações precisas** das quadras e do parcelamento dos lotes, pois são utilizadas como base para que sejam registradas as dimensões dos lotes. O IPHAN

disponibiliza uma lista de *layers* e blocos para **padronizar** a elaboração dos desenhos em CAD e a representação gráfica dos desenhos técnicos (similar à NBR 6492/94).

Na etapa de campo, o manual especifica que o levantamento fotográfico deve registrar a fachada de cada edificação com parte das vizinhas e vista frontal do lote. Recomenda-se a utilização de **máquina fotográfica digital** possibilitando também o registro mais detalhado de diversos aspectos do edifício para a interpretação dos dados e eliminação da tarefa de digitalização das impressões. Não há uma restrição quanto ao número de fotos, ficando esta decisão a cargo da equipe de campo. A seleção e inserção no banco de dados é função do coordenador. As **fotografias devem ter caráter documental** incluindo-se o maior número de informações em cada foto. Caso seja necessário um maior detalhamento, deve-se programar um registro fotográfico complementar. Tanto os desenhos como as fotografias devem ser identificadas com o endereço da edificação e deverão ser salvas em backups. Em caso de digitalização, é indicada a utilização de **programas de edição de imagem** para que estejam alinhadas à vertical e horizontal e se procedam recortes de partes da imagem que não agregam informação (céu, chão). Há a indicação de **especificações para a digitalização** de modo a garantir a qualidade da imagem (dimensão em centímetros, modo de cor, resolução, escala e quantidade de pixels).

Há uma lista básica de descritores para representação dos conteúdos dos documentos produzida a partir da **indexação** realizada a partir do levantamento de fontes e de **thesaurus** especializados (Thesaurus Internacional do Desenvolvimento Cultural, Thesaurus Experimental de Arquitetura, Vocabulário de História do Brasil da Fundação Casa de Rui Barbosa-versão preliminar e o Vocabulário Controlado Para as Bibliotecas do IPHAN, em fase de elaboração). Também há uma **lista de termos** para nomeação dos cômodos a serem indicados nas plantas. No caso de registro de ilustrações, o Formulário das fontes bibliográficas indica a necessidade de especificação do tipo (fotos, desenhos, gravuras, plantas etc.).

O IBA (1987) tem o objetivo de registrar sistematicamente os bens imóveis tombados individualmente pelo IPHAN. As informações coletadas visam **organizar e complementar as informações** que o órgão já possuía sobre exemplares arquitetônicos de tombamentos de sítios urbanos. Prevê o levantamento de campo para atualização de plantas e **levantamento fotográfico**.

As informações coletadas são **armazenadas e sistematizadas** em um **banco de dados em ambiente MS Acess** de modo a ser possível o **cruzamento, a classificação e o acompanhamento** de procedimentos para a preservação do bem. Esse sistema de banco de dados antecedeu a criação do SICG, uma vez que já se sentia a necessidade de agrupar todas as informações em um único ambiente de dados, de se controlar a qualidade das informações armazenadas, de disponibilizá-las de modo mais eficiente para pesquisadores e público geral e da necessidade de revisão e atualização periódica. Recomenda-se que a equipe do inventário seja composta por um profissional dedicado à história da arquitetura

para que realize o **controle de qualidade** a partir da **revisão crítica** das bibliografias e dos estudos comparativos.

O levantamento fotográfico tem **caráter documental** e assume o papel de complementar a medição in loco. O manual indica o uso **de máquinas fotográficas digitais** pois elimina-se a revelação e digitalização. Contudo, o uso **de máquina fotográfica convencional**, com filme preto e branco, serve para o registro das fachadas e aspectos principais do interior das edificações. As fotografias produzidas e imagens digitalizadas deverão ser **identificadas** de acordo com a ficha de catalogação do levantamento iconográfico contendo uma legenda, o nome e número do arquivo digital, número da foto, número do negativo, dimensões (da foto/imagem original), cromia, data ou época aproximada na qual foi produzida, fonte, localização da fonte e autor. Os arquivos digitais deverão ser armazenados em disquetes, cd-rom ou zipdisk como modo de **backup**.

O levantamento planialtimétrico é registrado em **croquis** para anotação das medições (medidas a partir de um mesmo ponto de referência, cotas parciais, totais) com auxílio de **trena**. Utiliza-se planta de localização e de situação elaboradas à priori a partir de uma base cadastral ou semi-cadastral, o mais atualizada possível e de plantas baixas coletadas previamente em arquivos para que possa ser verificada a necessidade de atualização. Os croquis devem ser **digitalizados em sistemas CAD**, padronizados considerando os *layers* e blocos previamente definidos pelo IPHAN. Há uma padronização da representação gráfica dos desenhos técnicos semelhante à NBR 6492/94.

Na perspectiva de elaboração de documentação para projetos de intervenções para preservação de bens culturais, o Programa Monumenta (2005) teve como papel a proteção de bens representativos da cultura até então pouco valorizados, com base em ações sustentáveis. Os projetos deveriam ser desenvolvidos por meio de processos participativos envolvendo a sociedade local e geridos pelos municípios. As informações coletadas na escala intraurbana passaram a ser **georreferenciadas**.

No âmbito do Programa Monumenta foram produzidos diversos cadernos técnicos que auxiliaram a elaboração da documentação de todos os inventários. O **Caderno Técnico 1** (2005) inclui informações sobre o detalhamento do projeto e as diferentes **etapas de produção de informação**, incluindo-se o levantamento físico e identificação de materiais e sistemas construtivos, informações de infraestrutura, dentre outras, para a elaboração de análises. Há instruções para a **apresentação dos produtos** (textos, documentação fotográfica, iconográfica, representação e padronização gráfica, especificações e formatos e codificação). O **Caderno Técnico 7** (2008) apresenta questões sobre o cadastro e levantamento, sobre as técnicas de registro (fotografia documental, fotogrametria e arqueologia).

O Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas - PAC-CH foi criado no âmbito do SNPC em 2009 para beneficiar os territórios urbanos com sítios ou conjuntos urbanos tombados. Tinha o objetivo de articular a recuperação física de imóveis, requalificação

da infraestrutura urbanística e financiamento de imóveis privados considerando estratégias de desenvolvimento econômico e social local. O Manual de execução de Ações em Espaços Urbanos do PAC Cidades Históricas (2013-2015) estabelece a necessidade de o contratado realizar o Diagnóstico, Estudo Preliminar e Projeto Complementar conforme o Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural – IPHAN elaborado no Programa Monumenta. O documento “Orientações para elaboração do projeto básico para a contratação de projetos” do PAC2 Cidade Melhor inclui condições específicas para o serviço de identificação e conhecimento do bem.

### 3 | RESULTADOS ENCONTRADOS

A Carta de Atenas (1931) destaca a importância de os monumentos nacionais terem seus **inventários reunidos** em arquivos e estarem **disponíveis internacionalmente**. A documentação deve estar acompanhada de fotografias e informações e seus procedimentos e métodos devem ser publicados. O IPHAN reúne os inventários realizados em seus arquivos, Noronha Santos e localizados nas superintendências regionais. O SICG reúne sistematicamente todas as informações coletadas e construídas em diferentes inventários, contudo, poucas informações são disponibilizadas para o público geral externo à instituição, sem tradução para nenhuma língua estrangeira. A Portaria IPHAN nº 160, de 11 de maio de 2016, em seu artigo 5º prevê que as informações produzidas pelos inventários do patrimônio cultural do IPHAN serão **organizadas em banco de dados** institucional e disponibilizadas ao público. Contudo, a divulgação das informações dos inventários poderá ser restringida, nos termos da legislação que regula o acesso às informações públicas.

A Carta de Veneza (1964) reafirma a necessidade de elaboração de documentação **precisa** sob a forma de **relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias** para os trabalhos de conservação e restauração. Todas as **informações técnicas devem estar identificadas**. Consideramos que todos os modelos de inventário contemplam aspectos descritivos e analíticos e incluem ilustrações e fotografias. Apesar de ser mencionada a precisão faltam detalhes, padrões e critérios mais objetivos.

No IBA (1987) considera que o armazenamento das informações em **banco de dados** já auxilia no controle da qualidade das informações. O controle da qualidade também é realizado por meio de revisão do coordenador. O INBI-SU (1989) indica que a **precisão** é dada no recorte temático e cronológico já na etapa inicial. Pelo Manual de elaboração de projetos do Programa MONUMENTA (2005) **deve-se incluir a descrição dos critérios e parâmetros** adotados no relatório técnico do estudo preliminar. Nas Orientações para elaboração do projeto básico PAC2 (2009) o projeto básico deve **conter elementos e informações necessárias e suficientes e nível de precisão adequado para caracterizar a intervenção e assegurar a viabilidade técnica e executiva do sistema proposto**. Deve-se adotar na forma de apresentação do projeto a **melhor técnica**

e **precisão** necessárias para a compreensão clara e total de todos os projetos. É da responsabilidade pela qualidade dos autores dos projetos técnicos, estudos e relatórios atender aos requisitos de qualidade da Lei das Licitações.

A Carta de Amsterdã (1975) reforça a necessidade de se **organizar** o inventário de construções, conjuntos arquitetônicos e sítios de modo que se **forneça uma base realista** para a conservação. Devem ser largamente difundidos e contribuir para o **planejamento regional**. Todos os instrumentos têm como finalidade o planejamento de ações de preservação (tombamento, desapropriação, registro, vigilância e outras formas de acautelamento e preservação) (Art. 216, Constituição Federal de 1988), que podem ser considerados nos instrumentos de planejamento urbano.

Principalmente o INBI-SU (1989) e o INCEU (2001) explicitam claramente que seus produtos contribuem para o planejamento. O SICG (2009) inclui em sua **estrutura de informações** campos de dados para apoio ao planejamento urbano e normatização de áreas. De acordo com a recente Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN (Portaria nº 375 de 2018), os inventários têm como finalidade subsidiar a gestão do patrimônio cultural material e a definição de outras políticas públicas de preservação, ou seja, devem sempre ser elaborados para serem bases realistas.

A Carta de Lausanne (1990) enuncia princípios aplicáveis ao inventário, prospecção, documentação, pesquisa, informação, apresentação dentre outros. O Art. 4º esclarece que o inventário deve ser o **mais completo possível** sobre a existência, extensão e natureza do bem arqueológico. É considerado como fonte primária de dados para pesquisas e estudos científicos. A **compilação e atualização** dos inventários devem ser realizadas de **modo dinâmico e permanente** contendo **informações em diferentes níveis de precisão e fiabilidade**. A apresentação da informação ao público é considerada como um meio importante para a conservação do patrimônio.

Destacamos o esforço do IPHAN na sistematização das informações em um único **banco de dados georreferenciados** o SICG (2009). Os módulos de conhecimento, cadastro e de gestão possibilitam uma **abordagem sistemática** sobre o bem possibilitando **cruzar informações** para construir estratégias de gestão (rotinas de fiscalização) e de valorização do patrimônio (construção de normatizações, planos de conservação, diagnósticos urbanos visando a reabilitação). A Portaria IPHAN nº 375 de 19/09/2018. Art. 97 determina que para a plena execução do PPCM, o IPHAN **manterá atualizado o SICG**, considerado como instrumento estratégico, em termos de interoperabilidade com os demais sistemas de informação do IPHAN.

Apenas o INRC (1999) menciona que as **informações serão detalhadas por etapas** indicando que as informações são coletadas e apresentam diferentes **níveis de detalhamento**. Nos modelos de inventário analisados a **fiabilidade** das informações produzidas é caracterizada pelo registro das fontes pesquisadas, sendo estas escolhidas com critério a partir da expertise do coordenador.

A Carta de Sofia (ICOMOS, 1996) apresenta a noção de **nível de detalhamento** para que o registro tenha a qualidade esperada conforme sua finalidade. Ressalta a necessidade do **planejamento do registro**, o estabelecimento de **responsabilidades**, a **definição dos conteúdos** e o papel da gestão para garantir a **difusão e o compartilhamento das informações**. Podemos dizer que a maioria dos modelos de inventário detalham as informações para a elaboração do relatório final bem como a composição das equipes e os papéis de cada um. Também há indicação de técnicas (geoprocessamento, fotografia, topografia, digitalização em CAD) e da necessidade de uso de equipamentos (fotográficos analógicos ou digitais, trenas e outros). Contudo, não se verificou indicações a respeito das escolhas de técnicas indiretas (escaneamento 3D e fotogrametria) que poderiam garantir a coleta de uma maior quantidade de informações considerando as características geométricas e visuais.

O INBI-SU (1989) é o que descreve o **planejamento das atividades** de levantamento de modo mais detalhado. Considera tanto as tarefas prévias ao levantamento de campo como as tarefas de gabinete. O planejamento das tarefas prévias inclui o levantamento e reprodução das plantas existentes, mapa cadastral atualizado, identificação dos endereços dos imóveis a serem inventariados, divulgação do inventário aos responsáveis pelos imóveis, reunião com os representantes das comunidades; confecção de camisetas, crachás de identificação, disponibilização de material de campo prancheta, trena eletrônica, se possível, metro, mangueira, lapiseira, borracha, papel). O levantamento fotográfico deve ser realizado paralelamente aos demais e executado pelo coordenador ou arquiteto. Deve-se estipular um método de identificação das fotos e desenhos considerando o endereço dos imóveis. Na etapa de gabinete realiza-se o cadastramento prévio das ruas no banco de dados, a digitação dos dados, a digitalização dos croquis, a alimentação do banco de dados e as análises são preenchidas pelo coordenador.

A Carta de Londres (2006) contribuiu para o uso de **métodos de visualização do patrimônio** cultural baseado no computador para a **comunicação** do patrimônio cultural. As visualizações devem ser construídas considerando **fontes de pesquisa devidamente identificadas**. Os dados devem ser avaliados de **modo estruturado** a fim de garantir a **integridade intelectual**. O processo de construção das visualizações deve se basear em **informações suficientes**, documentando-as de modo padronizado. A divulgação tanto dos resultados da visualização quanto dos métodos empregados é imprescindível para que possam ser avaliados por terceiros e reavaliados quando necessário.

Nenhum dos modelos de inventário indicam como produto a visualização por computador para a comunicação do patrimônio cultural. Mas, podemos dizer que alguns indicam a necessidade de se padronizar termos, padronizar a documentação gráfica e iconográfica e de registrar as fontes dos dados da pesquisa e dos responsáveis pela produção da informação possibilitando uma documentação confiável. Por fim, não é mencionado em nenhum dos modelos de inventários a necessidade de documentar os

métodos adotados nos levantamentos e análises (paradados).

O INBI-SU (1989) indica a necessidade de **registro das fontes** com a elaboração de guia de fontes bibliográficas, textuais, iconográficas e cartográficas. O SICG (2009) inclui em todos os formulários seções para indicação das fontes de informação documental/referências bibliográficas ou fontes/referências das imagens ou fontes e localização dos documentos ou referências bibliográficas ou documentais. O INCEU (2001) ressalta a importância de se ter informações suficientes para a caracterização e análises.

Podemos dizer que todos os modelos de inventário apresentam uma sistematização detalhada das informações a serem coletadas na etapa de registro. Apenas o INBI-SU e o SICG incluem no conjunto das informações, a necessidade de se indicar a proveniência dos dados (natureza) sem, no entanto, estabelecer critérios para julgar a confiabilidade das fontes.

Os diferentes níveis de detalhamento não são explícitos nos modelos de inventário. Apenas o INBI-SU indica que o levantamento completo deve ser realizado no total das edificações das áreas tombadas e nos imóveis mais antigos. Levantamento resumido será aplicado aos imóveis mais recentes dentro do perímetro tombado, ou imóveis onde não podem ser levantados internamente.

Alguns princípios estabelecidos nas cartas patrimoniais, guias e manuais de referência não foram observados explicitamente nos modelos de inventários do IPHAN: **Fiabilidade** (Carta de Lausanne, 1990), **Objetividade, Valores, Tecido, Redundância** (D'Ayala & Smars, 2003), **Transparência e Unidade** (Council Europe, 2009).

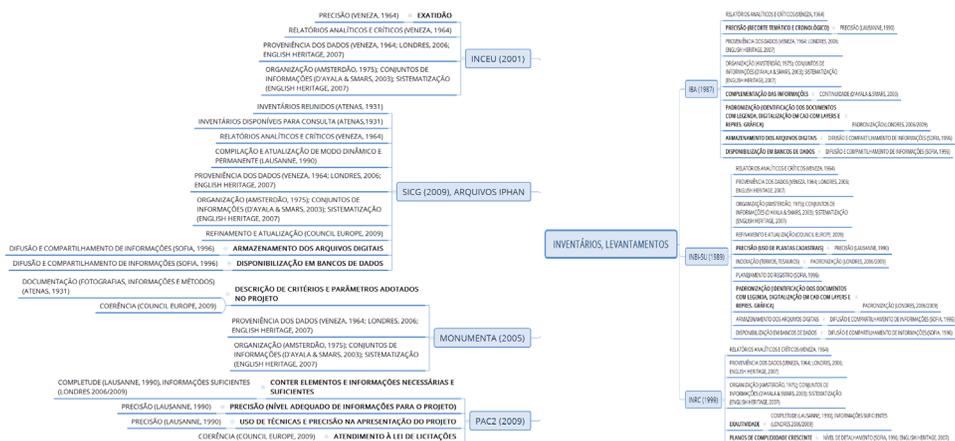


Figura 05: Interpretação dos princípios para a documentação do patrimônio nos modelos de inventário.

A segunda análise visou a identificação de técnicas para o registro e processamento das informações sobre o bem indicados nos modelos de inventários selecionados. Técnicas tradicionais de registro continuam ser úteis pois tem baixo custo, demandam pouco

treinamento e conhecimento prévio sobre o bem a ser registrado. Contudo, seus resultados têm pouca **acurácia**, dificultam a **verificação**, demandam muito **esforço e tempo** e dificulta a coleta de um conjunto maior de dados comparativamente com as técnicas indiretas.

As técnicas de registro digitais aplicadas na produção e armazenamento de informações digitais possibilitam a produção do patrimônio digital (*digital heritage*): desenhos técnicos (croquis + CAD), fotografias digitais (alta/baixa resolução, retificadas, panorâmicas), modelos 3d (fotogrametria e/ou escaneamento laser 3d laser), passeios virtuais e interativos (realidade virtual e aumentada), mapas com informações georreferenciadas (GPS), desenhos topográficos/planialtimétricos (EDM + Estação Total), vídeos e áudios, slides e iconografias digitalizadas, repositórios (bancos de dados) e páginas web.

O manual CIPA Recordim (2007) distingue as técnicas indiretas para a coleta indiferenciada de dados métricos (Fotografia, Fotogrametria, Sensoriamento remoto, Escaneamento laser Lidar, Sistema de Informação Geográfica), das técnicas diretas quando a seleção e a interpretação são realizadas já no ato da captura (desenho, táteis, medição à mão, Estação total, GPS). Na relação entre escala necessária e seleção de dados e produtos, os métodos diretos são capazes de capturar até 1000 pontos, enquanto os métodos indiretos são capazes de capturar aproximadamente 10 milhões de pontos. Recomenda-se que as técnicas sejam utilizadas de modo integrado atendendo às diferentes características dos elementos a serem levantados.

Não identificamos referência quanto à necessidade de atendimento aos procedimentos de registro: **repetibilidade** (medições realizadas por outras técnicas ou pessoas obtendo-se o mesmo resultado), **verificação** (retenção dos dados brutos e do processo como prova), **reversibilidade** (um procedimento pode ser revertido voltando-se aos dados brutos) e **proveniência dos dados** (English Heritage, 2007; CIPA, 2007; WALFARE, 2010). Também não identificamos a necessidade de que os métodos de registro adotados sejam executados levando-se em consideração diferentes padrões de **escala**, **precisão** (repetição de medições, valores e resultados em medições individuais ou seriadas), **tolerância** (indicador de performance da técnica de medição) e **acurácia** (grau de aproximação entre o valor medido e real do objeto).

Apenas os documentos do Programa Monumenta e PAC2 indicam a possibilidade de utilização de métodos indiretos. Não se especifica qual tipo seria adequado ao levantamento de sítios urbanos e imóveis. Estes indicam a necessidade de utilizar **fotografias panorâmicas** e **imagens aéreas** para captura de informações de conjunto. Já a **fotografia digital ou analógica** é referenciada em todos os modelos de inventário para coleta de informações em campo. Não observamos nenhuma referência a possibilidade de adoção do sensoriamento remoto, nem do emprego do escaneamento 3d com laser.

Quanto aos métodos de registro diretos, observou-se apenas a indicação dos **métodos de medição à mão** (com trenas, níveis, mangueiras) e de **EDM** (trenas eletrônicas)

no INBI-SU. Todos fazem referência a utilização de desenhos e croquis. Não observamos a indicação de utilização de GPS que são muito úteis em levantamentos topográficos, nem da necessidade de adoção de múltiplas ferramentas que são necessárias para a complementação dos dados e aferição da acurácia.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que desejamos adaptar estes modelos de inventários em nossas atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisas e atividades de extensão, e que pretendemos adotar tecnologias de baixo custo na produção de inventários de conhecimento e científicos, devemos incorporar no planejamento do registro os procedimentos e padrões indicados nos guias e manuais utilizados como referência.

O próximo passo será a elaboração de um projeto de pesquisa comparativa das informações dos inventários, a correlação com as técnicas e tecnologias de registro, processamento científico e disseminação para a elaboração de um fluxo de trabalho. Prevemos o treinamento da equipe para utilização de fotografia digital, fotogrametria, escaneamento a laser com equipamento portátil e de medição direta uma vez que dispomos destes equipamentos e contamos com a expertise dos docentes do Curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica. Ainda temos como desafio a pesquisa sobre técnicas de armazenamento, sistematização de dados digitais e banco de dados de modo a possibilitar o intercâmbio de informações entre as pessoas da equipe.

## REFERÊNCIAS

BENTKOWSKA-KAFEL, Anna; DENARD, Hugh; BAKER, Drew. **Paradata and Transparency in Virtual Heritage** (Digital Research in the Arts and Humanities). Taylor and Francis. Edição do Kindle, 2016

Brasil. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Cadernos Técnicos 1. Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural / Elaboração**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005. 76 p.

COUNCIL OF EUROPE. **Guidance on inventory and documentation of the cultural heritage**. Strasbourg: Council of Europe Publishing, 2009. ISBN: 978-92-871-6557-2

COUNCIL OF EUROPE – Getty Information Institute's. **The Core Data Index to Historic Buildings and Monuments of the Architectural Heritage** (COE– GII 1998).

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 2 ed. — ver. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

D'AYALA, D. and SMARS, P. **Minimum requirement for metric use of non-metric photographic documentation**. University of Bath Report, 2003.

ENGLISH HERITAGE. **Metric Survey for Heritage Documentation. Documentation for conservation. A manual for teaching Metric Survey Skills. RecordIM.** Swindon, UK: English Heritage, 2007.

EPPICH, Rand; CHABBI, Amel. eds. **Recording, Documentation and Information Management for the Conservation of Heritage Places: Illustrated Examples.** Los Angeles, CA: Getty Conservation Institute, 2007.

ICOMOS. *Principles for the Recording of Monuments, Groups of Buildings and Sites.* ICOMOS, 1996.

IPHAN-Departamento de Identificação e Documentação. **Inventário de Configurações de espaços urbanos. INCEU: manual de aplicação.** Brasília: IPHAN, 2001. (versão preliminar).

IPHAN. **Inventário Nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados. INBI-SU: manual de preenchimento.** Edições do Senado Federal; v.82. Brasília: Senado Federal, 2007. 303p.

IPHAN. **SICG. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão.** Brasília: Publicação do IPHAN - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, 2009.

IPHAN-Departamento de Identificação e Documentação. **IBA. Inventário Nacional de Bens Arquitetônicos.** Brasília, IPHAN, 2002.

IPHAN. Ministério da Cultura. (Brasil). **Orientações para elaboração do projeto básico para contratação de projetos.** Programa Aceleração do Crescimento 2-PAC 2. s/data.

IPHAN. *Portaria nº 160, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre os instrumentos de Inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do IPHAN.* Diário oficial da união. Publicado em: 12/05/2016.

IPHAN. *Portaria nº 375, de 19 de setembro 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.* Diário oficial da união. Publicado em: 20/09/2018.

LETELLIER, Robin. **Recording, Documentation, and Information Management for the Conservation of Heritage Places: Guiding Principles.** Los Angeles: J. Paul Getty Trust, 2007. 174 p.

OLIVEIRA, Mário Mendonça. *Cadernos Técnicos 7. A documentação como ferramenta de preservação da memória. Cadastro, Fotografia, Fotogrametria, Arqueologia.* Brasília: IPHAN, 2008. 144p.

QUINTERO, Mario Santana; BLAKE, Bill; EPPICH, Rand. **Conservation of Architectural Heritage: The role of digital documentation tools: the need for appropriate teaching material.** CIPA/Recordim Initiative. 2007.

## OLINDA, DO MARTÍRIO À GLÓRIA: A HISTÓRIA DA CIDADE MONUMENTO NACIONAL ATRAVÉS DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DO IPHAN (1972-1980)

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 26/05/2021

**Camilla Gomes**

Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil  
Rio de Janeiro-RJ  
<http://lattes.cnpq.br/7404891170528033>

**RESUMO:** O artigo apresenta, a partir da análise do processo de tombamento de Olinda, o pleito para que Olinda fosse reconhecida Monumento Nacional, iniciado em 1972 e findado em 1980. É feita a análise das entrelinhas e do significado que o título teve para a martirizada cidade naquele contexto político, fazendo o contraponto com o que significou para Ouro Preto o título ainda em 1933. Olinda é reconhecida como “Monumento Nacional” doze anos após seu tombamento em 1968, o que nos dá margem a pensar que o tombamento não havia sido “suficiente” para sua preservação, além de questionar o que significou, então, esse título honorífico para a esquecida e injustiçada cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Olinda; Monumento Nacional; IPHAN; Tombamento.

**OLINDA, FROM MARTYDOM TO GLORY: THE HISTORY OF THE CITY- MONUMENT THROUGH THE DOCUMENTATION OF THE BRAZILIAN CULTURAL HERITAGE AGENCY (IPHAN), FROM 1972 TO 1980**

**ABSTRACT:** This article talks about the process of recognizing the city of Olinda as a Brazilian National Monument from an analysis of the documentation of the Brazilian Cultural Heritage Agency (IPHAN) between the years 1972 and 1980. The aim is to understand the meaning that that title had for the martyred city in that political context, making the counterpoint with what meant to the city of Ouro Preto that same title still in 1933. Olinda is recognized as a “National Monument” twelve years after being listed as cultural heritage in 1968, which gives us scope to think that being listed had not been “sufficient” for its preservation, besides questioning what it meant, then, this honorary title for the forgotten and wronged city.

**KEYWORDS:** Olinda; National Monument; Cultural Heritage; Listed Cities.

### 1 | OURO PRETO E OLINDA: PARAGONANDO TRAJETÓRIAS

Ouro Preto foi a primeira cidade brasileira a ser erigida à condição de Monumento Nacional, antes mesmo da existência do SPHAN, que só viria a ser efetivamente criado em 1937. Já em 1933, diante de inquietações sobre a proteção do patrimônio cultural, com o surgimento de projetos de lei para criação de Inspetorias dos Monumentos Históricos, criação de Inspetorias

estaduais etc. Ouro Preto é condecorada com o título honroso de Monumento Nacional<sup>1</sup>.

A propósito, é nas primeiras décadas do século passado que há esse despertar para a proteção do patrimônio arquitetônico no Brasil. E Minas Gerais é enxergada como o “berço de uma civilização brasileira”. Tanto é que já em 1938, com o advento do tombamento, muitas cidades mineiras foram tombadas e protegidas como conjuntos urbanos, a exemplo da própria Ouro Preto.

Foi numa viagem a Minas, em 1916, que Alceu Amoroso Lima e o então jovem Rodrigo Melo Franco de Andrade “descobriram” o Barroco e perceberam a necessidade de proteger monumentos históricos. Foi numa viagem a Diamantina, nos anos 20, que o arquiteto Lúcio Costa, então adepto do estilo neocolonial, teve desperta sua admiração pela arquitetura colonial brasileira. Foi também em viagens a Minas, uma delas em 1924, acompanhado do poeta Blaise Cendrars, que Mário de Andrade entrou em contato com a arte colonial brasileira [...] O fato é que não só mineiros, como cariocas, paulistas e outros passaram a identificar em Minas o berço de uma civilização brasileira, tornando-se a proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros – e, por consequência, do resto do país- parte da construção da tradição nacional (FONSECA, 1997, p. 99).

Nascia a cara do Brasil, um Brasil barroco, pautado na herança colonial branca e cristã, que é a mais fiel representação da identidade que aquela sociedade queria enxergar. Para Miceli (1987, p. 44), “Essa geração de jovens intelectuais e políticos mineiros converteu sua tomada de consciência do legado barroco em ponto de partida de toda uma política de revalorização daquele repertório que eles mesmos mapearam e definiram como a ‘memória nacional’”.

Em 12 de julho de 1933, o chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Vargas, em decreto, diz:

Considerando que é dever do Poder Público defender o patrimônio artístico da Nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os grandes feitos de sua história;

Considerando que a Cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação;

O decreto deixava claro que, a partir daquela data, a cidade e todos os bens nela contidos, como obras de arte ou bens eclesíásticos, ficariam entregues “à vigilância e guarda” do Estado.

A ideia de Monumento Nacional, que foi aplicada a Ouro Preto, ocorreu pela primeira vez antes da existência do IPHAN e da política de tombamento. Seu surgimento tem a ver com a circulação de ideias sobre nacionalidade, também relacionadas ao Movimento

---

<sup>1</sup> Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933. Assina Getúlio Vargas. Processo 0070-T-38. Vol.1, pp. 4. IPHAN-Série Tombamento.

Modernista e às missões culturais de intelectuais brasileiros que desbravavam os rincões do Brasil.<sup>2</sup>

Nos permitindo sair do contexto brasileiro e explorando a ideia de Monumento Nacional, podemos lembrar o entendimento de Le Goff sobre a palavra Monumentum:

A palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às duas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos (LE GOFF, 2003, p. 526).

Le Goff ressalta que o monumento é, por excelência, um legado da memória coletiva. Assim sendo, a ideia de monumento como título honorífico dado à cidade traduz sua importância na manutenção da memória coletiva, e, no entendimento mais contemporâneo de Assmann, na ancoragem da *memória cultural*.

Como já é bem sabido, é na França que a ideia de monumento, passível de proteção e de pertencimento comum, vai ganhar forma, a partir das repercussões da Revolução Francesa de 1789. Fonseca (1997, p. 58) diz que os bens ameaçados de destruição “passaram a ter também um valor como documentos da nação, e se converteram em objetos de interesse não apenas cultural como também político”. A gênese da ideia de patrimônio comum, da faceta pública e do dever civil de protegê-lo, vem desse contexto. Para a autora (*idem*), “A ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos”. A autora fala que foi durante o período revolucionário francês que o valor de nacionalidade dos bens se sobrepuja aos demais valores, trazendo, desde sua gênese, um nexo muito político no entendimento e na proteção do patrimônio. Para Nunez,

A partir do século XIX, passou a considerar-se o monumento nacional como o elemento básico que integraria o patrimônio como herança em comum, baseado no valor de antiguidade, acima inclusive do valor artístico. [...]. Os nacionalismos europeus do século XIX, portanto, viram nos monumentos os testemunhos das virtudes e da identidade dos povos, e por isso os monumentos foram definidos como monumentos nacionais (NUNEZ, 2016, p.197).

É na lógica de servir ao Estado como aglutinador de uma pretensiosa nacionalidade que o patrimônio é pensado, e alavanca-se, então, a ideia de Monumento Nacional.

Olinda, ao contrário de Ouro Preto, tem seu reconhecimento enquanto Monumento Nacional apenas em 1980, doze anos decorridos de seu tombamento pelo IPHAN, em 1968. Em livro<sup>3</sup> comemorativo a elevação de Olinda enquanto Monumento Nacional, Fernando

<sup>2</sup> Sobre isso, cf. FONSECA, 1997, p. 93. Capítulo “O Movimento Modernista e o Patrimônio”.

<sup>3</sup> Edição comemorativa à Elevação de Olinda a Cidade Monumento Nacional 1982. Direitos reservados da edição à Prefeitura de Olinda.

Coelho, autor do projeto de lei que solicitava tal feito, fala sobre o processo:

Outras cidades brasileiras – quase todas mais novas e com presença menos assinalada na nossa história e na nossa vida cultural - já haviam sido distinguidas com o título honroso de “Monumento Nacional”. Com o título e com o tratamento a que o título obriga. Enquanto Olinda permanecia esquecida. Discriminada nos orçamentos federais. Sem conseguir sequer os recursos imprescindíveis para conter o avanço do mar, as inundações do Beberibe, o deslizamento dos morros. Injustiçada com a negativa do galardão e dos serviços públicos a que tinha direito. Abandonada à sua própria sorte, sem meios nem ao menos para conservar o conjunto arquitetônico do Sítio Histórico, ameaçado de destruição (COELHO, 1982, p. 13).

Devemos, porém, problematizar que o significado de Ouro Preto ter sido erigida à condição de Monumento Nacional em 1933 é diferente do que representa Olinda ter sido alçada a esta condição em 1980. Não apenas porque os contextos políticos eram diferentes, mas sobretudo porque eram diversos os conceitos, dado o próprio alargamento da noção de Patrimônio Cultural. Além disso, em 1980, já se havia uma experiência prática de políticas culturais voltadas à preservação do patrimônio de, pelo menos, 40 anos.

## 2 | A MARTIRIZADA OLINDA

Em carta<sup>4</sup> a Carlos Drummond de Andrade, o então presidente do IPHAN, Renato Soeiro, fala, já em 1968, dos problemas que Olinda enfrentava. Primeiro com o avanço do mar, que foi solucionado com a construção de um quebra-mar em torno dos anos 1960. Falava também dos riscos de deslizamento das encostas.

As insatisfações sobre a degradação de Olinda continuam por alguns anos, com repercussões na imprensa. O processo de tombamento de Olinda, processo 674-T-62 do IPHAN, que aqui nos é base de análise, apresenta um hiato de documentação entre os anos de 1968, ano em que se efetiva o tombamento da cidade e 1972, ano que é retomado o registro documental também em função do pleito pela Olinda Monumento Nacional.

---

<sup>4</sup> Carta endereçada a Carlos Drummond de Andrade, em 28 de março de 1968, assinada por Renato Soeiro. Processo 674-T-62, Vol. 1, pp. 28. Série Tombamento, IPHAN.



Figura 2 - Trecho do Jornal O Globo, de 7 de setembro de 1972, constante no processo 674-T-62.

Fonte: Arquivo Noronha Santos-IPHAN.

Trecho do Jornal O Globo, de setembro de 1972, mostra que o então prefeito de Olinda, Ubiratã de Castro, seguiria para se encontrar com o ministro da Justiça para tratar o “tombamento” de Olinda<sup>5</sup> e sua possível inclusão na zona de segurança nacional. Diz o prefeito:

[...] há muito o Governo Federal deveria ter dado à antiga 'Marim dos Caetés' o tratamento dispensado a Ouro Preto. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não pode deixar a cidade abandonada, com suas relíquias – com os velhos templos e mosteiros, seu casario e o seminário – ameaçados de se transformarem em ruínas. Precisamos de verbas para conservar Olinda, 437 anos de luta pela cultura do Brasil.<sup>6</sup>

Diante do cenário desolador da cidade, uma série de articulações foram feitas para chamar atenção para a preservação do patrimônio cultural, considerando todos os processos que corriam em paralelo, como o próprio andamento do Plano de Desenvolvimento Local

5 Olinda já estava tombada. O jornal se referia então ao pleito pela Olinda Monumento Nacional, assim como por verba para a conservação da cidade.

6 Trecho do Jornal O Globo, de 7 de setembro de 1972, constante no processo 674-T-62, Vol. 1, pp. 42. Série Tombamento, IPHAN.

Integrado.

Como figura central na petição de Olinda como cidade Monumento Nacional, Luiz Vital Duarte, enviara, em setembro de 1972, uma documentação que pedia o reconhecimento da velha Marim dos Caetés.

[...] vem, respeitosamente, submeter à alta apreciação de V. Excelência, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, com fundamento no parágrafo 30 do art. 153 da Constituição Federal<sup>7</sup>, a proposta que objetiva transformar a CIDADE DE OLINDA em "MONUMENTO NACIONAL", ouvidos se assim o Governo Federal o desejar os Ministério da Justiça e Conselho de Segurança Nacional, a qual ficaria sob a administração direta do Governo da República, através da pessoa idônea e de plena confiança do Presidente da República [...]<sup>8</sup>

Vital Duarte era oficial da reserva do Exército (Major), residia em Olinda e também era membro do Instituto Histórico de Olinda. Era, ainda, presidente da Irmandade de N. S. da Conceição dos Militares.

Sobre os aspectos legais do título honorífico, e que talvez traga maior clareza sobre a diferença da lei do tombamento, Vital Duarte diz:

A Decretação, pelo Governo da República, da Cidade de Olinda como Monumento Nacional com a prerrogativa de ter na Chefia do Executivo um administrador da confiança do Chefe da Nação, é uma medida que garantiria ao Município o fiel cumprimento das disposições do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que dispõe sobre as medidas de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, impedindo, realmente, que as coisas tombadas continuassem a ser destruídas e, também, sem prévia autorização especial do Instituto do Patrimônio, continuassem a sofrer, como tem sofrido Olinda, pinturas, restaurações e reparos contrastando flagrantemente com as suas linhas fundamentais, com flagrante descaracterização.

[...]

O Administrador Federal da "Cidade Monumento" diligenciará no sentido de que, por falta de iniciativa das autoridades encarregadas de mandar executar as obras consideradas necessárias à conservação de edificações de real valor histórico artístico e cultural, os proprietários das coisas tombadas não viessem a exercer o direito que lhes faculta a lei de requerer o destombamento; diligenciará também para que, em caso da verificação de urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, estas fossem imediatamente projetadas e executadas com a assistência e participação do Serviço do Patrimônio, independente de qualquer outra formalidade que viesse obstaculizar a sua ação fiscalizadora, tendo em vista a preservação dos monumentos de real valor histórico e artístico existentes na Cidade Monumento.<sup>8</sup>

O que propõe Vital Duarte, então, é uma forma de administração mais direta e

7 § 30. É assegurado a qualquer pessoa o direito de representação e de petição aos Podêres Públicos, em defesa de direito ou contra abusos de autoridade. (Artigo 153 da Constituição Federal de 1967)

8 Processo protocolado como MEC 001549, enviado por Luiz Vital Duarte à Presidência da República para requerer a elevação de Olinda à Monumento Nacional. Datado de 25 de setembro de 1972. Processo 674-T-72, Vol. III, pp. 2-20. Série Tombamento, IPHAN.

centralizada sobre a cidade, pois vinda de indicação do “Chefe da Nação”. Seria o Poder Executivo como interventor federal para gerir o patrimônio histórico e artístico de Olinda, sem desconsiderar o significado do Decreto-lei nº 25 de 1937, e levando em consideração o trabalho fiscalizador do IPHAN. Em relação a este órgão, ele deixa claro, porém, que entende não estar sendo suficiente para a preservação da cidade: “[...] conclui-se que a ação fiscalizadora da DPHAN não tem conseguido resultados mais positivos para a preservação dos monumentos, sobretudo em face da indiferença dos Prefeitos que tem ocupado a Chefia daquela Cidade, [...]”<sup>8</sup>, diz o major.

Vemos como o contexto político traz uma outra semântica para o título honorífico de Monumento Nacional, se formos comparar à elevação de Ouro Preto em 1933. Não se trata apenas de um título de honra que a equipararia “às suas irmãs de outros Estados”, mas de uma intervenção federal na administração e gestão da cidade e de seu patrimônio cultural, além de ser uma medida protetiva que poderia angariar mais recursos da União em sua restauração.

O título conversa com as intenções de recuperação de cidades históricas para promoção da indústria turística, como era intenção do governo militar, em seu mote de desenvolvimentismo nacionalista, assim como corroboraria para o trabalho que a UNESCO vinha desenvolvendo no reconhecimento de bens culturais como Patrimônio da Humanidade, como viria a ocorrer a Olinda anos mais tarde.

Politicamente, o Major busca também o nexo da brasilidade que o patrimônio tem por representação. Clama a Olinda um lugar no panteão dos deuses da memória nacional, a memória oficial que representaria o Brasil que se tentava construir naquela época. Continua o Major:

As forças políticas de Olinda não são atuantes nem coesas, [...] desprovidas de objetivos sociais e políticos de grande envergadura, entregam-se comumente nos bastidores, às práticas condenáveis e mesquinhas de uma política partidária alheia aos superiores interesses da coletividade, subestimando, como é óbvio, as mais autênticas tradições que Olinda tem, como legado de seus antepassados que sempre primaram pelo respeito à ordem e à liberdade, fazendo do poder político a força latente que faria florescer a grandeza e os sentimentos de brasilidade de olindenses, então empenhados em estabelecer a autonomia e a independência das suas manifestações culturais e políticas.

Nas suas campanhas [...] limitam-se aos ataques pessoais [...] quando deviam debater com as massas os problemas nacionais, esclarecendo-lhes acerca das medidas de alto nível que vem sendo tomadas pelo Governo da Revolução.

[...]

As facções políticas do Município, em vez de estimularem a formação de valores, procuram alijar das hostes partidárias municipais, homens inteligentes e perspicazes preparados para administrar porque conhecedores dos males que afligem os diferentes setores da atividade pública municipal, muitos deles aliando a um grande fervor patriótico o desejo apaixonado de servir à coisa

pública, só porque tais elementos não se prestariam para agenciar suas barganhas, contrariando os princípios fundamentais da Revolução de Março de 1964.

[...]

Se ocorrer a derrota da Arena, então assumirá o candidato do MDB, acarretando para Olinda uma situação político-administrativa insustentável, completamente divorciada dos verdadeiros objetivos nacionais e sem a força necessária para postular junto ao Governo Central, a implantação de certos melhoramentos que importam no bem-estar, no progresso da Comunidade Olindense.

[...]

Uma solução justa e razoável que consiste na sua transformação em Cidade-Monumento Nacional, antes mesmo da realização das eleições, a fim de que nenhuma relação possa existir entre os resultados do pleito e a concretização da medida aqui sugerida.

De outra forma, o Governo ficará impossibilitado de acorrer às angústias da população Olindense, pois não encontrará no seio dos emedebistas aquela indispensável confiança que lhe possibilite aplicar no Município, os recursos que o mesmo carece para a conjugação dos seus esforços com a União Federal, na execução dos planos nacionais de desenvolvimento.<sup>8</sup>

Os aspectos políticos trazidos pelo Major Luiz Vital Duarte em seu discurso demonstram total alinhamento com a Ditadura Militar, de forma a exaltar os valores prezados pelo governo autoritário como “respeito à ordem”, mostrando que os problemas que, segundo ele, o poder executivo enfrentava, acabava afetando os “interesses superiores da coletividade”, de modo a não provocar o “sentimento de brasilidade” que os cidadãos deviam endossar na época.

Em crítica ao governo municipal, fala que “homens inteligentes e perspicazes” eram alijados do governo, homens que, como ele, possuíam grande desejo de servir à Nação, aliado a “grande fervor patriótico”.

Frisa que o reconhecimento de Olinda como Monumento Nacional legitimaria a intervenção do Governo Federal na administração da cidade. Em relação à Segurança Nacional, o Major continua:

Quanto aos aspectos relativos à segurança nacional, a medida se apresenta como das mais alvissareiras, visto como Olinda, sede de quatro unidades militares, e transformada em Cidade Monumento Nacional sob a Administração Central da União, eventualmente, pode constituir-se ponto estratégico para a manutenção da ordem política e social.

É importante frisar ainda que pela sua condição estratégica, Olinda teve em seu território, recentemente, vários aparelhos de subversão desbaratados pela polícia, os quais se situavam ao longo de suas praias.

Demonstrando claro apreço à “manutenção da ordem política” vigente, o Major via em Olinda “Monumento Nacional” o ponto estratégico de representação do governo

autoritário.

Nessa documentação enviada à Presidência da República através do Ministério de Educação e Cultura, protocolada pelo Departamento de Assuntos Culturais como Processo MEC 001549, Vital Duarte destrincha as razões pelas quais fazia o pleito pela Olinda Monumento:

Por sua arquitetura típica do período colonial brasileiro, quando do fastígio da agro indústria do açúcar nos séculos XVII e XVIII, Olinda de há muito já devia ter sido oficialmente reconhecida como Cidade monumento, o que teria preservado a inteireza de muitas de suas edificações mais historicamente expressivas que, pela ação predatória e inconsequente de administradores incapazes, sofreram ao longo de muitos anos, deformações imperdoáveis com a convivência descabida e ilegal da administração do Município, irregularidade que ainda subsiste, inobstante a ação fiscalizadora do IPHAN.<sup>8</sup>

Vemos que Vital Duarte realça a importância da arquitetura colonial, do testemunho histórico que ela representa e mostra que Olinda andava esquecida pelas autoridades, e que seu prévio reconhecimento como Monumento Nacional poderia ter evitado muito de sua degradação. Insiste em falar, então, do momento de degradação e desolação vivido pela cidade, que vinha sendo denunciado e percebido há anos, porém sem atitudes efetivas para remediá-la. Se pensarmos, então, nos processos paralelos que ocorriam no período, vemos que as missões da UNESCO foram muito importantes para o reconhecimento do valor excepcional da cidade, assim como para o clamor pela “proteção absoluta”, além de já falar sobre as ameaças sofridas pela cidade.

A partir do intento do Governo autoritário em explorar o potencial turístico das cidades históricas, em parceria com a UNESCO, foram pensadas políticas de cultura que revalorizassem os sítios históricos, que restaurassem as cidades degradadas, o que culminou, então, no PCH. Tudo estava ocorrendo em paralelo e de forma interligada, assim como os estudos para a expansão do polígono de tombamento e o próprio PDLI, que tinha como uma de suas premissas o desenvolvimento local através do potencial do turismo cultural. Segundo Chuva e Lavinias,

Destacaremos também uma questão de natureza teórica, relativa ao conceito de Estado que embasa a interpretação das políticas culturais (e do PCH) como parte do processo de modernização autoritária do Estado implementada pelo regime militar - que aprofundou as relações capitalistas no Brasil e complexificou o Estado e a integração de redes sob seu controle (CHUVA e LAVINAS, 2016, pp. 77).

Vital Duarte realça a importância histórica da cidade esquecida, como se esse fosse o traço mais forte de uma memória que era carregada pela cidade, pelos lugares, em seu traçado urbano, em seu casario, em sua espacialidade marcada pelos eventos históricos, sobretudo do passado colonial:

[...] fundada por Duarte Coelho Pereira, Donatário da Capitania de Pernambuco, e, oficialmente, reconhecida como vila por Alvará Régio de

12 de março de 1537, teve considerável importância na história política, social e econômica de Pernambuco e do Brasil, merecendo, portanto, o seu conjunto arquitetônico e urbanístico, cuidados especiais para que conserve as características expressivas da arte Tradicional Brasileira e, também, as significativas peculiaridades regionais.<sup>8</sup>

O major clama por proteção federal à cidade (como se o IPHAN e o tombamento já não cumprissem essa função), dizendo que a municipalidade permite que sejam realizadas obras, tanto de cunho privado quanto estaduais, à revelia da lei de tombamento federal (considerando o tombamento da cidade em 1968), o que provoca progressiva descaracterização do conjunto arquitetônico e urbanístico.

É flagrante, a partir da documentação, os processos de desvalorização e descaracterização vivido pela cidade durante esses anos. Avanço do mar, enchentes do rio Beberibe, construções irregulares, abandono de monumentos, como o Seminário de Olinda. Todo esse processo entra no âmago do impulso de preservação empreendido pelo major Duarte. E no processo, o autor continua a salientar as relações da cidade com os eventos históricos, clamando para a importância da permanência material desse testemunho:

[...] os monumentos históricos de Olinda se destacam não só pela sua imponência, mas, principalmente, pela relação com os mais importantes fatos ligados à formação e ao desenvolvimento da nacionalidade brasileira. Encontram-se no município monumentos de destaque como: o Antigo Colégio dos Jesuítas, primeira instituição de ensino primário do Brasil, até que em 1796, Azeredo Coutinho, Bispo de Olinda, o transformou em Seminário, emprestando-lhe caráter de escola secundária, a melhor escola desse nível até então fundada no país. Foi no velho seminário de Olinda que o célebre Padre Antônio Vieira ensinou retórica. A sua fundação está ligada a iniciativa de Jesuítas ilustres como Manuel da Nóbrega e Luís de Grã. Frequentou-o como aluno o Padre João Ribeiro, herói e mártir da Revolução de 1817. Encontra-se hoje, praticamente abandonado.

Outro monumento de real valor que V. Exa. bem conhece é o mosteiro de São Bento, onde funcionaram os primeiros cursos jurídicos do Brasil, criados pelo Decreto Imperial de 11 de agosto de 1822[...]

O prédio que fora construído por Duarte Coelho para funcionamento do Senado da Câmara e depois doado a D. Estevão Brioso de Oliveira, Bispo de Olinda, que o converteu em Palácio Episcopal, denominação que ainda hoje conserva, permanece sem os cuidados especiais que lhe deviam ser dispensados, somente recebendo ligeiras reparações e pinturas por iniciativa da Cúria, sem a preocupação de reproduzir exatamente os aspectos originais da construção.

Além desses, há vários outros monumentos e igrejas que difícil seria enumerá-los todos, podendo, todavia, ressaltar mais alguns como: A casa que viveu Fernandes Vieira, o Herói da Restauração, a única casa que escapou ao fogo ateado pelos Holandeses e mais uma série de pontos em que se desenvolveram fatos importantes da história colonial do Brasil e a igreja de S. João dos militares que também escapou às chamas do incêndio, merecedores, por conseguinte, da mais rigorosa proteção que até hoje não lhes tem sido dispensada.

A proteção que submeto à honrada apreciação de V. Exa., e do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, assenta, sobretudo, no fato de ter sido Olinda, depois da chegada de Duarte Coelho, em 1535, construída sobre as encostas de uma colina, dominada por uma capela e fortificação, constituindo destarte, o primeiro exemplo na América, de cidade portuguesa tipicamente medieval, de ruas e ladeiras tortuosas e íngremes e de súbitas declividades.

Outro acontecimento de real significação histórica que teve lugar em Olinda, sem dúvida alguma, é o nascimento do “Teatro entre nós em 1575, no Colégio dos Jesuítas”, então Seminário de Olinda onde os seus alunos levaram à cena uma tragédia inspirada na parábola “Rico avarento e Lázaro pobre”, constituindo, destarte, tal encenação a primeira manifestação da arte teatral brasileira que mais tarde se expandiria por todo País.

A casa da Praça Conselheiro João Alfredo apresentando um expressivo conjunto de elementos arquitetônicos que nos permitem identificá-la como um valoroso remanescente da arquitetura residencial do mais remoto período colonial brasileiro, encontra-se hoje em ruínas, sem que ao menos a Municipalidade em conjunto com o IPHAN, se disponha a colocar uma fortificação qualquer para evitar o seu desmoronamento.

O conhecimento e a vivência que tenho dos problemas de Olinda, me têm despertado para a análise dos fatos atentatórios da integridade do seu patrimônio histórico e arquitetural, levando-me a propor a autoridades como V. Exa. e o Chefe da Nação, medidas de defesa capazes de impedir a sua desvalorização e amesquinamento, pois, inobstante a legislação em vigor que proíbe, expressamente, a destruição desse patrimônio, predominam acontecimentos de natureza diversa e de origem variada [...] todos virtualmente prejudiciais à proteção do acervo artístico cultural da velha e legendária Olinda.<sup>8</sup>

Atenção para o nexo de nacionalidade que reclama o Major a Olinda. Em diversos momentos de sua fala, apela para o marco primeiro, o mito de origem que Olinda significa para o Brasil. Primeiro colégio, primeiros cursos jurídicos, primeiro teatro, primeiro exemplo na América da cidade portuguesa. Essa busca pelo lugar fundador é a busca pela âncora da memória. É o estandarte da memória que reside nos locais, como diria Assmann. A autora fala que os locais “solidificam e validam a recordação, na medida em que a ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e também culturas, que está concretizada em artefatos” (ASSMANN, 2011, pp. 318).

Já diria o hino do estado de Pernambuco: A República é filha de Olinda. Vital traz à tona os marcos importantes da História não só de Pernambuco, como do Brasil, que tiveram como cenário Olinda. A construção, o incêndio, a restauração, o primeiro grito da república, o atravessar-o-tempo, são processos de desenvolvimento em que a cidade se transforma ao passo que porta em si, em sua materialidade, em seus lugares, a memória cultural. Vive e testemunha os eventos históricos, de forma a representar um monumento (em Le Goff, o legado da memória coletiva) com expressão de uma nacionalidade requerida, que estava em construção e buscava âncoras do nexo identitário, portanto, sim, Monumento Nacional.

### 3 I OLINDA, MONUMENTO NACIONAL

Olinda, multicentenária, mítica e mística, preserva nas pedras de suas ladeiras e monumentos, as marcas desses sonhos e lutas “que por seu viver morreram”, desde os mais aguerridos Tabajaras e Caetés, aos heróis do Capitão André Temudo contra o invasor batavo, dos mártires da República e da Liberdade, na Guerra fratricida contra os Mascates, aos mais humildes do povo marginalizado que vegeta nos manguezais da Ilha do Maruim, num painel feito de sonhos, fantasias, idealismo e horror, por entre as extasiadas paisagens dos seus “imprevistos horizontes” e das suas cores de azuis e de vermelhos poentes.

Uma cidade – a mais antiga e brasileira das cidades brasileiras – no quanto de Brasil Colonial, seja Portugal dos Trópicos, e seja barroco acachapado, e seja fé cristã sincretizada, e seja escravidão e ideais libertários, e seja tradição e renovação, conspiração e lealdade, bravura e mansidão, canto, forma e cor, cantigas de amor e cantochão de amor divino no ádrio sombrio dos conventos, palmeiras ao vento, sons de sinos, jasmineiros em flor, praias e ladeiras, infância, senectude, começo e fim, entrudo carnavalesco e sisudez monástica das quaresmas medievais.

Cidade símbolo. Muito, muito mais que apenas MONUMENTO NACIONAL – o mais belo testemunho do Homem nos trópicos americanos, produto do Engenho, do Sonho, da Arte das três culturas fundamentais brasileiras, amalgamando-se, miscigenando-se e construindo no Novo Mundo uma Civilização nova e um dia, a Deus querer, uma Nova ordem mais humana, mais cristã e mais digna do que a hoje imperante no dual e conturbado universo dominado pelo sistema industrial capitalista.

Olímpio Bonald Neto, prefácio do livro *Olinda Monumento Nacional*, de Fernando Coelho, 1982.

O prefácio do livro ensaia uma cidade vitoriosa, que havia apenas sido condecorada com o título de Monumento Nacional e representava, na visão daqueles que lutaram pelo título, toda a glória, ainda que por uma perspectiva deveras otimista, da cidade que carregava “nas pedras de suas ladeiras e monumentos” a memória de feitos, eventos, povos, e heróis que viveram a cidade, e que essa memória cultural chegava então àquele presente de Olímpio B. Neto<sup>9</sup> como a herança dessa cidade gloriosa, agora Monumento.

O processo, porém, levou mais alguns anos para ter vitória. A luta pela Olinda-Monumento Nacional começara em 1972 e iria até 1980. Enquanto isso, a cidade enfrentava cheias do Beberibe, avanço do mar, deslizamento de morros, descaracterização de seu patrimônio.

Em 1975 é apresentado à Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 1.140 por Fernando Coelho, então deputado federal do MDB-PE, que, no texto, retoma muito do que foi dito pelo major Duarte. Fernando Coelho usa as palavras do major, publicada precedentemente em “Carta Aberta ao Presidente Geisel”, publicada no Jornal do

<sup>9</sup> Olímpio Bonald Neto da Cunha Pedrosa, advogado, jornalista, folclorista, escritor, poeta e pintor, nasceu em Olinda, no dia 7 de outubro de 1932. Verbete: Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/>>. Acesso em 26 dez. 2018.

Comercio, do Recife, edição de 27 de setembro de 1975. Em palavras do major, dentro do projeto de lei<sup>10</sup>, consta:

A vetusta Olinda, fundada por Duarte Coelho, em 1537, antiga “Capital Eclesiástica pernambucana” e “florão de nossas glórias”, representa, exatamente a melhor e mais preciosa relíquia de nosso passado, de gloriosas tradições nacionais, por ser recordista do pioneirismo: da arte barroca do Nordeste; das moendas de açúcar de Pernambuco; dos cursos jurídicos do Mosteiro de São Bento, cenóbio transfigurado em *templum juris*, do lançamento da semente do ensino primário e eclesiástico do Nordeste, do teatro, da Santa Casa de Misericórdia, do Jardim Botânico, do desenho e lirismo brasileiros; da fundição, da Alfândega, das Irmandades, Ordens Religiosas, do atendimento hospitalar e das Escolas de Agronomia e Veterinária pernambucana; do Seminário para formação de padres católicos, “foco de irradiação das ideias liberais” fundado por Azeredo Coutinho, em 1800; dos Conventos Carmelitanos e Franciscanos e dos Escritores do Brasil; dos formosos monumentos nacionais, dos autênticos movimentos libertários: da guerra dos mascates, no nativismo, da Revolução Praieira, da Revolução Pernambucana de 1817 e da Convenção de Beberibe, antecipando a independência lograda no “Leão do Norte”, onze meses antes que o Príncipe D. Pedro respondesse às Cortes que ficariam no Brasil; dos heróis que erigiram o grande edifício da nacionalidade; do berço da civilização e da cultura nacionais e do primeiro general brasileiro, cuja história e evolução do tempo não conseguirá apagar.

A martirizada Olinda, digna de veneração, dentro de cujos templos se ouviram os mais pungentes gemidos da pátria oprimida, como ecoavam em suas abóbodas as notas melodiosas dos hinos e ações de graças pelas vitórias conquistadas a custo de muito sacrifício e derramamento de sangue que tingiu os chãos sagrados de Olinda, pelos seus mais valentes defensores que escreveram páginas de heroísmo na nossa história-Pátria, oferece aos estudiosos da vida pernambucana um conjunto de aspectos e de sugestões do mais incomparável valor. Em sua fisionomia paisagística, relembra um tanto a velha Coimbra; e se de Portugal emigrou para o Brasil a semente da tradicional Faculdade de Direito, fazendo na lendária Marim, de batismo Tabajara, segundo Frei Santa Maria Jaboatão, nascer a formação jurídica brasileira, na expressão de Oliveira Lima, novos estabelecimentos de cultura universitária se firmam para avivar nela os traços ainda existentes de sua fisionomia coimbrã.<sup>10</sup>

Em conclusão de seu projeto, Coelho diz “Quando se condena e se tenta evitar, a todo custo, a perda da memória nacional; quanto o país se empenha em conservar vivo o passado que serviu de alicerce à sua grandeza no presente – a homenagem que deveremos prestar à cidade de Olinda, através da presente proposição, constitui um ato de justiça a que não poderá faltar o Congresso Nacional”.<sup>10</sup>

O projeto tramita no Congresso Nacional durante cinco anos, trajetória narrada no livro do próprio Fernando Coelho intitulado *Olinda Monumento Nacional*, edição comemorativa ao feito.

A Lei nº 6. 863 de 26 de novembro de 1980 erigiu Olinda em Monumento Nacional,

<sup>10</sup> Projeto de Lei nº 1.140 de 1975, Câmara dos Deputados, por Fernando Coelho. Consta no processo 674-T-62, vol. 3, pp. 74-75. Série Tombamento-IPHAN.

sancionada por João Figueiredo.<sup>11</sup> Olinda já corria, nesse momento, em busca do título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Coelho afirma que “‘Monumento Nacional’ e ‘Patrimônio Cultural da Humanidade’ são títulos que distinguem e notabilizam uma cidade – mesmo aquelas já consagradas como tais” (COELHO, 1982, pp. 102). Ele diz que mais do que título honorífico, a condição de Monumento Nacional traria os recursos e os caminhos para a restauração da velha cidade e “para a melhoria das condições de vida do seu povo sofrido e abandonado à própria sorte, durante tantos anos”.

O discurso do Major foi, desde o início, gatilho da memória cultural urbana, visto que trazia à tona os eventos históricos vividos naquele lugar, o sangue dos heróis derramado naquele chão. Vemos um apelo que se alinhava ao patriotismo e nacionalismo da época, de modo a esperar do governo militar uma espécie de “defesa” da cidade, quando é proposta a ideia de colocá-la na zona de segurança nacional. Vemos o quanto alinhado ao regime estava o major Duarte, e podemos, então, refletir, que Olinda Monumento Nacional é, portanto, traço desse patrimônio branco, cristão, ordeiro, patriota e reconhecidamente filha do regime militar, que buscava, no patrimônio, o monumento nacional, a ideia de “brasilidade” defendida pelo major. Vemos que a ideia de Monumento Nacional está relacionada à criação possível da identidade que se pretendia dentro dos anseios do regime militar. A memória oficial nos discursos do IPHAN e do Congresso que a consagrou em 1980. O burgo Duartino, a Marim dos Caetés, a martirizada Olinda, passava a ser, agora, Monumento Nacional.

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação. Formas e Transformações da Memória Cultural*. Tradução: Paulo Soethe. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

CHUVA, Márcia e LAVINAS, Laís Villela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 75- 98. jan. - abr. 2016.

COELHO, Fernando. *Olinda Monumento Nacional*. Edição comemorativa à Elevação de Olinda a Cidade Monumento Nacional. Prefeitura de Olinda: GTB, 1982.

FONSECA, Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Ipahan, 1997.

IPHAN, **Processo de Tombamento de Olinda**, processo nº 674-T-62, Série Tombamento.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

---

11 Lei que erige Olinda Monumento Nacional em 1980. Consta no processo 674-T-62, Vol. 3, pp. 183. Série Tombamento-IPHAN

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 22, p.44-47, 1987.

NUNEZ, Lorraine Oliveira. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. In: **Faces da História**, Assis-SP, v.3, nº2, p. 194-212, jul.-dez., 2016.

# CAPÍTULO 4

## O MERCADO MUNICIPAL DE TAUBATÉ: ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

*Data de aceite: 01/07/2021*

*Data de submissão: 04/06/2021*

### **Claudia Maria de Moraes Santos**

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de  
Pesquisa e Desenvolvimento  
Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em  
Planejamento Urbano e Regional  
São José dos Campos – SP  
<http://lattes.cnpq.br/6041248204927801>

### **Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali**

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de  
Pesquisa e Desenvolvimento  
Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em  
Planejamento Urbano e Regional  
São José dos Campos – SP  
<http://lattes.cnpq.br/2818832208578259>

### **Valéria Regina Zanetti**

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de  
Pesquisa e Desenvolvimento  
Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em  
Planejamento Urbano e Regional  
São José dos Campos – SP  
<http://lattes.cnpq.br/5861966066047404>

**RESUMO:** Este artigo consiste numa análise acerca do mercado municipal de Taubaté, compreendendo o seu lugar e sua história procurando perscrutar acerca das relações de sociabilidade estabelecidas nesse espaço. A proposta foi elaborada com base no referencial teórico de representação social, que instrumentalizou os conceitos de espaço social,

patrimônio e rugosidade. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram realizadas visitas ao mercado municipal para observação participante na modalidade outsider dos frequentadores deste espaço, bem como se valeu de fontes primárias e secundárias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento Urbano; Mercado Municipal; Espaço; Representações Sociais; Patrimônio Histórico.

### **THE MUNICIPAL MARKET OF TAUBATÉ: SPACE AND SOCIAL REPRESENTATIONS**

**ABSTRACT:** This article consists of an analysis about Taubate municipal Market, understanding its place and history trying to explore the social relationship established at this space. The proposal was based on the social theoretical background, which allowed the concepts of social space, heritage and local roughness. To develop this research visits to the municipal Market were taken to observe it as an outsider, taking primary and secondary resources into account.

**KEYWORDS:** Urban Planning, Municipal Market, Space, Social Representation, Historic heritage.

### **INTRODUÇÃO**

Max Weber (1973) afirma que uma das características da cidade é a existência de um mercado. Tradicionalmente o mercado é um importante ponto de referência sociológico, são considerados lugares onde acontecem as aquisições de mercadorias e a troca de conhecimentos, no mesmo tempo que é um lugar de comércio é de festas e encontros, neste

espaço as pessoas se encontram, conversam e estabelecem relações sociais benéficas para a convivência neste espaço coletivo (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996).

Segundo Lefebvre (2000), o mercado se caracteriza por ser um espaço social; que nele circulam pessoas, objetos, signos e símbolos. Lefebvre afirma que cada mercado, ao longo dos anos, se consolida a partir das redes de compra e de venda de mercadorias e se materializa nas cidades, por edifícios definidos.

No Brasil, vários mercados se tornaram pontos turísticos e mantém suas características arquitetônicas. No entanto, esta não é a realidade da maioria dos mercados municipais, alguns sobrevivem no contexto urbano da cidade, enquanto outros foram totalmente descaracterizados ou demolidos, para dar vazão aos projetos de modernidade dos espaços públicos.

De acordo com França e Rezende (2012), os mercados públicos foram considerados, por muitas vezes, protagonistas e participantes nos processos de transformações urbanísticas das cidades. Estes espaços, que carregam valores e concentram formas específicas de saber e fazer, ficam subordinados à lógica urbana praticada pelas ações do poder público, e podem ser revitalizados ou, dependendo do interesse, eliminados. A manutenção e materialização destes espaços depende dos interesses de grupos que representem a população, garantindo assim a permanência física deste lugar no espaço urbano.

Este artigo busca compreender e analisar o mercado municipal, localizado no município paulista de Taubaté, como espaço de saber vinculado a valores arquitetônicos e à tradição, como espaço que acomoda, além das mercadorias locais, as trocas simbólicas. Objetiva-se também verificar se este espaço, de natureza histórica, carregado de simbologia e representação da forma de viver e se relacionar, particular da localidade, está contemplado nos instrumentos urbanísticos do município, como Plano Diretor e Lei Orgânica do município.

## **METODOLOGIA**

Este estudo, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, foi elaborado com base no referencial teórico de Representação Social e do conceito de espaço, que vai além da materialidade física, instrumentalizado pelos conceitos de espaço social, patrimônio e rugosidade.

A pesquisa se baseou em pesquisas documentais realizadas no site da Prefeitura Municipal e consulta *in loco* no acervo histórico da Divisão de Museus, Patrimônio e Arquivo Histórico de Taubaté com a finalidade de verificar como o Mercado Municipal está contemplado nos instrumentos históricos e urbanísticos do município.

Para registrar as informações das rotinas dos agentes frequentadores deste espaço, fez-se necessário frequentar o local em 20 dias alternativos intercalando finais de semana

e dias úteis e horários diferentes pela manhã e à tarde. O período de observação e permanência no mercado teve duração de 3 horas/dia, totalizando 60 horas. A observação utilizada foi a participante na modalidade outsider, onde pode se observar os indivíduos frequentadores do mercado, conversar informalmente e anotar o que se ouve e vê no espaço estudado.

## **O ESPAÇO DO MERCADO MUNICIPAL**

O mercado Municipal constitui um espaço público significativo para a memória coletiva. Este estudo centra-se no significado do Mercado Municipal para a população de Taubaté, município que compreende a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Surgido como centro de convivência humana e troca de saberes, o mercado de Taubaté foi construído no contexto histórico que nos remete aos séculos XVI e XVII, onde a economia regional era predominantemente de subsistência (REIS, 2013).

No período de descoberta das minas de ouro nas Minas Gerais, Taubaté tornou-se parada obrigatória para os viajantes que partiam dessa província em direção ao porto de Paraty. Outra projeção do município ocorreu, posteriormente, com a economia do café que se desponta em meados da década de 1850. O município, nesse momento, se sofreu as demandas comerciais e de abastecimento, impulsionadas pelo crescimento da população reforçando a necessidade de um espaço para comercialização dos produtos que vinham das fazendas. Inicialmente, este local estava situado na Praça da Igreja Matriz e, posteriormente, foi transferido para o Largo da Bica e, logo depois, para o Largo do Tanque, onde hoje está localizado (REIS, 2013).

A figura 1 representa o mapa de localização do mercado municipal e sua proximidade com o marco zero de Taubaté, que se localiza nas escadarias da Catedral de São Francisco das Chagas, na Praça Dom Epaminondas (figuras 1 e 2).

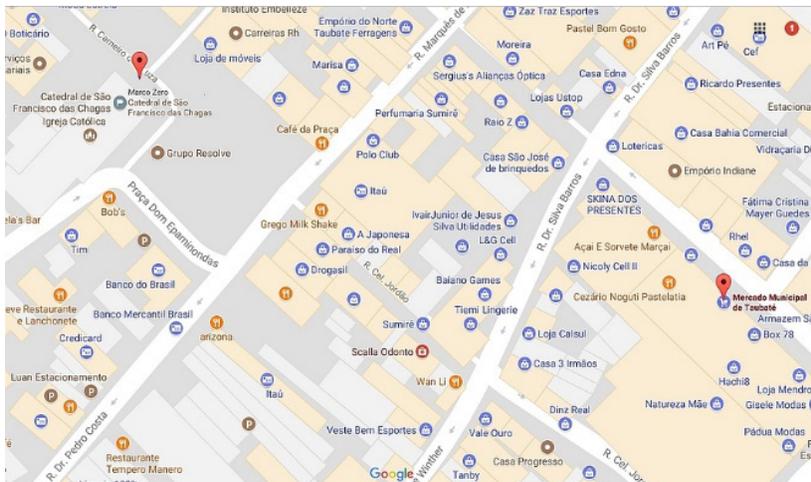


Figura 1 – Mapa de Localização.

Fonte: Google Maps, 2017.



Figura 2 – Marco Zero e sua localização.

Fonte: Acervo das Autoras, 2017.

## MEMÓRIA DO MERCADO MUNICIPAL DE TAUBATÉ

Em princípio, o Mercado Municipal de Taubaté surgiu como ponto de encontro para a troca de mercadorias e para suprir as necessidades básicas da população. No entanto, o local acabou se tornando ponto de troca não só de mercadorias como também de conhecimentos, regado a sólidos laços de amizade.

De acordo com registros das atas da Câmara, entre 1780-1798 (ATAS DA CÂMARA DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ, Tomo I, 1943, p. 8), a região da atual Praça Dr. Campos

Salles, onde se situa atualmente o Mercado, era um simples lugarejo. Esta região era denominada como o “Tanque da Aguada”.

Segundo Reis (2013), por volta de 1840, as feiras livres aconteciam no largo da Matriz São Francisco das Chagas e, só a partir de 1853, é que a feira foi transferida para o Largo do Tanque.

Os registros da primeira construção da Casa do Comércio é de 1860 e, desde então, o espaço foi modificado de acordo com as demandas urbanas. No dia 10 de novembro de 1889, no mesmo lugar, foi inaugurado o “Mercado Velho”, que funcionou até o ano de 1913. Após sua demolição, foi construído o “Mercado Novo”, inaugurado em 15 de janeiro de 1915. A figura 3 representa o Dia de Feira e foi registrado por Anníbal Machado, fotógrafo enviado do Jornal O Estado de São Paulo para Taubaté no ano de 1944. Esta imagem faz parte do acervo do MISTAU, Museu da Imagem e do Som de Taubaté. Este espaço mantém as características de centro do comércio e de sociabilidade da cidade (ANDRADE, 2010).



Figura 3 - Dia de Feira: Mercado Municipal de Taubaté, 1944.

Fonte: MISTAU, 2017.

Em 1992, a Lei nº 2.670 deliberou sobre a autorização para a reforma e ampliação do Mercado Municipal. Segundo Reis (2013), a obra mais significativa ocorreu em 1993, com a construção da cobertura de aço em toda a extensão da área externa, com a colocação de piso nas partes internas e externas, com a instalação de novos banheiros e com as melhorias nos quiosques.

No ano de 2008 foi instituído o Dia do Mercado Municipal de Taubaté, comemorado no mês de novembro, ato deliberado pelo Decreto Legislativo Nº 279/2008.

Em outubro de 2015 teve início uma nova revitalização do mercado. No mesmo ano, ocorreu a comemoração dos 100 anos de fundação do Mercado Municipal. O evento teve o apoio da Prefeitura, por meio da secretária de Cultura e Turismo. A solenidade aconteceu

em janeiro, e seu registro se encontra no Boletim Legislativo da Câmara Municipal de Taubaté.

## A ESTRUTURA FÍSICA E SEU ENTORNO

De acordo com Muriha e Salgado (2011), em São Paulo, por volta dos séculos XVII e XIX, alguns mercados públicos tiveram sua construção remetendo ao tipo de mercado de pátio aberto central. Como exemplos, elencam-se os mercados das cidades de São Paulo (1859-1867), Taubaté (1889) Rio Claro (1895) e São Luís do Paraitinga (1902).

O prédio do mercado de Taubaté passou por várias reformas ao longo dos anos, muitas delas foram pleiteadas pelos vereadores com registro nas atas da Câmara Municipal. No ano de 1975, a lei municipal nº 1.568, desapropriou uma área de 622,60 m<sup>2</sup> no entorno do Mercado Municipal, com o objetivo de ampliação do mesmo.

Em 1992, na gestão do então Prefeito Salvador George Donizeti Khuriyeh, foi autorizado um convênio entre o Executivo Municipal e a Secretaria do governo/ Subsecretaria de Integração Regional do Estado de São Paulo para reformar e ampliar o Mercado Municipal. As obras foram realizadas na gestão do Prefeito José Bernardo Ortiz, em 1993.

Com as constantes reformas, a construção original do mercado foi se modificando, no entanto a mais impactante delas foi a instalação da cobertura metálica representada na figura 4. A construção desta cobertura tinha como objetivo a proteção das bancas externas, o que levou à descaracterização do prédio original.



Figura 4 - Vista Interna: Cobertura Mercado Municipal 2017.

Fonte: Acervo das Autoras, 2017.

O mercado municipal está localizado na área central do município e, de acordo como Plano Diretor do Município, a região é denominada como ZC - Zona Central com uso diversificado de comércio, prestação de serviços, habitacional e institucional. No entanto, o o entorno do mercado foi, aos poucos, se transformando em uma área predominantemente comercial.

Ao redor do Mercado, algumas construções ainda existem e carregam consigo toda sua história. Alguns prédios têm hoje novas funções, diferentes daquelas para as quais foram edificadas. As figuras 5 e 6 mostram um casarão que resistiu ao tempo.

Este prédio, do século XIX tem, registrado em sua fachada, o ano de 1915, data de sua construção, data também do ano da inauguração do Mercado Novo. Este mesmo prédio pode ser observado na figura 3.



Figura 5 - Vista Frontal, ano de 1915.

Fonte: Acervo das Autoras, 2017.



Figura 6 - Elevação Principal, ano de 1915.

Fonte: Acervo das Autoras, 2017.

Alguns espaços importantes no passado ainda se mantêm, porém sem a mesma função, como é o caso da Bica do Bugre, figura 7. Hoje não existe mais água vertendo na bica, no entanto, o espaço ainda tem uma forte representatividade para a população de Taubaté.



Figura 7 - Vista Frontal: Bica do Bugre.

Fonte: Acervo das Autoras, 2017.

O decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, estabelece que “patrimônio histórico e artístico nacional (é) o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937).

Assim, podemos perceber que o município, ao propor as mudanças da estrutura física do mercado municipal e do seu entorno, não estabeleceu diretrizes que preservassem a construção original como patrimônio histórico.

## O ESPAÇO E SUAS REPRESENTAÇÕES

Compreender o espaço sob um olhar sociológico se faz necessário a partir do entendimento de que ele se encontra inserido em um contexto repleto de simbologias, representações sociais e relações espaço-temporais. Para Certeau (1994), o espaço é um lugar praticado. Pode-se assim, relacionar o prédio do mercado, projetado por especialistas competentes, transformado em espaço pelos feirantes, permissionários e clientes.

Pode-se também refletir sobre o conceito de campo, segundo Pierre Bourdieu (1989) como um espaço estruturado de posições onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de determinados postos. No mercado municipal, estas lutas se dão num jogo constante dos feirantes em busca dos clientes, disputando posições e lucros específicos.

Segundo Certeau, Giard e Mayol (1996), esta luta pode ser representada pelo discurso persuasivo que se dá em função de que “os vendedores são obrigados, pela

sua profissão, a chamar os seus fregueses; mantêm com eles uma relação vocal que se poderia dizer hiper-alocutiva, muitas vezes próxima do grito. [...]” (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 63).

Estas relações nos dão mostras da vida cotidiana do espaço e nos levam tentar a entender as relações construídas historicamente entre os homens e o seu meio.

Sujeitos que se ocupam do espaço de diferentes maneiras, os frequentadores do mercado, que vão em busca de produtos com qualidade e preço justo, circulam entre as bancas escolhendo onde comprar e, dependendo do tratamento, acabam estabelecendo uma relação de fidelidade e amizade com os feirantes.

Ao se analisar o dia a dia do mercado municipal de Taubaté, pôde-se perceber um espaço que é vivido, carregado de representação, repleto de símbolos e imagens que os frequentadores descrevem e tentam, cotidianamente, dominar (LEFEBVRE, 2000).

De acordo com Santos (2006), uma definição básica sobre espaço é que este representa um produto social em constante processo de transformação. Para compreendê-lo é necessário apreender sua relação com a sociedade; dessa forma, sempre que há uma mudança em seu contexto, as formas ou objetos geográficos assumem novas funções.

O espaço do mercado, ao longo dos anos, sofreu ações humanas e a sua construção inserida no espaço urbano, foi absorvendo estas alterações. Pode-se observar neste lugar que a atualidade se defronta com o passado, se materializando em práticas construídas que foram se transformando ao longo dos anos.

Santos (2001, p.140) define que o conceito de rugosidade pode ser aplicado “ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares [...]”

## CONCLUSÃO

Conclui-se que o mercado municipal é um espaço vivido repleto de representações sociais. Na observação realizada pode-se perceber que os agentes que ali circulam, lutam cotidianamente pela manutenção e conservação deste espaço.

Os registros da câmara confirmam que as melhorias solicitadas pelos usuários e comerciantes acontecem por intermédio dos vereadores que são os representantes dos permissionários perante o poder público.

De acordo com os documentos pesquisados, observou-se que o mercado municipal não é considerado um patrimônio histórico; seu prédio não foi tombado e suas características originais não foram mantidas. Ele se encontra descaracterizado, tanto a sua estrutura física quanto o seu entorno sofreram alterações. Não se encontrou registros nos documentos oficiais consultados, Lei Orgânica e Plano Diretor, que afirmem seu valor histórico.

Por meio da observação direta e das informações dos boletins da Câmara de

Vereadores de Taubaté, pode se perceber que o espaço do mercado está em constante transformações. As mudanças não se dão apenas nas alterações urbanísticas, em sua estrutura física e no seu entorno, mas também a partir dos agentes envolvidos nas atividades cotidianas da rotina do mercado e nas ações políticas do poder público. Estas ações conjuntas refletem no cotidiano e transformam o espaço urbano no qual o mercado municipal está inserido.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar. Cozinhar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

FRANÇA, Carolina Rebouças; REZENDE, Vera F. (2012). **A permanência e o desaparecimento dos mercados municipais e feiras livres nos espaços urbanos centrais das cidades do Rio de Janeiro e de Salvador**. In Anais do III Seminário Internacional Urbicentro – URBIC # 3 2012 . Salvador: UFBA. Disponível em <http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST225.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone . **A arquitetura dos mercados públicos. Tipos, modelos e referências projetuais**. Arqtextos, São Paulo, ano 12, n. 138.02, Vitruvius, nov. 2011 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.138/4113>>.

REIS, Hélio Monteiro dos. **Tanque da Aguada: A história do Mercado Municipal de Taubaté**. Taubaté: Gráfica Santuário, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2006.

TAUBATÉ. Prefeitura Municipal (2011). **Lei Complementar nº 238/11, de 10 de janeiro de 2011. Institui o Plano Diretor Físico do Município de Taubaté**. Taubaté: Prefeitura. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-complementar-238-2011-Taubate-SP.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2017.

TAUBATÉ. Prefeitura Municipal (2011). **Lei Complementar nº 238/11, de 10 de janeiro de 2011. Institui o Plano Diretor Físico do Município de Taubaté**. Taubaté: Prefeitura. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/pdf/Lei-complementar-238-2011-Taubate-SP.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2017.

WEBER, Max. **Conceito e categoria da cidade: O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

## O TESTEMUNHO DA FORMA - MODIFICAÇÕES DOS EDIFÍCIOS HISTÓRICOS DO BAIRRO DE SÃO JOSÉ

*Data de aceite: 01/07/2021*

*Data de submissão: 22/04/2021*

### **Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega**

Universidade Católica de Pernambuco, Escola  
UNICAP ICAM-TECH  
Recife - Pernambuco  
<http://lattes.cnpq.br/7085859535655335>

**RESUMO:** Os sobrados e as casas térreas são tipos arquitetônicos formadores e presentes na paisagem histórica urbana do Recife, que estão em processo de transformação e com risco de desaparecimento. Essas edificações, presentes no tecido da cidade desde a sua colonização, são protagonistas na história da formação da cidade, configurando, através de suas ocupações, a lógica morfológica da cidade tradicional, que passou a ser preservada em sítios históricos, instituídos por lei como zonas de preservação. À luz de uma análise tipológica, com comparação de elementos morfotipológicos das fachadas dos imóveis das Ruas Direita e Calçadas, no bairro de São José, no período compreendido entre as décadas de 1930 e o ano de 2020, das abordagens de Nelson Brissac Peixoto (1990, 2003), Venturi; Brown e Izenour (2003) e conceitos do marketing varejista, como os proferidos por Blackwell; Miniard e Engel (1999), dentre outros autores, apresentam-se as principais transformações morfológicas dos referidos tipos arquitetônicos através do uso dos imóveis pelas atividades de comércio e serviços. Transformações essas que

se constituem ameaças para a preservação da identidade cultural desses sítios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comércio, Patrimônio Histórico, Morfologia Urbana, Paisagem Cultural.

**ABSTRACT:** The “sobrados” and the ground-floor houses are architectural types forming and present in the urban historical landscape of Recife, which are in process of transformation and with risk of disappearance. These buildings, present in the fabric of the city since its colonization, are protagonists in the history of the formation of the city, configuring through its occupations the morphological logic of the traditional city, which is now preserved in historical sites, established by law as a conservation area. In the light of a typological analysis, with comparison of morphotypological elements of the facades of the buildings of Rua Direita and Rua das Calçadas, in the neighborhood of São José, in the period between the 1930s and the year 2020, of the approaches of Nelson Brissac Peixoto (1990, 2003), Venturi; Brown and Izenour (2003) and retail marketing concepts, such as those uttered by Blackwell; Miniard and Engel (1999), among other authors, present, the main morphological transformations of these architectural types through the use of the properties by the activities of commerce and services. These transformations constitute threats to the preservation of the cultural identity of these sites.

**KEYWORDS:** Trade, Historical Heritage, Urban Morphology, Cultural Landscape.

## 1 | INTRODUÇÃO

As áreas históricas do centro do Recife / PE / Brasil ilustram, através da sua paisagem, o processo de formação da cidade, com o seu antigo tecido urbano que apresenta transformações físicas representativas dos diversos momentos das práticas arquitetônicas e urbanas que nela ocorreram. No processo formador da paisagem urbana ora existente, a atividade comercial esteve sempre presente.

Dentro deste processo formador da paisagem, observa-se que, apesar das áreas históricas serem reconhecidas pelo Poder Público municipal como áreas de preservação de seu patrimônio construído, a arquitetura presente no seu espaço urbano está em um processo de descaracterização. Espaços públicos e edificações são modificados fisicamente em função da presença das atividades comerciais, modificações estas que contribuem para um crescente processo de descaracterização da arquitetura, em especial das áreas determinadas legalmente como sítios históricos.

Na dinâmica urbana que envolve o planejamento da cidade, o comércio de varejo é tomado muitas vezes como alternativa, uma vez que dá a possibilidade de uso a edificações históricas que não mais abrigam o uso habitacional, considerando que este uso passou, nas últimas décadas, a pertencer a bairros periféricos. Este mesmo comércio de varejo também pode ser visto como um problema, uma vez que pode contribuir, como será apresentado no desenvolvimento deste artigo, para um processo de descaracterização dos imóveis que o abrigam.

Todavia, o fato é que o comércio varejista aí está, ocupando à sua maneira o espaço físico, gerando novas formas de relações sociais, movimentando a economia e transformando a imagem da cidade. Assim, a identificação dos processos transformadores da arquitetura presente nos sítios históricos, aqui apresentados, vem contribuir com possíveis ações de controle e planejamento urbano, as quais possam atender tanto às necessidades deste comércio, que dinamiza a cidade, quanto às demandas da preservação e conservação do patrimônio histórico urbano.

Para se compreender o processo de modificação das fachadas aqui descrito, foram analisadas e comparadas as fachadas dos imóveis das ruas situadas em zona de preservação histórica, Direita e Calçadas, do bairro de São José, a partir de registros iconográficos, fotos e desenhos, existentes das décadas 1930, 1970, 1980 (dos arquivos da Prefeitura da Cidade do Recife que subsidiaram a instituição dos Sítios Históricos no Recife, através do Decreto nº 13.957 / 1979), e fotos e desenhos de 2006 (elaborados para tese de doutoramento - In: NÓBREGA, 2008) e de 2020, que atualizam a pesquisa realizada entre 2006-2008.

Em seguida, as transformações morfológicas presentes nos diversos períodos foram analisadas à luz das abordagens de teóricos que tratam tanto da arquitetura quanto da paisagem, como Nelson Brissac Peixoto (1990, 2003) e Robert Venturi, Denise Scott Brown

e Steven Izenour (2003) e, também, por conceitos pertinentes ao *marketing* varejista, que auxiliaram na compreensão das demandas da atividade varejista, uso predominante do comércio que hoje ocupa os imóveis históricos e promovem suas transformações.

## 2 | O SOBRADO E A CASA TÉRREA - TIPOS QUE DEFINEM A PAISAGEM

Devido à escassez de terras, em um ambiente entrecortado por rios e limitado pelo mar em sua porção leste, o processo de formação inicial do Centro Histórico do Recife / PE (bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista) se deu a partir da construção de edificações que tendiam à verticalização, coladas umas às outras em suas laterais, situadas no paramento da via, em lotes estreitos e compridos. Dessa forma, prevalecia no espaço urbano um tipo de edificação com mais de um pavimento, onde, predominantemente, o comércio ou as atividades de serviços (ligadas ao trabalho escravo) situavam-se no andar térreo, e o uso residencial ou de alojamento situava-se nos andares superiores, ou seja, um tipo de edificação denominada sobrado (figura 01). Segundo Robert Smith (1979, p. 231):

(...) o inventário de 1654 evidencia o fato da maioria das antigas casas do Recife terem no andar de baixo lojas onde a família, que morava no sobrado, estabelecia seus negócios, costume esse que se pode notar através de todo o mundo português e observado frequentemente (sic) pelos viajantes de outros tempos em Portugal, no Brasil e em Goa. Tão generalizado era este costume, que a expressão “loja” era arbitrariamente aplicada ao andar térreo das casas de cidade na terminologia portuguesa antiga, chamando-se, portanto, os andares intermediários, quando existem, “sobrelojas”.

Neste período, havia uma diferenciação entre o mercador que comercializava em lojas de sobrado e aquele que comercializava em lojas de casa térrea. O primeiro fazia-se identificar por mercador de sobrado, comerciante por atacado, que, muito provavelmente, através da mascateação, enriqueceu e estabeleceu seu comércio no sobrado (NÓBREGA, 2008).

Já o comércio situado em casas térreas era, predominantemente, dedicado ao varejo e exercido pelos mercadores de loja, os quais praticavam o trabalho manual de medir e pesar mercadorias (MELLO, 2003, p. 209).

Mas foi sem dúvida no Recife que se antecipou, entre nós, por um conjunto de circunstâncias já sugeridas, o tipo de edifício mais caracteristicamente urbano. Sobrados patriarcais de três, quatro e, na primeira metade do século XIX, até cinco ou seis andares. Sobrado onde as atividades da família – ainda parcial e já burguesa – começaram a espalhar-se em sentido quase puramente vertical mas com o mesmo luxo e a mesma largueza dos espaços das casas-grandes de engenho. Assim, o sobrado que Kidder conheceu no Recife dos primeiros tempos da Independência - casas de seis andares, escreveu ele, “de um estilo desconhecido nos outros pontos do Brasil”. Esse estilo de casa era típico da habitação dos recifenses mais ricos – os comissários de açúcar Os fidalgos do comércio. No andar térreo, ficavam o armazém e a senzala; no segundo, o escritório; no terceiro e no quarto, a sala de visitas e os quartos de dormir; no quinto, as salas de jantar; no sexto, a cozinha. E ainda por cima

desse sexto andar havia um mirante, ou cocuruto, de onde se podia observar a cidade, admirar a vista dos arredores, gozar o azul do mar e o verde dos mamoeiros, tomar fresco. (FREYRE, 2003, p. 152).

Protagonistas de uma paisagem pontuada pelas torres das igrejas, os sobrados e casas térreas modelaram as vias e os espaços da cidade tradicional, conformaram o tecido urbano dos sítios históricos do Recife. E assim, por delimitarem as vias e por, nem sempre, obedecerem alinhamentos existentes (seja de altura, seja da linha do paramento), esses edifícios passaram por um primeiro período de transformação, após a vinda da coroa portuguesa para o Brasil, através da contratação pela Câmara Municipal do Recife, em 1828, do engenheiro alemão João Bloem para ser o “Encarregado da Architectura da Cidade” (SOUZA, 2002).

João Bloem estabeleceu que sobrados e casas térreas deveriam suprimir as biqueiras, bem como estabeleceu alturas para as construções, e também a altura de portas e janelas, a colocação de platibandas e cornijas. Desta forma, os edifícios a serem construídos, e mesmo os existentes, passaram por um processo de transformação nas suas configurações externas, onde platibandas, cornijas e foram acrescentadas, portas e janelas passaram a obedecer à quantidade e altura predefinidas. Essas primeiras regras vieram a integrar o conjunto de regras promulgado em 1839, denominado “As Posturas Adicionais da Architectura, Regularidade e Aformosamento da Cidade” (SOUZA, 2002).

Assim, regularizados e acrescidos de platibandas e cornijas (ornadas ao estilo eclético, em voga no final do século XIX e princípio do século XX), os sobrados e as casas térreas adentraram o século XX, apesar de seu Centro tradicional passar por processos de transformação diversos e modernizadores. São exemplos desta transformação a abertura de avenidas (Dantas Barreto e Guararapes) – fato que demandou a demolição de parte dos edifícios ainda remanescentes de ocupação de séculos anteriores – e mudanças de paradigmas estético-construtivos, a partir do desenvolvimento da Arquitetura Moderna na cidade, no qual a arquitetura tradicional cedeu espaço à linguagem arquitetônica em que se inseria.

Neste âmbito, o poder da resistência de sobrados e de casas térreas remanescentes do tecido tradicional se dá, inclusive, na capacidade de introduzir novos elementos “geometrizados” no tratamento das fachadas, que incorporam parte desta nova linguagem em adornos e/ou elementos construtivos. Portanto, por suas permanências nos sítios históricos até os dias atuais, é possível afirmar que esses edifícios constituem tipos edificados caracterizadores da paisagem dos sítios históricos do Centro do Recife, que vieram a ser instituídos como área de preservação a partir da década de 1980.

### 3 | TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM HISTÓRICA PELAS MUDANÇAS NOS TIPOS EDIFICADOS

Apesar de os sobrados e as casas térreas ainda predominarem morfológicamente nas áreas históricas do Centro, chama atenção o processo acelerado de transformação desses tipos a partir do século XX, especialmente em virtude de demandas relativas ao uso dos imóveis. Estes, que inicialmente se caracterizavam por abrigar o uso misto (residência e comércio), passaram apenas a abrigar o uso comercial, predominantemente de varejo, com andares superiores ao térreo utilizados para depósito do estoque e/ou administração do negócio, em detrimento ao uso habitacional.

Ressalte-se que é a partir do final da década de 1960 e princípio da década de 1970 que o Recife entra economicamente em uma nova fase de crescente expansão industrial, e a integração das economias regionais levam à institucionalização da Região Metropolitana do Recife (RMR). “A metropolização representou, para o Recife, uma descentralização de atividades e uma redefinição funcional entre espaços da economia” (ZANCHETI *et al.*, 1998, p. 14).

Foi a partir dos anos 1960 que, com incentivo do Poder Público, a indústria automobilística no Brasil cresceu, e no Recife não foi diferente. O crescimento da frota de automóveis contribuiu para a metropolização urbana, de modo que alguns consumidores do varejo, aqueles representantes das classes econômicas mais abastadas, passaram a ser consumidores motorizados. As edificações do Centro também deixaram de ser atrativas para a habitação desta classe motorizada, que procurava novas formas contemporâneas de morar.

Portanto, em áreas periféricas, como a zona sul da cidade (bairro de Boa Viagem) e em direção à zona oeste (bairros Espinheiro, Parnamirim, Casa Forte), localizaram-se os dois maiores vetores de expansão urbana. Para essas áreas migrou a população usuária do transporte automotivo individual, a partir da década de 1960. Junto com esse deslocamento populacional, seguiu-se também o deslocamento das atividades de comércio e serviços especializados dirigidos para o padrão de consumo dessas classes sociais (NÓBREGA, 2008).

Esse deslocamento das atividades de comércio e serviços especializados suscitou um grande impacto para os bairros do Recife, Boa Vista, Santo Antônio e São José, contribuindo para a perda de importância da área central do Recife como localização do comércio especializado e passando a abrigar atividades de comércio e serviços voltadas para os consumidores usuários do transporte público, visto que o Centro abriga rotas terminais e baldeações importantes de ônibus, principal forma de transporte público urbano da cidade.

As modificações dos sobrados e das casas térreas ocorrem, principalmente, por não mais abrigarem o uso residencial de épocas anteriores e passarem a possuir unicamente o uso de comércio e/ou serviços. Assim, o tipo sobrado e o tipo casa térrea remanescentes do

final do século XIX passaram a sofrer rápidas transformações morfológicas, transformações essas que, muitas vezes, estão presentes em trechos contínuos de ruas do tecido histórico e acabam por descaracterizar a paisagem histórica existente.

Assim, abertura de porta(s) larga(s) no térreo (em detrimento de portas estreitas ou portas e janelas), acréscimo de altura da platibanda (com ou sem acréscimo de pavimento superior), marquise aposta na fachada, mudança de inclinação da coberta, modificações nas aberturas que compõem o corpo do edifício, mudança de materiais (de coberta, revestimento de fachadas, entre outras), interligação de dois ou mais imóveis (muitas vezes com unificação dos elementos de fachada), modificações das aberturas que compõem o corpo do edifício, vêm constituir mudanças frequentes verificadas nas fachadas e nos volumes das edificações em consideração aos tipos remanescentes do século XIX que caracterizam a morfologia da cidade tradicional. Esses edifícios são entendidos para fins desta análise como “edifícios modificados”.

No caso da utilização de portas largas, no pavimento térreo, reforça-se a necessidade da vitrine na arquitetura comercial. Vitrine esta que não é necessariamente a caixa de vidro para a exposição de mercadorias, mas o vão através do qual o transeunte visualiza a mercadoria do estabelecimento – quanto maior o vão, melhor a apreensão visual.

As marquises fornecem sombra e proteção aos transeuntes que utilizam os passeios de áreas comerciais. Todavia, as marquises surgem não como um elemento contínuo de cobertura para proteção do transeunte que utiliza o passeio (apesar disto acontecer por consequência), mas, apostas acima das portas largas, surgem da necessidade de proteção das mercadorias ou da loja das intempéries, para esta nova e permanente modificação que é a porta larga.

O sobrado remanescente do século XIX, que nos pavimentos superiores detinha o uso habitacional, passa agora a possuir seus pavimentos superiores para o uso de depósitos e administração do negócio. Muitos depósitos, inclusive, servem a outros comerciantes da área. As transformações ocorridas no corpo do edifício (fechamento ou aberturas de vãos, aumento do número de pavimentos, modificação do coroamento existente) vêm responder a estas novas demandas funcionais do edifício, as quais procuram atender às necessidades da utilização do espaço, seja como depósito, seja como administração, ou mesmo ambos.

O “edifício modificado”, apesar das transformações ocorridas, está inserido na malha urbana do sítio estudado, mantendo certas características de fachada que ainda tornam possível compreendê-lo como edificação remanescente do sobrado ou da loja do século XIX.

Mas, juntamente com os edifícios modificados, surgem também os edifícios descaracterizados. Aqueles que não trazem consigo elementos construtivos ou uma composição de fachada que lhes remetam para a arquitetura do século XIX. Individualmente, este tipo não pode ser reconhecido como edifício de valor histórico.

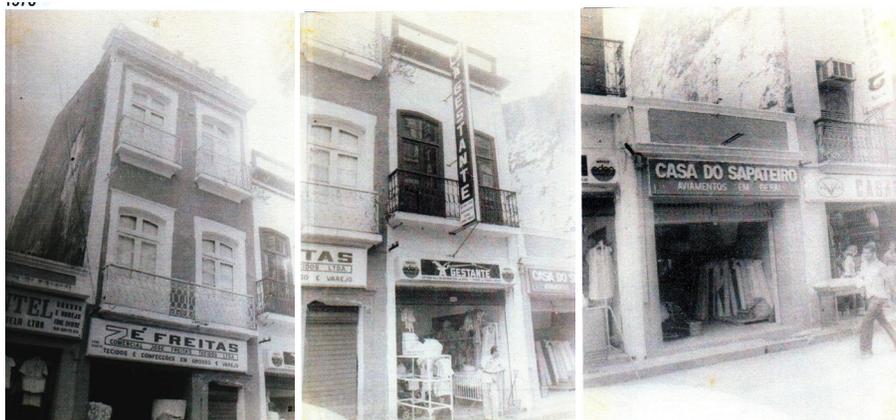
Edifício de linhas abstratas (com fachadas simplificadas, sem adornos ou proposições

de variedades de elementos arquitetônicos de composição), insere-se volumetricamente na malha urbana histórica, introduzindo novos elementos de composição em relação ao tratamento das fachadas remanescentes do século XIX, mas que nega uma relação compositiva com a arquitetura existente. A única semelhança com o edifício comercial que o antecede historicamente está na sua inserção na malha urbana histórica caracterizada por possuir lotes estreitos e profundos. Sua ocupação é, assim como os sobrados, verticalizada com apenas uma fachada visível ao usuário da via. No entanto, esta fachada responde ao novo programa comercial dos séculos XX e XXI, composto de loja no térreo e depósito nos demais pavimentos (figuras 01 a 07).



Figuras 01, 02 e 03. Descaracterização do imóvel nº 232 da Rua das Calçadas (no centro das fotos) na década de 1970, em 2006 (em laranja) e em 2020 (em verde).

Fontes: figura 01– Prefeitura da Cidade do Recife; figuras 02 e 03 – Maria de Lourdes Nóbrega.



Figuras 04, 05 e 06. Fachadas dos imóveis nº 219, 225 e 229 da Rua Direita, na década de 1970.

Fonte: acervo da Prefeitura do Recife.



Figura 07. Modificação das fachadas dos móveis 219, 225 e descaracterização do imóvel 229 da Rua Direita, com interligação dos três imóveis.

Fonte: Maria de Lourdes Nóbrega, 2020.

Na iconografia pertinente aos anos de 1970 (pertencente aos estudos que subsidiaram a instituição dos sítios históricos no Recife), foram encontrados edifícios que, morfologicamente, não faziam parte da estrutura apresentada para o edifício do século XIX, edifício este que, como já foi dito, representava a loja em sobrado. Esses edifícios, já do século XX, reformados ou reconstruídos no antigo tecido urbano central, haviam incorporado a linguagem do Movimento Moderno da arquitetura, traduzindo em suas fachadas valores compositivos, tais como: fachadas livres, com grandes planos de vidro, estruturas aparentes e independentes (figuras 08 e 09).



Figuras 08 e 09. Edifícios que incorporaram a linguagem do Movimento Moderno da arquitetura no bairro de São José. Década de 1970.

Fonte: acervo da Prefeitura da Cidade do Recife.

Também no século XX, aparecem transformações do edifício histórico ou

substituições desses edifícios por outros que se caracterizam pela supressão dos elementos compositivos do corpo da fachada frontal do edifício, o qual, após reformado, recebe um invólucro com pouco ou nenhum elemento de composição.

Apesar da forma despojada de adornos adotada para o novo volume, não é percebida a intenção de se buscar, nas reformas analisadas, uma modernidade (enquanto estilo arquitetônico), mas de se adequar de forma utilitária às premissas de loja no térreo e depósito/administração nos pavimentos superiores (sem maiores custos para tal). Desta forma, e com base na análise das transformações que ocorrem nas edificações estudadas, os edifícios comerciais descaracterizados são aqui denominados de edifícios *containers* (como demonstra o edifício nº 229 da Rua Direita, ilustrado pelas figuras 06 e 07).

## 4 | O MARKETING E A LOJA

Neste âmbito, Peixoto (1990 e 2003), Venturi *et al.* (2003) destacam-se como pensadores de uma arquitetura do edifício comercial e suas relações com o espaço urbano. Os conceitos e valores acerca de um novo olhar sobre o cidadão e observador urbano, abordados por esses autores, auxiliam o entendimento e análise do processo de transformação dos edifícios comerciais da cidade, sob o novo contexto da sociedade que se desenvolve sob a ótica do planejamento urbano protagonizado pelas demandas do automóvel.

Peixoto (1990) aponta a observação do espaço urbano através da velocidade imposta pelos automóveis e os meios de comunicação. Neste sentido, ambos modificam a constituição da realidade, influenciando as transformações vigentes, modificando de tal forma as estruturas urbanas que o indivíduo que vive nas grandes cidades é

“um passageiro metropolitano: em permanente movimento, cada vez mais longe, cada vez mais rápido. E esta crescente velocidade determinaria não só o olhar, mas sobretudo o modo pelo qual a própria cidade, e todas as outras coisas, se apresentam a nós” (PEIXOTO, 1990, p. 361).

Peixoto diferencia o olhar do pedestre, usuário da estrutura urbana anterior ao século XX, do passageiro em veículo automotivo, usuário das cidades contemporâneas, o veloz transeunte urbano. As cidades “tradicionais, anteriores ao século XX, eram feitas para serem vistas de perto, por alguém que andava devagar e podia observar o detalhe das coisas” (PEIXOTO, 1990, p. 361), cidade onde o ornamento e detalhes da arquitetura construiriam a representação.

A herança deixada pela estética do século XIX como legado ao atual transeunte urbano consistiria no entendimento da participação deste transeunte em todos os fenômenos que ocorrem no espaço público. Assim, Peixoto atribui esta nova linguagem do edifício galpão a uma interpretação da linguagem da arquitetura pós-moderna, que transforma os edifícios em murais, letreiros, telas. “Painéis luminosos que reproduzem

castelos medievais ou haciendas mexicanas. Assim no espaço urbano, [...] Em vez de se construir a representação, se representa a construção” (PEIXOTO, 1990, p. 362).

Esta nova maneira de interpretação do lugar, constituído então de uma arquitetura que atua como suporte de placas e letreiros, acarreta, conseqüentemente, uma mudança de identidade desse lugar: “O mundo se converte num cenário, os indivíduos em personagens. Cidade – cinema. Tudo é imagem” (PEIXOTO, 1990, p. 361). Assim, o edifício que ainda nos anos de 1970 apresentava características estilísticas da arquitetura eclética é encoberto por placas e letreiros, passando a ser um elemento de mídia, contribuindo para a transformação da identidade do lugar.

Já Venturi *et al.* (2003) analisam a arquitetura comercial com um foco específico na cidade de Las Vegas, nos EUA, cidade cuja principal avenida, a *Strip*, abriga diversos cassinos e hotéis, destacando-se por possuir uma arquitetura composta por uma grande quantidade de letreiros e de luminosos. Venturi *et al.* (2003) assume a arquitetura de Las Vegas como um fenômeno de comunicação, sem questionar os valores morais que envolvem a relação da propaganda e sua relação com o usuário desse espaço. Segundo o autor, “a moralidade da propaganda comercial, dos interesses do jogo e do instinto competitivo não está em questão” (VENTURI *et al.*, 2003, p. 27), apesar de acreditar que esta percepção faz parte das tarefas mais amplas do arquiteto.

Através desta análise, a arquitetura comercial que se apresenta em Las Vegas unicamente através de placas luminosas é classificada como antiespacial (VENTURI *et al.*, 2003, p. 40). Segundo estes autores: “uma arquitetura mais de comunicação do que de espaço; a comunicação domina o espaço como um elemento na arquitetura e na paisagem” (VENTURI *et al.*, 2003, p. 40).

Tal entendimento sobre a arquitetura, que é representada pelo letreiro como antiespacial, coincide com a definição de Peixoto, que a traduz não como uma construção, mas como uma “representação da construção” (PEIXOTO, 1990, p. 361), ou seja, o edifício construído tem como objetivo principal a comunicação, neste caso, em forma de publicidade. Relacionando, assim, arquitetura e publicidade, Venturi *et al.* (2003, p. 35) compreendem a arquitetura comercial como uma “arquitetura de persuasão”.

Para compreender a “arquitetura de persuasão”, Venturi *et al.* (2003, p. 35) demonstram a diferença entre a comunicação existente em um bazar árabe, ou seja, em uma antiga forma de comércio, e a loja ocidental dos tempos atuais. No bazar, a relação entre o produto comercializado e o consumidor se dá pela proximidade que existe entre ambos (os sons, os odores, o tato contribuem para tal). Há, neste caso, o que o autor denomina de “persuasão oral explícita”, em oposição aos tempos atuais, em que a “embalagem gráfica substitui a persuasão oral do vendedor e o sinal gráfico, no espaço se tornou a arquitetura dessa paisagem” (VENTURI *et al.*, 2003, p. 39).

Nesta paisagem comercial, salientam Venturi *et al.*, a arquitetura não é suficiente. “Uma vez que as relações espaciais são feitas mais por símbolos do que por formas, a

arquitetura nessa paisagem se torna mais símbolo no espaço do que forma no espaço” (VENTURI *et al.*, 2003, p. 40). Chega-se, então, ao extremo de a própria construção ser o anúncio, como exemplificam os autores, com a edificação denominada “O Patinho de *Long Island*”, que é símbolo escultural e abrigo arquitetônico” (VENTURI *et al.*, 2003, p. 40).

Também se observa na arquitetura da *Strip*, de Las Vegas, que apenas as fachadas frontais das edificações têm tratamento estilístico, os fundos da edificação não são tratados plasticamente, “mesmo os cassinos dão suas costas ao entorno local, expondo formas e espaços residuais dos equipamentos mecânicos e áreas de serviço” (VENTURI *et al.*, 2003, p. 53).

Enfatizando a imagem, acima do processo ou da forma, Venturi *et al.* (2003) apresentam a manifestação arquitetônica que é denominada “Galpão Decorado; tipo de edifício cujos sistemas de espaço e estrutura estão diretamente a serviço do programa, e, o ornamento se aplica sobre estes com independência” (p. 119).

“O pato é a edificação especial que é um símbolo; o galpão decorado é o abrigo convencional a que se aplicam símbolos” (VENTURI *et al.*, 2003, p. 119). Os autores estudados concordam com o fato de a arquitetura comercial atual ser orientada para o automóvel, típica do espalhamento (sic) urbano. Outrossim, para Venturi *et al.* (2003, p. 119), a arquitetura comercial “procura defender o simbolismo do feio e do banal na arquitetura e a significação particular do galpão decorado, com frente retórica e fundos convencionais: por uma arquitetura como abrigo com símbolos por cima”.

Mas, como associar esta arquitetura descrita por Venturi *et al.* (2003) e Peixoto (1990) à arquitetura existente nos sítios históricos do Centro recifense, visto que as lojas dos sítios históricos estudados são localizadas em espaços de passagem, direcionados ao consumidor que anda a pé, e as lojas descritas por Venturi *et al.* e Peixoto encontram-se em corredores viários de maior velocidade?

Partindo das funções básicas do varejo, estabelecidas pelas teorias do marketing varejista: “i) fornecer uma variedade de produtos e serviços, ii) dividir lotes em pequenas quantidades, iii) manter estoque e iv) fornecer serviços” (BERNARDINO *et al.*, 2004, p. 17), percebe-se que, morfológicamente, a resposta para atender a estas funções resume-se em: espaço de venda (aquele que abriga as atividades relacionadas ao fornecimento de uma variedade de produtos e serviços) e espaço de depósito (aquele que abriga as atividades relacionadas à manutenção de estoques e divisão de lotes de mercadorias).

Estas funções básicas do varejo condicionam, atualmente, as transformações morfológicas da arquitetura comercial (nos sítios históricos ou em outras áreas da cidade). O edifício comercial, atualmente, abriga o espaço de depósito e o espaço de comércio. Os edifícios das áreas históricas estudadas abrigavam o espaço do comércio e o espaço da residência.

No espaço público urbano criam-se as “situações de comunicação” (BLACKWELL *et al.*, 1999, p. 508), e as fachadas dos imóveis contribuem para isso. “Galpões decorados”

(VENTURI *et al.*, 2003, p. 119) ou sobrados enfeitados são veículos (cenários) formadores das situações de comunicação, seja para o pedestre (expondo mercadorias nas calçadas, com portas largas, com alto-falantes ou letreiros), seja para o consumidor motorizado (com painéis luminosos e grandes placas ou com figuras excêntricas como o pato).

## 5 I POR GARANTIAS DE PRESERVAÇÃO - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As casas térreas e os sobrados, construções típicas, presentes e formadoras da estrutura urbana do Recife, vêm sofrendo um longo e persistente processo de transformação nas suas estruturas externas, colocando em risco a sua permanência e conseqüente preservação dos sítios históricos da cidade (a figura 10 ilustra os principais processos de transformação do sobrado e da casa térrea identificados).

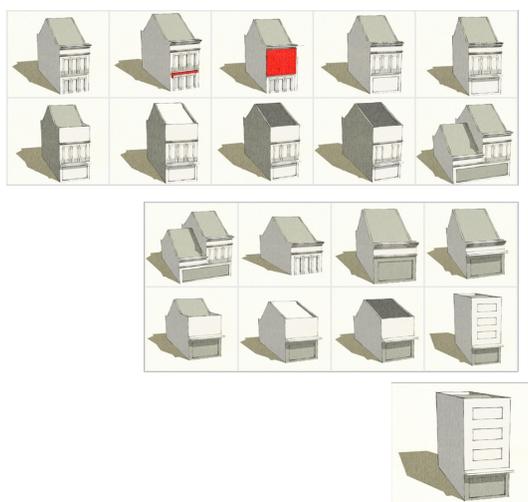


Figura 10. Principais modificações identificadas no sítio pesquisado.

Fonte: Silva, Paula Maciel...[et al.], organizadores - [Recife: UNICAP,2018]. 340p.: il. -- Plano Centro Cidadão; v.2), p.74

As primeiras transformações ocorridas ainda na primeira metade do século XIX, atendendo a exigências formalizadas nas posturas municipais, resultaram, entre outras coisas, na introdução da platibanda no plano frontal da fachada, que, além de esconder a calha, desvia as águas pluviais da calçada e é suporte de ornatos e uma variedade de elementos compositivos aplicados a essas fachadas. Tais elementos, ao gosto do ecletismo do final do século XIX e início do século XX, assumem novos desenhos, de linhas geométricas, seguindo as tendências estilísticas protoracionalistas ou modernas do século XX. Essas transformações ou modificações no desenho e tratamento das fachadas, entretanto, não significam uma alteração das tipologias arquitetônicas estudadas. A estrutura definidora das casas térreas e sobrados, remanescentes das primeiras ocupações,

não sofrem alterações a ponto de comprometer a permanência desse tipo na paisagem recifense.

A transformação do tipo estudado ocorre de forma intensa a partir das décadas de 1960 e 1970. O deslocamento da população residente no seu centro histórico tradicional para novos bairros repercute nas edificações que, com a perda da função residencial, passam a abrigar exclusivamente as atividades comerciais e/ou de prestação de serviços, usos que requerem uma nova organização programática. Conforme demonstrado, a transformação no plano da fachada não se restringe apenas a uma atualização estilística com os novos desenhos ou formas aplicadas à platibanda, mas contempla também a introdução de novos elementos, como a marquise, abertura de porta larga, instalação de anúncios e letreiros, entre outros.

As configurações espaciais, tanto nas edificações térreas como nos sobrados, são convertidas ao programa comercial/prestação de serviço. Com a expansão dessas atividades e a necessidade de acréscimo de superfície do uso comercial, recorre-se à interligação de uma ou mais unidades que, em muitos casos, passam a ocupar todo o terreno, suprimindo os quintais das antigas construções. Essas intervenções, não apenas transformam a escala e a volumetria dos antigos sobrados e casas térreas, como também destroem o parcelamento do solo remanescente da ocupação colonial. Nos casos mais radicais, conjunto de casas é demolido para construção de um novo edifício. As modificações agora não apenas introduzem novos elementos ou modificam os originais, suprimem ou simplificam os ornatos no tratamento da sua fachada visível, mas também incorporam uma nova linguagem arquitetônica, ou mesmo convertem as antigas edificações descaracterizadas em edifícios “containers”. Surge, assim, uma nova tipologia arquitetônica nos centros históricos preservados.

A partir das ideias de Peixoto (1990) e Venturi *et al.* (2003), observa-se uma nova reflexão na transformação do edifício comercial no contexto da sociedade contemporânea, que traduz a arquitetura não como uma construção, mas como uma “representação da construção” (Peixoto, 1990, p. 361). Nesse caso, o edifício construído tem como objetivo principal a comunicação em forma de publicidade. Relacionando arquitetura e publicidade, Venturi *et al.* (2003, p. 35) compreendem a arquitetura comercial como uma “arquitetura de persuasão”, na qual, para atingir seus objetivos, a edificação assume as mais diversas formas ou é apenas um suporte para aplicação dos diferentes meios de publicidade. Diante das expectativas geradas pelo uso comercial, não se pactua qualquer compromisso com as preexistências. Estabelece-se, assim, um conflito entre a preservação e a modificação do patrimônio construído, e, dessa forma, das tipologias arquitetônicas que conformam os sítios históricos da cidade.

Entende-se que a inserção de novos usos ou programas nas edificações preservadas tem sido uma condição para manutenção e conservação dos conjuntos históricos e das antigas estruturas. O reconhecimento e a proteção legal do patrimônio construído parece

não ser suficiente para preservação efetiva das antigas casas térreas e dos sobrados típicos da paisagem recifense. Quais os limites entre a preservação das tipologias herdadas da formação urbana do Recife e a inserção de novos usos e das novas demandas programáticas? O reconhecimento de valor histórico ou artístico conferido ao edifício ou ao conjunto urbano significativo por representar um determinado momento cultural não será suficiente para garantir a permanência da edificação?

## REFERÊNCIAS

BERNARDINO, Eliane de Castro et al. **Marketing do varejo**. Rio de Janeiro: Editora FGV Management, 2004.

BLACKWELL, Roger; MINIARD, Paul; ENGEL, James. **Comportamento do consumidor**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. Recife: Global Editora, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral. **A Fronda dos Mazombos**. São Paulo: Editora 34, 2003.

NÓBREGA, Maria de Lourdes Carneiro da Cunha. **Todo caminho dá na venda. A influência do comércio de varejo nas transformações físicas do espaço urbano. Os bairros do Recife, Santo Antônio e São José. 1970-2006**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Paula Maciel. [et al.], organizadores - [Recife: UNICAP,2018]. 340p.: il. -- **Plano Centro cidadão**; (v.2), p.74

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC, 2003.

PEIXOTO, Nelson Brissac. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, Aduino et al. **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

RECIFE. **Decreto nº 13.957 / 1979**. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Preservação de Sítios Históricos. Recife. p. 13-15. Prefeitura do Recife.

SMITH, Robert C. **Igrejas, casas e móveis: aspectos de arte colonial brasileira**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Recife: MEC / UFPE, 1979.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. 2002. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2002.

VENTURI, Robert; BROWN, Denise Scott; IZENOUR, Steven. **Aprendendo com Las Vegas**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2003.

ZANCHETI, Silvio; MARINHO, Geraldo; LACERDA, Norma (Org.). **Revitalização do Bairro do Recife. Plano, regulação e avaliação**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

# CAPÍTULO 6

## ARQUITETURA SERTANEJA: CONTRIBUTOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RURAL DA REGIÃO SERIDÓ POTIGUAR

*Data de aceite: 01/07/2021*

*Data de submissão: 09/04/2021*

**Maria Rita de Lima Assunção**

Escola de Arquitetura, Arte e Design da  
Universidade do Minho (EAUM)

Guimarães - Portugal

<http://lattes.cnpq.br/4520655730102981>

**RESUMO:** O sertão, com reduzida disponibilidade de recurso, foi o ambiente escolhido para a expansão da pecuária devido à incompatibilidade com o cultivo da cana-de-açúcar no litoral do Nordeste brasileiro. Durante o século XVII, a pecuária estava em franca expansão pela região e ao passo que a fixação das famílias acontecia e a economia ganhava ares mais prósperos, a arquitetura fincava suas marcas naquelas terras. Dessa forma, desenvolveu-se, por intermédio da cultura do gado, uma arquitetura simples, sustentável, reconhecida, por estudiosos e órgãos governamentais, como patrimônio brasileiro. Sob essa perspectiva, as casas-grandes das fazendas tornaram-se uma sólida representação do patrimônio e da paisagem sertaneja; são bens que, com elevada simbologia, traduzem os processos socioculturais ali vividos e promovem uma rica interação entre o sertanejo e o sertão, envolvendo particularidades nos costumes e hábitos de morar. Por sua dimensão cultural, faz-se necessário estudos voltados à preservação desse patrimônio. Nesse sentido, pretendemos, com este artigo, apresentar a análise comparativa

do estado de situação das casas-grandes do município de Serra Negra do Norte, tendo em vista futuras intervenções que possam contribuir para a preservação desse patrimônio secular.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquitetura Vernacular; Fazendas de gado; Patrimônio Rural; Paisagem Sertaneja; Seridó Potiguar.

### SERTANEJA ARCHITECTURE: CONTRIBUTIONS TO THE PRESERVATION OF THE RURAL HERITAGE OF SERIDÓ POTIGUAR REGION

**ABSTRACT:** The sertão was the environment chosen for the expansion of cattle ranching due to the incompatibility with the cultivation of sugar cane on the coast of Northeast Brazil. During the seventeenth century, livestock farming was booming throughout the region and, as families settled and the economy gained more prosperous air, architecture stuck its marks in those lands. In this way, a simple, sustainable architecture, recognized by scholars and governmental as a Brazilian cultural heritage. From this perspective, the houses of the cattle ranches have become a solid representation of the heritage and sertaneja landscape. We intend to present a comparative analysis situation of the casas-grandes in the Serra Negra do Norte city in view of future interventions that may contribute to the preservation of this secular heritage.

**KEYWORDS:** Vernacular Architecture; Cattle farms; Rural Heritage; Sertaneja Landscape; Seridó Potiguar.

## 1 | INTRODUÇÃO

O ciclo do gado trouxe consigo a criação de um vasto acervo arquitetônico semeado nos sertões do Nordeste brasileiro. Esse patrimônio rural insere-se na paisagem cultural de um espaço conduzido pela economia do gado, subsequente à do algodão, modelo de ocupação do território que estruturou a cultura no sertão do Rio Grande do Norte e muito influenciou a formação histórica e social, bem como a arquitetura, intrinsecamente vinculado ao meio. Embora tratemos do contexto potiguar, estamos cientes de que a ele a arquitetura não se reduz, pois o Seridó é apenas um desses sertões, que, por sua vez, é muito fracionado. Sobre a configuração do sertão, retomemos o que disse o personagem rosiano Riobaldo: “Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda sabe. Só umas raríssimas pessoas – e só poucas veredas, veredazinhas” (ROSA, 1956, p. 116).

Estruturadas a uma distância considerável do litoral e, por conseguinte, longe das metrópoles, as fazendas constituíam núcleos de subsistência autossuficientes. Esse traço demonstra, no partido arquitetônico, um reflexo do que era necessário à sobrevivência das famílias e do funcionamento das atividades, por esse motivo, as construções manifestam as necessidades inerentes à economia, unindo “o saber arquitetônico vernacular à técnica construtiva lusitana” (IPHAN, 2012, p. 50). Cabe lembrar que, não obstante tomassem como referência os modelos lusitanos, as condições sociais, econômicas e fisioclimáticas interferiram nos procedimentos de construção. Desse modo, a adaptação dos programas e processos construtivos fez das casas-grandes do Seridó Potiguar uma arquitetura tipicamente brasileira.

Durante o século XVIII, surgiram as primeiras casas nesta região: edificações de estruturas simples, térreas, construídas com a técnica da taipa de sopapo, de chão batido, planta retangular e cobertura em duas águas. A execução era razoavelmente rápida para uma região onde as secas forçavam o deslocamento de fazendeiros e vaqueiros entre as propriedades.

De pouca resistência, os materiais exigiam que a casa fosse periodicamente embarrada, e esse repetido trabalho reparador era possibilitado pela disponibilidade de argila e de madeira da caatinga. É importante destacar que as casas primitivas tiveram, no extrativismo vegetal e mineral, a fonte de recurso necessária à realização de todas as etapas construtivas com o uso de materiais retirados da natureza em estado bruto.

Medeiros Filho, ao descrever as formas de construção dessas casas na região Seridó, destaca a explicação de Eloy de Souza sobre a técnica da taipa:

A taipa foi também de uso corrente na quase totalidade do sertão do Rio Grande do Norte, onde o material para essa construção era abundante e encontrava na habilidade dos moradores, facilidade no manejo do barro e da armação adequada a essa arquitetura. A esse tempo já nos encontrávamos em pleno ciclo do gado, como parece demonstrar o emprego de correias

de couro cru que então serviam para amarrar as varas aos esteios e assim formar os xadrezes, que deviam receber e sustentar o barro, aí introduzido por meio de sopapos vigorosos do construtor. Enquanto nessa zona o couro era utilizado em tal aplicação, já no litoral e agreste, a armação era feita com cipós dos matagais próximos (SOUZA, 1951 *apud* MEDEIROS FILHO, 1983, p. 56).

De acordo com Medeiros Filho (1983, p. 56), “a evolução da casa de taipa para alvenaria ocorreu de forma lenta”, pois a taipa marcou as construções até o início do século XIX. Nos inventários seridoenses, uma construção totalmente de alvenaria aparece, pela primeira vez, em 1813, como propriedade de Manoel Pereira Monteiro: [...] um sobrado sobre pilares de tijolos no sítio de Serra Negra no valor de 400\$000” (MACÊDO, 2015, p. 148).

Inicialmente “passaram a construir de tijolos apenas as frentes das moradas, permanecendo de taipa o restante da construção” (MEDEIROS FILHO, 1983, p.56). Segundo Lima (2002), às vezes as casas tinham suas paredes externas levantadas em pedra, adobe ou tijolo, mantendo-se as paredes internas em taipa de sopapo. Mas, por fim, “prevaleceu a casa de alvenaria, que permitia edificações mais amplas, com cumeeiras mais altas que favoreceram o aparecimento dos sótãos” (MEDEIROS FILHO, 1983, p.56).

O nome atribuído a esse tipo de habitação varia entre casa-grande e casa-sede da fazenda. No Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar (IPHAN, 2012), é denominada “casa-grande”, expressão aplicada pela maioria dos autores investigados como referência à residência do proprietário e à casa principal da fazenda.

Faria (1965) dedicou um capítulo de sua obra *Velhos costumes do meu sertão* à configuração das casas-grandes, termo a partir do qual Medeiros Filho (1983), na obra *Velhos inventários do Seridó*, também descreveu essas moradas. Em seus estudos comparativos entre a casa-grande de fazenda e a casa urbana, Feijó (2002) acrescenta a informação de que caracteriza uma morada de uso permanente, enquanto Macêdo (2015, p. 149) esclarece que a “incorporação de compartimentos fez assumir a magnitude de casa-grande”.

Tendo adquirido esse conhecimento, decidimos adotar a denominação mais corrente atribuída às moradas seridoenses nas fazendas de criar, ou seja, casas-grandes, sem relegar outras terminologias, como, simplesmente, casa de fazenda ou casa-sede - adotadas por Diniz (2008, 2015) -, pois entendemos que essas duas também determinam a unidade habitacional como a principal moradia do proprietário.

Contextualizado o cenário das moradas principais nas fazendas de gado do Seridó do século XIX, enfatizamos que os exemplares estudados são marcados pela técnica de construir em alvenaria, consequência da sedentarização e do crescimento econômico; são unidades habitacionais pertencentes a uma propriedade que, geralmente, incluía outros equipamentos: currais, depósitos, queijeiras e, em alguns casos, armazém de algodão, casa de farinha e engenho, com produção destinada ao consumo local e ao mercado interno

do Seridó. Todos esses equipamentos agrupados constituíam um conjunto arquitetônico capaz de suprir as necessidades nas fazendas.

As casas-grandes são detentoras de uma tradicional tipologia com aparência rústica e despojada de elementos decorativos, reflexo do caráter local e regional, conservam traços relevantes de uma arquitetura simples concebida por repetição de modelos sustentáveis e marcados pela sabedoria passada de geração em geração.

São residências que se tornaram referência pelo seu caráter vernacular, isto é, além da relevância para a identidade da região, são adaptadas às condicionantes do lugar e, como afirma Borges (2015), se constituem em espaços de proteção em relação às características hostis do clima no sertão.

A partir do material recolhido em pesquisas anteriores que realizamos acerca da arquitetura das fazendas seridoenses (ASSUNÇÃO, 2021), exporemos a análise comparativa do estado de situação de sete casas-grandes no município de Serra Negra do Norte.



Figura 1. Casa-grande Aroeira em Serra Negra do Norte, Seridó Potiguar.

Fonte: Autora, 2019.

## **21 ESTUDO COMPARATIVO DO ESTADO DE SITUAÇÃO DAS CASAS-GRANDES EM SERRA NEGRA DO NORTE (SERIDÓ POTIGUAR-RN)**

O estudo fundamenta-se nos dados do relatório técnico Inventário do patrimônio rural do Seridó – caminhos do Seridó (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010), referente à terceira etapa de um projeto iniciado em 2007, sob a responsabilidade da Superintendência IPHAN/RN, para o Inventário de conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar (IPHAN, 2012). Nessa etapa, foram inventariadas quarenta casas de fazendas pertencentes aos municípios de Ipueira, Jardim de Piranhas, Ouro Branco, São João do Sabugi, Serra Negra do Norte e Timbaúba, datadas dos séculos XIX e XX.

Como mencionamos, neste artigo, são feitas observações com enfoque no estudo do acervo em Serra Negra do Norte. Com esse objetivo, traçamos o estado de situação atual das casas-grandes mediante uma perspectiva comparativa entre o contexto registrado no levantamento de 2010 e de 2019. Arrolamos os resultados dos levantamentos arquitetônicos, documentais e fotográficos, além das observações empíricas acerca dos vestígios analisados. Para isso, utilizamos as informações contidas no anexo do relatório técnico (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010), que foram atualizadas com o diagnóstico comparativo e assim produzimos uma nova base de dados.

Embora tenhamos observado as condições internas e externas, as ações de manutenção, a degradação dos materiais, as estruturas e as perdas de elementos de composição, entendemos que, para alcançar resultados mais aprofundados, seria necessária uma equipe multidisciplinar capaz de responder a todas as questões referentes ao processo de intervenção do patrimônio edificado. Por essa razão, não foi nosso objetivo adentrar no campo do restauro e das técnicas retrospectivas. Procuramos ter uma noção geral do objeto investigado, a partir da inspeção das casas-grandes, com foco no estado em que esse patrimônio rural se encontra conservado e preservado, e, dessa forma, traçar algumas considerações sobre as políticas de preservação que tutelam atualmente esses bens.

### **2.1 As casas-grandes**

As casas investigadas (Quadro 1) estão locadas na zona rural de Serra Negra do Norte, região Seridó Potiguar do estado do Rio Grande do Norte - Brasil. A região, assim como toda extensão do Seridó, foi constituída pelo processo sesmrial e teve a economia do gado como base de sua estruturação.



Casa-grande Apaga Fogo



Casa-grande Dinamarca



Casa-grande Aroeira



Casa-grande Próxima a Dinamarca



Casa-grande Arroz



Casa-grande Próxima a Vapor



Casa-grande Barra da Carnaúba



Casa-grande Vapor



Casa-grande Carnaúba



Casa-grande Rolinha



Quadro 1 – Casas-grandes de Serra Negra do Norte.

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010), adaptado pela autora.

## 2.2 Considerações sobre o estudo comparativo

Com base em anteriores estudos, nos levantamentos e nas observações em campo, chegamos a algumas ponderações importantes sobre o patrimônio rural de Serra Negra do Norte. Ressaltamos que o estudo comparativo possibilitou a constatação de um cenário com resultados heterogêneos, mas dele depreendemos que a propensão para a degradação desse patrimônio é a tendência mais significativa.

Dentre as sete casas vistoriadas, somente **Apaga Fogo e Rolinha** estão em boa condição de uso. Ao longo desses anos, as casas passaram por melhorias e reparos que culminaram no bom estado de situação. Entendemos que esse fato está atrelado ao uso residencial por parte dos proprietários; quando destinados ao uso dos moradores da fazenda, que não contam com recursos, a conservação piora consideravelmente. Apesar disso, constatamos que são as edificações que mais sofreram com alterações, o que se reflete no estado de preservação. A inexistência de colaboração dos profissionais com domínio nas técnicas de preservação faz dessas intervenções uma preocupação a mais com relação à salvaguarda efetiva das casas-grandes.

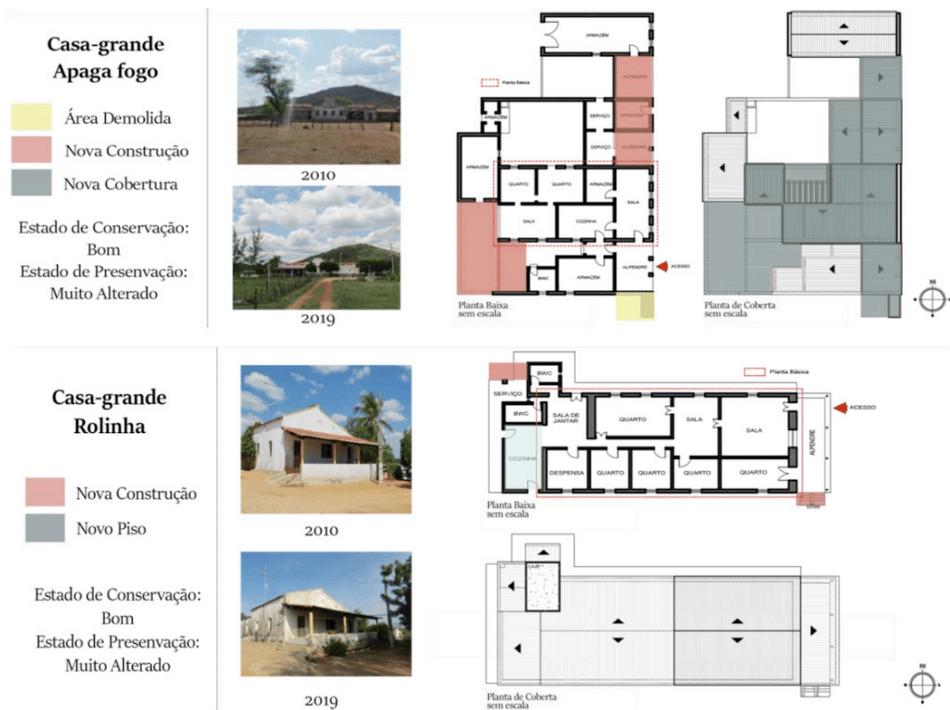


Figura 2. Estudo comparativo casas-grandes Apaga Fogo e Rolinha.

Fonte: Assunção (2021).

A casa-grande **Aroeira**, edificação que passou por intervenção em suas fachadas, encontra-se internamente muito degradada. A modificação do uso original para o de apoio às atividades do criatório demonstra descuido por parte de seus proprietários. Aroeira apresenta-se íntegra quanto ao estado de preservação; sua conservação, contudo, é precária se considerarmos os problemas de degradação dos materiais em seu interior. Situação semelhante pode ser observada na casa-grande **Barra da Carnaúba**, ocasionada, principalmente, pela falta de manutenção durante todos esses anos. Segundo seus moradores, a edificação permanece exatamente como na nossa última vistoria em 2010. De fato, detectamos uma conservação precária, com problemas de degradação em suas fachadas e nos espaços internos.

### Casa-grande Aroeira

- Área Demolido
- Nova Construção

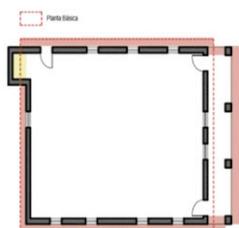
Estado de Conservação:  
Precário (interno)  
Estado de Preservação:  
Íntegro



2010



2019



Planta Básica  
Planta Baixa sem escala



Planta de Coberta sem escala



### Casa-grande Barra da Carnaúba

- Nova Construção
- Retelhamento

Estado de Conservação:  
Precário  
Estado de Preservação:  
Pouco Alterado



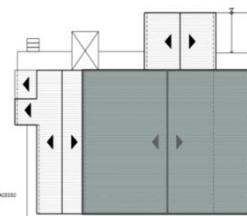
2010



2019



Planta Básica  
Planta Baixa sem escala



Planta de Coberta sem escala



Figura 3. Estudo comparativo casas-grandes Aroeira e Barra da Carnaúba.

Fonte: Assunção (2021).

Desse conjunto, duas edificações passam por processo de arruinamento, **Arroz e Dinamarca**. No levantamento anterior já apresentavam partes do seu edificado em ruínas, quadro que se agravou durante os anos a ponto de Arroz somente expor, em forma íntegra, a sua fachada principal, e Dinamarca apresentar uma extensão de área arruinada ainda maior, além de elevada precariedade quanto à conservação por todo o perímetro.

### Casa-grande Arroz

- Área Arruinada

Estado de Conservação:  
Em Arruinamento/Arruinado  
Estado de Preservação:  
Íntegro



2010



2019



Planta Básica  
Planta Baixa sem escala



Planta de Coberta sem escala



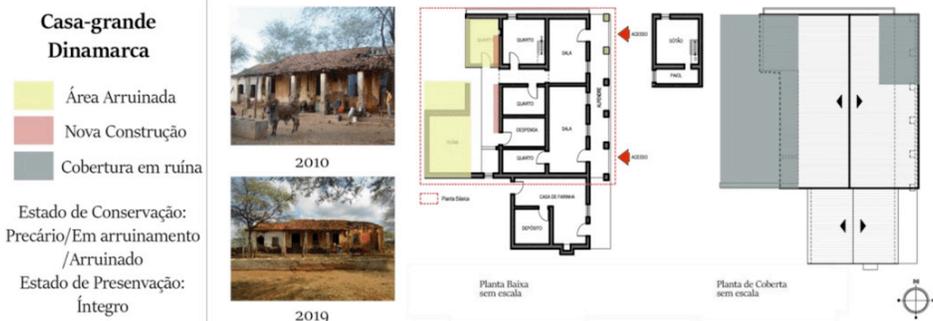


Figura 4. Estudo comparativo casas-grades Arroz e Dinamarca.

Fonte: Assunção (2021).

O pior cenário é o da casa-grande **Vapor**, onde o corpo principal está arruinado, tendo sido preservados apenas o alicerce e o anexo acoplado ao edificado posteriormente à construção principal. Segundo os moradores da região, a casa ruiu há anos. Seu desaparecimento remete nosso pensamento à perda de um importante exemplar gravado na memória popular por sua presença nas inúmeras histórias de seus tempos áureos. Esses fatos chamam nossa atenção para a possibilidade de um aumento no número de exemplares com o mesmo destino atrelado à casa de fazenda Vapor no âmbito de Serra Negra, assim como em outras localidades do Seridó Potiguar.



Figura 5. Estudo comparativo casa-grade Vapor.

Fonte: Assunção (2021).

Durante a vistoria, observamos que as intervenções realizadas nas casas-grandes foram executadas por conta própria. Apesar de darmos ênfase ao fator humano como parte integrante do patrimônio em análise, acreditamos que toda intervenção em edificações históricas, independentemente de seu estado de proteção legal, deve ser precedida de uma investigação técnico-científica capaz de identificar os agentes e os mecanismos de

deterioração - nesse caso, do bem rural - e de auxiliar no correto processo de prevenção e manutenção dessas construções. A realidade, porém, é diferente: as residências inspecionadas carecem desse suporte profissional, fato que acaba por acelerar a descaracterização da arquitetura sertaneja.

Ainda relativamente à preservação do patrimônio sertanejo na região Seridó Potiguar, o estado do Rio Grande do Norte conta com o amparo legal do Decreto nº 8.111, de 12 de março de 1981, com o apoio institucional do IPHAN e da Fundação José Augusto para os procedimentos administrativos de salvaguarda, além das iniciativas de conhecimento efetivadas nos âmbitos federal e estadual. Mesmo havendo esses suportes, entendemos que é necessário revisar as ações de proteção desse patrimônio, pois o estudo comparativo permitiu-nos verificar a inexistência de qualquer ação efetiva capaz de assegurar a preservação do patrimônio rural. Apesar de a cidade de Serra Negra possuir a Casa de Cultura Popular Oswaldo Lamartine de Faria, onde funciona um Museu voltado à cultura sertaneja, atestamos que essa instituição não promove ações que incluam o patrimônio rural.

A situação pode ser estendida a outras localidades do Seridó, a exemplo da casa-grande Timbaúba dos Gorgônios, em Ouro Branco, única edificação que, por seu interesse histórico e arquitetônico, é tombada em âmbito estadual desde 1987 e está completamente abandonada pelo poder público.



Figura 6. Casa-grande Timbaúba dos Gorgônios.

Fonte: Assunção, Oliveira e Silva (2010).

Ressaltamos que a Arquitetura sertaneja resulta da construção da coletividade através dos tempos e, por esse motivo, a preservação, em um movimento dinâmico, depende do envolvimento das pessoas, de suas vivências e necessidades. O patrimônio rural é parte integrante da paisagem sertaneja, atribuindo valores e uma identidade que não pode ser conferida isoladamente, mas com a apreensão do convívio entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção, as atividades culturais e

sociais, numa relação complementar. Por isso, entendemos a importância da revisão das políticas de preservação no território do Seridó Potiguar com o direcionamento para uma gestão sistêmica e compartilhada, unindo o fator humano e social, cuja interação mantém vivo o patrimônio sertanejo.

Diante das reflexões feitas, relembramos que a realização dessa análise comparativa surgiu do interesse em aprofundar a documentação existente, em específico a do relatório técnico Inventário do patrimônio rural do Seridó: Caminhos do Seridó (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010), e de contribuir para o monitoramento do patrimônio rural, motivação reafirmada com a comprovação de que os exemplares carecem de uma política que suporte o patrimônio remanescente do ciclo do gado.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adaptação às condicionantes locais e a relação com os recursos existentes determinaram não só a produção da arquitetura mas também o modo de vida e as manifestações culturais na Ribeira do Seridó. A construção das casas-grandes passa a ser memória viva da apropriação humana junto às condições naturais. O século XIX, portanto, é marcado pelo legado de um significativo número de habitações rurais nas fazendas de criar gados, construídas sob a técnica dos tijolos de barro, representam o testemunho vivo da história do Seridó Potiguar e de sua gente.

Neste artigo merece realce a realização de um monitoramento para a coleta de informações sobre o estado de situação de algumas casas-grandes com o objetivo de fomentar intervenções futuras, além da produção de uma documentação atualizada sobre a conservação e a preservação desse patrimônio. Chegamos à conclusão de que o patrimônio rural, de um modo geral, carece de políticas capazes de preservá-lo. Observamos que, além dos inventários e estudos desenvolvidos, até o momento nenhum projeto com foco na recuperação desses bens está previsto, seja em nível privado ou público.

O diagnóstico do estado de situação alerta para a propensão à degradação dos exemplares relacionados ao ciclo do gado em Serra Negra do Norte, assim como em outras regiões do Seridó Potiguar. Observamos que o instrumento do tombamento, presente em Timbaúba dos Gorgônios, uma das edificações inventariadas (IPHAN, 2012), não suporta o patrimônio sertanejo, o que torna imprescindível centrarmos nosso olhar na revisão das políticas de preservação direcionadas para uma gestão sistêmica no território e que envolva tanto os órgãos de proteção quanto os fatores social e humano.

Pretendemos dar continuidade a esta pesquisa de forma que possa contemplar, empiricamente, os outros cinco municípios da região analisados no relatório técnico (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA; SILVA, 2010) - Ipueira, Jardim de Piranhas, Ouro Branco, São João do Sabugi e Timbaúba dos Batistas. Dessa maneira, teremos a oportunidade de ampliar o monitoramento do patrimônio rural, discutir os processos de patrimonialização e

abordar diferentes questões e perspectivas de análise.

Por fim, afirmamos que a preservação desse patrimônio rural constitui uma oportunidade não só para o desenvolvimento do território mas também para a valorização dos recursos endógenos. Um dos desafios que se apresentam é envolver efetivamente, além do poder público, as populações nesses processos, promovendo a conscientização da importância que representam para a gestão e a salvaguarda do patrimônio. Nesse sentido, esperamos que as reflexões aqui tecidas estimulem ações que visem à preservação da arquitetura sertaneja no âmbito do Seridó Potiguar.

## AGRADECIMENTOS

A autora agradece aos moradores, aos proprietários das casas-grandes visitadas, pela gentileza de abrirem as portas de suas moradas e de sua existência, aos sertanejos que conheceu à época do Inventário de Conhecimento do Patrimônio Rural da Região do Seridó Potiguar, pelo novo acolhimento, e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por meio da Superintendência do Rio Grande do Norte – IPHAN/RN.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima; OLIVEIRA, Marina Medeiros de; SILVA, Nathália Pereira da. **Inventário do patrimônio rural do Seridó: caminhos do Seridó**. Relatório técnico de trabalho IPHAN. Natal: IPHAN/ RN, 2010.

ASSUNÇÃO, Maria Rita de Lima. **Arquitetura na Paisagem Sertaneja: estudo sobre as casas-grandes das fazendas de gado na Ribeira do Seridó** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

BORGES, Ariane Magda. **Vernaculares: a casa de fazenda seridoense do século XIX como exemplo de adaptação ao clima semiárido**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21171>. Acesso em: 10 set. 2018.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-04032010-143402/pt-br.php>. Acesso em: 2 set. 2018.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Um sertão entre tantos outros**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2015.

FARIA, Juvenal Lamartine de. **Velhos costumes do meu sertão**. Rio de Janeiro: Fon-fon e Seleta, 1965.

FEIJÓ, Paulo Heider Forte. **A arquitetura tradicional de Acari no século XIX: estudo comparativo entre a casa de fazenda e a casa urbana**. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismos) - Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário de Conhecimento do patrimônio rural da região do Seridó Potiguar**. Natal: IPHAN/RN, 2012.

LIMA, Pedro de. **Arquitetura no Rio Grande do Norte: uma introdução**. Natal: Cooperativa Cultural Universitária, 2002.

MACÊDO, Muirakytan K. de. **Rústicos cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII)**. Natal: Edufrn, 2015.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 8111, de 12 de março de 1981**. Natal: Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1981. Disponível em: [http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria\\_extraordinaria\\_de\\_cultura/DOC/DOC000000000010573.PDF](http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000010573.PDF). Acesso em: 10 nov. 2018.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

## PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO: MAPEAMENTO DAS AÇÕES DO COMITÊ GESTOR NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS TURÍSTICAS QUE SE ARTICULAM COM A PRESERVAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO

*Data de aceite: 01/07/2021*  
*Data de submissão: 06/04/2021*

**Aline Karina de Araújo Dias**

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
Centro Lucio Costa Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural  
Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ  
<http://lattes.cnpq.br/0688003441567301>

**Joseane Paiva Macedo Brandão**

<http://lattes.cnpq.br/7249815421214020>

**RESUMO:** Área Temática: Tema Geral: - Subtema 3: Patrimônio urbano, paisagens culturais e meio-ambiente (conservação urbana/ paisagens culturais/ rotas turísticas/ turismo cultural/ energia e sustentabilidade/ mudanças climáticas). Título: Patrimônio Negro: Mapeamento das ações do comitê gestor na elaboração de políticas públicas turísticas que se articulam com a preservação do sítio arqueológico do Cais do Valongo. Resumo: Este resumo disserta sobre o mapeamento das ações do comitê gestor do sítio arqueológico do Cais do Valongo e a compreensão das possibilidades do uso turístico na região. Articulando com práticas de preservação do bem e participação da comunidade local, por meio de políticas públicas que fomentem o turismo étnico- afro na condução e preservação do bem. Essas ações de desenvolvimento turístico estão previstas no escopo do convênio entre a companhia de desenvolvimento urbano da região

do porto – CDURPe o BNDES visando privilegiar circuitos turísticos de experiência, articulando o turismo cultural que valorize a memória da diáspora africana do Sítio arqueológico do Cais do Valongo. Reconhecido como patrimônio mundial desde de 2017, na qual foi elaborado um rico dossiê de candidatura, pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), um documento fundamental para o conhecimento da diáspora africana, determinada pelo tráfico de pretos livres, vindos do continente africano, subjugados a condição de escravidão praticada por 400 anos no Brasil para suprir a mão de obra e colonização das Américas. O dossiê de candidatura do cais do Valongo é um guia de estudo importante e destaca o papel fundamental da Organização das Nações Unidas que instituiu o período de janeiro de 2015 a dezembro 2024 como a década das pessoas de descendência africana. E nisso contribuiu com diversas ações no âmbito local e global. Assim, é importante a possibilidade de avaliar o destaque dado ao protagonismo da população preta no desenvolvimento da sociedade brasileira e o respeito às heranças culturais desses grupos. A partir dessas reflexões por meio de análises documentais, entrevistas e videoconferência busca-se compreender como estão sendo realizadas as ações do comitê gestor do sítio no desenvolvimento do turismo. Analisando o papel da CDURP, BNDES, IPHAN e dos demais membros do comitê gestor, da comunidade receptora e destacando o protagonismo da comunidade preta na qual fomentem práticas turísticas culturais, cidadãs, sustentáveis e que favoreçam experiências que contribuam para

aprendizados antirracistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo cultural; patrimônio cultural; diáspora africana; comitê gestor políticas públicas ; turismo étnico- afro Autora: Aline Karina de Araújo Dias.

## AFRO-BRAZILIAN HERITAGE: MAPPING OF THE MANAGEMENT COMMITTEE'S ACTIONS IN THE ELABORATION OF TOURIST PUBLIC POLICIES THAT ARE LINKED TO THE PRESERVATION OF THE ARCHAEOLOGICAL SITE OF CAIS DO VALONGO

**ABSTRACT:** Thematic Area: General Theme: - Sub-theme 3: Urban heritage, cultural landscapes and environment (urban conservation/cultural landscapes/tourist routes/cultural tourism/energy and sustainability/climate change). Title: Black Heritage: Mapping the actions of the managing committee in the elaboration of tourism public policies that articulate with the preservation of the archeological site of Cais do Valongo. Abstract: This abstract discusses the mapping of the actions of the managing committee of the archaeological site of Cais do Valongo and the understanding of the possibilities of tourist use in the region. Articulating with practices of preservation of the asset and participation of the local community, through public policies that promote ethnic and African tourism in the conduction and preservation of the asset. These actions for tourism development are foreseen in the scope of the agreement between the Urban Development Company of the Port Area - CDURP and the BNDES, aiming to privilege experience tourism circuits, articulating cultural tourism that values the memory of the African diaspora of the archaeological site of Cais do Valongo. Recognized as a world heritage site since 2017, in which a rich candidacy dossier was prepared by the Institute for National Artistic and Historical Heritage (IPHAN), a fundamental document for the knowledge of the African diaspora, determined by the traffic of free blacks, coming from the African continent, subjugated to the condition of slavery practiced for 400 years in Brazil to supply the labor force and colonization of the Americas. The candidacy dossier of the Valongo wharf is an important study guide and highlights the fundamental role of the United Nations Organization that instituted the period from January 2015 to December 2024 as the decade of the people of African descent. And in this it has contributed with several actions at the local and global levels. Thus, it is important the possibility to evaluate the prominence given to the protagonism of the black population in the development of Brazilian society and respect for the cultural heritage of these groups. From these reflections, by means of documentary analysis, interviews, and videoconferencing, we seek to understand how the actions of the site management committee are being carried out in the development of tourism. Analyzing the role of CDURP, BNDES, IPHAN and the other members of the managing committee, the receiving community and highlighting the protagonism of the black community in which they foment cultural, citizen, sustainable tourist practices and that favor experiences that contribute to anti-racist learning.

**KEYWORDS:** Cultural tourism; cultural heritage; African diaspora; public policy management committee; Afro-ethnic tourism.

## INTRODUÇÃO

A memória da diáspora africana tem ressurgindo e se materializado com a “aparição” do Cais do Valongo, um sítio arqueológico localizado na Zona Portuária do Rio de Janeiro que foi desenterrado em 2011. Desde então, vem se tornando um importante símbolo do tráfico transatlântico de africanos em todo o mundo e foi reconhecido como Patrimônio Mundial pelo Comitê da Organização das Nações Unidas.

Esse processo de patrimonialização do Cais do Valongo ocorreu a partir da revitalização urbana da zona portuária do Rio de Janeiro, um projeto que se realizou como estratégia municipal de desenvolvimento do turismo. O cais é um sítio arqueológico que tem sido objeto de disputas simbólicas que se desdobram em discussões em relação à memória, identidade e sentidos dos patrimônios culturais. É importante analisar o que se manifesta nas construções de sentidos que orientam a construção de políticas de turismo para a região que produz discursos sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Nessa perspectiva verifica-se que os projetos de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro podem ser enquadrados no que David Harvey (2005) chama de empresariamento da gestão urbana, em que as cidades se desenvolvem a partir de uma lógica empresarial e se aliam seus objetivos a lógica do mercado. Um desses projetos é o Porto Maravilha, foi criado em 2009, e reproduz uma percepção empresarial e mercadológica da cidade que mobilizou diferentes e conflitantes tentativas de enquadrar a memória afro-brasileira na cidade e, conseqüentemente, seus sentidos no presente.

Historiadores e arqueólogos já falavam de um mercado de escravos/cais na região. A arqueóloga Tania de Andrade de Lima, do Museu Nacional da Universidade do Rio de Janeiro- MN/UFRJ, teve um papel fundamental nas escavações do sítio, já que os gestores públicos conheciam o elevado potencial econômico para a área. Antropólogos também tiveram um importante papel no processo de patrimonialização do Cais do Valongo, importante citar a atuação de Milton Guran, “por meio de suas ações ele contribuiu para a disseminação de um novo enquadramento da escravidão negra no Brasil, que se propôs em uma nova moralidade que denuncia o processo de dominação e de escravização dos africanos e afrodescendentes” (VASSALO, 2019, pg. 392.)

E por fim, importante citar a atuação dos sujeitos sociais negros nesse processo, como os intelectuais negros e do movimento negro. As trajetórias dos africanos do passado que circularam na região do Cais do Valongo e dos negros do presente se interligam e adquirem um sentido em comum: a desumanização, o racismo estrutural e o preconceito. É nesse sentido que podemos entender o fato de se tornarem ancestrais dos ativistas negros e a simbologia ligada a xangô, orixá da justiça, que toma conta do lugar. (VASSALO, 2016)

Sendo assim, é importante exaltar e denunciar os horrores cometidos durante a escravidão. A preservação do Cais do Valongo, através do turismo étnico- afro, possibilita a produção de novas narrativas e construções memorialísticas sobre a escravidão.

Assumindo uma dimensão política abrindo discussões da memória pública da escravidão:

As iniciativas de valorização da memória e da identidade afro-brasileiras lideradas por intelectuais negros. As iniciativas de criação de “sítios históricos” nos bairros centrais das cidades brasileiras apoiadas por associações de moradores e profissionais de arquitetura e urbanismo. (GUIMARÃES, 2019. Pg 367)

O presente artigo busca mapear os sujeitos, redes e instituições do comitê gestor<sup>1</sup> do sítio arqueológico do Cais do Valongo, um sítio de memória sensível, localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, que carrega consigo a memória do desembarque da maior quantidade de africanos livres que vieram de diferentes países do continente africano que foram submetidos ao comércio que alimentou a escravidão

O sítio arqueológico ocupa uma área de 2.545,98m<sup>2</sup> é constituído por vestígios do caçamento de pedras, construído a partir de 1811, para o desembarque de africanos mantido em condições de escravidão no Rio de Janeiro, e foi encoberto pela construção do cais da imperatriz, Tereza Cristina de Bourbon, esposa do imperador Dom Pedro II, em 1843. Sua área corresponde a atual praça Jornal do Comércio e está delimitado pela avenida Barão de Tefé, rua Sacadura Cabral e pelo limite lateral do Hospital dos Servidores do Estado, no número 178 da Rua Sacadura Cabral.



Figura 1 - Vista aérea do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, Foto: João Maurício Bragança.

<sup>1</sup> O Comitê Gestor criado por decreto do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, foi responsável por coordenar a gestão do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, da sua Zona de Amortecimento e do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, mas foi extinto pelo decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

Construiu-se gradativamente um imaginário em torno de três bairros que compõem a região Saúde, Gamboa e Santo Cristo – como um território negro. Na obra de Moura, a Pequena África designa uma região sem fronteiras muito precisas que engloba a Saúde, o Centro e a Cidade Nova, onde moravam e se encontravam cariocas, baianos, e africanos em processo de proletarização, que ali realizavam seus ritos sagrados e profanos.

A região do Cais do Valongo é permeada de significados da cultura afro-brasileira, constitui-se como território negro, sendo uma forma de evidenciar a memória pública da escravidão na zona urbana do Rio de Janeiro. O destaque dos fortes símbolos ligados ao Cemitério dos Pretos Novos, ao Cais do Valongo e ao mercado de escravos propicia o desenvolvimento de narrativas sobre a localidade, não só relacionado ao samba, ao trabalho de carga e ao candomblé – como era o caso da Pedra do Sal, mas também ao sofrimento e a dor do desembarque, da comercialização e do enterramento. Zelar pela preservação desse bem a partir da denúncia da escravidão e do tráfico é uma forma de dar visibilidade aos crimes contra a humanidade:

Quase um quarto de todos os africanos escravizados nas Américas foram trazidos para o Brasil e, desses, cerca de 60% entraram pelo Rio de Janeiro. A cidade pode ser considerada, portanto, o maior porto escravagista da história (IPHAN, 2016.pg 141).

Ainda durante as obras do Porto Maravilha, a prefeitura criou o Circuito de Herança Africana, com o intuito de desenvolver o potencial turístico da região e atrair um público de fora do bairro e, assim, começou a oferecer visitas guiadas pela região portuária que incluíam certos atrativos. O processo que conduziu à criação do Circuito de Herança Africana (figura 2) contribuiu ainda mais para a consolidação da Saúde como um território negro. (VASSALO, 2004.pg 17):

O Conselho Científico Internacional do Projeto Rota do Escravo: Resistência, Liberdade e Herança, da UNESCO, por ocasião da sua reunião estatutária de 2013, realizada no Rio de Janeiro, reconheceu a relevância ímpar do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo como lugar de memória da Diáspora Africana nas Américas, tendo afixado no Cais uma placa expressando esse reconhecimento, a primeira do gênero afixada no mundo, no dia 20 de novembro de 2013, quando se comemora no Brasil o Dia da Consciência Negra. A candidatura do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo a Patrimônio Mundial recebeu o apoio unânime do Comitê Científico Internacional, apoio este que foi renovado por ocasião da reunião do Projeto Rota do Escravo: Resistência, Liberdade e Herança em 2014, na cidade do México. (IPHAN, 2016.pg 27)



Figura 2: Mapa do Circuito de Herança Africana - Angela Teberga de Paula.

Importante reforçar que os processos de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro fazem emergir dois discursos, “um deles é um projeto neoliberal que se instala no Brasil ao longo de décadas e, de outro um projeto democratizante, participativo, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático”. (Dagnino, 2004:140)

Assumindo um projeto democratizante e participativo, o turismo étnico-afro, pode ser uma forma de possibilitar a construção de narrativas que viabilizem a reconstrução de identidades de lugares e de grupos sociais, que historicamente excluídos veem nesta possibilidade a afirmação das noções de memória, cultura e patrimônio como meios de reivindicação de direitos sociais e políticos negados há muito tempo. De acordo com o dossiê:

O Comitê gestor a ser criado por decreto do Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, será responsável por coordenar a gestão do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, da sua Zona de Amortecimento e do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. A gestão se dará através da atuação de forma consultiva e deliberativa sobre questões que afetam a área de gestão; da participação de forma colaborativa nas ações que interfiram na área de gestão; e da proposição de políticas, programas, projetos e ações de caráter educativo, cultural, turístico, econômico ou social que tenham como objetivo a conservação, valorização e promoção do patrimônio cultural de natureza material ou imaterial relacionados ao Sítio Arqueológico do Cais do Valongo e sua Zona de Amortecimento e ao Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana ( IPHAN, 2016. pg 165)

É necessário compreender as complexidades das atividades turísticas realizadas

no Cais do Valongo e refletir sobre uma proposta de turismo étnico-afro que dialogue com o não apagamento das experiências dos escravizados e que possa contribuir com a preservação e proteção do sítio.

É importante destacar a participação ativa dos sujeitos que valorizam a dimensão étnico racial da região, como, por exemplo: José Rufino dos Santos, historiador e importante militante negro que foi responsável pela solicitação do tombamento da Pedra do Sal, Abdias do Nascimento, Luíza Bairos, ex-ministra da Igualdade Racial, Heitor dos Prazeres, instituições, associações como a fundação Palmares, associação Quilombo da Pedra do Sal, Afoxé Filhos de Gandhi, COMDEDINE -Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros e outros sujeitos atuantes na região que o caracterizam como um território afro- brasileiro:

“ No século XIX, foi também o marco inicial da constituição de uma ampla região que ficou conhecida a partir do século XX como pequena África, expressão criada pelo pintor e sambista Heitor dos Prazeres. Nesta região se instalaram as primeiras casas de culto de matriz africana na cidade, ali nasceu o samba” (IPHAN, 2016.pg. 106)

Diante dessas reflexões é preciso identificar e analisar como estão sendo conduzidas as ações que foram firmadas na carta “Recomendações do Valongo”<sup>2</sup>, pois de acordo com o dossiê do Cais do Valongo foram firmados compromissos com a prefeitura do Rio de Janeiro e o IPHAN:

“É compromisso da Prefeitura do Rio de Janeiro e do IPHAN a implantação de um Memorial de Visitação, conforme previsto na já citada carta Recomendações do Valongo. Este memorial centralizaria as informações para o visitante e seria responsável pela exposição de parte do acervo arqueológico encontrado nas escavações. Para isso, foi indicado pela carta Recomendações do Valongo o uso do galpão das Antigas Docas D. Pedro II, bem tombado pelo IPHAN, com cerca de 14.000 m<sup>2</sup> de propriedade do Estado Brasileiro. A proposta envolve o IPHAN, a Prefeitura e o MAR - Museu de Arte do Rio de Janeiro, localizado no Porto do Rio, vizinho ao sítio arqueológico. O compromisso dos entes públicos envolvidos é que o espaço do galpão abrigue definitivamente o Memorial da Celebração da Herança Africana, além do Centro de Recepção de Visitantes e de uma área de exposição permanente do acervo arqueológico e da coleção de arte afro-brasileira do MAR, que se propõe a gerir esse equipamento cultural” ( IPHAN, 2016. pg 169)

Assim, o objetivo do artigo é compreender as possibilidades do uso turístico na região do Valongo articulando com ações de preservação do bem e participação da comunidade local. Para isso é importante construir um mapeamento das ações que estão sendo construídas pelos principais sujeitos do comitê gestor do Sítio arqueológico.

---

2 A carta “Recomendações do Valongo” é um dos resultados do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na Região Portuária do Rio de Janeiro, em conformidade com o disposto no Decreto Municipal 34803, de 29 de novembro de 2011. Esse grupo se reuniu por sete meses para discutir a implantação de um circuito que inclui sítios arqueológicos, sítios históricos e sítios vivos da área do porto do Rio de Janeiro, tendo o Cais do Valongo como centro, no sentido de preservar a memória da herança africana do local. Essa carta foi apresentada em audiência pública em 26 de junho de 2012.

Trazendo elementos dos sentidos de construção da memória pública da escravidão, afirmação de singularidades e reivindicação de direitos sociais que foram politicamente negados, destacando, sobretudo, o papel preponderante do movimento negro, intelectuais negros, sociedade civil e comunidade local, agentes que identificam essa região como um território negro e percebê-los na articulação no comitê gestor do sítio nas ações para o desenvolvimento turístico na região após o recebimento do título de Patrimônio Mundial.

Tomando como base as indicações que foram construídas no dossiê de candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial, esse documento destacou a atuação do comitê gestor com ações que criem proposições de políticas, programas, projetos e atuações de caráter educativo, cultural, turístico, econômico ou social que tenham como objetivo a conservação, valorização e promoção do patrimônio cultural de natureza material ou imaterial relacionados ao sítio, sua zona de amortecimento, circuito histórico e arqueológico de celebração da herança africana.

Para esse fim, a metodologia usada para a compreensão das ações desenvolvidas pelo comitê gestor, foram mapeamento dos principais sujeitos do comitê gestor, articulação e convite para uma videoconferência. A partir de perguntas norteadoras para nos guiar na reunião e gravação em plataformas digitais com propósito de registro.

As fontes foram as atas de reuniões das instituições formadoras do comitê gestor, documentos do IPHAN, documentos disponibilizados pelos sujeitos do comitê, arquivos de seminários e outras reuniões de inauguração do comitê gestor. Assim, foram identificados nesse artigo quem são os agentes constituintes desse comitê, quais instituições eles representam, o que eles pensaram sobre ações de gestão no âmbito turístico, qual tipo de turismo, memórias, identidades e narrativas estão sendo construídas e por se tratar de um sítio de memória sensível é necessário compreender que práticas de preservação e gestão turísticas devem ser construídas a partir das percepções da comunidade receptora.

## **MAPEAMENTO DE SUJEITOS, REDES E INSTITUIÇÕES DO COMITÊ GESTOR DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO**

O mapeamento dos sujeitos, redes e instituições, objetiva-se entender os processos descritos acima e destacando que a prática imersiva do campo gera, frequentemente, dilemas éticos e metodológicos, provocando escolhas e posicionamento dos sujeitos envolvidos no processo de construção do mapeamento. De acordo com Enne (2014):

Trata-se de um complexo jogo de identidade e alteridade - entre "nós", os "outros" e os "outros dos outros", que frequentemente somos "nós" pesquisadores também - cujo mapeamento não se faz sem conflitos ou angústias. Assim, o pesquisador se vê constantemente desafiado por limites e dilemas no seu fazer etnográfico. (ENNE, 2014.pg .85)

Esse fazer etnográfico é desafiador, pois como bacharel em turismo entender os

vários processos e questões complexas que envolvem elementos como simpatia, empatia, pertencimento, engajamento, ativismo político e necessidade de dialogar com outros discursos que discorrem com objetividades versus subjetividades, sempre presente nos debates das ciências sociais.

E se tratando de um sítio de memória sensível como o Cais do Valongo, que sintetiza em sua materialidade as relações do comércio escravagista que envolveram a África, as Américas e a Europa, o que demonstra o seu valor universal excepcional como lugar de memória sensível e patrimônio da humanidade.

Diante disso, o turismo não é a única atividade, vertente ou abordagem a ser vivenciada, é a união de diferentes olhares, estudos e temáticas, que ao se juntarem abrem caminhos muito mais amplos. É importante compreender a multiplicidade de visões que abrangem diversos pontos de partida e chegada, para caracterizar o público-alvo, grupos envolvidos, tipo de segmento, forma de planejamento e gestão, técnicas de manejo e sustentabilidade para promover o turismo e/ou atividade turística que valorize o território negro na região.

Um desses pontos de partida e/ou segmento é o turismo cultural, visto que a relação turismo e cultura é fundamental. A ligação entre cultura e turismo deve ser entendida como relação de trocas, aprendizados e conhecimentos. No caso do Cais do Valongo, a compreensão do sítio, em que sua materialidade simbólica representa a patrimonialização das diferenças, repúdio, luta por direitos, resistência e espaço de manifestações culturais afro-brasileiras simbólicas de afirmação cultural.

Nesse sentido, é importante destacar que o patrimônio cultural, mais do que atrativo turístico, é fator de identidade cultural e de memória das comunidades, fonte que as remete a uma cultura partilhada, a experiências vividas, a sua identidade cultural e, como tal, deve ter seu sentido respeitado. (BRASIL, 2008, p.15)

O turismo cultural, nessa perspectiva, “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (MINTUR, 2006, p. 13). Bens culturais que englobam a memória, a identidade, as edificações e os conjuntos urbanísticos, já os imateriais são as manifestações populares (música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas, dança, artesanato e entre outras). Dentro desse segmento, é encontrado o turismo étnico conceituado pelo envolvimento das comunidades representativas dos processos migratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores em seu modo de vida, saberes e fazeres. (MINTUR, 2006, p. 18).

Assim, a constituição do comitê gestor do Cais do Valongo traz em sua construção a diversidade de sujeitos, redes e instituições, que ampliam o olhar sobre as ações de

preservação, possibilidades do uso turístico na região e para o planejamento turístico étnico-afro que tenda a exaltar a memória dos afro-brasileiros e da comunidade receptora. Tendo a sensibilidade de entender que o turismo desenvolvido somente por interesse mercadológico sem o devido planejamento ele tende a beneficiar apenas os sujeitos promotores hegemônicos do turismo (LEITE, 2004). Segue o quadro abaixo:

SUJEITOS	CARGO	INSTITUIÇÃO	VISÃO SOBRE O BEM	AÇÕES
Sérgio Paz	Coordenação-Geral de Cooperação Nacional	Cogecon/Ipahan/sede	Institucional	Supervisor Mestrado Profissional
Candice Ballester.	Chefe da Divisão de Reconhecimento Internacional de Bens Patrimoniais	Coordenação - Geral de Cooperação Internacional/IPHAN/SEDE	Institucional	Processo de candidatura do casis do Valongo a patrimônio mundial, monitoramento e gestão do bem.
Sônia Rampim Florêncio	Coordenadora de Educação Patrimonial	IPHAN/SEDE	Institucional	Educação Patrimonial
Joseane Brandão	Docente do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural	IPHAN/RJ	Educacional	Orientadora da pesquisa sobre o casis do Valongo e usos turísticos
Nilcelmar Nogueira	Consultora do IPHAN e foi secretária de cultura do Rio	IPHAN/	Étnica	Identificação de patrimônios imateriais da região do casis do Valongo e interpretação
Merced Guimarães	Presidente do Instituto Pretos Novos	IPN- Instituto Pretos Novos	Educação Patrimonial	Circuito de Herança Africana
Luciane Gorgulho	Chefe de departamento de	BNDES – Banco Nacional de desenvolvimento Social	Recursos	África, fomento ao turismo, placas desinalização, investimento em startups e projetos Culturais
Gracy Mary	Presidente da Organização Cultural Remanescente de Tia Ciata	Casa da Tia Ciata.	Étnica	Caminhos de Ciata, vivenciado jongo, batuques de Ciata, oficinas de tambor, capoeira, maculelê e educação patrimonial

Sérgio Noronha	Coordenador	CEPPIR- Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial	Étnica	Lavagem sagrada do cais do valongo e segue as agendas existentes da região.
Monica Silva	Assessora de Desenvolvimento Econômico Social/	CDURP- Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto	Institucional	Desenvolvimento urbano na região, capacitação da comunidade local, por meio de ações de educação patrimonial.
Rodrigo Nascimento Cléber Silva	Presidente	MUHCAB Museu da História e da Cultura Afro Brasileira	Étnica Educação patrimonial	Historiografia afro-brasileira e afro- atlânticas
Mônica Costa	Assessora de patrimônio imaterial (superintendente substituta)	IPHAN/RJ	Institucional	Ações do grupo circuito histórico arqueológico da herança africana
Sandro Capadócia	Assessor Especial	Secretaria de Turismo do RJ	Política	Turismo Religioso na pequena África
Fernanda Bittencourt Vieira (supervisão)	Assessora	COGECOM/IPHAN/ SEDE	Institucional	Supervisora do mestrado profissional
Mãe Celina de Xangô	Gestora do Centro Cultural Pequena África	Pequena África	Étnica	Promoção de circuito histórico e arqueológico da herança africana
Giovanni Harvey	Presidente	Incubadora Afrobrasileira	Étnica	Ações tecnológicas de estruturação de circuitos turísticos culturais.
Leonardo Alves	Diretor do departamento de pesquisa e documentação	INEPAC- Instituto Estadual do Patrimônio Cultural	Institucional	Educação patrimonial, tombamento de pedra do cais do valongo.
Milton Guran	Coordenador Antropólogo	IPHAN- Comitê Científico	Institucional/ Pesquisa	Elaboração deste dossiê de candidatura
Mônica Lima	Técnica Historiadora	IPHAN- Comitê Científico	UFRJ/ Pesquisa	Elaboração deste dossiê de candidatura
Damião Braga	Presidente	Associação de remanescentes do Quilombo Pedra do Sal	Étnica	Projeto do samba
Luiz Eduardo Negro Gun	Presidente	Cedine - Conselho Estadual dos Direitos do Negro RJ	Étnica	Lavagem do Cais do Valongo, escavação arqueológica no VLT

Figura 3: Mapeamento de sujeitos, redes e instituições do comitê gestor.

## ETAPAS: ATIVIDADES REALIZADAS

- Levantamento preliminar pesquisa bibliográfica;
- Identificação de sujeitos e instituições que promovam ações turísticas de preservação do Cais do Valongo articuladas e integradas com a comunidade local
- Pesquisa desktop;
- Entrevista com sujeitos chaves do processo por meio de entrevistas individuais e coletivas
- Pesquisa a acervos institucionais: Museu da História e Cultura Afro-brasileira (MUHCAB) ; Secretaria Municipal de Cultura do Município do Rio de Janeiro (SMC); Conselho Estadual dos Direitos do Negro (Cedine); Instituto Pretos Novos (IPN); Secretaria de Turismo do Rio Janeiro; Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC); Incubadora Afro-brasileira;

## LEVANTAMENTO DE DADOS

Para o levantamento dos dados, no dia 25 de junho de 2020, foi realizada uma videoconferência com a participação de 18 membros do comitê gestor do Cais do Valongo, representando suas respectivas instituições, de acordo com a tabela acima (figura 2). O objetivo da reunião foi compreender as possibilidades do uso turístico na região do Valongo articulando com ações de preservação do bem e participação da comunidade local. Sendo assim, a reunião ocorreu seguindo a seguinte metodologia para o levantamento de dados.

## PROGRAMAÇÃO E PERGUNTAS NORTEADORAS

- Apresentação do objetivo da pesquisa e do objetivo da reunião
- Abertura para falas: apresentação de cada um - quem é, qual instituição representa
- Quais ações de preservação a instituição tem desempenhado no Cais do Valongo e como você vê a atividade turística como estratégia de preservação desse patrimônio cultural articuladas com a atuação da comunidade local
- Encerramento e convite para outras reuniões, em blocos temáticos
- Tempo de fala de 10 min no máximo para cada membro

## CONCLUSÃO

A análise de dados alcançadas por meio de conferência virtual, pesquisa em fontes documentais, reportagens, rede de contatos do controle de representantes do comitê gestor e levantamento bibliográfico serviram de instrumentos para a construção do mapeamento

das ações do comitê gestor na elaboração de políticas públicas turísticas que se articulam com a preservação do sítio arqueológico do Cais do Valongo.

Sobre os temas relacionados à pesquisa, revela, que o atual cenário político e as políticas públicas de gestão direcionadas a manutenção da preservação do Cais do Valongo não é foco do governo atual. Esse fato é comprovado pela extinção dos comitês gestor pelo decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, e partir desse decreto, foi extinta todas as ações do comitê gestor do Cais do Valongo e possíveis avanços da pauta. Inclusive devido a esse decreto não foi possível a participação da Fundação Cultural Palmares, pois de acordo com a instituição e suas atuais políticas de gestão que não reconhece o movimento negro, e inclusive o chama de “escória maldita” impossibilita qualquer tipo de avanço do comitê gestor do Cais do Valongo pelo atual governo Federal.

Assim, mãe Celina de Xangô, umas das membras do comitê gestor e presidente do centro cultural pequena África sente os efeitos negativos do atual cenário político, e mantém sem recursos, o espaço cultural que resgata e difunde a história e a cultura afro-brasileira e nessa mesma situação, a casa de Tia Ciata, dirigida por Gracy Mary, relata as dificuldades de continuar as ações culturais, turísticas e de proteção do Cais do Valongo, mas relata as potencialidades da região.

A partir disso, todas as ações, políticas de gestão e manutenção desse bem são atrasadas fazendo com que todas as conquistas de sua patrimonialização a patrimônio mundial se congelem no atual cenário político. Somando a isso, os sujeitos sociais locais ligados a instituições étnicas que lutam pela preservação dessa memória, cuja luta é histórica, relatam a dificuldade de desenvolvimento de suas ações na região, devido ao apagamento, falta de recursos e investimentos. Agregando a isso, temos o cenário devastador com a pandemia da covid-19, que trouxe impactos na oferta e demanda dos serviços turísticos da região.

Infelizmente esses problemas persistem há vários anos na história brasileira, ancorados no racismo estrutural. De acordo com Almeida (2019), importante advogado, filósofo e professor universitário, alerta que racismo, no caso, o estrutural, na sua tese central, relata que o racismo é sempre estrutural, ou seja, que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Compreendendo todos esses fatores de invisibilidades, retrocessos e desvalorização da memória, cultura e identidades afro-brasileiras no relato de Sandro Capadócia, assessor da secretária de estado de turismo do Rio de Janeiro, fica evidente que há uma melhor estruturação e incentivo dos patrimônios culturais dos grupos hegemônicos no que ele defende como “turismoreligioso laico”. Nisso, é importante refletir quais critérios são construídos de valoração a certos patrimônios em relação aos patrimônios do povo negro.

Assim, a partir dessa análise fica evidente que as instituições brasileiras usam de aparatos institucionais, como decretos, normas, ou leis jurídicas para não permitir o

avanço de grupos étnicos raciais, ou de patrimônios culturais, no caso de Cais do Valongo que denuncia as perversidades cometidas, por esses grupos hegemônicos que não reconhecem o racismo com fator estruturante de organização social brasileira, e nisso todas as organizações, movimentos, indivíduos são prejudicados, por enquadramentos de narrativas de vitimização e inferiorização da história negra brasileira.

Devido a reprodução e manutenção de privilégios de grupos hegemônicos que reproduzem condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social, e no âmbito turístico, com a manutenção de circuitos e roteiros, que exaltam histórias, memórias e identidades de grupos colonizadores, invisibilizando a luta histórica dos movimentos negros e das pautas antirracistas que se organizam pela afirmação social, subsistência e luta por igualdade por direitos básicos fundamentais e pela preservação da memória da cultura afro-brasileira, mas apesar disso tudo é possível identificar a potencialidade e riqueza cultural da região do Cais do Valongo, em uma perspectiva de território negro.

Dessa maneira, analisando a visão do comitê científico do Cais do Valongo, que foi responsável pela elaboração do dossiê de candidatura do bem a patrimônio mundial, percebe-se que em governos progressistas as ações de preservação desse bem tiveram avanços como o título de reconhecimento mundial, formação do comitê gestor, inauguração do circuito de herança africana da região, sinalização do bem e obras de escavações arqueológicas que trouxeram à tona a importância histórica e cultural da região portuária do Rio de Janeiro para a compreensão do processo da diáspora Africana em 2011, mas importante pontuar que apesar dos avanços as obras de revitalização dessa região foram motivadas pelo aparelhamento mercadológico e neoliberal do território, e manutenção do turismo exploratório, onde que trouxeram grandes investimentos ligadas ao projeto do “Porto Maravilha” como investimentos de obras monumentais, reafirmação e fortalecimento de identidades que apagam o protagonismo dos outros grupos formadores da sociedade brasileira.

Importante destacar nesse processo de candidatura do Cais do Valongo a patrimônio mundial, sobre o conselho científico internacional do projeto rota do escravo: resistência, liberdade e herança, da UNESCO, por ocasião da sua reunião estatutária de 2013, realizada no Rio de Janeiro, reconheceu a relevância ímpar do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo como lugar de memória da diáspora Africana nas Américas, tendo afixado no Cais uma placa (figura 3) expressando esse reconhecimento, a primeira do gênero afixada no mundo, no dia 20 de novembro de 2013, quando se comemora no Brasil o Dia da Consciência Negra. Nesse ato de valor simbólico que trouxe reconhecimento para região, é relevante considerar que o nome “Rota do Escravo”, recoloca o sujeito negro enquanto, objeto, inferior e escravo, e nisso é importante refletir sobre uma narrativa que ressignifique e valoriza nossa posição social.



Figura 4- Placa Unesco: Aline Karina.

De acordo com a narrativa oral de muitos membros desse comitê gestor reunidos na videoconferência, o que nos une é a diáspora africana, que inclusive nos conecta ao Atlântico negro como espaço que permite fluxos, trocas e comunicações entre as populações afrodiáspóricas, e essa narrativa se associa a proposta de educação patrimonial do Museu da História e da Cultura Afro Brasileira do Rio de Janeiro.

Outro ponto de bastante relevância das ações de turismo, preservação do bem articuladas com a comunidade local, que trazem reflexões sobre a ideia de qual turismo será estruturado na região, á tona sobre a problemática da sustentabilidade que paralisa a ideia de desenvolvimento de um turismo étnico- afro, que de fato, pode trazer estruturas, capacitações, fortalecimento do turismo étnico na região, essa problemática foi apontada pela incubadora afro- brasileira e pela casa de cultura da Tia Ciata, nisso é importante expandir o conceito de sustentabilidade, de acordo com Boff ( 2012), que fala sobre a sustentabilidade social, como instrumento de justiça social.

A análise dos dados possibilitou compreender que a ideia de turismo cultural, focado sobre a perceptiva do turismo étnico, representa bem as ações de âmbito turístico que vem sendo desenvolvidas na região do Cais do Valongo, de acordo com o mapeamento das ações grande parte das atividades que estão sendo realizadas traz como foco principal o enaltecimento, valorização e resgate da cultura afro-brasileira, esse fato fica evidente, por ser tratar do simbolismo de territorialidades sobre a ideia de pequena África e todos os atrativos turísticos que enriquecem esse circuito.

E nessa região, destaca-se o Instituto Pretos Novos, um Museu Memorial (IPN) que foi criado a partir da descoberta de um sítio arqueológico em seu subsolo, o cemitério dos pretos novos, onde existem vestígios de ossos humanos que foram amontados na chegada de embarque de humanos vindos de África que não resistiram as duras condições da viagem, esse espaço de memória, guarda em sua materialidade uma memória sensível e dolorosa dessa época. De acordo com Merced Guimarães, presidente do espaço, o museu tem um grande fluxo de visitação e nisso o instituto vem desenvolvendo ações de educação patrimonial na região, pois por se tratar de um espaço cultural de memória sensível é importante conscientizar os moradores, turistas e curiosos que visitam o espaço para que compreendam a dimensão do racismo estrutural que tem consequências perversas e marcas estruturantes nos dias atuais.

Outro aspecto que é notório saber são as ações do centro de interpretação turística, que foram apontadas por Nilcemar Nogueira na videoconferência, somando ao circuito de herança africana (Pequena África) a restauração do edifício das antigas Docas Pedro II, onde que está destinado funcionar o Centro de Interpretação do Cais do Valongo. De acordo com a narrativa de Nilcemar:

“Analisados juntos, sob a luz da coletividade, tais movimentos reafirmam a importância da implantação do Centro de Interpretação do Cais do Valongo como forma de compromisso de reconstrução de parte da memória histórica que ficou oculta na historiografia oficial, ou seja, esse desvelamento, pela exposição positiva e precisa do assunto, provoca reflexão sobre esses “passados presentes” no que se refere ao processo de sujeição a que são submetidos esses anônimos sujeitos da ação, a fim de se imporem novos cenários, novos deveres e conceitos de novas formulações de políticas públicas, a partir da consideração das denúncias e desejos expresso pela comunidade local”

( relato de Nilcemar Nogueira na videoconferência)

Nisso, é importante apontar as disputas simbólicas que ocorrem nessa região, que dificulta o avanço da estruturação desse centro de interpretação, ela apontou que é necessária uma agenda pública efetiva de integração dessas ações, para que traga os protagonistas dessa história para a centralidade da agenda do poder público. E nisso, ela continua enfatizando a importância do centro de interpretação passar por ações integradas, desde dos guias que devem ser capacitados para disseminar a narrativa das memórias da região e a oportunidade de vivenciá-las na cadeia produtiva do turismo étnico-afro, como restaurantes, oficinas ou apresentações culturais que tragam experiências existenciais memoráveis de valorização da cultura afro-brasileira, já que se trata de um patrimônio negro.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

Antropologia das práticas de poder: **reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações** / Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho, Antonio Carlos de Souza Lima, Carla Costa Teixeira (orgs). - Rio de Janeiro : Contra Capa; Faperj, 2014.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BRASIL. **Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo Turismo cultural: orientações básicas / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação**. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006

BRASÍLIA. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. **Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm). Acesso em: 03/07/202

GUIMARÃES, SAMPAIO ROBERTA. **A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca**. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2014

IPHAN. DOSSIÊ: SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CAIS DO VALONGO- PROPOSTA DE INSCRIÇÃO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL. JANEIRO 2016.

LEITE, R. P. (2004) **Contra-Usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da UNICAMP, Aracaju: Editora UFS. MTUR. **Plano Nacional de turismo 2018-2022-Mais emprego e renda para o Brasil. 2017**

MUHCAB, **Museu da histórica e cultura afro-brasileira**. Apresentação. 2019

REGRASP. **TURISMO ÉTNICO-AFRO NA CIDADE DE SÃO PAULO: UM CONCEITO A SER EMPREENDIDO**1 n. 1, nov.2016, p.72-98 – Lilian Soares da Silva

ROTEIRO AFRO. **Roteiros Temáticos - Afro**. São Paulo Turismo (SPTuris), 2012

UOL. **Movimento Negro**<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/06/03/sergio-camargo-chama-movimento-negro-de-escoria-maldita.htm>, acesso 28/06/2020

UOL. **Mãe Celina de Xangô** <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/28/jogadores-tracas-mae-celina-de-xango-pede-ajuda-para-manter-centro-afro.htm> acesso. 10/07/202

# CAPÍTULO 8

## INCURSÕES POR PAISAGENS ART DÉCO: CONEXÕES SÃO PAULO-BAHIA

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 18/04/2021

### **Maria Ângela Barreiros Cardoso**

Doutoranda em História da Arquitetura e  
Urbanismo, PPGAU/UFBA  
Salvador - BA  
<http://lattes.cnpq.br/0749635753613348>

### **Saïde Kahtouni**

Doutora em História e Fundamentos da  
Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP. Mestre  
em Estruturas Ambientas Urbanas/Paisagem  
e Ambiente, FAUUSP. Pós-Doutorado pela  
UFRJ./PROURB, pesquisadora Doutora PAISA/  
UFRJ  
São Paulo - SP  
<http://lattes.cnpq.br/5984850820647248>

Pesquisa originalmente apresentada no Seminário 4º  
Simpósio Científico do ICOMOS Brasil e 1º Simpósio  
Científico ICOMOS/LAC, 2020, formato digital e  
publicada nos anais do evento científico.

**RESUMO:** A interpretação patrimonial, como ferramenta de reconhecimento do patrimônio cultural e das paisagens culturais, foi o que moveu esta pesquisa, inspirada em uma incursão paisagística pelo Recôncavo baiano, realizada em 2019. Busca debruçar sobre a experiência do conhecimento de elementos construídos, conspícuos à historicidade, embora, às vezes, imperceptíveis na vida cotidiana das pessoas. Assim, criam-se as possibilidades de paralelos

entre o viés turístico-cultural e as paisagens da vivência cotidiana dos seus habitantes. O foco do artigo se expressa na paisagem brasileira, na passagem entre o estilo *Art Nouveau* e o Modernismo, na qual se insere o estilo *Art Déco*, enquanto herança patrimonial dos anos 20 a 40 do século passado. Mais que formas inseridas na paisagem urbana, o *Déco* foi um movimento vanguardista, de visão de futuro, focado na modernidade e no progresso das nações. Na arquitetura, o *Déco* emoldura diversos usos e funções adaptadas ao caráter da obra, desde instituições (sociais, culturais, educacionais) a hospitais, estações ferroviárias, mobiliário urbano, residências, etc., que se revelam em grandes potenciais paisagísticos e culturais, e este desdobramento da reconhecida 'arquitetura *Déco*' se destaca em alguns percursos paisagísticos, um fenômeno pulverizado, que se observa nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, e alcança Salvador na paisagem central da cidade, onde foram construídos edifícios mais altos e com a mesma linguagem na Praça Castro Alves e em suas proximidades, como o consagrado Elevador Lacerda, ligando as Cidades Alta e Baixa. Essa linguagem vai ecoando também por outros territórios da Bahia, com rica influência sobre paisagens interioranas, a exemplo de Conceição da Feira, onde o estilo do *Art Déco* marca a origem e a essência dessa pequena cidade, nesse período, como parte de nossos percursos paisagísticos, que pretendemos compartilhar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio urbano; Paisagem cultural; Conservação urbana; Rotas culturais, Turismo cultural.

## INCURSIONS IN ART DÉCO LANDSCAPES: SÃO PAULO-BAHIA CONNECTIONS

**ABSTRACT:** The heritage interpretation, as a tool for recognizing cultural heritage and cultural landscapes, was what guide this research, inspired by a landscape incursion by the Recôncavo Baiano, carried out in 2019. It seeks to focus on the experience of knowledge of constructed elements, conspicuous to historicity, although sometimes imperceptible in people's daily lives. Thus, the possibilities of parallels between the tourist-cultural bases and the landscapes of the daily life of its inhabitants are created. The focus of the article is expressed in the Brazilian landscape, in the passage between the Art Nouveau style and Modernism, in which the Art Deco style is included, as a patrimonial heritage from the 1920s to the 1940s. More than forms inserted in the urban landscape, Déco was an avant-garde movement, with a vision of the future, focused on modernity and the progress of nations. In architecture, Déco frames several uses and functions adapted to the character of the work, from institutions (social, cultural, educational) to hospitals, railway stations, urban furniture, residences, etc., which are revealed themselves in great landscape and cultural potentials, and this unfolding of the renowned 'Déco architecture' stands out in some scenic paths, a scattered phenomenon, which is observed in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo, and reaches Salvador in the central landscape of the city, where taller buildings were built and with the same language in Praça Castro Alves and in its vicinity, as the renowned Elevador Lacerda, connecting the High and Low Cities. This language is also echoing in other territories of Bahia, with a rich influence on countryside landscapes, such as Conceição da Feira, where the Art Deco style marks the origin and essence of this small town, in this period, as part of our scenic routes, which we intend to share.

**KEYWORDS:** Urban heritage; Cultural landscape; Urban conservation; Cultural routes, Cultural tourism.

### 1 | INTRODUÇÃO

A interpretação patrimonial, como ferramenta de reconhecimento do patrimônio cultural e das paisagens culturais, é o que move esta pesquisa, inspirada em uma incursão paisagística pelo Recôncavo baiano, realizada em 2019. Busca debruçar sobre a experiência do conhecimento de elementos construídos, conspícuos à historicidade, embora, às vezes, imperceptíveis na vida cotidiana das pessoas. Assim, criam-se as possibilidades de paralelos entre o viés turístico-cultural e as paisagens da vivência cotidiana dos seus habitantes em suas arquiteturas e paisagens vivenciadas. O foco da comunicação se expressa por alguns ícones populares na paisagem brasileira, na passagem entre o estilo *Art Nouveau* e o Modernismo, na qual se insere o estilo *Art Déco*, enquanto herança patrimonial dos anos 20 a 40 do século passado.

Mais que formas inseridas na paisagem urbana, o *Déco* foi um movimento vanguardista, de visão de futuro, focado na modernidade e no progresso das nações. Na arquitetura, o *Déco* emoldura diversos usos e funções adaptados ao caráter da obra, desde instituições (sociais, culturais, educacionais) até hospitais, estações ferroviárias, mobiliário

urbano, residências e obras de arte e monumentos, que se revelam como grandes potenciais paisagísticos e culturais.

Dentro dessa perspectiva, talvez o mais expressivo e popular monumento do estilo *Art Déco* no território brasileiro seja a estátua do Cristo Redentor, implantada sobre o morro do Corcovado, no Rio de Janeiro, em 1931. Foi um ato inovador. Não só porque recriava uma paisagem diferenciada, pelo percurso da subida do Corcovado, para se alcançar a bênção em um lugar santuário, de cujo topo se permitiu vislumbrar a plenitude da paisagem geográfica do entorno, mas também por uma perspectiva de inclusão da Urbe junto aos elementos da natureza ainda não explorada, até então dotada da significação de um pleno domínio visual, que, apesar de posto aqui como menção, não será objeto de nossos estudos.

A interpretação de algumas paisagens *Art Déco* de São Paulo e da Bahia é o que nos move a desenvolver esta pesquisa, para o reconhecimento paisagístico desses bens arquitetônicos, às vezes imperceptíveis na vida cotidiana das pessoas, e da sua valoração como patrimônio e lugar, em relação às formas de convivência e das sensações que estas proporcionam a cada geração como um Lugar de memória (Riegle, 2014).

Este desdobramento da reconhecida 'arquitetura *déco*' se destaca em alguns percursos paisagísticos, como um fenômeno pulverizado, que se observa no dia a dia pelas ruas e suas construções comuns, nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, esta, a cidade da modernidade e da ruralidade do parque da Água Branca, e cujo centro recebeu o Viaduto do Chá e diversas obras *Art Déco*, estilo que, depois, alcança Salvador na paisagem central da cidade, onde foram construídos edifícios mais altos e da mesma linguagem, na Praça Castro Alves e em suas proximidades, onde está o consagrado Elevador Lacerda, ligando as Cidades Alta e Baixa. Essa linguagem vai ecoando também por outros territórios da Bahia, com rica influência sobre as paisagens interioranas, a exemplo de Conceição da Feira, onde o estilo *Art Déco* marca a origem e a essência dessa pequena cidade, nesse período, como parte de nossos percursos paisagísticos, que pretendemos compartilhar.

## **2 | A PAISAGEM EM MOVIMENTO, PERCURSOS E INCURSÕES**

O ato de observar paisagens decorre do exercício da percepção, do que acontece entre nós e nos arredores, e das relações intercorrentes e conspícuas ao ambiente. Buscar entender as diversas características tomadas de uma paisagem, natural, cultural, é um hábito e um sentido crítico do ser humano, além de inerente ao tempo e às formas de representações de paisagens. A Paisagem transformada reflete uma criação humana sobre um determinado fenômeno da Natureza. A passagem ou transformação, quando consciente, se torna parte do processo da compreensão sobre as ações que o conduzem. Natureza e Paisagem se unem e se contradizem em percepções sobre um objeto ou mais objetos, projetados e implantados no espaço e no tempo, e que traduzem a impressão

particularizada do objeto percebido.<sup>1</sup>

Sob a perspectiva atmosférica de uma dimensão subjetiva de representação da fisionomia do lugar onde vivem as formas vivas, é assim que a paisagem deixa de ser um quadro sem vida e passa a ser feita de ambientes a serem vivenciados. Na era contemporânea, a natureza e sua diversidade despertam perplexidades de uma determinada localidade, refletindo a ligação intrínseca entre o ambiente geográfico e a sociedade que ali habita, e esse entendimento vai estimular a criação de diferentes espaços para as pessoas, e a Paisagem percebida se torna a interface entre os homens e a natureza (Claval, 2004).

“[...] a paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação- ou seja, da cultura - que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.” (Berque, 1998, p.85).

No sentido de conjunto do patrimônio urbano, a paisagem se torna um produto que resulta de um processo social de ocupação e gestão de determinado território e um sistema de ações, reações, alterações e transformações (Santos, 1988). Do projeto ao real e concreto, a paisagem é construída em um conjunto de ideias, de ciência, arquitetura, arte, paisagismo, as quais dão forma e enquadramento ao conjunto e trazem medidas às nossas percepções e à interdisciplinaridade das ações. Forma e conteúdo se expressam diferentemente na relação espaço-tempo, recortes que refletem um determinado movimento, social, cultural, político, do direito à vida pública, permitindo então as incursões.

Desse modo, o foco do ‘objeto’ ou ‘fenômeno’ se insere nas ‘incursões’ por paisagens *Art Déco*, em conexões São Paulo-Bahia, considerando o fenômeno como real-concreto, em uma aparição única e particular de um real abstrato infinito de possibilidades, cuja essência se revela em cada aparição como o sentido de uma série de aparições (Serpa, 2007, p. 14-22). Tudo isso para também explicar que apresentamos aqui frutos de nossas próprias percepções, mesmo que elaboradas por conhecimentos prévios da estética e por nossas experiências projetuais cotidianas. Mais que formas inseridas nas paisagens, o *Art Déco* foi um movimento vanguardista, de visão de futuro, focado na modernidade e no progresso das nações. Nesse movimento, devem ser observados os conceitos de ordem físico-psíquica (percepção), de ordem pragmática (utilitarismo) e de ordem filosófica (concepção), que dão sentido à paisagem, na qual forma e conteúdo encontram-se imbricados.

Em uma histórica tradução de 1945, editada pela USP, a pesquisa do crítico de arte Hermann Leicht estuda a história universal da arte desde os primórdios e trata do movimento aqui lembrado como algo pioneiro, sendo apresentados alguns edifícios de linguagem *Art Déco* como arquiteturas modernas (Leicht, 1945, p.506-511). O texto diz que “além do utilitário procuram os projetos uma nova solução harmônica”. No texto, o autor reconhece neste novo movimento a importância das relações sinérgicas entre as partes

---

1 O termo paisagem *landskip*, do enquadramento e redução do *pays*, em trechos emoldurados da natureza como utilizado nos Países Baixos, século XV.

do projeto, que “a visão não consegue abarcar completamente”, exemplificando com o emblemático projeto da fábrica de tabacos Erven de Wed em Rotterdam de 1929.

Assim, criam-se possibilidades de paralelo entre o viés turístico-cultural e as paisagens que permanecem na vivência cotidiana, quando um determinado bem, restritamente perceptível, passa a ter múltiplo alcance e novas visibilidades. Estilo, uso e função compõem o conteúdo da análise preliminar do objeto de investigação em sua origem e no momento presente, onde se verifica o seu estado atual.

No Brasil, a reconhecida arquitetura ‘ecclética’ já se revela hoje como parte do viés turístico-cultural na paisagem urbana. É um fenômeno que marca a transição da arquitetura colonial para a arquitetura modernista, por um cenário renovador, que se inicia nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e alcança a Bahia por meio de diversas obras renovadoras das velhas tradições construtivas. Estes cenários urbanos, anteriormente dominados por casarios de beirais e quintais, serão em muitas situações os substitutos diretos de antigos ícones da sociedade colonial, trazendo à tona, a partir de fachadas refeitas, uma nova visão de mundo e de novos saberes, com suas janelas de vidro e detalhes artesanais sofisticados.

No entanto, houve um contraponto pré-modernista nesta linearidade de estilos e, se assim poderíamos chamá-lo, seria o estilo *Art Déco*, com suas linhas retas e detalhadamente desenhadas para execução rápida e eficiente, com um adensamento e verticalizações, de forma muito mais simples e econômica, porém harmônica, unindo e agregando materiais e formas de fazer das transições entre o passado e os futurismos trazidos pelos estrangeiros imigrantes, especialmente os italianos. Aqui, ao invés de nos atermos especificamente aos detalhes construtivos do objeto arquitetônico, vamos buscar compreendê-lo dentro de uma visão paisagística da formação de sequências que estabeleceram cenários permeáveis à percepção do transeunte desavisado em suas incursões por esses territórios paisagísticos.

Considerem-se, então, os percursos da arte no tempo e os percursos do estilo e suas linguagens, nos espaços e paisagens urbanos, com destaque para alguns pontos episódicos em São Paulo e Salvador, aos quais chamaremos de “incursões”.

### 3 | ARQUITETURA ART DÉCO, MOVIMENTO E PAISAGENS

Estilo marcante da paisagem brasileira, o *Art Déco* surpreendeu o mundo a partir da *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*, ocorrida em Paris em 1926, e foi logo se expandindo para os Estados Unidos e alcançando o Brasil. Formalmente, combinou linhas retas com circulares, estilizadas, utilizando sempre as formas geométricas com o *design* abstrato dos movimentos vanguardistas. Essas formas surgiram afirmando o progresso e a modernidade no início do século XX.

Em São Paulo, a precedente Semana de Arte Moderna de 1922 se apresenta como o portal de entrada do movimento modernista e dos ensejos de arquitetos europeus e

artistas brasileiros, com repercussões na mídia da época. A elite cafeicultora de nosso país, concentrada em São Paulo, assistiu ao Movimento, mas já havia adotado para a sua modernidade a linguagem *Art Déco*, visto que o Instituto Biológico, criado em 1927, em função do combate a pragas no cultivo do café, se ergue edificado, em 1928, com essas feições, a partir do projeto do arquiteto Mario Whately.

A Semana de 22, por sua vez, acontecera nos palcos do eclético Teatro Municipal, inaugurado em 1911, no coração da capital paulista. Esta obra, praticamente sem originalidade, tipicamente italiana, estava associada ao processo de reurbanização do Vale do Anhangabaú, iniciado pelo projeto urbanístico do francês Bouvard, em disputa com o engenheiro sanitarista Victor da Silva Freire, mas que inaugura novas perspectivas para a paisagem paulistana, com a abertura de um conjunto de áreas verdes de linguagem poética e, ao mesmo tempo, arrojada para aqueles tempos insalubres vividos no Anhangabaú e no parque D. Pedro II (Kahtouni, 2004).

Esta paisagem do novo centro paulistano cosmopolita estava emoldurada pelo Viaduto do Chá, projeto originário da engenharia de estruturas metálicas do século dezenove, e logo depois demolido e substituído por uma obra que se pretendeu modernista, como força e representação do estilo no centro da cidade, de autoria do arquiteto Elisário Bahiana: o novo Viaduto do Chá, de 1938, era verdadeiramente *Art Déco* em sua expressão.

Esse local de passagem permite a perspectivação de paisagens históricas intrínsecas ao ambiente do Parque e do Teatro Municipal, como os delicados jardins de Bouvard, hoje reduzidos a diminutos e episódicos remanescentes. Essa paisagem ainda parcialmente bucólica vai entrando, décadas mais tarde, em contraste com a nova Praça da Bandeira, hoje um labirinto de viadutos, terminal de ônibus e sistemas viários, em um ambiente degradado, vislumbrado das janelas do Edifício Mirante do Vale, de Zarzur e Kogan, de 1966, representante legítimo do chamado *International Style* e o maior arranha-céus do Brasil até 2014.

O Parque do Vale do Anhangabaú ainda hoje se encontra em reformulação e nunca conseguiu manter seus contornos projetados por diversos projetos que se sobrepuseram ao longo do tempo, disputando com os automóveis e, depois, os removendo, a partir de uma nova concepção dos projetos de Rosa Kliass e Jorge Wilhein ao final da década de 80, mas ainda conserva a sua ponte *Art Déco* de 1938, o Viaduto do Chá.

Logo em seguida, a cidade de São Paulo realizou a reformulação da antiga Ponte Grande, construída no século XIX, sobre o rio Tietê, designada em 1942, pelo prefeito Prestes Maia, como “Ponte das Bandeiras” e inaugurada com a sua presença e a do Presidente Getúlio Vargas. Assim, a nova pauliceia de Mario de Andrade foi construindo suas infraestruturas urbanas (como as pontes) arquitetonicamente, junto a todos os símbolos da controversa *Era Vargas*, marcada pela instalação de nossa siderúrgica e das maiores usinas de cimento do País, para a industrialização e a modernização, renunciadas pela instalação da usina Henry Borden ao pé da Serra do Mar.

O progresso e a urbanização no Brasil, aliados à valorização da cultura nacional, permitiram o sincretismo com as culturas internacionais através de uma linguagem que identificava o Estado Novo entre os estados nacionais mundiais que se encontravam em grande conflito e despejavam a cada Grande Guerra, em nosso território, milhares de imigrantes europeus de origem urbana e não mais dirigidos para as lavouras de café. Estavam todos interessados na aquisição de terras nas cidades para lotear e construir, numa efervescência que gerou transformações urbanas profundas (Kahtouni, 2004) e a construção de novos monumentos para o centro urbano em expansão.

Dentro desse contexto, vamos ainda destacar algo do centro paulistano, ainda de forma pontual, como a Biblioteca Mario de Andrade, projeto do arquiteto francês Jacques Pilon em 1942, imponente e de rigor geométrico, que também configura um monumento do estilo *Art Déco* na cidade e que foi tombado em visão de conjunto do Patrimônio Cultural do Vale do Anhangabaú.<sup>2</sup> Este prédio se liga a um conjunto verde adjacente, o da Praça Dom José Gaspar, totalmente remodelada nos anos 2000, que interliga a Biblioteca com edifícios do modernismo tardio, como a Galeria Metrôpole, e com o conjunto paisagístico do Vale do Anhangabaú e diversas ruas de pedestres e galerias históricas do centro. Trata-se de uma referência da linguagem ligada a este período.

Decerto que, em uma incursão *Art Déco* pelos meandros do centro paulistano, detalhada por um percurso a pé, partindo do delimitado centro novo, ou seja, das imediações da Praça da República, e, no sentido da Zona Leste, avançando para o bairro paulistano do Brás, que foi poeticamente descrito por Guilherme de Almeida e outros autores da modernidade paulistana, encontraríamos ainda diversos edifícios de moradia projetados pelo italiano Rino Levi (cujos desenhos originais estão arquivados na Biblioteca iconográfica da FAUUSP).

Esse arquiteto italiano projetou também, na Região Central e do Brás, salas de cinema pioneiras, conforme pesquisa realizada pela Divisão de Cinema do Centro Cultural São Paulo/SMC (Simões, 1990), entre elas, o cine UFA PALACE inaugurado em 1936, apresentando uma linguagem inovadora e no estilo *Art Déco*, que se espalhou por diversas salas de cinema projetadas por este mesmo arquiteto no Brás, mas que hoje não estão mais presentes na paisagem.

---

<sup>2</sup> Tombamento do patrimônio cultural, no conjunto das 293 edificações identificadas no perímetro de tombamento do Vale do Anhangabaú – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP (1992).



1- Viaduto do Chã



2- Biblioteca Mário de Andrade



3 - Instituto Biológico



4 - Ponte das Bandeiras, 1942

Figura 1: Paisagem e monumentos *Art Déco*, São Paulo, SP.

Fontes das imagens: (1)<https://www.guiadasemana.com.br/sao-paulo/turismo/viaduto-do-cha>; (2) <https://www.infoartsp.com.br/biblioteca-mario-de-andrade/> (3)<https://radiopeaobrasil.com.br/instituto-biologico-> (4)<https://www.saopauloantiga.com.br/o-abandono-da-ponte-das-bandeiras/>.

Partindo do centro para a Zona Oeste da cidade, caminhando em direção ao bairro de Santa Cecília, e alcançando outros bairros de origem italiana, próximos ao antigo Palestra Itália, como a Pompéia, teríamos ainda hoje uma boa surpresa a cada esquina, com dezenas e até centenas de prédios do princípio do século XX, ainda não totalmente descaracterizados. Então, São Paulo ainda guarda diversos exemplares importantes deste movimento, que atingiu a sua arquitetura cotidiana em grande escala, considerando-se desde os primeiros edifícios-torre do centro da cidade, com os primeiros elevadores ainda importados, até conjuntos de simples casarios de pequeno porte construídos em sequência, com elegância e estilo, para moradia da classe média, criados e construídos pela mão de obra europeia e pequenos investidores nos bairros.



Figura 2: Parque da Água Branca, São Paulo, SP.

Fotos de Saide Kahtouni, 2020.

Outro destaque pontual desta incursão por São Paulo, seguindo mais além, a oeste, surge, na direção da Barra Funda, o Parque da Água Branca, inaugurado em 1929, com finalidades agropecuárias e reconhecido, em 1996, pelo seu conjunto, como “bem cultural, histórico, arquitetônico-urbanístico, tecnológico e paisagístico” (CONDEPHAAT, 1996). A sua portada *Art Déco*, de autoria do artista e escultor Antônio Gonçalves Gomide, merece uma menção especial. E, ao longo do percurso, podemos encontrar, mais adiante, a cascata em degraus e o espelho d’água, marcas do mesmo estilo.

As formalizações deste momento de transição nos permitem leituras minuciosas, muito claras nos pergolados e em detalhes que só o observador preparado e que incursiona pelo Parque a pé, tem domínio pleno. O que faz dele um dos lugares mais procurados pela população, independentemente de sua formação escolar ou cultura, é a atmosfera criada ao longo de seus percursos. Trata-se de um conjunto precioso de testemunhos de uma época da capital paulistana em que a transição do rural ao urbano se fazia junto com as transições construtivas para o estabelecimento da modernidade em sua essência.

Em movimento, o estilo da arquitetura *Art Déco* ganha proporções simbólicas,

atrativas e de alcance popular, abrindo, nos espaços urbanos, brechas de inclusão no meio natural e cultural, destacando-se como a novidade da época, o que hoje se considera como bem patrimonial da paisagem cultural. Daí a visão de fenômeno pulverizado que marca a transição da arquitetura colonial para a arquitetura modernista das cidades brasileiras.

Desse período, a Cidade do Salvador na Bahia guarda marcas da civilização, do urbanismo sanitarista, onde se encaixa a paisagem *Art Déco* no conjunto da arquitetura, arte e paisagismo urbano, em meio aos processos de transformações, adaptações e possibilidades e como plataforma da modernização, industrialização e urbanização, atendendo às diretrizes do 1º Plano de Urbanismo de Salvador (ASU, 1937), com parâmetros urbanísticos de contexto paisagístico, reforçando as ideias de cidade-jardim, avenida-parque, praças e ruas gramadas, arborizadas, lotes amplos com garantia de insolação e ventilação das edificações, atributos estes do urbanismo organicista inglês, adaptados ao meio físico regional e que se configuram como garantias de convivência e de integração entre as pessoas e a natureza. Tal potencialidade paisagística conforma lastro e moldura da arquitetura *Art Déco* que se amoldava sob a perspectiva da coexistência e preservação de suas paisagens culturais.

No Centro Antigo de Salvador (CAS, 2013), podemos identificar o legado patrimonial das edificações *Art Déco*, perceptíveis para os que passam pela Avenida Sete e seguem em direção ao Pelourinho, ou também, folhear os jornais da época e perceber a robustez econômica, na Bahia, em investimentos vultosos, como o Elevador Lacerda, o Palace Hotel, o conjunto da Praça Castro Alves com os edifícios envoltórios, Secretaria de Agricultura, Sede do Jornal *A Tarde*, SULACAP, elementos referenciais do legado *Art Déco*, da praça enquanto espaço aberto, do poeta, marca de uma civilização que permite vislumbrar a paisagem envolvente da Baía de Todos-os-Santos. O Elevador Lacerda foi adaptado ao estilo *Art Déco* pelos arquitetos Fleming Thiesen e Adalberto Szilard em 1930, com o apoio da Otis Company, sendo, desde então, um transporte eficaz e de baixo custo no percurso Cidade Baixa-Cidade Alta, na Praça Tomé de Souza.

Tomando a direção sul, passamos pela Rua Chile, que foi transformada e modernizada em 1916 como um lugar de requinte, com lojas, escritórios, hotéis, edifícios modernos e atraentes, onde se destaca o Hotel Palace, de 1934, reformado e adaptado como Fera Palace Hotel em 2018.



Figura 3: A paisagem Art Déco, em Salvador, Bahia.

Fontes das imagens: (1) Gilvandro Gurgel. In: <https://www.flickr.com/photos/22551294@N08/6484785997> ; (2) <https://casavogue.globo.com/LazerCultura/noticia/2017/05/fera-palace-hotel-resgata-o-passado-de-salvador.html> ; (3) <https://informa1.com.br/obras-da-avenida-sete-e-praca-castro-alves-mudam-transito-a-partir-desta-quinta-feira/> ; (4) <https://salvadorprodutoseservicos.com.br/classificados/hotel-fasano-salvador> ; (5) <https://ademi-ba.com.br/Site/Noticia/centro-de-salvador-passara-por-obras-de-requalificacao>.

Marcando a esquina da Rua Chile com a Rua da Ajuda, o Palace Hotel destaca-se como pioneiro do estilo e referencial da Praça Castro Alves, como *genius loci* da linguagem do Art Déco, que se expressa no desenho urbano de passagem entre a estreita paisagem colonial e a ampliada paisagem modernista, e direcionando os fluxos da vida urbana em um sentido amórfico funcional (Rossi, 1982).

Assim, a praça se compõe de construções imponentes de movimentos sequentes, como a Secretaria de Agricultura do Estado, projeto do arquiteto Carlos Porto e o Edifício A Tarde, que foram construídos pela firma E. Kemnitz & Cia. Ltda (1928-1930), atuais Palácio dos Desportos e Hotel Fasano, respectivamente. O Edifício SULACAP, concebido pelos arquitetos Anton Floderer e Robert Prendice em 1942, marca a esquina da Avenida Sete com a Rua Carlos Gomes onde formas arredondadas remetem ao *design* dos transatlânticos e trens da época, com dinamismo, estética, monumentalidade e *glamour*. Outros objetos compõem o cenário histórico da praça: a balaustrada ‘ecléctica’ e o obelisco na esquina com a Ladeira da Montanha, de autoria do arquiteto italiano Filinto Santoro; a escadaria da Igreja da Barroquinha; o Cine Itaú, sem deixar escapar o monumento-túmulo do patrono da praça, com a escultura do italiano Pasquale de Chirico e do pedestal escalonado, traços e inspirações Art Déco (Valle; Darzzi, 2010; Oliveira; Santiago, 2011; Bierrenbach, 2014).

Dada a percepção sobre paisagens de passagem, de conexões, cruzamentos, de encontros no movimento urbano, as esquinas são elementos do desenho urbano desde o

mais primitivo ato de projetar a cidade, mas que o estilo *Art Déco* soube valorizar com seus edifícios feitos sob medida para esta situação e que fazem a diferença do lugar. Nessa relação paisagística, ligada ao movimento de percursos urbanos, edifícios de esquina vão se replicando por regiões vizinhas, como também ocorreu em Conceição da Feira, onde há evidências de muitos fenômenos *Art Déco* no mesmo período que o da Praça Castro Alves, na capital. E, assim, esse movimento contínuo vai se confirmando por regiões interioranas, como uma coisa do tempo, que nos surpreendeu numa recente excursão conjunta, ao ver a Sede da Prefeitura de Conceição da Feira, na esquina da Praça Marechal Deodoro com a Praça da Bandeira, no núcleo central da cidade (IBGE, 1957).

Um passeio pelos caminhos do Recôncavo nos leva a memorizações no campo, pois, em cidades menores e vilas, edificações aparecem na paisagem como marca da linguagem dos anos 30. Valeria um conjunto de incursões mais profundas por estes interiores do Recôncavo baiano. Todavia, a história guarda fortes registros sobre o pequeno arraial de Nossa Senhora da Conceição Nova da Feira, local de passagem e repouso das tropas que seguiam a estrada real do Sertão, por onde passou o imperador D. Pedro II em sua viagem pela Bahia no ano de 1868, e que se tornou vila em 1926, sendo elevada à categoria de cidade em 1938 (Cardoso, 2015).

A estrada de Cachoeira para Feira de Santana, atual Rodovia BA-502, atravessa a cidade, ali bifurcando o tráfego em uma alargada avenida-parque, eixo estrutural do sistema viário, que segue abrindo espaços, formando quarteirões, maiores, menores, e as edificações se destacam nesse desenho urbano de passagem, marcando esquinas ou direcionando fluxos da vida urbana em um sentido geométrico funcional.



Figura 4 - Reflexos da paisagem *Art Déco* em Conceição da Feira.

Fontes das imagens: (1) IBGE (1957); (2) Keylane Almeida (2020); (3) e (4) Saide Kahtouni, 2019; (5) Hafele (2007); (6) Cardoso (2018).

A Praça da Bandeira, da Igreja Matriz, inserida nesse contexto urbano desde o início, com sua balaustrada neoclássica, foi construída em 1930, na gestão do prefeito Elpídio Cardoso de Santana. Ali, a população se debruça para apreciar roteiros festivos, desfiles, carnavais, procissões, enterros, que passam pela avenida-parque, ladeada com as casas emblemáticas, representações do estilo *Art Déco*, construídas nas décadas de 30 e 40. Chega-se à Praça Marechal Deodoro, que é a praça da Prefeitura, do Cineteatro Tapajós, do Mercado Público, da Coletoria Federal e onde se concentra o comércio da cidade. Pouco se sabe sobre a autoria dos projetos, além de fontes em registros familiares, ou sobre pessoas influentes da capital que estiveram em Conceição da Feira e, na oportunidade, contribuíram com a inserção de culturas exógenas, como se observa nessa paisagem *Déco*.

Alguns elementos trazem referências conceituais, como os edifícios da sede da

prefeitura, o do cineteatro e o do mercado municipal, concebidas pelo engenheiro Carlos Simas; a casa rosada, pelo artista e construtor Carlos Alberto Carvalho; a Igreja Matriz, construída pelo clero diocesano; a casa azul, uma remodelação do estilo colonial que foi orientada pelo Sr. Aristides Cardoso Filho, um empresário do local e afeiçoado pela prática construtiva. Toda essa descoberta justifica uma pesquisa mais refinada, como se pretende neste objeto da apresentação, e que deve ser aprofundada.

O desenho do entrecorte urbano presente na Figura 4 acima, nos permite perceber o sentido da persistência, dos moradores, gestores, que usufruem este legado patrimonial e tentam manter a essência do lugar, onde árvores e palmeiras seculares emolduram edificações *Art Déco*, dando testemunho do estilo que se irradiava ao longo da Estrada de Ferro Central da Bahia, desde a forma do trem- motriz aos prédios públicos, civis e religiosos, casas de comércio e residências “edificações custosas e modernas, ruas largas e bem alinhadas, praças vastas e arborizadas à custa dos habitantes”, como transcrito na mensagem do governador Góes Calmon à Assembleia Legislativa do Estado, à época (Santos, 1995).

Assim se constrói um imaginário coletivo, repleto de referências simbólicas de casarões e edifícios de aporte simbólico de uma opulência que se torna popular pelas cores adotadas em várias fachadas e intervenções posteriores. Uma linguagem que se irradia pelo Recôncavo baiano nos tempos de Theodoro Sampaio, que retornara de São Paulo em suas incursões, trazendo a modernidade e miscigenando com a cultura autóctone dos vilarejos, através de sua geografia aplicada à engenharia. Mas este assunto não cabe aqui.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que os espaços públicos referenciados se constituem em criações e transformações em um dado espaço-tempo, e que a paisagem é um fenômeno que reflete parte das possibilidades de criação das pessoas sob um processo de transformações, cabem a interpretação cuidadosa e o reconhecimento das referidas edificações em sua ambientação paisagística e, sendo perceptíveis ao circuito turístico-cultural e por estes dignificadas, como um bem de todos e de usufruto da coletividade a serem conservadas e valorizadas como conjuntos paisagísticos.

Como explica Milton Santos (1988), Paisagem e Espaço não são sinônimos, são pares de um determinado território constituído de uma série de conquistas, em uma série de aparições que lhes dão forma e conteúdo a partir dos sistemas materiais e de valores, em determinado espaço-tempo, em um processo de animações e de transformações.

Para além de paisagens materiais, o movimento *Art Déco* unia também o luxo com a modernidade, inspirando e acompanhando os moveres do cinema, do teatro, da moda, expressando o glamour daqueles tempos modernos e adaptando-se ao conforto da vida contemporânea, sem deixar escapar a essência e a originalidade desses valores culturais.

Sob a perspectiva de Bens Patrimoniais, verificamos marcos pontuais do *Art Déco* em nossas cidades, o que nos levou a refletir sobre a visita conjunta à sertaneja Conceição da Feira, realizada em outubro de 2019, ressaltando que o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do trecho central dessa cidade baiana, relativo à primeira metade do século XX, deve ser tombado como parte do Patrimônio Cultural da Bahia.

## REFERÊNCIAS

**ART Déco.** In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo352/art-deco>. Acesso em: 7 abr. 2018.

**ASU – Anais da Semana de Urbanismo de 1935: Conferências.** Salvador: Cia. Editora e Gráfica da Bahia, 1937.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural.** In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Paisagem, tempo e cultura. 2.ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.84-91.

BIERRENBACH, Ana Carolina. **Fluxos e influxos: Arquiteturas modernas, modernização e modernidade em Salvador na primeira metade do século XX.** Arqtextos, 139.02, ano 12, dez. 2011. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.139/4158>. Acesso em: 21 maio 2020.

BURLE MARX, Roberto. **Arte & Paisagem: conferências escolhidas.** São Paulo: Nobel, 1987.

CARDOSO, Maria Ângela Barreiros. **Campo Grande de São Pedro e imediações: origem do jardim público e da arborização urbana em Salvador da Bahia.** 200f.: il. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

**CENTRO ANTIGO DE SALVADOR – CAS: Território de Referência.** Salvador: SEI, 2013. 77 p. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/cas/cas.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

CHILVERS, Ian (Org.). **Dicionário Oxford de arte.** Tradução Marcelo Brandão Cipolla. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 584 p

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagens, textos e identidade.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p.13-74.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.123p. p.7-11.

**CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CONDEPHAAT.** Resolução SC 25/96, de 11 de junho de 1996. Diário Oficial do Estado, São Paulo, 13 jun. 1996, p. 20.

**Exposição de Arte Moderna da SPAM** (1. :1933 : São Paulo, SP). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento80144/exposicao-de-arte-moderna-da-spam-1-1933-sao-paulo-sp>. Acesso em: 23 mar. 2020.

GODOFREDO FILHO. **A Influência do Ecletismo na arquitetura baiana**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 19, p. 15-27, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Catálogo: Cidades – **Conceição de Feira - BA**. Rio de Janeiro, 1957.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Lista dos Bens Tombados e Processos de Tombamento**. 25 nov. 2019. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/br/Patrimônio Material](http://portal.iphan.gov.br/br/Patrimônio%20Material). Acesso em: 21 mar. 2020.

KAHTOUNI, Saïde. **Cidade das águas**. São Carlos: Rima, 2004.

KAHTOUNI, Saïde. **Paisagem e infraestrutura no espaço da sociedade**. São Carlos: Rima, 2016.

LEICHT, Hermann. **História Universal da Arte**. Tradução Guttorm Hanssen, São Paulo: EDUSP, 1945.

GHIRARDELLO, Nilson; RAMOS, Alfredo Zaia; GREGORI WARCHAVCHIK, Marília, 1935. Revista Arqtextos: **194.01 Projeto**, ano 17, jul. 2016 Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/17.194/6118>. Acesso em: 20 abr. 2020.

HOMEM, Cecília Naclerio. **O Prédio Martinelli, a ascensão do imigrante italiano e a verticalização em São Paulo**. São Paulo: Pro Editores, 1984.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de; SANTIAGO, Cybele Celestino. Sobre o edifício A Tarde. In: **SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL: INTERDISCIPLINARIDADE E EXPERIÊNCIA EM DOCUMENTAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RECENTE**, 9., junho de 2011, Brasília. Anais... Brasília, 2011. Disponível em: [www.docomomobsb.org](http://www.docomomobsb.org). Acesso em: 13 jun. 2020.

PUPPI, Suely de Oliveira Figueiredo. **A arquitetura dos italianos em Salvador, 1912-1924: monumentos de traços europeus e modernização urbana no início do século XX. 1998**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

REIS, Henrique; CASTRO, Maria. **Arquitetura vernácula e sustentabilidade - Arquitetura montessoriana e características vernaculares brasileiras, 2020 IN Brazilian**. Journal of Develop., Curitiba, v. 6, n. 1, p. 2076-2083 jan. 2020. ISSN 2525-8761.

RIEGLE, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução Werner Rotschild Davidshon e Anar Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROSSI, Aldo. **La Arquitectura de la ciudad**. Barcelona. Ed. GG, 1982 (Colécion Punto y Linea).

SANTOS, Maria Lúcia Plácido (Org.). **Conceição, Terra da Gente**. Feira de Santana: Grafinort,1995.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SERPA, Angelo. **Parâmetros para a construção de uma crítica dialético-fenomenológica da paisagem contemporânea.** Revista Formação, Presidente Prudente, São Paulo, v.2, n.14, p. 14-22, 2007.

SIMÕES, Inimá. Salas de Cinema em São Paulo: **Pesquisa IDART/Divisão de Cinema CCSP/PMSP.** São Paulo: PMSP, 1990.

VALLE, Arthur; DAZZI, Camila (Org.). **Oitocentos: Arte Brasileira do Império à República.** Organização Arthur Valle e Camila Dazzi. Rio de Janeiro: EDUR-UFRRJ: Dezenove Vinte, 2010. v.2.

# CAPÍTULO 9

## O CONCEITO DE INTEGRIDADE NA CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA

*Data de aceite: 01/07/2021*

*Data de submissão: 06/05/2021*

### **Allana de Deus Peixoto**

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo;  
Universidade de Brasília  
Crato – Ceará  
<http://lattes.cnpq.br/932432776803695>

### **Carlos Eduardo Luna de Melo**

Doutor em Estruturas e Construção Civil;  
Universidade de Brasília  
Brasília - DF  
<http://lattes.cnpq.br/3178676800830416>

### **Flaviana Barreto Lira**

Doutora em Desenvolvimento Urbano;  
Universidade de Brasília  
Brasília – DF  
<http://lattes.cnpq.br/5319666239065472>

**RESUMO:** A conservação do patrimônio arquitetônico envolve um processo de análise do bem no decorrer do tempo e tem como objetivo a manutenção do seu valor patrimonial. Os conceitos contemporâneos de significância cultural, autenticidade e integridade têm atuado como aspectos balizadores das ações de conservação sobre o patrimônio. Dentro desse contexto, percebe-se que algumas obras da arquitetura moderna têm apresentado problemas que impactam diretamente a significância, a integridade, a autenticidade e, conseqüentemente, a manutenção das suas características às quais valores patrimoniais são

atribuídos. Observa-se, muitas vezes, a existência de conflitos entre as condições de degradação do bem e a manutenção do seu valor patrimonial, indicando dificuldades quanto à proposição de ações conservativas que possam gerar um menor impacto possível sobre tais valores. Apesar da importância do conceito de integridade no processo de conservação do patrimônio, ainda não há um consenso claro quanto ao sentido exato de sua aplicação ou ao estabelecimento de parâmetros específicos que possam guiar a sua avaliação na prática. O objetivo do presente trabalho é apresentar a importância do conceito de integridade dentro do contexto das ações de conservação e intervenção sobre os edifícios da arquitetura moderna e os principais desafios inerentes à sua aplicação prática no processo de conservação. Conclui-se que a integridade deve ser operacionalizada como aspecto central do processo de conservação do patrimônio moderno, podendo apontar a necessidade de realização de intervenções e ações de manutenção em momento anterior à necessidade de realização de intervenções de maior impacto, quando já se observa um avançado processo de degradação sobre o bem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Integridade. arquitetura moderna. conservação. patrimônio.

### THE CONCEPT OF INTEGRITY IN THE CONSERVATION OF MODERN ARCHITECTURE

**ABSTRACT:** The conservation of architectural heritage involves a process of analyzing the property over time and aims to maintain its

heritage value. Contemporary concepts of cultural significance, authenticity and integrity have acted as guiding elements of conservation actions on heritage. Within this context, it can be seen that some examples of modern architecture have presented problems that directly impact significance, integrity, authenticity and, consequently, the maintenance of their patrimonial value characteristics. It is often observed the existence of conflicts between the degradation conditions of the buildings and the maintenance of its patrimonial value, indicating difficulties regarding the proposition of conservative actions that can generate the least possible impact on such values. Despite the importance of the concept of integrity in the heritage conservation process, there is still no clear consensus on the exact meaning of its application or the establishment of specific parameters that can guide its assessment in practice. The objective of this work is to present the importance of the concept of integrity within the context of conservation and intervention actions on buildings of modern architecture and the main challenges inherent to their practical application in the conservation process. It is concluded that integrity must be operationalized as a central point in the process of conservation of modern heritage, and may point to the need for interventions and maintenance actions prior to the need for interventions of greater impact, where there is already an advanced degradation process.

**KEYWORDS:** Integrity. modern architecture. conservation. heritage.

## 1 | INTRODUÇÃO

A conservação do patrimônio deve ser encarada como um processo que envolve a análise do bem no decorrer do tempo, em seus aspectos estéticos e históricos, devendo possuir como objetivo prioritário a manutenção do seu valor patrimonial, enquanto objeto de memória e de representação de um povo.

Esse processo deve considerar a existência do edifício no passado, analisando os processos valorativos do bem desde a sua existência original, o que permanece de valor do bem no presente, considerando que os valores percebidos pela sociedade podem se modificar com a passagem do tempo, e a sua existência no futuro.

O caminho para o estabelecimento de parâmetros específicos de conservação que ajudem a direcionar as decisões de intervenção para a manutenção do valor patrimonial de uma obra, considerando a passagem do tempo sobre esta, passa pela avaliação da significância cultural do bem e de suas condições de autenticidade e integridade.

Autores como Silva (2012), Loreto (2016) e Lira (2018) apontam para a importância do entendimento da relação entre os conceitos de significância, autenticidade e integridade. Tais conceitos devem atuar como balizadores das ações de conservação sobre o bem e guiar a intervenção para a manutenção o máxima possível do seu valor patrimonial.

A análise de autores como Stovel (2007), Zancheti e Hidaka (2010) e Silva (2012) aponta para o entendimento da integridade, por exemplo, no sentido de completude e caráter intacto da obra. Ou seja, quanto a obra representa de forma completa e intacta a significância e seu o valor enquanto patrimônio.

Se a integridade da obra é perdida, consequentemente, há grande risco de perda da significância e da autenticidade desta, pois não existiria reminiscência física suficiente e completa para expressar materialmente o valor desta como patrimônio e, muito menos, para continuar sendo representada de forma autêntica e verídica no sentido material.

Observa-se que algumas das obras com estrutura em concreto armado da arquitetura moderna, por exemplo, têm apresentado problemas que impactam diretamente a sua integridade ligados à consistência física, à materialidade da obra e à manutenção das características originais do material.

Nesse caso, observa-se um conflito entre a necessidade de restabelecimento do desempenho da estrutura e a manutenção de suas características físicas originais, conflito esse que se rebate na proposição de ações conservativas sobre tais bens que considerem os possíveis impactos negativos sobre a sua significância cultural.

As estratégias de conservação devem, portanto, considerar aspectos de desempenho, durabilidade e manutenção dos atributos patrimoniais, para auxiliar no julgamento das ações de intervenção sobre o patrimônio moderno, guiados pela operacionalização da avaliação da integridade, da significância cultural e da autenticidade.

O objetivo do presente trabalho é, portanto, apresentar a importância do conceito de integridade e sua operacionalização como aspecto essencial para a prática das ações de conservação e intervenção nos edifícios arquitetura moderna e analisar os desafios de sua aplicação prática no processo de conservação.

## **2 | O CONCEITO DE INTEGRIDADE NA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO**

A noção de integridade e o estabelecimento da importância desse conceito no campo da preservação do patrimônio vem se tornando cada mais evidente ao longo dos últimos anos. A institucionalização da noção de integridade no campo da conservação do patrimônio é estabelecida a partir dos anos 2000, levando essa noção a compor os critérios de avaliação do patrimônio cultural para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, juntamente com a noção de autenticidade e a de valor universal excepcional (Outstanding Universal Value).

Apesar da importância do conceito de integridade no processo de conservação do patrimônio, ainda não há um consenso claro quanto ao sentido exato de sua aplicação e ao estabelecimento de parâmetros específicos que possam guiar a sua avaliação na prática. É preciso buscar compreender os fundamentos que caracterizam esse conceito, para estabelecer parâmetros que possam auxiliar sua avaliação na prática da conservação.

A seguir, faz-se uma breve análise quanto aos aspectos ligados à noção de integridade em um momento anterior e posterior ao estabelecimento de seu conceito formal através do Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention (2005).

## 2.1 Escritos Anteriores ao Estabelecimento do Conceito de Integridade

Anteriormente à adoção do critério de integridade pelo Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention (2005), embora não houvesse ainda o entendimento exato do conceito, observa-se, nos escritos de teóricos do século XIX e XX, elementos que estabelecem fundamentos que podem ajudar no entendimento da noção de integridade e sua avaliação na prática da conservação.

A interpretação da obra de autores como John Ruskin (2008), Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (2000), Camilo Boito (2002) e Cesare Brandi (2004) mostra que suas teorias a respeito do restauro, embora sob abordagens diversas, apresentam elementos ligados à noção de integridade, principalmente no que diz respeito à materialidade do patrimônio.

Pode-se interpretar o sentido de integridade em Ruskin (2008) em relação à capacidade de expressão histórica do edifício como testemunho da passagem do tempo, fazendo deste um instrumento de memória. O grau de completude e a integridade que o edifício deve possuir é marcado por seu tempo de existência e pelo seu acúmulo de significados.

Dessa forma, mesmo que o edifício pareça incompleto no sentido material, pela existência de lacunas em seu aspecto visual, ou mesmo em processo de arruinamento, ainda assim deveria ser considerado íntegro se tais lacunas representassem a expressão temporal que atesta sua idade legítima. O sentido de completude ligado à obra traz consigo uma noção de integridade atrelada à passagem natural do tempo.

Ao interpretar Viollet-le-Duc (2000), a integridade de um edifício poderia estar relacionada à sua compatibilidade como modelo ideal de concepção e projeto, ou seja, o tempo, para ele, não seria necessariamente determinante como referência a ser utilizada para avaliar a completude da obra, mas, sim, se as intervenções feitas sobre a obra buscavam uma manifestação do estilo arquitetônico ideal de referência.

A noção de perda de integridade, nesse caso, se relacionaria com a incompletude do objeto em relação a um modelo ideal de referência e poderia ser restabelecida caso o objeto fosse reconstruído em um estado idealizado, um modelo ideal, mesmo que tal reconstrução não representasse a passagem verdadeira do tempo sobre a obra.

A noção de integridade pode ainda ser interpretada na obra de Brandi (2004), estando, nesse caso, diretamente relacionada com as instâncias estética, ao destacar a importância da materialidade do bem enquanto obra de arte, e histórica, ao evidenciar cada objeto como resultado de um momento específico no tempo, devendo essa condição ser respeitada de forma a evitar a criação de falsos históricos.

O autor analisa o sentido da obra de arte por inteiro ou se esta pode ser entendida como tal a partir de suas partes, apresentando o que define como unidade potencial da obra de arte. Tal conceito mostra que as partes de uma obra, quando desprovidas do contexto que dá sentido e valor ao todo como unidade, não carregam sozinhas esse mesmo valor

de obra de arte, gerando um sentido de perda de unidade.

Nesse ponto, a obra de arte não pode ser entendida como um total, mas, sim, como um inteiro, pois embora pudesse possuir as mesmas partes constituintes, desalinhadas do sentido original, não formariam o mesmo inteiro que constitui o valor da obra de arte.

Segundo o conceito de unidade potencial, a obra de arte não representa seu valor por partes e, ainda que seja constituída por partes, deve subsistir como um todo em cada um de seus pedaços, ou seja, cada um de seus fragmentos deve possuir uma conexão direta com os traços formais remanescentes da obra de arte original.

A intervenção que busca resgatar a unidade potencial originária deve fazê-la a partir da unidade potencial dos fragmentos do todo, ou seja, das sugestões implícitas nos fragmentos remanescentes, testemunhos autênticos do estado original da obra.

Dessa forma, a integridade poderia ser entendida, buscando como referência as instâncias estética e histórica do bem, de forma que a consistência física e material do bem possa expressar a imagem como um inteiro diante da percepção dos sujeitos que atribuem valor a ele.

Se esse inteiro passa a ser representado de forma incompleta nos sentidos estético e histórico inerentes à valoração do bem diante da passagem do tempo e da análise atribuída pelos sujeitos que a percebem enquanto obra de arte, haveria perda de integridade do bem por quebra do sentido de sua unidade potencial.

Considera-se que os escritos mencionados já apontam questões essenciais para a avaliação contemporânea da integridade, tais como o entendimento do que seria a completude da obra, o entendimento da obra enquanto unidade com valoração histórica e estética e a importância da passagem do tempo no processo de valoração, podendo ser reinterpretada diversas vezes pelos sujeitos fruidores do bem.

## **2.2 Escritos Posteriores ao Estabelecimento do Conceito de Integridade**

Segundo o Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention (2005), portanto, “a integridade é uma apreciação da completude e do caráter intacto do patrimônio e de seus atributos”. Avaliar a integridade de um bem significa, portanto, avaliar até que ponto ele possui os elementos necessários para expressar o seu Valor Universal Extraordinário (Outstanding Universal Value) e se esses elementos possuem dimensão suficiente para expressar a significância. (STOVEL, 2007; SILVA, 2012).

Stovel (2007) aponta que, para avaliar o grau de integridade de um edifício, é preciso observar se os atributos que se relacionam com a significância do edifício permanecem existindo de forma completa (completude), se possuem condições de continuar a existir (caráter intacto) e se podem ser compreendidos em seu contexto (continuidade do cenário).

Dessa forma, a avaliação da integridade possui relação direta com a identificação dos atributos do bem e da análise destes quanto às suas condições de existência diante da passagem do tempo, considerando se estes representam a significância do bem de forma

completa e se possuem meios de permanecer representando esse valor ao longo do tempo e diante de novos contextos e eventuais ameaças.

Embora, no sentido teórico, o conceito de integridade tenha sido estabelecido como elemento de grande importância no processo de conservação, na prática, a aplicação deste não se torna clara. Diante da complexidade de aplicação e avaliação do conceito, autores como Zancheti e Hidaka (2010), Silva (2012) e Loreto (2016) destacam a importância da aplicação prática do conceito de integridade no processo de conservação do patrimônio.

Loreto (2016) ressalta que, no sentido metodológico, o conceito de integridade não possui um sentido claro de operacionalização e aplicação, o que dificulta a realização das ações de conservação, embora já exista um entendimento consolidado da importância da avaliação da integridade com um dos aspectos essenciais das ações de conservação sobre o patrimônio.

De acordo com Lira (2020), embora tais conceitos venham sendo apresentados de forma isolada no sentido teórico, na prática da conservação e da intervenção sobre o patrimônio, tal separação não se mostra pertinente, pois há uma influência direta de um conceito sobre o outro, o que não permite que sejam vistos separadamente em termos práticos.

Além disso, ressalta que, mesmo que a noção de integridade, assim como de autenticidade e significância cultural venham ganhando visibilidade na gestão da conservação do patrimônio, ainda há dificuldades no que diz respeito à operacionalização dessas noções no campo prático.

Lira (2020) aponta como caminho metodológico para a integração entre autenticidade, integridade e significância: considerar que a significância deve ser estabelecida, através da definição de atributos e valores a eles atribuídos, determinada por especialistas e validada pelos atores sociais envolvidos, enquanto a integridade e a autenticidade, devido à sua complexidade, devem ser avaliadas por especialistas.

Como a integridade tem relação com a permanência material dos atributos que mantêm a valoração do bem de forma completa, o impacto de sua perda pode trazer como consequência a perda dos valores do bem, inclusive daqueles mais relevantes, por conta dos processos de degradação inerentes à passagem do tempo sobre o objeto. A avaliação da integridade na prática, portanto, é essencial para a decisão das ações de intervenção sobre o patrimônio.

Entende-se, portanto, que a integridade tem uma relação direta com o sentido de completude do objeto e que tal completude deve ser avaliada a partir de um ponto de referência específico para cada caso avaliado, considerando as condições históricas e artísticas inerentes a cada objeto.

A busca pelo restabelecimento da integridade deve estar relacionada à manutenção do sentido de unidade do bem em sua consistência física. Os fragmentos e lacunas que afetam os atributos que carregam os valores da obra e que passam a fazer parte da matéria,

podem desconstruir o sentido de unidade desta e contribuir para a perda de integridade e de significância do bem.

### **3 | DESAFIOS DA AVALIAÇÃO DA INTEGRIDADE NA CONSERVAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA**

O processo de degradação da matéria contribui para a perda de integridade, pois gera perdas materiais que, muitas vezes, afetam diretamente a unidade potencial da obra de arte. No caso dos edifícios da arquitetura moderna, a importância da avaliação da integridade se torna mais evidente, considerando que muitos desses edifícios se encontram em constante processo de degradação diante da utilização de técnicas e materiais cuja durabilidade tem se mostrado fortemente impactada pela passagem do tempo.

Um dos problemas da conservação desses edifícios é que grande parte de sua superfície é constituída de concreto armado aparente, ficando diretamente exposta aos agentes que causam degradação e, por isso, chegam aos dias atuais com constantes manifestações patológicas ocasionadas pela ação de intempéries e outros fatores.

Quando tais edifícios não possuem ações de manutenção frequentes, aumenta a possibilidade de evolução dessa degradação, podendo levar à perda de elementos e materiais originais e à sua conseqüente descaracterização.

Dessa forma, por conta da necessidade de desaceleração desse processo de degradação, leva-se o bem a um novo estado de completude, ou seja, restabelece-se a sua integridade em detrimento de uma possível perda de autenticidade e significância através da complementação dos fragmentos perdidos da obra.

Os desafios da conservação da arquitetura moderna relacionam-se ao uso dos materiais e da tecnologia e têm uma relação muito significativa com o caráter inovador e o alto grau de experimentação da época de construção dos edifícios, além do aparecimento de novos materiais e do uso de materiais tradicionais de formas ainda não testadas.

De acordo com Macdonald (2003), foi o que aconteceu com o uso do concreto aparente, dos perfis metálicos, dos grandes painéis de vidro, dos plásticos, das telhas de alumínio, do amianto, do cobogó e dos elementos em fibras de vidro. A consequência foi a constatação de edificações com vida útil reduzida e com falta de manutenções adequadas, necessitando de reparos significativos em prazos muito menores que o esperado.

Analisando o contexto das obras do patrimônio moderno, percebe-se que diversas intervenções realizadas sobre tais obras tiveram, muitas vezes, que lidar com decisões que buscaram priorizar a integridade ou a autenticidade, escolhendo, em alguns casos, uma em detrimento da outra pela impossibilidade de manutenção da completude e da veracidade material do bem de forma simultânea.

Um exemplo de intervenção conservativa em obras da arquitetura moderna é a do edifício Crown Hall (1950-1956) (Figura 1) em Chicago, do arquiteto Mies van der

Rohe. De acordo com Prudon (2008), nas regiões litorâneas, principalmente, o desgaste das esquadrias atingiu uma condição irreversível e muitas foram as razões para a sua substituição, até mesmo por conta da exigência de novas legislações, onde o tipo de vidro utilizado na nova especificação não se adequava ao detalhamento existente no edifício.

Em busca da restituição da integridade do edifício e da desaceleração de seu processo de degradação, priorizou-se a substituição de materiais em detrimento da manutenção da autenticidade dos materiais originais das esquadrias. Dessa forma, priorizou-se a completude da obra em seu sentido estético e visual, ao invés de manter o material original de valor histórico e historiográfico, degradado pela ação do tempo no objeto.



Figura 1 – Crown Hall em Chicago, de Mies Van der Rohe.

Fonte: (GADELHA, 2013).

No caso do Finlândia Hall (1967-1971) em Helsinki, de Alvar Aalto (Figura 2), com seis anos de sua construção, os painéis de mármore carrara que revestiam as fachadas passaram a apresentar deformações por conta de fatores como a fina espessura do material, a poluição da cidade e o sistema de ancoragem ineficiente, além da escolha inapropriada do material.

A intervenção optou por substituir os painéis existentes através da utilização de um mesmo tipo de mármore, entendendo que a aparência do edifício possuía uma importância significativa para a significância e para a memória do público. Dessa forma, a significância estaria mais relacionada ao aspecto externo do material do que com o próprio material, mantendo a significância e a integridade em detrimento da autenticidade.



Figura 2 – Finlândia Hall (1962) em Helsinki, de Alvar Aalto.

Fonte: (SILVA, 2012).

Macdonald (1996) aponta outro exemplo de intervenção em um exemplar da arquitetura moderna, em que os blocos de concreto e os elementos vazados da Igreja de Notre Dame du Raincy (1922-1923) (Figura 3), de Auguste Perret, tiveram que ser substituídos gradualmente por conta do aparecimento de fissuras e de instabilidade da estrutura. Nesse caso, novamente optou-se pela manutenção da integridade em detrimento da perda de autenticidade do material original.

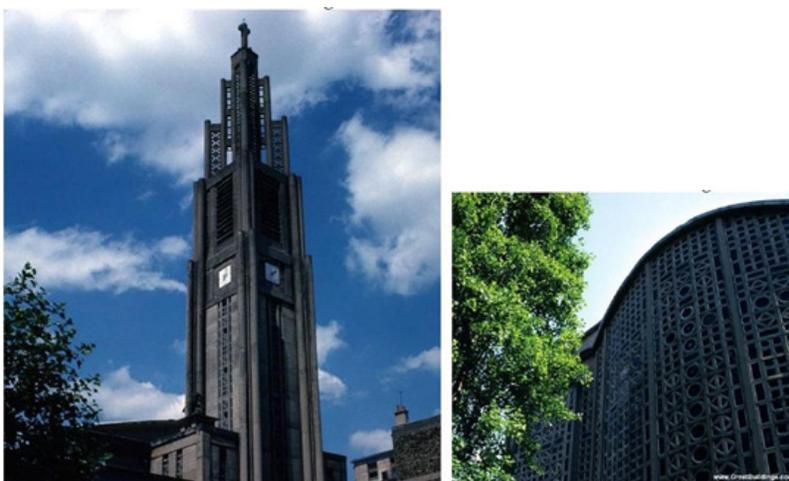


Figura 3 – Igreja Notre Dame du Raincy (1922-1923), de Auguste Perret.

Fonte: (SILVA, 2012).

Quando a materialidade e a integridade são alteradas, percebe-se que há um grande risco de se impactar negativamente sobre a manutenção do valor do bem, o que deve ser evitado ao máximo pelo processo de conservação, como é o caso das intervenções apresentadas, em que optou-se pela substituição de materiais originais, buscando-se resgatar um sentido de completude ligado à aparência física do bem enquanto elemento valorativo de memória que representava, naquele momento da intervenção, a significância da obra enquanto patrimônio.

De acordo com Lira (2018), embora os conceitos de integridade, significância e autenticidade venham sendo apresentados de forma isolada no sentido teórico, na prática da conservação e da intervenção sobre o patrimônio, tal separação não se mostra pertinente, pois há uma influência direta de um conceito sobre o outro, o que não permite que sejam vistos separadamente em termos práticos. Juntos, tais conceitos têm guiado a gestão da conservação na contemporaneidade.

A análise da relação entre os conceitos de significância, integridade e autenticidade dentro do processo de conservação do bem mostra, dessa forma, que é importante buscar a sua operacionalização prática destes nos processos de intervenção sobre o patrimônio, de modo a evitar o máximo possível que haja perdas de valor patrimonial, sejam elas em caráter material ou imaterial.

Percebe-se que a autenticidade, quando se relaciona com a sobrevivência dos materiais originais, muitas vezes, não pode ser restaurada ou ampliada devido à aceleração do processo de degradação do material com a passagem do tempo. No caso da conservação do patrimônio moderno, muitas vezes, é necessário priorizar os aspectos da materialidade, pois, sem o caráter íntegro do bem, a significância também pode ficar comprometida.

Além disso, quanto mais impactantes forem as intervenções necessárias diante de um acelerado processo de degradação do material, maior será a perda de autenticidade como consequência imediata, pois mais materialidade original pode vir a ter que ser substituída para resgatar a existência física e a integridade do bem. Com a perda da autenticidade, uma parte da significância ligada à originalidade do material também pode ser perdida por consequência.

Em casos de extrema deterioração, por exemplo, para restituir o sentido de unidade potencial, seria necessário, muitas vezes, reconstruir grande parte do bem, conferindo-lhe uma nova unidade potencial, o que poderia comprometer a significância no sentido de uma perda considerável de sua autenticidade gerada pela completa substituição de materiais.

Considera-se, dessa forma, que a operacionalização do conceito de integridade é um ponto de grande importância para a conservação do patrimônio, pois sua avaliação permite equilibrar a completude da obra no sentido material e auxiliar nas decisões de intervenção do ponto de vista da manutenção do valor patrimonial.

A avaliação da integridade pode servir como parâmetro essencial nas decisões de intervenção sobre o patrimônio, à medida em que seu nível de perda pode indicar

a necessidade de intervenções em um momento anterior a um estado emergencial de degradação, o que poderia evitar intervenções em caráter de urgência que possam gerar descaracterizações e perdas a nível de significância e também de autenticidade do bem.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de integridade ainda possui um sentido de aplicação relativamente recente no campo da preservação e conservação do patrimônio e também ainda apresenta dificuldades no sentido de operacionalização na prática diante de sua complexidade de aplicação e avaliação.

Se a consistência física da obra passa a ser afetada, os aspectos de significância e autenticidade também passam a ser ameaçados, pois a perda material pode levar à necessidade de intervenções cada vez mais impactantes no intuito de minimizar o processo de degradação ou de restabelecer a durabilidade e o desempenho perdido pela ação da passagem do tempo, o que pode afetar sua autenticidade e a forma como se valora o bem em questão.

Entende-se que a integridade deve ser considerada em conjunto com os conceitos de significância cultural e autenticidade, mas deve ser operacionalizada como ponto central do processo de conservação do patrimônio moderno, pois pode apontar a necessidade de intervenções e ações de manutenção que possam restabelecer a integridade do bem em momento anterior à necessidade de intervenções emergenciais que exijam ações de maior impacto sobre a significância e a autenticidade do bem, como é o caso da substituição de materiais originais degradados pela ação do tempo.

## REFERÊNCIAS

BOITO, Camilo. **Os Restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

LIRA, Flaviana. Autêntico para quem? A noção de autenticidade do patrimônio cultural na contemporaneidade. **Patrimônio e Memória**. São Paulo: UNESP, v. 14, p. 272-298, 2018.

LORETO, Rosane. **As [Des]Venturas da Integridade no Patrimônio Mundial**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

MACDONALD, Susan. Reconciling Authenticity and Repair in the Conservation of Modern Architecture. *Journal of Architectural Conservation*. **Journal of Architectural Conservation**, v. 2, n.1, p.36-54, 1996.

MACDONALD, Susan. 20th Century Heritage: Recognition Protection and Practical Challenges. In: ICOMOS, World Report. **ICOMOS World Report 2002-2003 on Monuments and Sites in Danger**, Paris, 2003. pp. 1-14.

PRUDON, T. H.M. **Preservation of Modern Architecture**. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc. 2008.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SILVA, Paula. **Conservar, uma Questão de Decisão. O Julgamento na Conservação da Arquitetura Moderna**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

UNESCO, World Heritage Centre. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris, 2008.

VIOLLET-LE-DUC, Eugene. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

ZANCHETI, Silvio; HIDAKA, Lúcia. **Um Indicador para medir o Estado de Conservação de Sítios Urbanos Patrimoniais: Teoria e Estrutura**. Indicadores de Conservação e Sustentabilidade na Cidade Patrimonial. Olinda: CECI, 2010.

# CAPÍTULO 10

## CASAS MODERNISTAS COMO PATRIMÔNIO EM CACHOEIRA DO SUL

*Data de aceite: 01/07/2021*

*Data de submissão: 10/06/2021*

### Ana Elisa Souto

Universidade Federal de Santa Maria, Campus  
Cachoeira do Sul, Curso de Arquitetura e  
Urbanismo  
Cachoeira do Sul, RS  
<http://lattes.cnpq.br/3117656328929082>

### Laline Elisangela Cenci

Universidade Federal de Santa Maria, Campus  
Cachoeira do Sul, Curso de Arquitetura e  
Urbanismo  
Cachoeira do Sul, RS  
<http://lattes.cnpq.br/8450143866003420>

### Renata Venturini Zampieri

Universidade Federal de Santa Maria, Campus  
Cachoeira do Sul, Curso de Arquitetura e  
Urbanismo  
Cachoeira do Sul, RS  
<http://lattes.cnpq.br/4940295458273909>

**RESUMO:** O trabalho procura reconhecer a produção da arquitetura moderna brasileira, investigando a sua disseminação no interior do Rio Grande do Sul, na cidade de Cachoeira do Sul, a partir da compreensão de exemplares residenciais unifamiliares, objetivando contribuir para o inventário e análise dessa produção. A proposta faz parte de um projeto de pesquisa em curso, que visa realizar o registro dessas obras através de pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo, redesenho e análise de

exemplares, com o objetivo de compreender as manifestações arquitetônicas deste período na cidade, suas influências, especificidades e autores, visando uma postura de reflexão sobre essa produção local. As análises oriundas dessa investigação visam agrupá-las por semelhança, podendo compreender como o movimento moderno foi concebido nesta região, as influências que sofreu e o legado deixado ao patrimônio local. O trabalho aqui apresentado abrange os resultados preliminares desta pesquisa, incorporando aspectos contextuais, as bases teóricas e referenciais que estabelecem a formação de arquitetos no estado do Rio Grande do Sul, permitindo a disseminação da arquitetura moderna em municípios como Cachoeira do Sul, e enfim a exposição de exemplares de qualidade arquitetônico que fazem parte do escopo da pesquisa, bem como a metodologia da investigação proposta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Casa moderna. Investigação projetual. Inventário.

### MODERNIST HOUSES AS HERITAGE IN CACHOEIRA DO SUL

**ABSTRACT:** The work recognize the production of modern Brazilian architecture, investigating its dissemination in the interior of Rio Grande do Sul, in Cachoeira do Sul, from the understanding of single-family residential units, aiming to contribute to the inventory and analysis of this production. The proposal is part of a research in progress, which aims to register these works through bibliographic, documentary research, field research, redesign and analysis of examples, in order to understand the architectural

manifestations of this period in the city, their influences, specificities and authors, aiming at a posture of reflection on this local production. The analysis resulting from this investigation seek to group them by similarity, being able to understand how the modern movement was conceived in this region, the influences it suffered and the legacy left to the local heritage. This article includes the preliminary results of this research, incorporating contextual aspects, the theoretical and referential bases that establish the academic training of architects in the state of Rio Grande do Sul, allowing the dissemination of modern architecture in cities like Cachoeira do Sul, and finally exposes architectural quality specimens that are part of the research scope, as well as the proposed research methodology.

**KEYWORDS:** Modern house. Project research. Inventory.

## 1 | INTRODUÇÃO

A arquitetura moderna brasileira, a qual acaba tornando-se a arquitetura oficial do estado brasileiro, principalmente a partir de meados do século XX, passa por um processo de expansão e interiorização, na medida que ampliam-se as possibilidades de acesso à formação oficial em arquitetura, em período que coincide com o desenvolvimento econômico e crescimento do país. A produção desta arquitetura se estende por grande parte do território brasileiro, mantendo certos elementos que a identificam, mas assumindo características específicas em determinadas regiões, a partir de peculiaridades dadas pelas condições climáticas, culturais e de acesso a materiais e meios de construção, que diferem bastante em um país de extensões continentais como o Brasil.

Segundo Santos (2006), quatro conceitos sintetizam a trajetória da arquitetura moderna no Brasil e de sua difusão. O primeiro conceito é o da construção, sobre o qual é descrito o processo de surgimento da arquitetura moderna brasileira e no qual são apresentadas as raízes da Escola Carioca, a partir do pensamento de Lúcio Costa. O segundo conceito, de materialização, diz respeito à elaboração do projeto do Ministério da Educação e Saúde - o MES, no Rio de Janeiro, cuja linguagem sintetiza as influências da arquitetura corbusiana aliadas ao processo de criação de uma arquitetura moderna e brasileira. Sob o terceiro conceito de difusão, são apresentados alguns exemplares da arquitetura moderna construída entre as décadas de 1940 e 1960, em algumas capitais do país, cujos projetos, em sua maioria, foram executados por arquitetos formados no Rio ou em São Paulo. O quarto conceito de consagração apresenta alguns elementos da criação de Brasília, a partir do Concurso do Plano Diretor de 1957, que consagra ideias sobre a arquitetura e urbanismo, no período, de forma única.

De acordo com Zein (2000), a arquitetura brasileira moderna é tributária da contribuição de Le Corbusier, que no caso da escola carioca ocorre de maneira absolutamente explícita, direta e referenciada. Na arquitetura paulista, a influência corbusiana ocorre via a indireta contribuição da releitura carioca, cujos paradigmas são disseminados por todo o país a partir dos anos 1940, nas obras de seus epígonos e por aderência de arquitetos locais.

Na historiografia específica da arquitetura brasileira, a Escola Carioca é o grande

destaque em vários dos principais autores, seja em textos temáticos da arquitetura do Séc. XX, como o de Yves Bruand, que dedica a maior parte de sua narrativa a essa produção, analisando a contribuição teórica de Costa e a revolução plástica de Niemeyer na adaptação dos princípios corbusianos à realidade brasileira; seja nos panoramas históricos abrangendo a trajetória da arquitetura brasileira desde os tempos coloniais, como o de Carlos Lemos:

(...) a nossa arquitetura, graças a esses pioneiros cariocas mais voltados às teorias de Le Corbusier, mas com alguns deles também atentos às teorias de Mies Van der Rohe e Gropius, definiu-se como uma expressão cultural nacional independente da conceituação e de seus modelos originais europeus e, pela terceira vez entre nós, como ocorrera em São Paulo bandeirista e em Minas de Aleijadinho, é caracterizada por recriações e invenções locais (LEMOS, 1979, p.141).

Assim como no restante do país, os primórdios da arquitetura moderna em Porto Alegre e no interior do Rio Grande do Sul também se caracteriza pela forte influência da obra de Le Corbusier e da Escola Carioca, mas também acaba adquirindo referencial advindo da arquitetura paulista e da arquitetura uruguaia. Os pilotis, quebra-sóis, planta livre, estrutura independente com balaços permitindo fachadas livres e terraços, começam a fazer parte da paisagem construída de Porto Alegre nos anos 1950. A diferença climática entre a capital rio-grandense e o Rio de Janeiro aparece nas obras, com edifícios mais fechados e protegidos. O hospital de Clínicas de Porto Alegre, de Jorge Moreira, projeto pioneiro da Escola Carioca na cidade e o projeto do Palácio da Justiça, de Luis Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet, são exemplos das diferenças climáticas e aplicação do vocabulário moderno (ALVAREZ; SILVA, 2011).

O trabalho aqui apresentado pretende refletir sobre a expansão da arquitetura moderna brasileira no Rio Grande do Sul, pela ótica da investigação da produção da arquitetura residencial unifamiliar a partir da década de 1950 em Cachoeira do Sul, e faz parte de um projeto de pesquisa em curso, que visa realizar o registro dessas obras através de pesquisa bibliográfica, documental, e pesquisa de campo – incluindo levantamento *in loco*, redesenho e análise de exemplares, a fim de compreender as manifestações arquitetônicas deste período na cidade, suas influências, especificidades e autores, visando uma postura de reflexão sobre essa produção local. As análises oriundas dessa investigação visam agrupá-las por semelhança, abarcando como o movimento moderno foi compreendido nesta região, as influências que sofreu e o legado deixado ao patrimônio local. A casa moderna é aqui interpretada como consequência e projeto da modernidade. Assim, uma investigação de como a sociedade moderna alinhou a organização social e espacial mostra-se interessante para análise do rebatimento destas questões em termos locais.

O artigo está estruturado a partir de uma abordagem inicial sobre a difusão da arquitetura moderna no Rio Grande do Sul, bem como a formação dos agentes responsáveis

pela mesma, breve apresentação do município ênfase do estudo, contemplando parâmetros de configuração urbana e contexto histórico e econômico. Por fim, o artigo relaciona parte da produção de interesse da arquitetura moderna residencial em Cachoeira do Sul, os quais fazem parte da pesquisa que dá origem a este trabalho, bem como a explanação da metodologia da investigação proposta.

## 2 | DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO RS

Considerando como marco inicial da arquitetura moderna no Brasil o acontecimento do Palácio Capanema, na primeira metade da década de 1930, bem como o importante episódio da Pampulha, no início da década de 1940, podemos levar em conta que a transferência do conhecimento e apropriação destes à realidade local é bastante gradual no princípio do Século XX, período no qual os meios de comunicação e de locomoção eram relativamente restritos, o que restringia as possibilidades de circulação de informação pelos locais mais afastados dos grandes centros. Por esta razão, quanto mais longe das grandes cidades, mais lenta a apropriação de novos ideais e referências.

No caso de Cachoeira do Sul, cidade do interior de um estado periférico, não é de estranhar que a transposição de modelos, tipos, e linguagens seja relativamente lenta e gradual. Este destaque é importante para termos como parâmetro que ao falarmos de arquitetura de base moderna no município, estamos nos remetendo a uma arquitetura produzida pelo menos a partir da metade da década de 1950, tendo em vista que o período anterior ainda é destinado à produção de arquitetura eclética e Art Decó no município, esta última, inclusive, que configura um conjunto construído bastante significativo na paisagem urbana da cidade, a qual merece destaque.

Enquanto a transposição do conhecimento e de valores da Arquitetura Moderna no âmbito do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, se dá tanto a partir da formação de arquitetos no exterior, como a partir do contato direto entre indivíduos, em especial a contribuição de Le Corbusier; o percurso desta modernidade até a capital do Estado é abordado em algumas reflexões teóricas como nos livros, dissertações e teses de Xavier e Mizogui (1987), Luccas (2004) e Marques (2012 e 2016). Estes mostram que a especificidade da localização geográfica do estado, que está na periferia do Brasil, mas no epicentro dos países do Prata, acaba tornando-se fator importante para o arcabouço da arquitetura moderna gaúcha, a qual Marques denomina como Arquitetura Moderna Brasileira no Sul. Esta, além da inevitável referência das escolas carioca e paulista, acaba sendo muito contaminada também pela arquitetura uruguaia, conforme sugere Marques:

[...] a massa crítica de arquitetos do Rio Grande do Sul, a partir dos anos 1940, compartilhou do Movimento Moderno, sob significativa influência do nativismo carioca e, posteriormente, do brutalismo paulista, mas também de alguma contribuição e certo paralelismo com a arquitetura e cultura platina, principalmente do Uruguai, contexto com que o Rio Grande do Sul detém

proximidade histórica, geográfica, climática e cultural (MARQUES, 2012, p.33).

De Porto Alegre para o restante do estado, a arquitetura moderna passa a ser produzida e difundida principalmente a partir da ampliação da possibilidade de formação de arquitetos em terras gaúchas, aumentando o número de profissionais, muitos destes originários de cidades do interior, e facilitando o acesso de mais pessoas a arquitetos de qualidade. O início da formação de Arquitetos no estado se dá pela implantação dos cursos de Arquitetura vinculados à Faculdade de Engenharia e ao Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, ambos criados em 1945. Posteriormente os dois cursos são fundidos para a criação da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, em 1952 (MARQUES, 2012). Antes disso, os arquitetos da primeira geração da arquitetura moderna do Rio Grande do Sul obtinham sua formação oficial principalmente na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, e na Faculdade de Arquitetura da *Universidad de la Republica*, em Montevideo, o que explica também a referência da arquitetura Uruguaia na produção local, além da clara e inevitável relação estabelecida com a arquitetura das Escolas Carioca e Paulista.

### **3 | CACHOEIRA DO SUL E A ARQUITETURA MODERNA RESIDENCIAL**

Distante 200km da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, a cidade de Cachoeira do Sul é o quinto município mais antigo do estado, tendo sido emancipado de Rio Pardo em 1820. A ocupação do município, no entanto, remonta ao ano de 1750, com o estabelecimento de soldados portugueses ao longo do Rio Jacuí, ali colocados para garantir as fronteiras portuguesas no Sul do Brasil (RITZEL, 2015). A localização central do município legou-o esta característica de defesa desde o princípio de sua ocupação, tendo sido posto importante de guardas de soldados, em um momento no qual o estado do Rio Grande do Sul passava por constantes trocas de domínio entre Portugal e Espanha. “Por ser zona de passagem de contingentes oriundos das guerras de demarcação, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira pôde manter intenso mercado com a capital da Província, Porto Alegre, e com a capital colonial, Rio de Janeiro” (SELBACH, 2007), o que ampliava as possibilidades econômicas da então freguesia.



Figura 1. Localização da cidade de Cachoeira do Sul. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cachoeira\\_do\\_Sul](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cachoeira_do_Sul), acesso em 20.09.2020.

Ao final do século XIX Cachoeira do Sul passa a receber imigrantes alemães e italianos, os quais começam a impulsionar a economia da região, principalmente através da agropecuária, em especial a cultura do arroz, que se tornaria posteriormente o principal produto cachoeirense. Este aporte à economia local é essencial aos melhoramentos urbanos do município, conforme afirma Selbach: “O apogeu econômico cachoeirense, bastante visível no início do século XX, oriundo da ascensão econômica colonial, baseada principalmente na cultura rizícola, foi prioritariamente destinado à transformação da zona urbana central” (SELBACH, 2007, p.114).

Neste período, além dos melhoramentos na zona central de Cachoeira do Sul, a municipalidade começa a desapropriar parte de grandes propriedades, a fim de produzir loteamentos para a expansão urbana do município, que passa a ampliar-se para a porção norte e nordeste da cidade. É da década de 1930, por exemplo, o loteamento Soares e o Bairro Rio Branco, ambos com lotes de dimensões confortáveis, e que foram sendo pouco a pouco ocupados pela burguesia local. “O aristocrático bairro [Rio Branco], ocupado principalmente pela elite de origem teuta, era considerado a parte mais linda da cidade, dada as novas e imponentes edificações” (SELBACH, 2007, p.189). As primeiras residências desses bairros eram predominantemente construídas em estilo eclético, com referências à arquitetura germânica. Com o passar do tempo, em meados do século XX, o anseio de parte da elite local por este tipo de arquitetura vai se alterando e se modernizando, passando a serem almejadas residências com o caráter da arquitetura moderna brasileira,

que neste momento já passa a se disseminar pelo país, após já fazer parte da paisagem construída dos principais centros urbanos.

Conforme anteriormente mencionado, a pesquisa que dá origem a este artigo tem como ponto de partida a investigação acerca de alguns exemplares de arquitetura residencial moderna notáveis do município de Cachoeira do Sul, produzidos essencialmente a partir da década de 1950, os quais estão principalmente localizados nos bairros que foram urbanizados no início do século XX, como o Bairro Soares e Rio Branco. Além destes, é possível encontrar alguns exemplares de destaque nos bairros que começam a passar por alterações tipológicas neste mesmo período, como é o caso da zona central histórica, que passa pelo processo de substituição gradual de seu casario antigo por novas e modernas residências. A pesquisa apoia-se em metodologia que parte de uma busca inicial pelas residências a serem estudadas, com análise prévia de suas características gerais, passa por levantamento de dados na base cadastral do município e do arquivo histórico, por visitação e levantamento in loco, redesenho do projeto original, modelagem tridimensional, e análise completa das residências. Posteriormente os exemplares serão reunidos em conjuntos, a fim de identificarmos semelhanças, recorrências e finalmente caracterizarmos os elementos arquitetônicos marcantes desta produção.

A percepção da arquitetura local, mediante visita de apreensão inicial, levou à definição de cinco residências iniciais para análise, as quais estão expostas no quadro a seguir em curso.

	RESIDÊNCIAS (foto e endereço)	CARACTERÍSTICAS
RESIDÊNCIA 01	 <p>Rua Marechal Floriano, 100, Bairro Centro</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linhas retas;</li> <li>• Horizontalidade;</li> <li>• Revestimento cerâmico na fachada;</li> <li>• Cobogós e pérgola em concreto na varanda de acesso;</li> <li>• Avanço da cobertura em relação ao volume principal reforça horizontalidade;</li> <li>• Composição de planos horizontais e verticais;</li> <li>• Tipologia térrea com pátio central.</li> </ul>
RESIDÊNCIA 02	 <p>Rua José Carlos Barboa, 106, Bairro Rio Branco</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linhas retas;</li> <li>• Horizontalidade;</li> <li>• Avanço da cobertura em relação ao volume principal reforça horizontalidade;</li> <li>• Subtração marca acesso peatonal;</li> <li>• Cobogós define um dos pátios, e pérgola em concreto marca outra área externa;</li> <li>• Alvenaria de tijolos aparentes na cor clara;</li> <li>• Composição planar;</li> <li>• Tipologia térrea.</li> </ul>

RESIDÊNCIA 03	 <p>Rua Marechal Floriano, 303, Bairro Rio Branco</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linhas retas;</li> <li>• Horizontalidade;</li> <li>• Esquadrias verticalizadas;</li> <li>• Avanço da cobertura em relação ao volume principal reforça horizontalidade;</li> <li>• Veneziana nas esquadrias;</li> <li>• Tijolos aparente na cor clara na fachada frontal;</li> <li>• Plano em pedra define acesso</li> <li>• Partido bi-nuclear, com adaptação à topografia, resultando em um volume térreo e outro com dois pavimentos.</li> </ul>
RESIDÊNCIA 04	 <p>Rua Moron, 918, Bairro Centro</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linhas retas;</li> <li>• Horizontalidade;</li> <li>• Composição de planos horizontais e verticais;</li> <li>• Avanço da cobertura em relação aos volumes reforça a composição planar;</li> <li>• Plano vertical em pedra e plano vertical em tijolo aparente demarca pátio frontal;</li> <li>• Dois pavimentos.</li> </ul>
RESIDÊNCIA 05	 <p>Rua Moron, 871, Bairro Frota</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Linhas retas;</li> <li>• Horizontalidade;</li> <li>• Composição de planos horizontais e verticais, marcados por diferenciação de materiais e acabamentos;</li> <li>• Avanço da cobertura em relação ao volume superior reforça a composição planar;</li> <li>• Revestimento de pedra e cerâmica nos planos frontais e laterais;</li> <li>• Plano horizontal e pérgola em concreto e metal mdefinem pátio frontal;</li> <li>• Presença varanda coberta;</li> <li>• Venezianas compõem a fachada principal;</li> <li>• Dois pavimentos.</li> </ul>

Figura 2. Quadro resumo de exemplares previamente selecionados.

Fonte: As Autoras, 2020.

A análise prévia das mesmas aponta para aspectos de composição, materialidade e soluções projetuais que demonstram algumas semelhanças e recorrências, as quais serão compreendidas a partir da continuidade do desenvolvimento da pesquisa em curso. Esta seleção já serve como ilustração da arquitetura que se apropria do repertório difundido pela arquitetura moderna brasileira, aplicando este repertório a uma realidade local, acomodando aos anseios e possibilidades oferecidas por este contexto, características próprias da expansão da arquitetura moderna no Sul, conforme salienta Marques:

A Arquitetura Moderna Brasileira disseminada no sul, principalmente a partir do final dos anos 1940 até meados da década de 1970 (...) adquiriu determinadas características que se não chegaram a denominar escolas de arquitetura distintas das matrizes europeia e norte-americana, como a Carioca e a Paulista, respectivamente, apresenta qualidades próprias de certa expressão. (...) A Arquitetura Moderna no Rio Grande do Sul tem um sentido de acomodação na escala do contexto urbano ou da paisagem que favorece sua incorporação ao tecido ou meio ambiente (...)" (MARQUES, 2016, p. 30).

## 4 | REDESENHO COMO METODOLOGIA DE ANÁLISE

A análise de projeto, que é uma leitura reflexiva e crítica da arquitetura, tem um papel importante para o conhecimento de processos e estratégias de projeto, de técnicas construtivas e de espacialidades formais e funcionais. Mediante uma análise arquitetônica podemos extrair as ideias norteadoras de sua concepção.

Para alcançar o objetivo da investigação, é proposta uma metodologia que envolve procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica enfoca a questão da casa na arquitetura moderna e estudos sobre estratégias projetuais, especialmente no programa residencial. A pesquisa documental envolve a coleta de dados sobre as residências nos órgãos responsáveis na cidade. E a pesquisa de campo compreende a visita e levantamento in loco, objetivando o redesenho dos objetos de estudo, bem como a percepção de eventuais alterações. A análise dos exemplares tem como foco a implantação, os aspectos formais, funcionais, estruturais, a espacialidade e a materialidade. Esta análise é desenvolvida em duas etapas: análise das casas isoladamente e análise comparativa das residências. Espera-se que os dados das pesquisas das casas de forma isolada sejam cruzados, traçando sínteses sobre o universo estudado, e com isso desenvolvendo um quadro analítico e comparativo.

O “redesenho” das obras é uma forma de se apropriar das decisões, ajustes e transgressões no desenvolvimento do projeto (GASTÓN E ROVIRA, 2007), revelando as intenções do autor e a consistência de suas decisões projetuais. Assim, recorre-se ao que Pinõn (2005) chama de inversão do processo habitual: dado o edifício, procura-se a arquitetura.

O objetivo, para além de fomentar maior profundidade de análise, é criar uma base de dados e de acesso às informações. A investigação objetiva, através do redesenho, organizar templates padronizados, além de fichas resumo do material gráfico e da análise, os quais serão disponibilizados em site específico.

## 5 | CONCLUSÃO

A arquitetura moderna brasileira, na sua tipologia residencial, com base nos preceitos da Escola Carioca e nos elementos oriundos da concepção corbusiana, produziu um vasto repertório tipológico. As residências têm cumprido, ao longo da história, um papel fundamental no campo da experimentação arquitetônica, pois permitem refletir, lidar com o lugar, com a complexidade de suas necessidades, com os materiais e a tecnologia, com a luz, com a economia, a ética e a política. No movimento moderno, as casas foram propulsoras do debate para a transformação do ambiente construído (CAMARGO, 2007), o que demonstra a importância de sua investigação nos mais diversos âmbitos e realidades.

Tema recorrente da historiografia da arquitetura, as casas, dada a complexidade dos problemas relativos à sua preservação, não têm recebido a mesma atenção por parte

dos órgãos do patrimônio, tampouco são compreendidas pelos usuários, proprietários e muito menos pelo mercado imobiliário como um bem artístico-cultural. Com isso, estudos como este tornam-se de fundamental importância, uma vez que registram a pertinência de exemplares de qualidade arquitetônica, e lançam luz à reflexão sobre sua preservação, seja do objeto em si, seja de sua memória.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Cícero; SILVA, Marcos Miethicki da. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre na década de 1950: a modernidade como patrimônio na cidade contemporânea**. Seminário Docomomo Brasil: 2011.

GASTÓN, Cristina; ROVIRA, Teresa. **El Proyecto moderno. Pautas de Investigación**. Barcelona: Ediciones UPC, 2007.

GONÇALVES, Magali Nocchi Collares. **A fronteira do moderno: Holanda Mendonça e a difusão da Arquitetura Moderna Brasileira no Sul**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

HERTER, Luciane Viana. **Patrimônio Cultural de Cachoeira do Sul e o estado de Conservação de suas fachadas frontais**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

LEMOS, Carlos . **Arquitetura Brasileira**. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1979.

LUCCAS, Luís Henrique Haas. **Arquitetura moderna brasileira em Porto Alegre: sob o mito do “gênio artístico nacional”**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARQUES, Sergio Moacir. Fayet, Araújo & Moojen – **Arquitetura Moderna Brasileira no Sul: 1950/1970**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MARQUES, Sergio Moacir. **FAM**. Porto Alegre: ADFAUPA, 2016.

PIÑÓN, Helio. **El Proyecto como (Re) Construcción**. Barcelona: Ediciones UPC, 2005.

RITZEL, Mirian. Cachoeira do Sul – 195 anos de emancipação política e administrativa. Blog “**História de Cachoeira do Sul**”, 2015. Disponível em: <http://historiadecachoeiradosul.blogspot.com/2015/08/cachoeira-do-sul-195-anos-de.html>. Acesso em: 14 set. 2020

SANTOS, Maria da Graça. **Arquitetura Moderna Brasileira dos pioneiros a Brasília (1925-1960)**. Da Vinci. Curitiba,v.3,n1,p.37-56,2006.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil -1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1997.

SELBACH, Jeferson Francisco. **Muito além da praça José Bonifácio: as elites e os “outsiders” em Cachoeira do Sul pela voz do Jornal do Povo, 1930-45.** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

SOUTO, ANA ELISA; ZAMPIERI, Renata; CENCI, Laline. **Patrimônio moderno em Cachoeira do Sul: Investigação de residências a partir da década de 1950.** Pesquisa em desenvolvimento. Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul (UFSM/CS), 2020.

XAVIER, Alberto; MIZOGUCHI, Ivan. **Arquitetura Moderna em Porto Alegre.** São Paulo: Pini, 1987.

ZEIN, Ruth Verde. **Arquitetura Brasileira, Escola Paulista e as Casas de Paulo Mendes da Rocha.** Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. Porto Alegre, 2000.

# CAPÍTULO 11

## MODERNISMO EM MACEIÓ: EDIFICAÇÕES ESQUECIDAS DO JARAGUÁ AO CENTRO

*Data de aceite: 01/07/2021*

*Data de submissão: 06/04/2021*

### **Tamires Aleixo Cassella**

Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Campus A.C. Simões  
Maceió, AL

### **Letícia Brayner Ramalho**

Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Campus A.C. Simões  
Maceió, AL

**RESUMO:** Este artigo surge como resultado de uma experiência empírica nos bairros do Centro e do Jaraguá, na cidade de Maceió-AL. O objetivo desta pesquisa foi analisar aspectos dos mesmos, identificando problemas, potencialidades, recursos e riscos neles, assim como desenvolver posteriores propostas para sua melhoria. Para isso, elencaram-se oito elementos principais, a partir de um trajeto percorrido, que foram base para as análises: as edificações históricas institucionais e residenciais, os vazios urbanos, ruas, calçadas e praças, além da praia e do riacho Salgadinho, considerando os trechos que fizeram parte do percurso. Percebe-se que os bairros descritos são ricos em beleza natural, possuem grande valor ambiental e patrimônio histórico elevado, mas devido à marginalização que vêm sofrendo no século XXI estão subutilizados e em decadência. Para reverter a situação, além do

apoio do governo, sabe-se que é preciso uma maior conscientização da população de Maceió sobre a sua importância. Além disso, durante as visitas aos bairros citados, foram os edifícios modernistas que atraíram maior atenção. Apesar do seu atual descaso, essas edificações marcaram uma época que ainda é pouco valorizada entre a sociedade alagoana em geral, justificando a importância do estudo ao trazer à tona essas construções. Não somente como símbolos físicos da identidade modernista, os edifícios são o resultado de uma forma de pensar característica do movimento, marcado pela “atitude alagoana”, como foi definido por SILVA. É, acima de tudo, essa atitude que se pretende resgatar, investigar e entender melhor para que a preservação do modernismo de Maceió comece a ser priorizada e não mais esquecida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquitetura moderna; Maceió; Bairros históricos; Patrimônio.

### **MODERNISM IN MACEIÓ: FORGOTTEN BUILDINGS FROM JARAGUÁ DO CENTER**

**ABSTRACT:** This article emerges as a result of an empirical experience in the neighborhoods of Center and Jaraguá, in the city of Maceió-AL. The aim of this research was to analyse their aspects, identifying problems, potentialities, resources and risks in them, as well as to develop further proposals for their improvement. So, eight main elements were listed, based on a path taken, which were the basis for the analysis: the historic institutional and residential buildings, the urban voids, streets, sidewalks and squares, in addition to the beach and the Salgadinho creek,

considering the stretches that were part of the route. It is noticed that the neighborhoods are rich in natural beauty, have great environmental value and abundant historical heritage, but due to the marginalization that they have been suffering in the 21st century, they are underutilized and in decay. To change the situation, in addition to government support, it is known that greater awareness, regarding its importance, from the population of Maceió is needed. Also, during visits to the mentioned neighborhoods, the modernist buildings were given the most attention. Despite their current neglect, these buildings marked an era that has still little value among Alagoas society in general, justifying the importance of the study in bringing these constructions to the surface. Not only as physical symbols of the modernist identity, the buildings are the result of a way of thinking that is characteristic of the movement, marked by the “Alagoas attitude”, as defined by SILVA. It is, above all, this attitude that is intended to be rescued, investigated and understood so that Maceió’s modernism preservation begins to be prioritized and no longer forgotten.

**KEYWORDS:** Modern Architecture; Maceió; Historical Neighbourhoods; Heritage.

## 1 | INTRODUÇÃO: SOBRE OS BAIRROS DO JARAGUÁ E CENTRO

A historiografia indica que a cidade de Maceió, Alagoas, situada no nordeste brasileiro, teve em 1889, após a proclamação da República, o início do seu progresso. Consequentemente, sua expansão demográfica foi resultado do desenvolvimento econômico que a cidade alcançou com as vantagens adquiridas junto ao novo regime político.

Diante desse crescimento, ganham destaque os bairros do Centro e do Jaraguá, dois dos mais antigos e tradicionais de Maceió. Segundo Pimentel, originado de um velho engenho de açúcar, Jaraguá foi de grande importância para o crescimento da cidade, tendo sido povoado pelas primeiras vilas e contendo o porto, transformou-se, no século XIX, no principal ponto de comércio da região. Já o seu vizinho, o Centro, inicialmente foi um bairro bastante residencial e, juntos, por muitos anos, foram áreas nobres que abrigavam os antigos casarões da burguesia, além de importantes regiões econômicas na capital.

O Porto do Jaraguá foi fundamental para o desenvolvimento urbano de Maceió. Além de ter exercido um importante papel como local simbólico, por onde chegavam as novidades dos navios, marcava a entrada da cidade e configurava um local de atração para a população. (FERRARE; LEÃO, 2014, p. 5).

Apesar de os bairros terem passado por um processo de marginalização e atualmente serem mais conhecidos apenas por sua vertente comercial, até meados do século XX eles ainda estavam em evidência e foram palco de diversos exemplares arquitetônicos significativos, em sua maioria neoclássicos e ecléticos, por vezes chamados de “históricos”, e alguns modernistas de destaque, dentre os quais se encontram edificações residenciais e institucionais. Foi durante a disciplina “Temporalidade e Intervenções em Centros Históricos”, ministrada no PPGAU/DEHA da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

da UFAL, no segundo semestre de 2019, que se teve um maior contato com elas.



Figura 1: Mapa com a demarcação dos limites do Bairro de Jaraguá (primeira imagem) e do Bairro do Centro (segunda imagem).

Fonte: [shorturl.at/uwGX4](http://shorturl.at/uwGX4) e [shorturl.at/ixKQ7](http://shorturl.at/ixKQ7), respectivamente. Acesso em 19.01.2020.

Para melhor conhecer e experimentar os bairros mencionados, a turma saiu à deriva duas vezes, com a professora da matéria como “guia”. No primeiro dia, usou-se o IPHAN, localizado na Rua Sá e Albuquerque, como ponto de partida e exploraram-se seus arredores. Já no segundo dia, o percurso foi iniciado também em Jaraguá, na Rua Rocha Cavalcante, mas seguiu-se até a Praça Sinimbu, no Centro, caminhos estes que serão retratados mais adiante (figura 2). Nessa última visita, circulamos pela

denominada ‘Avenida da Paz’ ou ‘Praia da Avenida’, definida pelo trecho da orla marítima que liga os bairros de Jaraguá e Centro na cidade de Maceió, destaca-se por ser parte integrante do centro comercial; e, também, por ter

enfrentado muitas alterações paisagísticas e de uso ocupacional que desde os primórdios do século XX trouxeram nuances modernizadoras à sua feição de praia glamorosa da capital Maceió, para onde convergira o crescente número de banhistas, e contempladores da paisagem natural e urbanizada, até a década de 1970. (FERRARE; MEDEIROS, 2012)

Ainda que todos os alunos tenham participado do mesmo trajeto, as impressões resultantes dos locais visitados foram diferentes, posto que cada visão, formação e experiência acabaram levando os olhares para diferentes focos. Foi nessa ocasião em especial que as edificações modernistas ganharam destaque para nós. Apesar do trajeto não ter sido tão extenso, percebeu-se um grande número de edifícios deste estilo, tendo uma quantidade bastante relevante de residências ocupadas e desocupadas e dois importantes prédios institucionais, um deles sem uso.

Apesar da liberdade de abordagem, foi realizada uma análise acerca de determinados aspectos, como: criticidades, recursos, potencialidades e riscos, no intuito de que, posteriormente, fosse possível propor soluções para os elementos analisados dentro dos bairros. A equipe decidiu por abordar os seguintes elementos: edificações históricas institucionais, edificações históricas residenciais, vazios urbanos, ruas, calçadas, praças, praia e riacho Salgadinho. Esses tópicos foram mapeados durante as visitas e serão mais bem explorados no item a seguir.

## 2 | SOBRE O PERCURSO

Durante a caminhada in loco foi possível notar alguns problemas, potencialidades, recursos e riscos nos bairros, assim como desenvolver posteriores propostas para sua melhoria. Para isso, elencaram-se oito elementos principais que foram a base das análises.

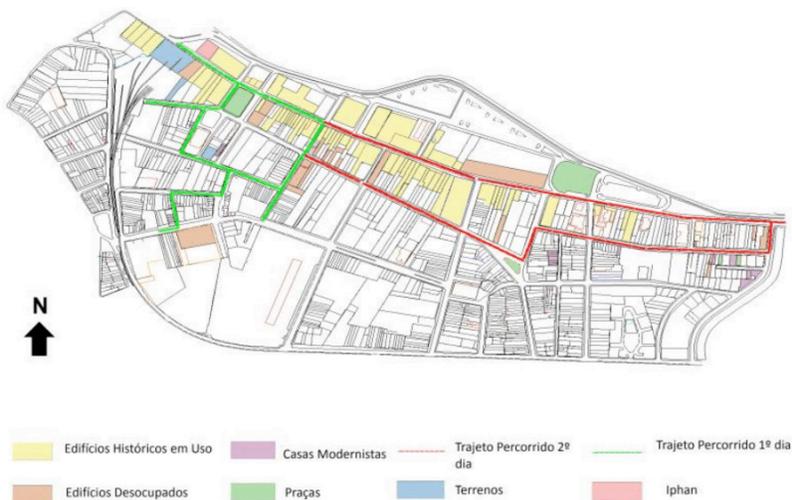


Figura 2: Mapa das análises.

Fonte: Acervo dos autores, 2019.

O primeiro ponto destacado foi formado pelas edificações históricas institucionais. Sobre seus problemas, destaca-se a questão do abandono, degradação e desocupação de grande parte desses edifícios, juntamente à questão das pichações não autorizadas e atos de vandalismo. Na Rua Sá e Albuquerque, por exemplo, conhecida por abrigar museus importantes da cidade e suas imediações, chama a atenção a quantidade de edificações, em sua maioria de arquitetura neoclássica e eclética, que estão fechadas ou subutilizadas, o que acarreta em uma menor quantidade de pessoas circulando na área e, conseqüentemente, aumenta a insegurança do local.

Por outro lado, entende-se como potencialidade sua localização central dentro da cidade de Maceió, transporte público de fácil acesso, além da beleza desses prédios localizados no centro histórico do município, o que pode levar a um reuso bem sucedido no que diz respeito a essas edificações. Como propostas, pensou-se, entre outras coisas, em incentivar a ocupação dos edifícios desocupados por meio de redução tributária e criar uma cartilha sobre os bairros e as próprias construções, valorizando a sua importância para a cidade e orientando sobre sua manutenção.

Como segundo elemento, observaram-se as edificações históricas residenciais e, além dos problemas mencionados nos edifícios institucionais, percebeu-se que a falta de serviços básicos, como farmácias e supermercados, ajudam a inibir o desenvolvimento do local no âmbito residencial. Como possível solução foi pensada a redução da tributação, incentivando a permanência no bairro, e a disponibilização de uma equipe do governo que se responsabilize pela manutenção das casas históricas (no caso das famílias que comprovem baixa renda).

O terceiro tópico analisado foi referente aos vazios urbanos, ou seja, os terrenos abandonados, sem uso, ou aqueles usados de maneira improvisada para estacionamento de veículos (os quais são comumente encontrados na área). A existência desses vazios torna o local mais inseguro, posto que restringe a circulação de pessoas nessas áreas. Porém, devido ao tamanho desses terrenos, é possível construir nesses espaços novos atrativos para o bairro, tais como: supermercados, farmácias, novas residências, entre outros usos no intuito de atrair pessoas.

As ruas foram o quarto elemento estudado, onde se constatou que há iluminação e comunicação visual insuficientes, além de buracos em alguns trechos, gerando o risco de acidentes. Para aumentar o uso do local, pensou-se em incentivar a realização de eventos utilizando os edifícios e as ruas do bairro (a exemplo da Bienal do Livro de 2019 - evento realizado no bairro do Jaraguá e que foi um grande sucesso – figura 3); incentivar a realização de festas utilizando o espaço público (a exemplo dos bloquinhos de carnaval que ocorriam no mês de fevereiro); implantar ciclovias onde for viável; e criar feira gastronômica semanal como atrativo para moradores da cidade e também turistas.

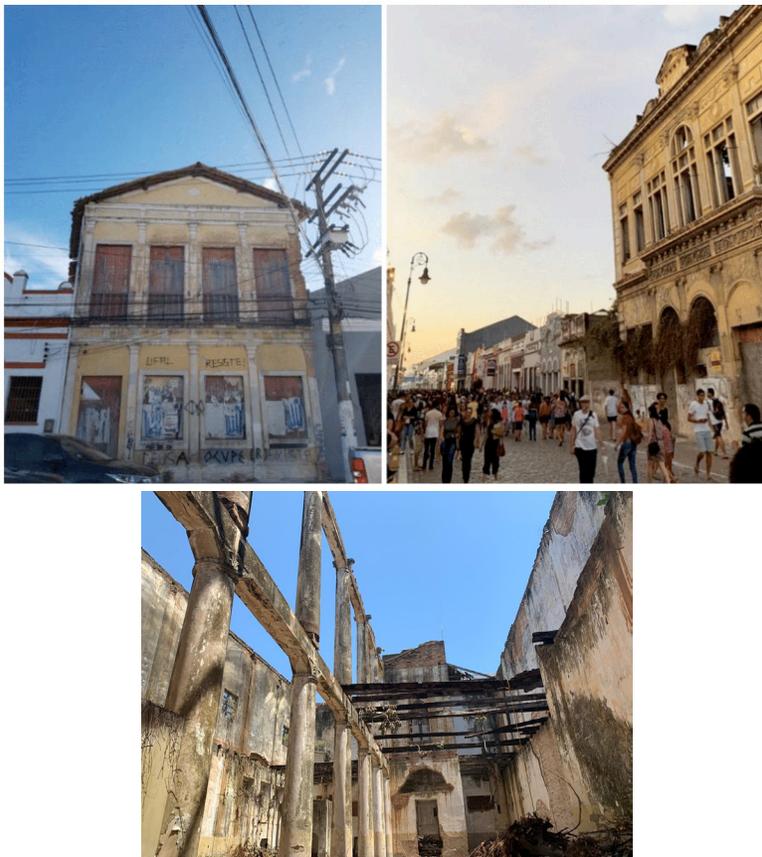


Figura 3: Acima e à esquerda, antigo sobrado abandonado na Rua Campos Sales, bairro do Jaraguá; acima e à direita, Rua Sá e Albuquerque sendo usada durante a Bienal do Livro de 2019; e abaixo, imagem do antigo Banco de Londres, edificação história na Rua Sá e Albuquerque, abandonada e completamente degradada.

Fonte: Acervo de Letícia Ramalho; acervo de Tamires Cassella, 2019, 2019; acervo de Tamires Cassella, 2019.

Como quinto tópico observou-se as calçadas e estas apresentam enorme falta de arborização; largura e altura irregulares, o que acaba inibindo o uso dos pedestres os quais preferem circular pelo meio das ruas; ausência de local adequado para descartar o lixo, o que acaba por gerar acúmulo de sujeira no trajeto; iluminação insuficiente e degradação. Para melhorar o espaço, foi proposto: aumentar a intensidade das lâmpadas nos postes existentes (um fator positivo é que na Rua Sá e Albuquerque toda fiação é subterrânea); ampliar a fiação subterrânea para as ruas adjacentes; colocar lixeiras; utilizar as calçadas como mapas/guias para chegar a alguns lugares (através da mudança do piso, pinturas direcionais, etc.); nivelar as alturas e recuperar e tornar as calçadas acessíveis, quando possível.

Já no tópico das praças, percebeu-se como criticidade a degradação, desocupação, insegurança e o baixo uso pelos moradores e ambulantes (no caso da praça Raiol, por

exemplo). Por outro lado, há uma grande quantidade desses espaços com relação ao tamanho do perímetro estudado, a arborização é adequada (exceto na praça onde se localiza a Estátua da Liberdade) e são utilizadas como ponto de acesso ao transporte público e estacionamento, movimentando um pouco o local mesmo que durante somente um período do dia. Assim, entende-se que é possível recuperar o espaço físico contemplando melhoria do mobiliário urbano e iluminação; potencializar o uso do entorno das praças para atrair mais pessoas para as mesmas; criar feira de fruta/verdura e artesanato semanal; construir parquinho infantil naquelas mais próximas às áreas residenciais (a exemplo da praça Rayol); incentivar a atividade cultural regular/semanal nas praças maiores (Marcílio Dias, Sinimbú, Coreto) através de shows gratuitos, apresentações de teatro, entre outros.

O penúltimo item analisado foi um trecho da praia da Avenida, que apesar do seu grande potencial turístico, valor ambiental e beleza natural indiscutível, atualmente está poluída, apresenta ausência de local adequado para descartar o lixo e sofre com a marginalização da área, diferentemente do grande destaque que teve até a década de 1970, quando se transformou em um símbolo da modernidade da cidade, conforme trecho abaixo:

Durante a década de 1970 transcorreram ainda modificações urbanísticas que redefiniram os desenhos sinuosos do calçamento em pedras portuguesas, a forma dos canteiros e a colocação de um monumento em concreto, - a 'Jangada', que se tornou símbolo da época 'modernista' da Praia da Avenida muito escolhida para as fotografias dos visitantes da cidade. A imagética de Modernidade que dela emanou até a década de 1970 a alcunhou como a "Copacabana de Maceió". Contou ainda para isto, o uso de pedras portuguesas assentadas em jogo ondulado de cores preto e branco, bem ao padrão consagrado pela praia de Copacabana no Rio de Janeiro. (FERRARE; MEDEIROS, 2012).

Para reverter a situação, foi proposto limpar a areia e orla; sinalizar, através da comunicação visual, sobre a importância de manter a área limpa; colocar lixeiras; fazer um projeto de revalorização da orla marítima no trecho da praia da Avenida; explorar o potencial do centro pesqueiro já existente e fazer um local de homenagem à antiga vila dos pescadores, além de promover oficinas técnicas abertas ao público no estaleiro, incentivando o turismo local.

Por fim, o oitavo elemento foi o Riacho Salgadinho que, apesar de já ter sido um ponto turístico na cidade, com o passar dos anos foi sendo alvo de poluição proveniente dos esgotos domésticos e industriais, transformando completamente o local. Atualmente é conhecido na capital pelo seu mau cheiro e poluição em alto nível, fazendo com que ele seja impróprio para banho há décadas. Para promover melhorias no espaço, sugere-se despoluir o riacho; sinalizar, através da comunicação visual, sobre a importância de manter a área limpa; Colocar lixeiras; aumentar a arborização do espaço e fazer um projeto de valorização da margem do riacho, incentivando o uso do local pelos pedestres, o que praticamente não ocorre atualmente.

Ante todo o exposto, percebe-se que os bairros aqui analisados são riquíssimos em

beleza natural, possuem grande valor ambiental e patrimônio histórico elevado, mas devido à degradação que vêm sofrendo no século XXI estão subutilizados e em decadência. Para reverter a situação, além do apoio do governo, sabe-se que é preciso uma maior conscientização da população de Maceió sobre a sua importância.

### 3 I SOBRE AS EDIFICAÇÕES MODERNAS E SUA PRESERVAÇÃO

Devido ao grande valor patrimonial do bairro, através do decreto nº 6.061/1984, Jaraguá foi tombado a nível estadual já no século passado. Além disso, ambos os bairros são Zonas Especiais de Preservação (ZEP) do município, sendo a ZEP 1 o bairro do Jaraguá e a ZEP 2 o Centro. Porém, a nível federal, infelizmente, ainda não há tombamentos registrados.

Em se tratando das edificações e não mais do conjunto urbano, “Maceió conta com diversos tombamentos pelo Estado em edificações de vários períodos, porém, dentre eles, há somente um exemplar modernista” (CASSELLA, 2017) - o Palácio dos Trabalhadores. Dentro do perímetro analisado neste artigo, são tombados: O Museu da Imagem e do Som (Jaraguá), Museu Théo Brandão (Centro) e Associação Comercial de Maceió (Jaraguá). Para tentar aumentar a quantidade de prédios “protegidos” e na tentativa de evitar descaracterizações e destruições, há também um instrumento de preservação do município, presente desde o plano diretor de 2005, as chamadas UEPs (Unidades Especiais de Preservação). Foram identificados 55 edifícios como sendo dignos desse importante título, dentre os quais alguns exemplares modernistas. No percurso descrito, foram encontrados dois deles: Antiga Reitoria da UFAL e antigo Restaurante e Residência Universitária Alagoana (RUA), localizados na Praça Sinimbu (UEP 7 - Centro) e ambos de arquitetura moderna.

Entretanto, infelizmente,

(...) a existência de uma legislação de proteção urbano-patrimonial não teve força para conter os processos de degradação que se observa na área. Após 13 anos da efetivação Plano Diretor de Maceió (MACEIÓ, 2005), o Jaraguá é palco de espaços livres degradados, de conjuntos históricos com integridade física comprometida e de esvaziamento residencial que se agravou após a retirada pelo poder público municipal da tradicional comunidade da Vila dos Pescadores da enseada do bairro de Jaraguá, próxima ao Porto. (BITENCOURT; HIDAKA, 2018)

Ao se transitar pelo bairro, é nítida essa decadência da área. Apesar de tal fato, durante os dois dias de percurso, algumas localidades como praças e ruas foram (re) descobertas e foram as edificações modernistas que mais se destacaram e despertaram nosso interesse, principalmente pela quantidade de exemplares e disseminação na área. No primeiro dia, o chamado Conjunto dos Estivadores chamou a atenção imediatamente (figura 4). Localizado na Tv. dos Artistas, no Jaraguá, é formado por oito residências geminadas (4 no primeiro pavimento e mais 4 no segundo) e atualmente encontra-se apenas parcialmente ocupado, pois percebemos que há placas de venda e aluguel em algumas unidades do conjunto. Não se tem informações sobre o projetista, tampouco data

de construção. Sabe-se, apenas, que fora construído para o sindicato dos estivadores - a sede deste está localizada no mesmo quarteirão, na frente das casas, e foi desativada recentemente. Conseguimos contato com uma única moradora, que não é a proprietária do imóvel, a qual comentou gostar de morar no local, apenas sente falta de alguns serviços próximos (como supermercado e farmácia).

Outras quatro edificações atraíram nosso interesse durante o segundo percurso, duas delas, a antiga casa de Paulo da Silveira, vizinha ao Museu Théo Brandão, localizada na Av. da Paz e a antiga residência do Arquiteto Joffre Saint'Yves Simon, na Rua Sete de Setembro, ambas no Centro, foram projetadas pelo arquiteto acriano e com pais de origem francesa acima mencionado, em 1958 e 1963, respectivamente, e aparecem no livro da professora Maria Angélica da Silva, *Arquitetura Moderna: a atitude alagoana*, publicado em 1991. A autora enfatiza a linguagem modernista de Joffre por meio do uso de volumes geométricos bem definidos, o que é evidente nas duas casas aqui citadas (figura 4).

Outra casa muito próxima a essas duas nos chamou a atenção, devido aos seus traços marcantes e característicos da modernidade. Contudo, ao contrário das demais, não se encontrou informação sobre ela. Decidimos chamá-la de Casa Branca da Rua Silvério Jorge, visto que sua pintura a destaca das construções vizinhas. Esta casa está atualmente fechada, abandonada e completamente pichada (figura 4).





Figura 4: Acima e à esquerda, o conjunto residencial dos Estivadores; acima e à direita, a casa branca da Rua Silvério Jorge. No meio, a antiga residência do arquiteto Joffre e planta baixa da mesma; e abaixo, a antiga residência de Paulo da Silveira e planta baixa da mesma.

Fonte: Acervo de Letícia Ramalho, 2019; acervo de Letícia Ramalho, 2019; acervo de Letícia Ramalho, 2019; SILVA, 1991, p. 76; acervo de Letícia Ramalho; SILVA, 1991, p. 78, respectivamente.

Essas quatro edificações residenciais mencionadas são relevantes símbolos de modernidade nos bairros do Centro e do Jaraguá, porém nenhuma delas é alvo específico de qualquer tipo de proteção. Mais do que isso, se ampliarmos a visão para o restante da cidade de Maceió, além de serem poucas as edificações modernistas que possuem algum tipo de título referente à preservação, a fiscalização é insuficiente e ineficaz, posto que recentemente a antiga residência Afonso Lucena (localizada no bairro do Farol), UEP número 27, foi demolida da noite para o dia e nada se fez sobre isso. Segundo Luiz Amorim,

Ao voltar os olhos para o século XX e destacar a perda de arquiteturas tão jovens, particularmente quando comparadas às magníficas edificações milenares que identificam culturas e nações, quero ressaltar que uma parte da identidade nacional está inexoravelmente ligada à produção arquitetônica modernista em suas diversas manifestações e que seu prematuro desaparecimento compromete a própria construção dessa identidade, necessária para o reconhecimento dos outros e de nós mesmos. Permanece, também, o interesse de demonstrar como os órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio arquitetônico raramente reconhecem essa arquitetura recente, provavelmente porque seus olhos cansados só conseguem ver o que distante de si está, ou seja, o valor de ancianidade ainda prevalece como propriedade necessária à proteção patrimonial (AMORIM, 2007, p. 13)

Além das edificações residenciais, a Praça Visconde Sinimbu, no Centro, traz expressões de modernidade muito importantes, são elas: a antiga Reitoria e a antiga Residência Universitária (UEP 7), ambos projetos da arquiteta pernambucana Zélia Maia Nobre. Atualmente, no prédio da Reitoria funciona a Pinacoteca Universitária, porém esta encontra-se fechada há mais de um ano devido a problemas na fiação elétrica e estrutura do telhado<sup>1</sup>.

A Praça possui também um painel modernista em azulejos policromáticos, hoje

1 <https://ufal.br/ufal/noticias/2019/1/pinacoteca-da-ufal-esta-fechada-para-reformas>. Acessado em 08.06.2020

bastante degradado, fruto de uma deliberada decisão de modernização da cidade durante o governo de Sandoval Cajú, que tentava acompanhar o contexto nacional, e promoveu a reforma de praças com equipamentos e mobiliário em concreto, ferro e azulejo (AMARAL; FERRARE, 2008), conforme Silva também reforça:

A potencialidade destas experiências não passa despercebida dos políticos que querem marcar sua gestão com obras que permaneçam na memória do povo. A administração do prefeito Sandoval Caju, iniciada em Maceió em 1961, ilustra esta prática. Homem público que conjuga características do político nordestino e as peculiaridades dos que seguem a postura populista, (...) sedimenta em campanha, um ambicioso projeto: transformar Maceió em “Cidade Sorriso”, resgatando o epíteto que a cidade conquistara em 1908.” (1998, p. 245).



Figura 5: Acima e à esquerda, fachada da antiga reitoria da UFAL; acima e à esquerda, vista sudeste da Residência Universitária; e abaixo, painel modernista em azulejos na Praça Visconde Sinimbu.

Fonte: CASSELLA, 2017; AMARAL; FERRARE, 2008; acervo de Henrique Gomes, 2018.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar problemas e potencialidades dos bairros do Centro e do Jaraguá é tarefa de grande valia quando se pretende propor melhorias à cidade. Para isso, foi preciso fazer uma imersão no local e avaliar sua estrutura física, a fim de delimitar possíveis saídas ao atual esvaziamento, degradação, marginalização e até destruição de edificações

presentes neles.

Em contrapartida, ambos os locais possuem uma rica memória temporal por possuírem papel fundamental na história de Maceió desde o seu surgimento. O que traz ainda mais importância aos bairros, talvez, esteja justamente nisso: na sobreposição de tempos e acúmulo de lembranças encontradas ao se caminhar pelas suas ruas. "O espaço atual nada mais é que a acumulação desigual de tempos" (Santos, 1988) e apesar de a Avenida Sá e Albuquerque, importante via de Jaraguá, concentrar quase que exclusivamente edificações neoclássicas e ecléticas, os seus arredores trazem prédios modernos de muita relevância. Assim, espera-se "que se apliquem, cada vez mais, esforços institucionais para salvaguardá-los de potenciais "óbitos arquitetônicos", e, assim mantenha-se eles na corrente entre passado e futuro das representações de modernidade [...] em Maceió." (FERRARE, MEDEIROS, 2012)

A importância desses bairros dentro da cidade já é consenso, visto que ambos são considerados Zonas Especiais de Preservação do município, mas seria esse reconhecimento suficiente para alavancar uma melhoria nos espaços? Acreditamos que não. Além do apoio do governo do Estado e do Município, é necessário o reconhecimento da população, afinal, só há preservação de fato do que a sociedade entender como patrimônio. É nesse sentido que a arquitetura moderna ainda tem um caminho a percorrer.

Infelizmente, devido à baixa quantidade de edificações modernistas tombadas ou UEP, e diante do estado de grande parte dos exemplares encontrados e analisados neste artigo, sabe-se que os edifícios modernos ainda não são vistos pela maioria dos alagoanos como história a ser preservada e passada para as próximas gerações, levando a um grande perigo do seu desaparecimento. Espera-se, contudo, que seja ampliado o conhecimento sobre o tema e finalmente haja maiores resultados no que FERRARE (2008) chamou de "o direito à memória da Modernidade".

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. DECRETO Nº6061, 1984. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco-es/patrimonio-cultural/principal/legislacoes/decreto-no-6061-1984/> Acesso em: 19/01/2010.

AMORIM, Luiz do E. . **Obituário arquitetônico**: Pernambuco modernista. Recife: FUNCULTURA, 2007.

BITENCOURT, Gabriela C. A.; HIDAKA, Lúcia T. F. **Um estudo sobre a salvaguarda da paisagem histórica da zona especial de preservação cultural**: Diagnóstico, zoneamento e diretrizes para uma gestão da conservação urbana do bairro do Jaraguá, Maceió/AL. In: Colóquio Ibero Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Desafios e Perspectiva, 5., Belo Horizonte, 2018. Anais... Belo Horizonte, 2018.

CASSELLA, Tamires A. **Entre o eterno e o efêmero**: Revisando o reconhecimento patrimonial da arquitetura moderna em Maceió-AL. 2017. 93p. Trabalho final de graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, 2017.

FERRARE, Josemary O. P.; LEÃO, Tharcila M. S. . **Jardim Público do Jaraguá, porta de entrada de Maceió no início do século XIX e XX.** In: Colóquio Ibero Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto – Desafios e Perspectiva, 3., Belo Horizonte, 2014. Anais... Belo Horizonte, 2014.

FERRARE, Josemary. O. P.; MEDEIROS, E. de A. . **Representações de modernidade na ‘Praia da Avenida’ - Maceió:** pontuando o passado, o presente (e o futuro)?. In: IV Seminário DOCOMOMO Norte Nordeste, 2012, Natal - RN. Arquitetura em cidades. Natal: UFRN, 2012.

FERRARE, Josemary. O. **Permanências modernistas na Praça Sinimbu** - Maceió: em análise e proposta de Preservação. In: DOCOMOMO Brasil N- NE, 2008, Salvador. Desafios da Preservação: referências da arquitetura e do urbanismo modernos no Norte e no Nordeste, 2008.

FERRARE, Josemary. O. P.; AMARAL, V. B. . **A arquitetura moderna em Maceió, Alagoas:** perspectivas de preservação. In: DOCOMOMO Brasil N- NE, 2008, Salvador. Desafios da Preservação: referências da arquitetura e do urbanismo modernos no Norte e no Nordeste, 2008.

PIMENTEL, J. B. **Aqui Maceió começou a ser capital.** Disponível em: <http://www.bairrosdemaceio.net/bairros/jaragua/> Acesso em: 19/01/2020

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, Maria Angélica da. **Arquitetura Moderna: A Atitude Alagoana.** Maceió: SERGASA, 1991.

## EMIL BERED: HABITAÇÃO COLETIVA MODERNA PORTOALEGRENSE

*Data de aceite: 01/07/2021*

**Angela Cristiane Fagundes**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Maitê Trojahn Oliveira**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Silvio Belmonte de Abreu Filho**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**RESUMO:** O tema deste artigo é a arquitetura moderna gaúcha com enfoque na produção arquitetônica do arquiteto Emil Achutti Bered. O objetivo desta investigação é relacionar, documentar e analisar uma amostra da obra de habitação coletiva, produzindo um registro do seu trabalho antes e depois do Plano Diretor de 1959/61 e identificar influências e contribuições para a construção da cultura e memória por meio de uma identidade moderna na arquitetura gaúcha. Neste artigo, ao interior do recorte tipológico específico, para documentação e análise crítico-comparativa de estudos de casos de habitação coletiva de autoria de Emil Achutti Bered na cidade de Porto Alegre, adotou-se um recorte temporal em duas etapas de desenvolvimento do movimento moderno, período inicial 40-60 e período sob hegemonia do Plano Diretor de 1959-61 (60-80). Dito isso, os edifícios selecionados para documentação e análise no artigo são: Edifício Linck (1952) e Edifício Christofell (1962). O recorte permite empreender a documentação e análise do processo de geração dos projetos e suas respectivas estratégias, os elementos

de composição e de arquitetura utilizados, as circunstâncias de contexto, legislação e encargo, e as relações com o desenvolvimento dos paradigmas disciplinares em cada período. Preliminarmente, podemos apontar a predominância de estratégias de implantação nas divisas em H em terrenos de meio de quadra e em L em terrenos de esquina no primeiro período, e de blocos isolados de planta retangular no segundo, independentemente da situação. Os elementos de arquitetura se encontram em geral regulados por grelhas de fachada no primeiro período, com tendência à horizontalidade, e pela visibilidade lateral no segundo período, o que leva a outras estratégias compositivas e ao uso de novos elementos de arquitetura, como janelas verticais seriadas e montantes verticais aplicados, com abandono da grelha.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquitetura e cultura; Arquitetura e memória; Arquitetura moderna gaúcha; Arquiteto Emil Bered.

### INTRODUÇÃO

O tema deste artigo é a arquitetura moderna gaúcha com enfoque na produção arquitetônica do arquiteto Emil Achutti Bered, através da análise crítico-comparativa de dois edifícios. O objetivo da investigação é relacionar, documentar e analisar uma amostra da obra de habitação coletiva, produzindo um registro sistemático do seu trabalho antes e depois do Plano Diretor de 1959/61 e identificar influências e contribuições para a construção de uma identidade moderna na arquitetura

gaúcha. O artigo apresenta um recorte e alguns resultados preliminares do Projeto de Pesquisa EMIL BERED ARQUITETO em andamento, que se propõe um inventário da obra completa do arquiteto, reunindo sua documentação original, redesenhada integralmente, a fortuna crítica e análises crítico-comparativas, e de dois projetos de pesquisa de mestrado correlatos.

Apenas 10 anos e menos de 200 metros de distância separam os projetos dos edifícios LINCK (1952) e CHRISTOFELL (1962), duas obras exemplares de Emil Bered, um dos pioneiros na difusão da arquitetura moderna no Sul e um de seus principais arquitetos desde o início dos anos 50. Implantados pelo mesmo arquiteto em duas travessas exclusivas respectivamente a sul e norte da prestigiosa Praça Júlio de Castilhos, portal de ingresso do bairro Moinhos de Vento e localizadas sobre o espigão divisor de águas e principal canal de desenvolvimento urbano e verticalização de Porto Alegre, entretanto, os dois edifícios são fundamentalmente distintos.

Mesmo constituindo dois exemplares representativos da arquitetura moderna brasileira em Porto Alegre, apresentam características peculiares que respondem às mudanças expressivas que ocorreram nessa arquitetura entre os anos 50 e 60. Destacamos a instauração e aplicação do Plano Diretor de 1959-61, a fadiga da arquitetura moderna brasileira da “escola carioca”, especialmente após Brasília, e a progressiva substituição do paradigma corbusiano pelo estilo internacional, os preceitos miesianos e o avanço do brutalismo paulista. Assim, como os edifícios apresentam espacialidades distintas, respondendo ao encargo, ao contexto e à cidade de formas quase opostas, sua análise crítico-comparativa pode permitir entender como se deu este processo em Porto Alegre, quais suas características e atributos, e que lições podemos tirar deles para o desenvolvimento de nossa arquitetura.

## **EMIL BERED ARQUITETO**

A trajetória profissional de Emil Achutti Bered cobre quase toda a segunda metade do século XX, em contribuição de reconhecida relevância para a introdução, difusão e consolidação da arquitetura moderna no estado. Além da extensa e qualificada produção projetual desde a formatura na primeira turma do Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes em 1949, Bered teve atuação destacada no ensino e gestão acadêmica na nova Faculdade de Arquitetura da URGs (depois UFRGS) por mais de 30 anos, e significativa participação nos órgãos profissionais e de classe. A qualidade e relevância de sua produção arquitetônica é reconhecida em todos os estudos da arquitetura moderna gaúcha. Em “Arquitetura Moderna em Porto Alegre” (XAVIER e MIZOGUCHI, 1987), principal obra de referência sobre a arquitetura moderna local, das 160 obras selecionadas e apresentadas, 10 são de sua autoria ou contam com sua participação. No “Guia de arquitetura moderna em Porto Alegre” (ALMEIDA, ALMEIDA e BUENO, 2010), das 30 obras escolhidas, quatro

são de sua autoria ou coautoria, e no mais recente “Inventário da Arquitetura Moderna em Porto Alegre 1945/65” (COMAS e PIÑON, 2013) dos 25 exemplos escolhidos, Emil Achutti Bered comparece com sete em autoria ou coautoria, quase 30% da amostragem, indicativo da relevância e representatividade da sua atuação profissional e papel na arquitetura moderna em Porto Alegre.

Apesar disso, as publicações disponíveis não abordam sua obra na totalidade. Em cuidadosa revisão bibliográfica, encontramos apenas estudos documentais e/ou teóricos que enfocam alguns de seus edifícios, ou parte de sua produção, e algumas análises parciais ou circunscritas. A revisão permitiu apresentar a relação completa das obras de edifícios de apartamentos, cuja maioria ainda não estão publicadas, apenas disponíveis nos arquivos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O Projeto de Pesquisa pretende preencher esta lacuna, ao produzir um inventário documentando o extenso conjunto de sua obra completa e correspondente fortuna crítica, analisando sua contribuição para a arquitetura moderna gaúcha.

Os objetivos gerais da pesquisa, que balizam o artigo, são contribuir para o conhecimento da arquitetura moderna no contexto brasileiro e local do pós-guerra aos anos oitenta, através do estudo da obra de um de seus mais destacados arquitetos; coletar, documentar e organizar a obra completa de um arquiteto exemplar da modernidade, contribuindo para a constituição de seu inventário e acervo; e empreender a análise do processo de geração dos projetos, os elementos de composição e de arquitetura utilizados, as circunstâncias de contexto, legislação e encargo, e as relações com o desenvolvimento dos paradigmas disciplinares, contribuindo para o aprofundamento de um quadro de referência teórico, em suas dimensões críticas e historiográficas, pertinente ao tema e período em estudo. Os objetivos específicos são discutir a difusão e o desenvolvimento da arquitetura moderna no Rio Grande do Sul através de “estudos de caso”, estudos em profundidade de projetos exemplares específicos identificados segundo os parâmetros analíticos descritos; e contribuir para o conhecimento detalhado das obras de arquitetura moderna gaúcha, através de sua remontagem e análise sistemática, incluindo reorganização de documentação gráfica, descrição e interpretação crítica de seus aspectos urbanos, programáticos, tipológicos e formais.

Neste artigo optou-se por um recorte tipológico específico, para documentação e análise crítico-comparativa de estudos de casos de habitação coletiva (edifícios de apartamentos) de autoria de Emil Achutti Bered, na cidade de Porto Alegre. Em função da sua importância na introdução e difusão da arquitetura moderna brasileira no sul, e relevância da documentação e análise de sua obra para a Arquitetura Moderna no Rio Grande do Sul, adotou-se um recorte temporal em duas etapas de desenvolvimento do movimento moderno, período inicial 40-60 e período sob hegemonia do Plano Diretor de 1959-61 (60-80). Os recortes se justificam pela produção do arquiteto no período se orientar por duas visões quase opostas de cidade, uma baseada na inserção de exemplares

de arquitetura moderna na cidade tradicional, com a construção baseada no regime de alinhamento/gabarito, rua-corredor e quarteirão periférico, e outra baseada em uma nova espacialidade, de caráter fundamentalmente moderno, do edifício isolado e do quarteirão aberto.

A tabela a seguir apresenta uma relação dos edifícios de apartamentos produzidos por Bered ou com sua participação na cidade de Porto Alegre com as respectivas publicações, quando houve. Os edifícios em destaque correspondem ao recorte para este estudo.

EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS – 1º PERÍODO – ATÉ 1960			
Edifício Dante D'Angelo	Emil Achutti Bered, Salomão Kruchin e Roberto Veronese	1952	PMPA 39258 FILME 248-1952 (WEIMER, p.132)
Edifício Jeronimo D'Ornellas	Emil Achutti Bered, Salomão Kruchin e Roberto Veronese	1952	PMPA 41056 FILME 248-1952 (WEIMER, p.132)
Edifício Linck	Emil Achutti Bered, Salomão Kruchin e Roberto Veronese	1952	PMPA 37014 FILME 290-1954 (WEIMER, p.150). STROHER p.73-75 (Localização e foto P&B p.73, Fachada, setor de PB e foto P&B p.74, Plantas Baixas Térreo e Tipo p.75). COMAS e PIÑON, 2013, p.36.
Edifício Santa Terezinha	Emil Achutti Bered, Salomão Kruchin e Roberto Veronese	1953	PMPA 9991 FILME 256-1953 (WEIMER, p.135). STROHER p.79-81 (Localização e 3 fotos P&B p.79, Fachadas p.80, Plantas Baixas Térreo e Tipo e Setor de Planta p.81)
Edifício Treiguer & Wladimirski	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1953	PMPA 39258 FILME 248-1952 (WEIMER, p.132)
Edifício Treiguer & Wladimirski II	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin.	1953	PMPA 42261 FILME 270-1953 (WEIMER, p.142)
Edifício de Aptos	Emil Achutti Bered, Salomão Kruchin e Roberto Veronese	1953	PMPA 49697 FILME 273-1953 (WEIMER, p.144)
Edifício Amazonas	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1953	PMPA 49216 FILME 273-1953 (WEIMER, p.144). STROHER, p. 82-84 (Localização e 2 fotos P&B p.82, Fachada p.83, Plantas Baixas Térreo e Tipo p.84)
Edifício Irany Santana	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1954	PMPA 46326 FILME 293-1954 (WEIMER, p.151)
Edifício Redenção	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1954	PMPA 21104 FILME 283-1954 (WEIMER, p.147). STROHER, p.76-78 (Localização e Fachadas p.76, 2 fotos P&B p.77, Plantas Baixas Térreo e Tipo p.78). COMAS e PIÑON, 2013 p.40.
Edifício de Aptos	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1955	PMPA 22144 FILME 301-1955 (WEIMER, p.154)
Edifício Buchabqui	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1955	PMPA 01488 FILME 314-1955/56 (WEIMER, p.158).

Edifício Los Angeles	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1956	PMPA 06472 FILME 317-1956 (WEIMER, p.160)
Edifício Prates De Araújo	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1956	PMPA 32922 FILME 330-1957 (WEIMER, p.163)
Edifício Noemi	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1956	PMPA 31429 FILME 349-1957 (WEIMER, p.170)
Edifício Capri	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1956	PMPA 48454 FILME 351-1957 (WEIMER, p.172)
Solar Pinto Bandeira	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1956	PMPA 31321 FILME 329-1956 (WEIMER, p.163)
Edifício Pennsylvania	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1957	PMPA 42877 FILME 350-1957 (WEIMER, p.171) FILME 351 – 1957 (p.172)
Edifício Nogaró	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1957	PMPA 59112 FILME 354-1957 (WEIMER, p.173)
Edifício Rio Grande Do Sul	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1957	STROHER p.85-88 (Terraço p.71, Localização e 2 fotos P&B p.85, Foto P&B e Fachada p.86, Plantas Baixas Térreo e Tipo p.87). COMAS e PIÑON, 2013, p.56.
Edifício Artigas	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1957	PMPA 50882 FILME 352-1957 (WEIMER, p.172)
Edifício Biarritz	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1957	PMPA 51135 FILME 352-1957 (WEIMER, p.172)
Edifício Nilza Esther	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1957	PMPA 52365 FILME 352-1957 (WEIMER, p.172)
Edifício Nevada	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1957	PMPA 61145 FILME 355–1957 (WEIMER, p.174)
Edifício Detroit	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1957	PMPA 62939 FILME 355-1957 (WEIMER, p.174)
Edifício Porto Alegre	Emil Achutti Bered e Salomão Kruchin	1958	STROHER p.89-92 (Localização e foto P&B p.89, Foto P&B e Fachada p.90, Plantas Baixas Térreo e Tipo p.91). COMAS e PIÑON, 2013, p.52.
Edifício Paineiras	Emil Achutti Bered	1959	STROHER, p. 93-96 (Localização e 2 fotos P&B p.93, Fachada e 2 fotos P&B p.94, Planta Baixa e Perspectiva Anteprojeto p.95, Plantas Baixas Térreo e Tipo p.96)
<b>EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS – 2º PERÍODO – APÓS 1960</b>			
Edifício Faial	Emil Achutti Bered	1962	COMAS e PIÑON, 2013, p.74.
Edifício Christofell	Emil Achutti Bered	1962	XAVIER e MIZOGUCHI p.176-177. 2 Fotos P&B (p.176), PLANTA PAV. TIPO e Foto P&B detalhe (p.177). LUCCAS, 2004, p. 219 FIG 27 (p.220). Medalha de bronze na categoria edificação residencial no II Salão de Arquitetura do Rio Grande do Sul, realizado em 1962
Edifício Novo Parque	Emil Achutti Bered e Artur Bered	1964	

Edifício Sinuelo	Emil Achutti Bered	1967	
Edifício São Clemente	Emil Achutti Bered	1968	
Edifício Condado de Luzerne	Emil Achutti Bered	1973	
Edifício Nirvana	Emil Achutti Bered e José Antonio Vieira	1983	

Tabela 1: Tabela dos edifícios de apartamentos de acordo com a data de projeto.

Fonte: Produzida pelos autores.

Para a seleção observou-se as publicações disponíveis, especialmente as três citadas inicialmente, e a dissertação de mestrado de Eneida Ripoll Ströher “A habitação coletiva na obra do Arquiteto Emil Bered, na década de 50, em Porto Alegre” (STRÖHER, 1997), nas quais constam uma série de obras de Bered, porém ainda com lacunas a serem preenchidas. Do ponto de vista analítico, o artigo tem foco nas estratégias de projeto e no repertório de elementos de arquitetura e de composição utilizados pelo arquiteto em seus projetos, antes e depois do Plano Diretor de 1959-61. Sendo assim, os edifícios foram selecionados levando em consideração a qualidade e representatividade dentro do recorte, as situações de implantação (esquina e meio de quadra), a utilização diferenciada de elementos de arquitetura e de composição, e a oportunidade de apresentar material documental inédito.

Numa revisão preliminar, os edifícios selecionados para a análise foram: do primeiro período, Edifício Linck, Edifício Redenção e Edifício Nilza Esther; e do segundo período, Edifício Christofell, Edifício Novo Parque e Edifício Sinuelo. Na escolha final, por sua representatividade e qualidades projetuais, optou-se pelos edifícios Linck e Christofell.

## ARQUITETURA MODERNA EM PORTO ALEGRE

Nascido em Santa Maria (RS) em 1926, Emil Achutti Bered ingressou na primeira turma do Curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes em 1946, formou-se em 1949 e iniciou imediatamente sua vida profissional em Porto Alegre. Projetou muito intensamente na década de 50, em parceria com seus colegas Salomão Kruchin, que foi seu sócio durante toda a década, e Roberto Félix Veronese.

Porto Alegre passava por um processo de expansão metropolitana em pleno desenvolvimento, com forte ritmo de densificação e verticalização das áreas mais centrais e ao longo das principais avenidas radiais. A década de 50 foi a de maior crescimento demográfico da cidade desde os anos 1900-1910 (numa média de quase 5% ao ano), passando de cerca de 395.000 habitantes em 1950 a 635.000 em 1960. Foi também a década em que mais se construiu em Porto Alegre, em um vigoroso boom imobiliário.

A legislação que regulava essa expansão era baseada no alinhamento e no gabarito,

com alturas proporcionais à largura da via, mantida e atualizada desde o final do século XIX e transformadas em uma “Lei de Alinhamentos” em 1943. Ela permitiu a gradual ocupação das vias radiais e perimetrais previstas pelo Plano de Urbanização de Arnaldo Gladosch na administração Loureiro da Silva, e a introdução de alguns dispositivos morfológicos sugeridos por ele, como as arcadas (chamadas “galerias”) no centro, o pilotis alto ou colunata de dupla altura nos térreos dos edifícios nas avenidas principais, e os recuos de jardim de 4 metros aplicados em quase toda a área urbana.

Pouco depois, a Lei nº 986/1952 mantinha a aplicação do critério de uma vez e meia a largura da rua para toda a cidade, e permitia duas vezes para a área central, mas com uma inovação introduzindo o escalonamento da altura no centro. A partir do dispositivo de escalonamento, foi possível aprovar no centro da cidade edifícios, na prática, sem limite de altura. Além das disposições sobre a altura, a Lei estabelece condicionantes específicos sobre a distribuição e a configuração de compartimentos e espaços internos e externos dos edifícios, determinantes para a sua volumetria, tratando das áreas de ventilação e insolação e dos balanços sobre a área pública, de forma bastante precisa. Ao permitir uma área suplementar com seus parâmetros de utilização, a legislação torna-se responsável, na prática, pela definição da forma externa dos edifícios, delineando seus perímetros, como podemos observar nos edifícios analisados.

A seguir, a Lei nº 1167/1953 limitava a altura dos prédios a três pavimentos a partir da zona pericentral que atingia a atual Segunda Perimetral (excetuando trechos de radiais, com alturas maiores permitidas até os limites da atual Terceira Perimetral), numa reserva de mercado para pequenos edifícios residenciais sem elevador visando atender a demanda de pequena burguesia nos bairros.

Foram essas regras e dispositivos simples que orientaram a cidade num período de extraordinário crescimento e metropolização. O processo contou com a adesão entusiasmada dos agentes do mercado imobiliário e da indústria da construção, com grande inversão de capitais, através de novas modalidades como fundos de investimento e participação, sociedades de crédito imobiliário como o Banco Lar Brasileiro, um dos principais clientes do escritório de Bered durante os anos 50, e companhias abertas. Foi acompanhado de um processo acelerado de modernização e concentração do capital no setor da construção, com a emergência do incorporador imobiliário, agente promotor de um novo produto, o apartamento em condomínio, para atender as necessidades e expectativas da clientela, basicamente a nova classe média urbana.

O processo se deu com empresas construtoras e incorporadoras de natureza “moderna”, algumas atuando desde os anos 20 e 30, como a Azevedo, Moura e Gertum, outras mais recentes como a Azevedo Bastian e Castilhos (ABC), Pilla Guarita e Mello Pedreira, dentro de novas condições de produção, introduzindo e divulgando tecnologias de ponta nas áreas de estruturas, instalações, esquadrias, materiais e revestimentos, e atentas aos novos padrões de consumo urbano. Para isso, utilizaram arquitetos de prática

igualmente “moderna”, profissionais inicialmente formados pela Escola Nacional de Belas Artes, como Holanda Mendonça e Edgar Graeff, ou estrangeiros, como o uruguaio Roman Fresnedo Siri, e logo a seguir arquitetos recém-egressos dos cursos de Arquitetura locais, como Bered e seus parceiros.

Nos bairros residenciais a expansão se dá com tipologias de baixa ou média altura e densidade, unifamiliares ou coletivas; nas áreas de maior valorização ela ocorre fundamentalmente através da inserção de edifícios altos no espaço urbano da cidade tradicional, que nos anos 50 passam a ter características claramente modernas, hegemônicas ao final da década. A tendência dominante de verticalização da cidade iniciada no Centro na década anterior, estende-se pelas principais radiais, como as avenidas Independência/24 de Outubro, João Pessoa, Osvaldo Aranha/Protásio Alves, e trechos de perimetrais como a Avenida Venâncio Aires e as ruas da República e Ramiro Barcelos. Emil Achutti Bered projetou edifícios residenciais em todas elas.

Coerente com o modelo de implantação tradicional, os terrenos de esquina vão ser privilegiados nos empreendimentos, aproveitando a vantagem de maior perímetro de frente para orientação das peças principais. Nas esquinas, as implantações tendiam ao “L”. Em terrenos de meio de quadra, os partidos podiam assumir configurações em “I”, “T”, “H”, combinações destas, ou disposições longitudinais em “pente” nos terrenos mais profundos. As regras do jogo, com a obediência ao gabarito e ao alinhamento (ou ao recuo de jardim), estão presentes em todos os exemplos dessa fase.

A pesquisa nos arquivos da Prefeitura Municipal, complementada pelos arquivos pessoais do escritório do arquiteto e em revisão bibliográfica, permitiram identificar o projeto de 27 edifícios residenciais no período da formatura até o Plano de 1959, 26 deles em parceria com seu associado Salomão Kruchin e muitos com Roberto Félix Veronese, ambos seus colegas de turma. Consideramos o Edifício Linck o mais representativo desse período.

## **EDIFÍCIO LINCK (1952)**

Localizado ao final de uma pequena travessa em “cul-de-sac” paralela à prestigiosa Praça Júlio de Castilhos (Travessa Coronel Frederico Linck, 55), o Edifício Linck foi o primeiro encargo de porte da equipe formada por Emil Achutti Bered, Salomão Kruchin e Roberto Veronese. O terreno generoso de 525 m<sup>2</sup>, com 21 metros de frente norte e declive em relação ao “cul-de-sac”, propiciou um edifício composto de Subsolo, Térreo e oito pavimentos-tipo com dois confortáveis apartamentos de 200 m<sup>2</sup> por pavimento e um apartamento térreo aproveitando o declive. De propriedade de uma Sociedade Limitada (Sociedade Edifício Linck Ltda.), a incorporação e construção esteve a cargo da Construtora Mello Pedreira.

O partido adotado foi dispor em dois corpos transversais ocupando toda a largura

do terreno duas prumadas de apartamentos por andar em placas paralelas unidas por um elemento de circulação vertical que incorpora algumas peças de serviço, numa planta baixa em forma de “H”. A área do pavimento-tipo é de cerca de 400 m<sup>2</sup>. Luccas observa com propriedade que “a estratégia aplicada visava inverter a leitura da implantação tradicional com áreas internas de ventilação e iluminação, produzindo o efeito de figura sobre fundo: volumes autônomos associados, acomodados de modo contingente ao espaço do lote” (LUCCAS, 2016, p. 294). Os dois corpos são praticamente simétricos, com dependências principais – salas e três dormitórios – para frente e fundos e dependências de serviço para duas áreas internas de iluminação. Os apartamentos de fundos têm a orientação sul compensada pela vista da vertente sul do espigão da Avenida Independência e vale do Riacho, até o Guaíba a sudeste.

A composição formal do edifício define um corpo de volume opaco perfurado por aberturas apoiado sobre uma base em pilotis frontal em primeiro plano com os acessos, e um fundo com dependências condominiais e o apartamento térreo. A composição da fachada principal é descrita por Ströher:

“Os elementos de composição representados nessa fachada se distribuem em dois setores distintos: na base recuada estão as entradas principal, de serviço e de carros (garagem no subsolo) – a parte posterior é ocupada por um apartamento idêntico ao tipo. No corpo do edifício, volume superior, ficam representados os dormitórios e as salas com duas sacadas.” (STRÖHER, 1997, p. 73)

A fachada frontal principal é tratada em grelha horizontal com plano ressaltado em relação às paredes laterais da divisa, formando uma caixa saliente de fatias definidas pelas linhas das lajes e balcões. A estratégia atende à necessidade de proteção solar da orientação norte com um plano virtual de diferentes profundidades que permite localizar balcões junto a salas e dormitório principal e peitoris simples alocando mais superfície aos outros dois dormitórios. Luccas nota que a solução, “de linhas horizontais predominantes, foi resolvida de forma atípica, afastando-se do precedente da grelha ortogonal presente na Arquitetura Moderna brasileira de vertente corbusiana” (LUCCAS, 2016, p.294), associando o arranjo com predomínio de linhas horizontais a antecedentes como a composição frontal do Banco Boa Vista (1946) de Niemeyer. Já Ströher aponta certa ambiguidade na expressão formal das funções, com o balcão frontal das salas e dormitório principal com acabamento em gradil metálico, e os outros dois dormitórios em peitoril de volume avançado marcado por revestimento em cor marrom (STRÖHER, 1997, p.74). No bloco dos fundos, são eliminados os balcões.

No espaço correspondente ao apartamento de frente, o térreo recebe uma área coberta em pilotis de cinco vãos por dois intercolúnios de profundidade, com sinuoso desenho de jardineiras que se estendem para o interior formando um jardim em área interna aberta, com acessos laterais para garagem, escada de acesso a hall e portaria e

um depósito cuja parede serve de fundo para um painel de pastilhas vitrificadas de Saulo Gomes marcando a entrada, seguindo a tendência contemporânea de “integração das artes” à Arquitetura Moderna brasileira iniciada no Ministério da Educação e Saúde (1936), de Lucio Costa e equipe.



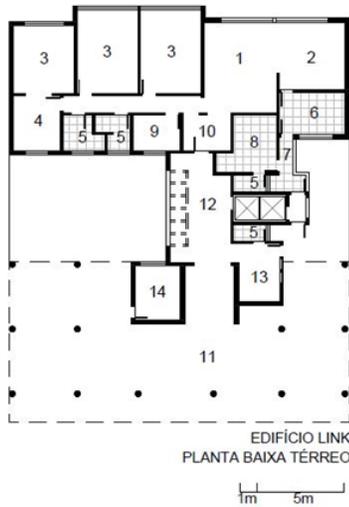
Figura 1: Edifício Linck, 2019.

Fonte: Imagem produzida pelos autores.



Figura 2 - Implantação Edifício Linck, 2019.

Fonte: Imagem produzida pelos autores.



- |                     |                              |
|---------------------|------------------------------|
| 1 - SALA DE ESTAR   | 8 - DEPENDÊNCIA DE EMPREGADA |
| 2 - SALA DE JANTAR  | 9 - GABINETE                 |
| 3 - DORMITÓRIO      | 10 - HALL                    |
| 4 - CLOSET          | 11 - ÁREA COMUM              |
| 5 - BANHO           | 12 - HALL SOCIAL             |
| 6 - COZINHA         | 13 - PORTARIA                |
| 7 - ÁREA DE SERVIÇO | 14 - DEPÓSITO                |

Figura 3: Planta baixa do térreo, Edifício Link.

Fonte: Redesenho produzido pelos autores.



- |                    |                              |
|--------------------|------------------------------|
| 1 - SALA DE ESTAR  | 6 - COZINHA                  |
| 2 - SALA DE JANTAR | 7 - ÁREA DE SERVIÇO          |
| 3 - DORMITÓRIO     | 8 - DEPENDÊNCIA DE EMPREGADA |
| 4 - CLOSET         | 9 - GABINETE                 |
| 5 - BANHO          | 10 - HALL                    |

Figura 4: Planta tipo, Edifício Link.

Fonte: Redesenho produzido pelos autores.

## O PLANO DIRETOR DE 1959-61

O Plano Diretor de 1959 surge justamente como uma reação ao processo de verticalização da cidade da década de 50, considerado “excessivo” e identificado com densificação e superexploração do solo. O objetivo era conceitual, vinculado à implantação de uma nova espacialidade e à difusão de novos padrões de habitabilidade e conforto, defendidos pelo movimento moderno, mas também ideológico, e pode ser considerado o ponto final de um esforço teórico e profissional de uma equipe sempre liderada pelo engenheiro Edvaldo Paiva durante quase 30 anos, mantendo coerência e notável coesão interna.

A equipe coordenada por Paiva contava com os então recém-formados arquitetos Carlos Maximiliano Fayet, Moacyr Moojen Marques e Roberto Félix Veronese, um dos parceiros de Bered. Desde 1954, a pequena equipe vinha trabalhando sucessivas propostas baseadas em estudos anteriores, principalmente no *Anteprojeto de Planificação Urbana de Porto Alegre, de acordo com os princípios preconizados pela Carta de Atenas*, de Edvaldo Paiva e Demétrio Ribeiro, apresentado em 1951, e apoiados nas pesquisas do Expediente Urbano, organizado pelo próprio Paiva e publicado em 1942. Um primeiro Anteprojeto do Plano Diretor foi definido ainda em 1954, consolidando as propostas da equipe, que seguiu trabalhando na elaboração do Plano até o final da década. O Plano Diretor foi aprovado através da Lei 2.046/59, e passou a ser complementado e ajustado pelos técnicos municipais, na condição de aprovado preliminarmente *in totum* pela Câmara e em primeira instância pelo Conselho do Plano Diretor. Em 1961, foi reapresentado e aprovado como Lei nº 2330/61, já com todo o seu detalhamento, e finalmente publicado em 1964 (PORTO ALEGRE, 1964).

Para o corpo técnico liderado por Paiva, o objetivo básico do plano era conter a crescente verticalização da cidade, especialmente no centro e nas avenidas radiais, procurando equilibrar a relação entre densidade e infraestrutura urbana através de novos instrumentos de controle da intensidade de ocupação do solo. O Plano Diretor se filia à tradição da cidade moderna, baseado nas prescrições de urbanismo da Carta de Atenas e no conceito de unidades de vizinhança. Para Abreu Filho, “o caráter moderno é dado principalmente na definição dos instrumentos de controle urbanístico presentes no Plano, que vão induzir tipologicamente o edifício prismático sobre *pilotis*, recuado nas quatro faces, para a maioria dos bairros residenciais” (ABREU FILHO, 2006, p.328). A partir de um Zoneamento urbano, o Plano estabelece um controle de edificabilidade dos terrenos através do índice de aproveitamento e de uma taxa de ocupação, e passa a regular a altura dos prédios por pavimentos, com recuos frontais e laterais proporcionais.

Os índices estabelecidos pelo Plano reduziram o aproveitamento dos terrenos à metade do que era praticado nos anos 50 no Centro, e a um quarto ou um quinto nas avenidas e bairros principais. O mesmo ocorreu com as alturas. A questão da redução

de construtibilidade só seria percebida em toda sua extensão pelos agentes do mercado imobiliário na metade da década de 60, ainda que mascarada por uma persistente crise do setor, causada pela inflação e falta de financiamento, com a paralisação de empreendimentos. Ao final da década de 60, os efeitos da aplicação das normativas do Plano Diretor estavam visíveis por toda a cidade, com a contenção do processo de verticalização no centro e nas avenidas, e a expansão do novo padrão tipológico pelos bairros.

A aplicação dos dispositivos de controle previstos no Plano estabelece um “envelope construtivo” para os terrenos, e a correlação entre eles faz com que este envelope seja muito ajustado, ou restrito. A maior parte da produção residencial, lutando contra este “envelope ajustado” do regime urbanístico, com poucas referências formais, e enfrentando os terrenos restritos do parcelamento existente nos bairros tradicionais, resultou numa coleção de pequenos prismas retangulares, afastados uns dos outros cerca de seis metros, com pequenas variações no recuo frontal, no volume e na altura.

Em seu estudo sobre a legislação urbanística, Maria Almeida concorda que “a partir de 60 a cidade cresceu sob a orientação de modelos tipológicos onde predominou a inserção isolada do edifício no lote” (ALMEIDA, 2004, p. 255-256), e reconhece suas consequências espaciais. A aplicação dos dispositivos de controle, associados aos onipresentes “recuos para jardim”, imprimiu uma verdadeira marca na paisagem urbana, que predominou por quase quarenta anos: prismas soltos nos terrenos, sobre *pilotis*, com forte presença dos jardins frontais. O resultado foi descontinuidade de alinhamentos e gabaritos, a ruptura da continuidade da rua, em termos visuais e morfológicos, e uma indefinição perceptiva e conceitual dos limites entre os âmbitos público e privado.

No Centro o Plano manteve a construção nas divisas, mas nas outras áreas habitacionais da cidade até a 3ª Perimetral, limite do Plano na década de 60, incidia o zoneamento de alturas ZR5. Nelas, a normativa determinava os afastamentos laterais e de fundos desde o nível do solo ao teto do último pavimento. O afastamento de frente se somava ao recuo para jardim de quatro metros. Bairros tradicionais como Moinhos de Vento e Menino Deus, áreas residenciais mais novas, como Petrópolis, e os bairros de classe média e alta da direção norte e nordeste (Auxiliadora, Mont’Serrat e Higienópolis) foram sendo ocupados com este padrão tipológico, formado por pequenas edificações isoladas nos lotes, com afastamentos proporcionais à altura.

Como o padrão de parcelamento predominante nesses bairros era de lotes com testada entre 10 e 15 metros (com proporção 1:3 ou mais profundos), os dispositivos de altura, combinados com o aproveitamento e ocupação, definiam pequenos envelopes prismáticos com frentes ao redor de 6 a 7 metros, afastados entre si na mesma proporção. Os terrenos maiores permitiam maiores alturas, com maiores afastamentos, mas não eram muitos, e eram disputados por construtores e incorporadores. O terreno do Edifício Christofell era um deles, permitindo a Emil Bered um projeto exemplar e a edificação de um empreendimento diferenciado.

## EDIFÍCIO CHRISTOFELL (1962)

O Edifício Christofell foi um dos primeiros empreendimentos residenciais regulado pelas diretrizes urbanísticas de inspiração moderna introduzidas pelo Plano Diretor de 1959, esboçando de modo pioneiro a solução do edifício isento das divisas, plenamente isolado no lote. O terreno amplo de frente oeste, levemente elevado em relação ao passeio, está localizado em uma exclusiva travessa em “cul-de-sac” junto à Praça Júlio de Castilhos, em situação análoga à do Edifício Linck de dez anos antes. Atendendo circunstâncias de contexto, nova legislação e encargo para clientela de alto padrão econômico, Bered lança um partido em volumetria prismática com 9 pavimentos sobre pilotis, com dois generosos apartamentos de 250m<sup>2</sup> por pavimento, todos de frente.

O esquema distributivo zoneia as áreas sociais dos apartamentos para a frente oeste, aproveitando a vista, e o setor íntimo para os fundos, beneficiando-se da orientação nascente. A solução de planta rompe com a ideia do volume puro com uma reentrância na face posterior que aumenta o perímetro e viabiliza a iluminação e ventilação das zonas de serviço no centro, dividindo o volume em dois blocos, quando visto de trás. Para Luccas (LUCCAS, 2004, p.221), a reentrância resulta da persistência das pressões contingentes do terreno sobre o edifício: “no equacionamento do arranjo, não houve liberdade para uma solução ideal, restando acomodar o volume recortado às proporções do lote”. Estratégia de compromisso face às novas diretrizes de legislação com obrigação de afastamentos em todas as faces, baixa altura, limite de ocupação e aproveitamento, que conformam o prisma resultante. Ele salienta que “em outros casos do período o fato torna-se mais evidente, resultando em formas do terreno impressas no volume do edifício, produzindo um tecido ambíguo, apresentando prédios simultaneamente isentos e contingentes à geometria dos lotes” (LUCCAS, 2004, p.220-221).

Os apartamentos apresentam setorização precisa e elegante, utilizando transparências e painéis vazados para integrar ou dividir os generosos espaços sociais, compostos de vestibulo, salas de estar e jantar, gabinete e um jardim de inverno, ou sala íntima. Para proteger as áreas envidraçadas da fachada principal do poente, foram utilizadas sacadas e painéis de elementos vazados (cobogós) de louça na cor azul “que se apresentam como belos ‘tecidos’ estendidos fornecendo proteção necessária à insolação vespertina” (XAVIER e MIZOGUCHI, 1987, p.60-61) . As sacadas se projetam em balanço com um perfil em “L” cujas laterais envidraçadas acentuam a leitura da forma aplicada, e os planos em cobogós destacam-se sobre a fachada, encobrendo parcialmente as esquadrias de gabinetes e salas de estar, e se contrapõem aos planos cegos revestidos em pastilhas na cor creme. Reforma recente de 2018 eliminou os cobogós, com perda na porosidade e em riqueza de planos na composição da fachada.

O prisma foi definido por grandes planos descontínuos com os pavimentos seccionados pelas faixas das lajes de entrepiso, em marcação horizontal. Luccas destaca

que “o conceito de composição aplicado sofria esta mudança sutil, com os volumes constituídos a partir da sobreposição de superfícies segmentadas” (LUCCAS, 2004, p.220). As aberturas horizontais da arquitetura moderna brasileira dos anos 50 foram preteridas por sequências de esquadrias verticais próximas e janelas quadradas de banheiro perfurando os panos cegos, que passam a se incorporar a um repertório renovado.

O pavimento térreo em pilotis frontal é predominantemente livre, abrigando hall e circulações, dependências de zelador e equipamentos, playground e jardins, e um pequeno muro de pedra delimita o alinhamento, sugerindo um pequeno pódio para o assentamento do edifício. No subsolo com acesso à direita, localiza-se a garagem, com duas vagas e um depósito por apartamento. O projeto recebeu a medalha de bronze no II Salão de Arquitetura do Rio Grande do Sul em 1962, reconhecendo e premiando o talento de Bered em lidar com as novas condições de legislação e mercado do período.



Figura 5: Edifício Christoffel, 2019.

Fonte: Imagem recente produzida pelos autores.

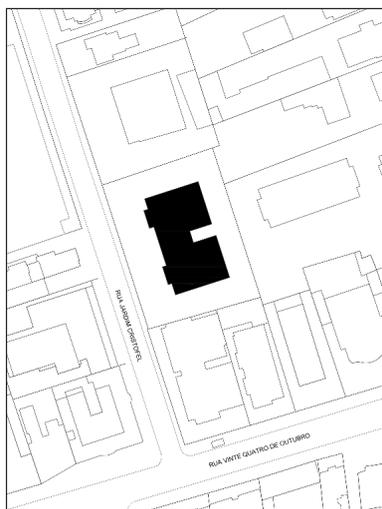
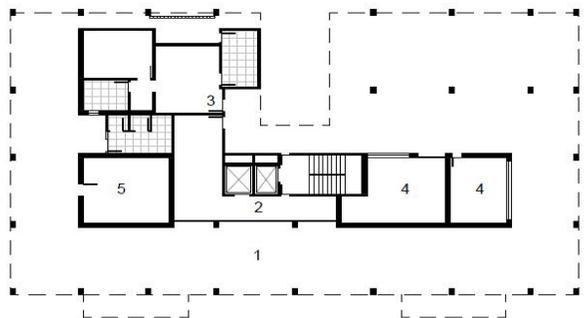


Figura 6 - Implantação Edifício Christoffel, 2019.

Fonte: Imagem produzida pelos autores.



EDIFÍCIO CHRISTOFFEL  
PLANTA BAIXA TÉRREO

- |                 |              |
|-----------------|--------------|
| 1 - ÁREA COMUM  | 4 - SERVIÇOS |
| 2 - HALL SOCIAL | 5 - DEPÓSITO |
| 3 - AP ZELADOR  |              |

1m 5m

Figura 7: Planta baixa do térreo, Edifício Christoffel.

Fonte: Redesenho produzido pelos autores.



EDIFÍCIO CHRISTOFFEL  
PLANTA TIPO

- |                    |                              |
|--------------------|------------------------------|
| 1 - SALA DE ESTAR  | 7 - ÁREA DE SERVIÇO          |
| 2 - SALA DE JANTAR | 8 - DEPENDÊNCIA DE EMPREGADA |
| 3 - DORMITÓRIO     | 9 - GABINETE                 |
| 4 - LAVABO         | 10- JARDIM DE INVERNO        |
| 5 - BANHO          | 11 - VESTÍBULO               |
| 6 - COZINHA        |                              |

1m 5m

Figura 8: Planta tipo, Edifício Christoffel.

Fonte: Redesenho produzido pelos autores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte escolhido permite empreender a documentação e análise do processo de geração dos projetos e suas respectivas estratégias, os elementos de composição e de arquitetura utilizados, as circunstâncias de contexto, legislação e encargo, e as relações com o desenvolvimento dos paradigmas disciplinares em cada período.

Entendemos que alguns edifícios conseguem reunir em si e transmitir de modo exemplar as transformações ocorridas sobre o programa da habitação coletiva no período 1950-1970. Os edifícios Linck e Christofell são particularmente felizes como escolha, pelo fato de demonstrarem de forma coerente e com suas características e padrões específicos, a abordagem do arquiteto em duas situações de implantação distintas: o primeiro comprometido com a inserção em um tecido urbano tradicional, do quarteirão de ocupação periférica com edificações contínuas em altura nas divisas, e o segundo respondendo de modo pioneiro a uma solução de edifício prismático “moderno” isento das divisas conforme os instrumentos de controle urbanístico prescritos pela nova legislação do Plano Diretor de 1959-61, então recém-implantada.

Chama a atenção a considerável diferença de aproveitamento construtivo nos dois empreendimentos, consequência da aplicação dos instrumentos de controle urbanístico adotados pelo Plano Diretor a partir do início dos anos 60. O Edifício Linck, sem limite de edificação além daquele estabelecido pelo gabarito de altura decorrente da largura da via e das condições econômicas e materiais do encargo, apresenta um índice de aproveitamento próximo de 10, quase três vezes superior ao do Edifício Christofell, sujeito às novas regras. A altura é similar, mas o primeiro é implantado nas divisas, obedecendo apenas ao recuo de jardim de quatro metros, enquanto o segundo apresenta recuos laterais e fundos equivalentes a 1/3 da altura, que se soma ao recuo de ajardinamento frontal de 4 metros.

Preliminarmente, podemos apontar a predominância de estratégias de implantação nas divisas em H em terrenos de meio de quadra e em L em terrenos de esquina no primeiro período, e de blocos isolados de planta retangular no segundo, independentemente da situação. O Edifício Linck apresenta planta canônica de meio de quadra em H, com duas barras de apartamentos a frente e fundos unidas pela circulação vertical/horizontal que incorpora alguns compartimentos de serviço. O Edifício Christofell apresenta um volume prismático regular isento quando visto de frente e laterais, mas a solução de planta rompe com a ideia do volume puro com uma reentrância a fundos que responde a contingências de programa.

Os dois edifícios apresentam pavimento térreo com pilotis, denunciando a mesma extração moderna do autor, mas o Linck aproveita o desnível do terreno para acrescentar um apartamento extra a fundos, constituindo um semi-pilotis, enquanto o Christofell apresenta apenas áreas comuns, limitadas a 50% da área do pavimento conforme o regime de alturas da nova legislação. No primeiro, o semi-pilotis frontal é constituído de colunas de seção circular de acordo com o repertório de elementos de arquitetura utilizado pela arquitetura moderna brasileira da “escola carioca”, hegemônica nos anos 50, enquanto o segundo apresenta pilares de seção retangular denotando as mudanças ocorridas nos paradigmas arquitetônicos na passagem dos anos 50 aos 60, absorvidas pelo arquiteto.

Os elementos de arquitetura se encontram em geral regulados por grelhas de fachada no primeiro período, com tendência à horizontalidade, e pela visibilidade lateral

no segundo período, o que leva a outras estratégias compositivas e ao uso de novos elementos de arquitetura, como janelas verticais seriadas e montantes verticais aplicados, com abandono da grelha. No Edifício Linck, a horizontalidade marcada da composição faz uso de balcões e faixas de janelas horizontais, gerando profundidade à fachada, enquanto no Edifício Christofell o uso de sacadas em balanço e panos de elementos vazados à frente de aberturas verticais traz porosidade e permeabilidade a uma fachada de panos discretos encaixados entre as faixas horizontais que marcam os pavimentos.

Possivelmente outras características derivadas das diferentes normas urbanísticas, contextos e paradigmas disciplinares vão aparecer ao longo do desenvolvimento do estudo.

## REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, Silvio Belmonte de. Porto Alegre como cidade ideal. Planos e Projetos urbanos para Porto Alegre. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2006.

ABREU FILHO, Silvio Belmonte de. A esquina do moderno. Arqtexto, Porto Alegre, n.5, p.82-97, 2004.

ABREU FILHO, Silvio Belmonte de. “Vertigem das Alturas”. In: FIORE, Renato Holmer (Org.). Modernização e verticalização da área central de Porto Alegre. Porto Alegre: Marcavisual, 2016, p.236-269.

ALMEIDA, Maria Soares de. Transformações Urbanas. Atos, Normas, Decretos, Leis na Administração da Cidade; Porto Alegre 1937/1961. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2004.

ALMEIDA, Guilherme Essevein de; ALMEIDA, João Gallo de; BUENO, Marcos. Guia de arquitetura moderna em Porto Alegre. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

BERED, Emil. Muito Edifício pouca Arquitetura. Revista O Globo, 1948, p. 46-51.

COMAS, Carlos Eduardo; PIÑON, Helio. Inventário da Arquitetura Moderna em Porto Alegre 1945/65. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

DREBES, Fernanda. O edifício de apartamentos e a arquitetura moderna da escola carioca. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2004.

FIORE, Renato Holmer (Org.). Modernização e verticalização da área central de Porto Alegre. Porto Alegre: Marcavisual, 2016.

LIMA, Raquel Rodrigues. Edifícios de apartamentos: um tempo de modernidade no espaço privado. Estudo da radial Independência/24 de Outubro – Porto Alegre – nos anos 50. Tese de Doutorado. Porto Alegre: IFCH da PUCRS, 2005.

LUCCAS, Luís H. Haas. Arquitetura Moderna em Porto Alegre sob o mito do “gênio artístico nacional”. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2004.

LUCCAS, Luís H. Haas. A escola carioca e a arquitetura moderna em Porto Alegre. Revista Vitruvius, Architextos, São Paulo, n.073.04.jun.2006.

PANIZZI, Wrana; ROVATTI, João (org.). Estudos Urbanos, Porto Alegre e seu planejamento. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1993.

PORTO ALEGRE. Plano Diretor 1954 - 1964. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1964.

STRÖHER, Eneida Ripoll. A habitação coletiva na obra do Arquiteto Emil Bered, na década de 50, em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Propar/UFRGS, 1997.

STRÖHER, Eneida Ripoll. EMIL BERED: SEIS EDIFÍCIOS. Uma análise de seis edifícios de arquitetura moderna em Porto Alegre na década de 50. ArqTexto n.ZERO.

WEIMER, Günter. Levantamento de projetos arquitetônicos – Porto Alegre – 1892 a 1957. Pesquisa realizada nos microfilmes do Arquivo Municipal da Prefeitura de Porto Alegre. Porto Alegre: Procempra, 1998.

XAVIER, Alberto (org.). Arquitetura moderna brasileira - Depoimentos de uma geração. São Paulo: Pini: Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura: Fundação Vilanova Artigas, 1987.

# CAPÍTULO 13

## ANÁLISE ARQUITETÔNICA DO CLUBE DO TRABALHADOR NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE: TERTULIANO DIONÍSIO, 1962

*Data de aceite:* 01/07/2021

*Data de submissão:* 05/04/2021

### **Vitória Catarine Soares Pereira**

Universidade Federal de Campina Grande  
UFCG  
Massaranduba, Paraíba  
<http://lattes.cnpq.br/2177004791126449>

### **Paula Emanuelle Silva Pequeno**

Universidade Federal de Campina Grande  
UFCG  
Campina Grande, Paraíba  
<http://lattes.cnpq.br/5236466718687434>

### **Adriana Regina Sarmento Vieira**

Universidade Federal de Campina Grande  
UFCG  
Campina Grande, Paraíba  
<http://lattes.cnpq.br/1873938871819696>

**RESUMO:** O objeto de estudo trata-se da análise arquitetônica do Clube do Trabalhador do Serviço Social da Indústria – SESI (1962), projetada pelo arquiteto recifense Tertuliano Dionísio (1931-1983), localizado na Av. Dom Pedro II, nº 767, bairro Prata da cidade de Campina Grande. Tal obra é estudo de caso que faz parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida em nível PIVIC, pelo grupo de pesquisa Arquitetura e Lugar - GRUPAL, vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG. Tem como objetivo, analisar arquitetonicamente as dimensões normativas, históricas, espaciais, funcionais, formais, tectônicas e de conservação. Justifica-se trazer

em questão a necessidade de salvaguardar a memória de bens materiais e preservar as fontes documentais de edifícios na contemporaneidade, além de dar continuidade aos estudos voltados às obras modernas do arquiteto Tertuliano Dionísio. A metodologia de pesquisa será baseada nos estudos dos autores AFONSO (2019), AFONSO (2017), MAHFUZ (2004), entre outros autores. O método usado foi o descritivo, e fez-se necessária a revisão bibliográfica de AFONSO e PEREIRA (2018), AFONSO e MESESES (2015), QUEIROZ e ROCHA (2006), entre outros pesquisadores da arquitetura campinense. Através deste resgate arquitetônico pretende-se inserir o bem nas discussões do patrimônio arquitetônico, com intuito de incentivar sua preservação e conservação, assim como, os demais bens materiais e imateriais que são de suma importância para a história e arquitetura, ainda que não possuam reconhecimento pela comunidade leiga e científica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquitetura moderna; Tertuliano Dionísio; Patrimônio moderno.

### ARCHITECTURAL ANALYSIS OF THE CLUBE DO TRABALHADOR IN THE CITY OF CAMPINA GRANDE: TERTULIANO DIONÍSIO, 1962

**ABSTRACT:** The object of study is the architectural analysis of the Clube do Trabalhador do Serviço Social e da Indústria - SESI (1962), designed by the Recife architect Tertuliano Dionísio (1931-1983), located on Av. Dom Pedro II, nº 767, in Prata district of the city of Campina Grande. This work is a case study that is part of the research that has been developed at the PIVIC level, by

the research Group Arquitetura e Lugar - GRUPAL, linked to the Architecture and Urbanism course of UFCG. It aims to analyze architecturally the normative, historical, spatial, functional, formal, tectonic and conservation dimensions. It is justified to call into question the need to safeguard the memory of tangible assets and preserve the documentary sources of buildings in contemporary times, in addition to continuing the studies focused on the modern works of the architect Tertuliano Dionísio. The research methodology is based on the studies of the authors AFONSO (2019), AFONSO (2017), MAHFUZ (2004), among other authors. The method used was descriptive, and it was necessary to review the literature of AFONSO and PEREIRA (2018), AFONSO and MESESES (2015), QUEIROZ and ROCHA (2006), among other researchers of the architecture from Campina Grande. Through this architectural rescue it is intended to insert the object of study in the discussions of architectural heritage, in order to encourage its preservation and conservation, as well as the other material and immaterial assets that are of paramount importance for history and architecture, even if they don't have recognition by the lay and scientific community.

**KEYWORDS:** Modern architecture; Tertuliano Dionísio; Modern heritage.

## INTRODUÇÃO

Este artigo possui como objeto de estudo do Clube do Trabalhador do Serviço Social da Indústria – SESI, obra produzida pelo arquiteto pernambucano Tertuliano Dionísio em 1962, década da ascensão e consolidação da modernidade arquitetônica na cidade de Campina Grande.

O estudo da obra em questão faz parte da segunda etapa da pesquisa que foi iniciada em 2018 e vem sendo desenvolvida em nível PIVIC, pelo Grupo de Pesquisa Arquitetura e Lugar – GRUPAL, vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, tendo como objetivo documentar alguns exemplares do arquiteto Tertuliano Dionísio da Silva na cidade de Campina Grande e trazer em questão a importância de tais na paisagem urbana da mesma como influência de arquitetura moderna para o cenário nacional.

A pesquisa está voltada para duas etapas principais, a primeira refere-se à coleta de dados primários e secundários, como registros fotográficos, levantamento documental e projetual, mapeamento, visitas in loco. A partir disto, foi possível fazer visitas no Arquivo Público Municipal de Campina Grande para a coleta de documentos e pranchas originais dos projetos a serem analisados e para a realização dos redesenhos – plantas baixas, cortes, fachadas, perspectivas – das obras através de softwares como AutoCad, SketchUp e Adobe Illustrator, baseado na metodologia de Gaston e Rovira (2007). A segunda etapa compreende métodos de análise do objeto arquitetônico com valor patrimonial, como propõe Afonso (2019).

Adota-se como metodologia a análise do objeto arquitetônico que vem sendo trabalhada pelo grupo de pesquisa baseada nos estudos de Afonso (2019), equivalente

a um conjunto de pesquisas e investigações de autores que estudam o procedimento de análises em sete níveis: normativa, histórica, espacial, funcional, formal, tectônica e de conservação.

Espera-se com esta contribuição acerca do patrimônio arquitetônico moderno campinense, como estratégia de salvaguardar a memória do Clube do Trabalhador, incentivar a preservação e conservação de demais bens materiais e imateriais que possuem grande importância arquitetônica e histórica para a cidade de Campina Grande, além de inserir nas discussões pautadas na influência do arquiteto pernambucano Tertuliano Dionísio no modo de construir na contemporaneidade.

## APORTE TEÓRICO

Baseia-se na metodologia de Afonso (2019) para a análise das sete dimensões do Clube do Trabalhador do Serviço Social da Indústria – SESI projetado pelo arquiteto pernambucano Tertuliano Dionísio. A primeira se chama dimensão normativa, onde faz referência ao levantamento inicial que se deve ter sobre as leis decretos, registros que protegem o bem. Em nível federal tem-se o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, responsável pela preservação do Patrimônio Histórico Brasileiro. Nesta primeira parte, ainda se encontra a coleta de informações em fontes primárias e secundárias, como entrevistas e visitas em órgãos públicos para obter o acervo fotográfico apurado dos documentos e pranchas originais dos projetos.

A dimensão histórica está relacionada ao fator tempo, recorte temporal, corte cronológico ou contexto social, econômico, cultural no qual o objeto arquitetônico foi projetado e construído (AFONSO, 2019). Fundamenta-se ainda em Berman (1954, p.31) que classifica a dimensão histórica em 5 interfaces: social, política, cultural, econômica e urbana.

A dimensão espacial ocorre em dois níveis: o espaço externo e o espaço interno, portanto compreende-se como espaço a paisagem do ambiente natural e a paisagem do ambiente construído. Segundo Montainer (2002, p.10), “as formas sempre compartilham valores éticos, remetem a marcos culturais, compartilham critérios sociais e se referem a significados”, assim, a dimensão formal deve ser entendida como estrutura essencial e interna, como construção do espaço e da matéria. Além disso, Mafuz (2004), apoiando-se em Vitruvius, esclarece que para a harmonia da construção, a mesma deverá conter três elementos principais: construção (firmitas), programa (utilitas) e estruturas formais (venustas).

Colin (2000, p.41) conceitua que o edifício possui três categorias quando se trata da função. A função sintática que se refere ao lugar de implantação da obra, a função pragmática que analisa os usos da obra e a função semântica, analisando o significado da obra para a sociedade. Por meio deste, a dimensão funcional refere-se às transformações

sofridas referentes ao uso ao longo dos anos comparado com o uso atual da edificação, relacionando o programa de necessidades, zoneamento e disposição de ambientes na planta baixa entre si.

Cita-se Frampton (1995), para a compreensão da dimensão tectônica definida como a “arte da construção”, caráter essencial da arquitetura vista como expressividade intrínseca e inseparável da maneira precisa da construção. Considera-se alguns pontos para a análise de uma obra quando se trata desta dimensão, como a estrutura de suporte, peles, cobertura, detalhes construtivos, revestimentos e texturas (GASTON e ROVIRA, 2007).

Por último, tem-se a dimensão da conservação do objeto, que de acordo com a Carta de Burra (1980), o termo conservação “designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural”. Portanto, está associada aos procedimentos de observação do estado de conservação, preservação e cuidados a um sítio, lugar, terreno, edifício ou paisagem, a fim de conservar seu valor histórico, cultural, social ou estético.

## **CONTEXTUALIZANDO A CIDADE DE CAMPINA GRANDE**

Localizada no agreste do estado da Paraíba, a cidade de Campina Grande está a cerca de 130 km de distância da capital João Pessoa, e inserida na parte oriental do Planalto da Borborema (figura 1). Possui aproximadamente 400 mil habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa do estado. A Rainha da Borborema, como é carinhosamente chamada, influencia politicamente e economicamente cerca de 60 cidades, e é bastante conhecida por sua produção tecnológica e por contar com várias universidades públicas e privadas em seu território.

O desenvolvimento urbano do município teve forte relação com suas atividades comerciais, foi por meio de sua produção algodoeira que, até 1940, Campina Grande foi conhecida como a segunda maior exportadora de algodão do mundo. A comercialização dessa cultura fez com que a cidade superasse a capital João Pessoa, centro político e administrativo do estado.

Com isso, a cidade iniciou o caminho de industrialização, sendo em 1949 a única cidade do interior do país a sediar uma Federação das Indústrias (FIEP). Com esse desenvolvimento industrial, atraiu na década de 60 incentivos da SUDENE o que resultou na expansão da malha urbana com a criação de novos bairros e na construção de uma arquitetura de linguagem moderna (AFONSO, 2017).

O bairro da Prata surgiu nesse contexto de renovação urbana, fundamentado nos conceitos de urbanismo moderno, onde visava a racionalização dos espaços por meio da separação de seus usos, prevendo e ordenando a expansão da cidade. A Prata teve grande produção de arquitetura moderna, dentre elas o Clube do Trabalhador, objeto de estudo do

presente trabalho, situado na rua Dom Pedro II, nº 767.

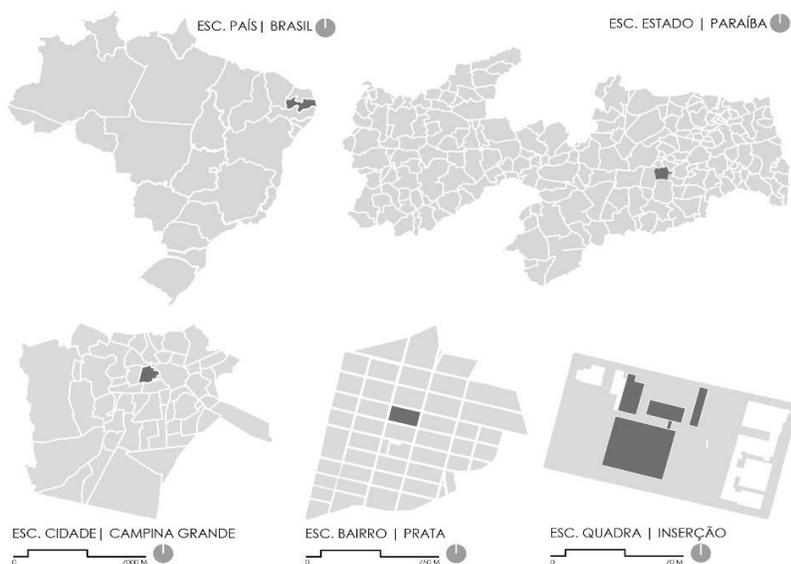


Figura 1 – Prancha geral de localização escalas país, estado, cidade, bairro e quadra.

Fonte: SEPLAN PMCG, 2011, editado e ilustrado por PEREIRA, Vitória C.S., 2020.

## **INFLUÊNCIAS DO ARQUITETO PERNAMBUCANO TERTULIANO DIONÍSIO EM CAMPINA GRANDE**

Por possuir proximidade a outras capitais influentes, Campina Grande era solo fértil para a arquitetura moderna onde muitos arquitetos formados na Escola do Recife, antiga Escola de Belas Artes de Pernambuco – EBAP, tiveram significativa participação na composição da modernidade campinense, nos anos de 1940 a 1980, incluindo o arquiteto pernambucano Tertuliano Dionísio, que em sua trajetória profissional e acadêmica tinha contato com professores e arquitetos atuantes na difusão da arquitetura moderna no nordeste brasileiro, como Mário Russo, Acácio Gil Bolsoi, Delfim Amorim, Heitor Maia Neto, entre outros.

O arquiteto pernambucano Tertuliano Dionísio da Silva nasceu em Olinda em 1930, e em 1983, aos 53 anos, faleceu de uma embolia pulmonar. Em sua vida acadêmica, estudou na antiga Escola de Belas Artes de Pernambuco – EBAP, hoje conhecida como Escola do Recife, criada em 1932. Fez parte da 3ª geração de arquitetos modernistas, juntamente com Renato Azevedo e Geraldino Duda na década de 1960, e foi responsável por projetar obras importantes na cidade de Campina Grande, principalmente no recorte temporal de 1960 a 1980, com tipologias predominantemente residenciais, instituições públicas e centros esportivos. Trabalhou junto com artistas plásticos, como Corbiniano Lins, Lula Cardoso

Ayres que executou o painel no bloco administrativo do Clube do Trabalhador, além de ter tido produzido um de autoria própria feito com tinta cerâmica sobre azulejo comercial no Edifício Rique, projeto de Hugo Marques no centro da cidade de Campina Grande e na Residência Manoel Damião.

Entre as décadas de 1940 e 1950, Tertuliano teve a oportunidade de viajar para a Argentina durante dois meses, onde estudou técnicas aplicadas com concreto armado bastante características de suas obras, em sua grande maioria com usos institucionais, como o próprio objeto em análise, o Clube do Trabalhador, a Escola Normal Estadual Padre Emídio Viana Correia, a Biblioteca Central e o Bloco CM da Universidade Federal de Campina Grande –UFCG. Também visitou países como França, Itália e Estados Unidos onde pôde desenvolver técnicas refinadas para a construção de móveis e pintura de quadros modernos para seus projetos.

## **O CLUBE DO TRABALHADOR COMO OBJETO DE ANÁLISE ARQUITETÔNICA**

### **Dimensão normativa**

Faz-se referência ao levantamento inicial de leis, decretos e registros que protegem determinado bem. O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN é o responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro em nível federal, ficando os Estados e Municípios com os encargos locais. Em nível municipal tem-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP que delimitou e deliberou a área do Centro Histórico de Campina Grande, em 28 de junho de 2004, compreendendo um cinturão englobando ruas e praças centrais da cidade (Decreto Estadual nº 25.139/2004). Apesar da obra em questão não estar localizada nessa área específica e protegida da cidade, possui bom estado de conservação e preservação dos blocos do projeto original do clube.

A partir das visitas in loco no Arquivo Público Municipal de Campina Grande – APMCG, foi possível obter um acervo fotográfico apurado dos documentos e pranchas originais dos projetos. Esse processo se dá através da busca dos arquivos que estão organizados e armazenados em caixas com identificação por números, separadas pelos nomes das ruas no ano em que foi projetado o bem, ainda que muitas vezes deteriorados podendo enfrentar dificuldades no momento da coleta devido ao sistema de arquivamento local estar em estado banalizado, resultando na mudança de alguns documentos e também dos nomes das ruas, como se pode observar nas imagens das pranchas originais do projeto do Clube do Trabalhador na figura 2.

### **Dimensão histórica**

Nas décadas de 50 e 60, a partir da iniciativa de grandes comerciantes e da classe de profissionais e industriais a criação não só da sede de associações de classes,

como também a construção de clubes recreativos para representar uma sociedade que necessitava de um estilo de vida mais ativo e dinâmico (ALMEIDA, 2010). Temos como exemplo o Clube Aquático Campinense (1956), o Clube Médico Campestre (1959), o Campinense Clube (1960), e o Aliança Clube (1964); sendo os dois últimos projetados pelo Tertuliano Dionísio.

O Clube do Trabalhador, também foi projetado pelo arquiteto pernambucano e inaugurado no ano de 1962 contendo um bloco administrativo e um ginásio poliesportivo. Posteriormente, passou por algumas reformas e acréscimos para atender às novas demandas como, por exemplo, o anexo projetado pelo arquiteto Cydno da Silveira em 1990, a construção da academia e, recentemente, da Escola SESI.

## **Dimensão espacial**

O Clube do Trabalhador do Serviço Social da Indústria – SESI está localizado entre as ruas Dom Pedro II e Rodrigues Alves, segundo seu documento original (imagem 2) em 1963. Algumas ruas da cidade de Campina Grande passaram por mudanças de nome e locação, atualmente a Rua Rodrigues Alves está localizada uma quadra após e a da inserção atual se chama Rua Cap. João Alves de Lira, com acesso de fundo para o clube.

Tratando-se de seu espaço externo, a área do terreno destinado à construção do clube possui 7.016, 00 m<sup>2</sup>, sendo 2.880,66 m<sup>2</sup> de área construída e 1.984,32 m<sup>2</sup> de área coberta, segundo a prancha original de situação coletada no Arquivo Público Municipal de Campina Grande (figura 2). Foi dividido em setores, como de administração, lazer e serviço, de acordo com o programa de necessidades do projeto.

O terreno possui dois acessos, principal e automóveis, cercado por gradis, permitindo a permeabilidade visual dos pedestres, com vista para uma área recreativa com jardins, lago e playground próximo ao bloco administrativo e o ginásio, onde atualmente no mesmo espaço está localizada a academia projetada por Cydno da Silveira em 1990. Em toda sua extensão possuía jardins, não só por fatores estéticos, mas para a proteção solar e a criação de um microclima local resultando no melhor conforto térmico da área, assim como também uma piscina, próxima ao pórtico de entrada e vestiários, e um espaço destinado à esportes ao ar livre, onde passou por modificações e hoje se encontra a atual Escola do SESI em nível de ensino médio.

Em seu projeto inicial, Tertuliano distribuiu blocos específicos em toda a área do terreno, cada um deles com uma função, mas ainda assim possuindo uma unidade estética, como o bloco da portaria característico pelo seu pórtico de entrada, possuindo ainda espaços para vestiários e banheiros destinados à piscina que fica ao lado do mesmo, como mostra a figura 2. O bloco da administração foi construído de forma a ficar suspenso por uma estrutura de concreto, típico das técnicas utilizadas pelo arquiteto, possui ambientes como enfermaria, sala do médico, secretaria, área de espera, diretoria, biblioteca, sala de arquivos, bar, banheiros e um terraço que dá acesso direto ao ginásio, que possui planta

modulada e praticamente espelhada com áreas de vestiário, banheiros, camarim, copa, depósitos, arquibancada e quadra esportiva.

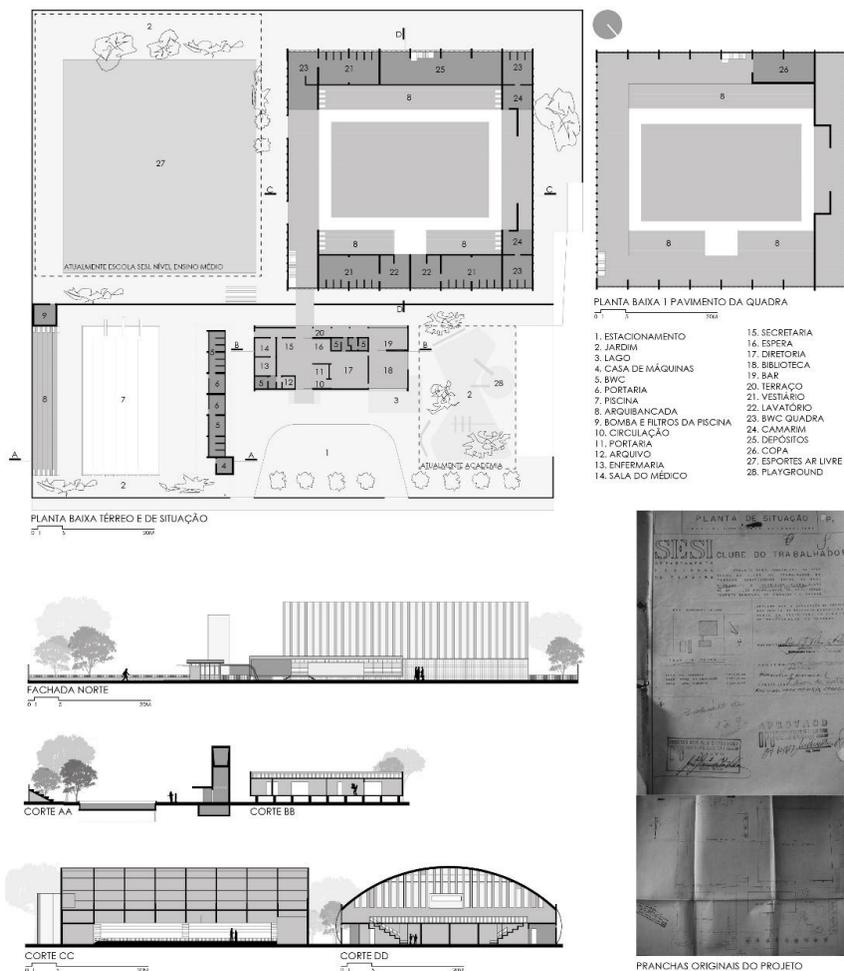


Figura 2 – Prancha geral do projeto original do Clube do Trabalhador.

Fontes: Fotos por GARCIA, Marjorie, 2017; redesenhos: MARTINS, Túlio, 2009 e VIEIRA, Adriana R.S. e PEREIRA, Vitória C.S., 2020, editado e ilustrado por PEREIRA, Vitória C.S., 2020.

## Dimensão funcional

Para análise desta dimensão, foi necessário observar o uso original e as transformações sofridas no que diz respeito aos usos ao longo dos anos e o uso atual da edificação. Segundo Colin (2000, p.41), o edifício possui três categorias de funções: a sintática, onde relaciona a construção com o lugar onde está inserido; a pragmática, que analisa seus usos e atividades; e a função semântica, sobre a importância da obra para a

sociedade.

Construído com a finalidade de promover o desenvolvimento cultural e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores da indústria, seus familiares e da comunidade em geral, o clube está inserido estrategicamente bem próximo ao SESI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) servindo, também, de suporte para suas atividades.

Os usos nos edifícios projetados por Tertuliano permanecem o mesmo, tanto no bloco administrativo quanto no ginásio de esportes. O complexo somou mais atividades com a construção dos edifícios da academia (figura 3) e, recentemente, da Escola SESI (figura 4).

## Dimensão formal

O Clube do Trabalhador, como complexo esportivo, é formado por um conjunto de edificações que o compõem. Inicialmente o projeto de Tertuliano Dionísio foi composto por três blocos principais ligados às áreas externas de seus usos relacionados. São eles: bloco administrativo; bloco de vestiários para área de piscina; e quadra poliesportiva.

O bloco administrativo tem planta baixa retangular, setorizada e modulada. Volumetricamente a edificação é caracterizada por sua horizontalidade. Apresenta certa permeabilidade em sua fachada principal (norte) pela presença de pele de vidro, e contém um painel cerâmico assinado pelo artista pernambucano Lula Cardoso Ayres (figura 3). Por estar situado em terreno irregular, em sua parte de maior altitude, o arquiteto resolveu elevar levemente o bloco e criou uma ligação entre ele e o pavimento superior da quadra. O resultado foi uma volumetria marcante e sóbria, porém com leveza devido ao descolamento do solo.

Os vestiários para área da piscina apresentam planta baixa linear, modulada e simétrica. Além disso, o bloco abriga a caixa d'água do complexo, que cria um destaque visual na volumetria, marcado por sua verticalidade.

A quadra, por sua vez, é composta por dois pavimentos: o térreo, que abriga vestiários, banheiros, lavatórios, depósitos e camarins; e o pavimento superior composto por copa e um grande terraço, que tem ligação com o bloco administrativo. Tem estrutura marcada com modulação clara, que compõe um volume simétrico com formato elíptico.

Acrescido ao projeto original, foi feito um anexo para academia, com projeto do arquiteto Cydno da Silveira. O bloco contém dois pavimentos e dois tipos de acessos distintos ao pavimento superior, podendo ser por escada ou por rampa, ambos externos à edificação. A planta baixa é modulada e setorizada. Tem volume retangular composto por um jogo de cheios e vazios em sua fachada principal por onde se dá o acesso ao bloco.

Também foi adicionado ao complexo um bloco destinado à Escola SESI em nível de ensino médio. A edificação é composta por quatro pavimentos, sendo o térreo com maior parte em pilotis. O bloco tem volumetria paralelepípedica, que apesar de possuir quatro pavimentos, tem característica horizontalizada. A escola se distingue visualmente

dos outros blocos por ter revestimento em pastilhas cerâmicas, tendo uma aparência mais contemporânea. Apesar de ter sido construído quase sessenta anos após o restante do complexo, foi buscada uma pequena semelhança plástica com a inserção das janelas em fita e esquadrias semelhantes em vidro escuro.

### **Dimensão tectônica**

Para a análise da dimensão tectônica leva-se em consideração elementos como estrutura de suporte, paredes, cobertura, detalhes construtivos e revestimentos. (GASTON e ROVIRA, 2007).

O Clube do Trabalhador do Serviço Social da Indústria – SESI é bastante reconhecido arquitetonicamente pela sua variedade de materiais, elementos plásticos e formais dispostos em seus blocos. Primeiramente nota-se em seu acesso principal o pórtico arredondado de concreto armado na portaria do clube se contrastando com a caixa d'água em formato cúbico e vertical. Tertuliano buscou implementar as artes plásticas em seus projetos em sua vida profissional, por este motivo trabalhou junto com alguns artistas. Lula Cardoso Ayres foi o responsável pela execução do singular painel cerâmico moderno no bloco administrativo do Clube do Trabalhador na década de 60.

O ginásio por sua vez possui uma estética monumental em relação aos outros blocos, se destacando pelo seu formato elíptico com materialidade com estrutura e brises de concreto armado, possuindo aberturas feitas com cobogós e janelas de vidro em seu topo. Coberto por telhas brasilit simples, sua estrutura metálica segue seu formato peculiar, garantindo uma melhor acústica para o lugar.

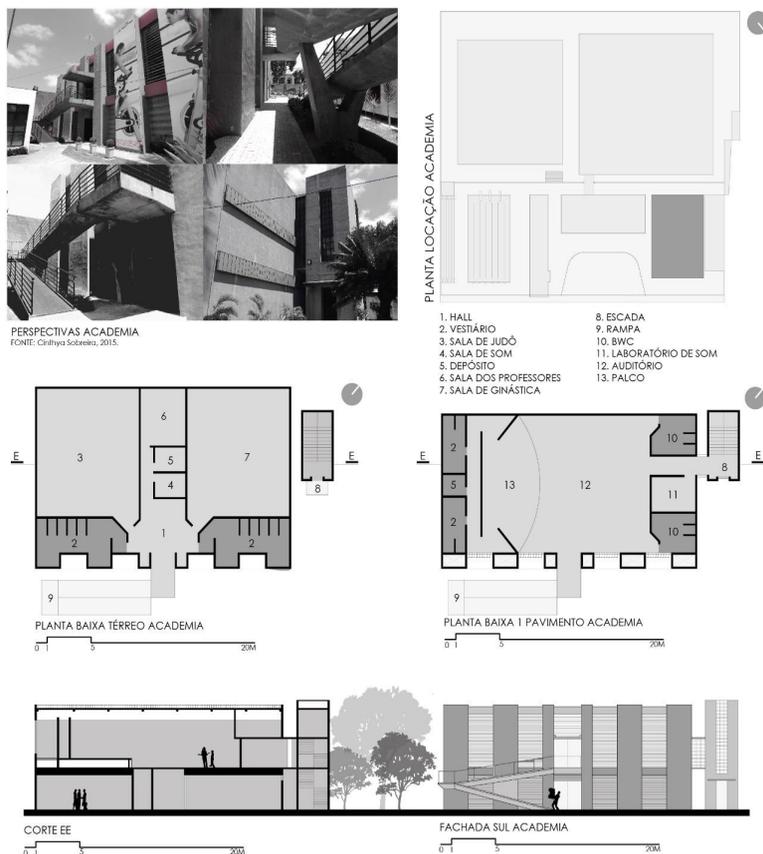


Figura 3 – Prancha do acréscimo da academia no SESI, obra de Cydno da Silveira.

Fontes: Fotos por SOBREIRA, Cinthya, 2015; redesenhos: MARTINS, Túlio, 2009 e VIEIRA, Adriana R.S., 2020, editado e ilustrado por PEREIRA, Vitória C.S., 2020.

## Dimensão de conservação

O Clube do Trabalhador manteve ao longo dos anos os seus usos originais, sendo acrescido à eles os usos dos novos blocos: de academia, nos anos 1990, (figura 3 e 4) e da Escola SESI de Ensino Médio, em 2020 (figura 4). Também foi acrescentado o uso de lanchonete. A Escola SESI dispõe de dez salas de aula, biblioteca, laboratórios e espaço de convivência para alunos.

Em questão de conservação, o clube mantém, em todos os seus blocos, um bom estado. Sobre a preservação, como já foi comentado anteriormente, o Clube do Trabalhador recebeu em seu projeto original acréscimos com o bloco de academia e a Escola SESI. Os blocos de administração e ginásio de esportes foram mantidos com suas formas e materiais iniciais. O bloco de vestiários teve uma de suas áreas de lavatórios reformadas, recebendo instalações para uma lanchonete que serve o público do clube. Na academia foi observada apenas uma alteração: o acréscimo do forro em PVC no pavimento superior. O estado de

preservação do Clube é, portanto, entendido como pouco alterado.



Figura 4– Prancha fotos do Clube do Trabalhador com acréscimos  
Fontes: Fotos por SOBREIRA, Cinthya, 2015; projeto Escola SESI, 2020.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as décadas de 1950 e 1960, Campina Grande possuía grande potencial para a construção de clubes recreativos, advindos da iniciativa de grandes comerciantes e profissionais e atraindo incentivos da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, refletindo um resultado direto na expansão da malha urbana e transformando a linguagem arquitetônica campinense.

Após análise das sete dimensões do objeto histórico, metodologia proposta por Afonso (2019), foi possível averiguar os atributos da obra do arquiteto pernambucano Tertuliano Dionísio, sendo constatada a sua grandiosidade e importância, tanto para o meio acadêmico, nos aprendizados sobre a arquitetura moderna, quanto para a história da cidade de Campina Grande, que teve o Clube do Trabalhador do Serviço Social da Indústria impactando positivamente até os dias atuais o lazer da cidade. Além de poder contribuir para a difusão de métodos de redesenho para a documentação das obras, como estratégia de salvaguardar sua memória, incentivando a preservação e conservação de bens materiais e imateriais, servindo como exemplo na maneira de projetar na contemporaneidade, atendendo as soluções técnico-construtivas empregadas em suas obras.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Leal. **Da Construção de uma Arte Nacional aos Murais de Campina Grande**. Rio de Janeiro. 8º Seminário Docomomo Brasil, 2009.

ALMEIDA, Adriana Leal. **Modernização e Modernidade: Uma leitura sobre a Arquitetura Moderna de Campina Grande (1940-1970)**. Campina Grande, 2010.

AFONSO, Alcilia. **Entrevista com o Sr. Alcides Albuquerque do Ó**. Campina Grande, maio de 2020.

AFONSO, Alcilia. **La consolidación de la arquitectura moderna em recife em los años 50**. Barcelona: tese doutoral apresentada para o departamento de projetos arquitetônicos da ETSAB/UPC, 2006.

AFONSO, Alcilia. **Proposta metodológica para pesquisa arquitetônica patrimonial**. Belo Horizonte: 3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil.2019.

AFONSO, A. A. M. **O processo de industrialização na década de 1960 e as transformações da paisagem urbana do bairro da prata, em Campina Grande**. Barcelona: **Seminário internacional de investigação em urbanismo**. UPC. 2017.

AFONSO, Alcilia e MENESES, Camilla. **A Influência da Escola do Recife na arquitetura de Campina Grande 1950-1970**. Belo Horizonte: 4º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação, 2015.

BERMAN, M. **Conservaciones sobre la guerra e la paz**. Barcelona: Luiz Carral, 1954.

COLIN, S. **Introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: UAPE, 2000.

FRAMPTON, Kenneth. **Studies in tectonics culture**. Cambridge. Massachussets. The MIT Press.1995

GASTÓN, C; ROVIRA, T. **El proyecto Moderno: Pautas de Investigación**. Barcelona: Ediciones UPC, 2007.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Burra**. Burra, Austrália: 1980.

MAHFUZ, Edson. **Reflexões sobre a construção da forma pertinente**. Arqtextos, São Paulo, ano 04, n. 045.02, Vitruvius, fev. 2004.

MONTANER, Josep. **As formas do século XX**. Barcelona: Gustavo Gili. 2002.

QUEIROZ, M e ROCHA. J. **Caminhos da arquitetura moderna em Campina Grande: emergência, difusão e a produção dos anos 1950**.Recife1º Seminário DOCOMOMO Norte-Nordeste. 2006.

## LIMIARES E DISPUTAS: EXPERIMENTAÇÕES MODERNISTAS NO PLANO AGACHE

*Data de aceite: 01/07/2021*

**Thiago Santos Mathias da Fonseca**

Graduação na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense; Pós-Graduando em Patrimônio Cultural pelo CEFET/RJ  
Niterói/RJ  
<http://lattes.cnpq.br/2879179133428978>

**RESUMO:** Este artigo versa sobre os conflitos entre os modernistas e academicistas. Para tanto, após uma introdução sobre as duas correntes, será feita a análise de dois projetos modernistas – a sede da Associação Brasileira de Imprensa e a sede do Ministério da Educação e da Saúde – e suas interações com a malha tradicional proposta por Alfred Agache no Centro do Rio de Janeiro. Veremos que as duas propostas, apesar de estarem inseridas conceitualmente no Modernismo, apresentam uma complexa relação com cidade tradicional que vai além da aparente negação, como a historiografia modernista propõe.

**PALAVRAS-CHAVE:** Urbanismo. agache. modernismo. arquitetura. projeto.

### LIMITS AND DISPUTES: MODERNIST EXPERIMENTS IN AGACHE'S PLAN

**ABSTRACT:** This article examines the conflicts between the modernists and the academicists. After an introduction on these two currents, the analysis of two modernist projects will be made - the headquarters of the Brazilian Press

Association and the headquarters of the Ministry of Education and Health - and their interactions with the traditional blocks proposed by Alfred Agache in Rio de Janeiro's City Center. We will see that the two proposals, despite being conceptually inserted in Modernism, present a complex relationship with the traditional city that goes beyond the apparent negation, as modernist historiography proposes.

**KEYWORDS:** Urbanism. agache. modernism. architecture. project.

### 1 | INTRODUÇÃO

Em 1926, ano em que Prado Júnior assume a Prefeitura do Rio de Janeiro, estava consolidado na cidade o reconhecimento da necessidade de um plano geral: “Era uma obra necessária e inevitável” (Jornal do Brasil, 02/11/1926, apud SILVA, L. 1996). O contexto econômico da capital sofrera transformações (ver Tabela 1): a escassez de produtos gerada pela I Guerra Mundial fomentou o desenvolvimento de indústrias leves, surgindo estabelecimentos industriais de forma mais consistente junto às linhas férreas. Nesse período, ainda que o Brasil fosse essencialmente agrário, a política do Café com Leite vinha enfraquecendo, de modo que a cada crise econômica o capital excedente das exportações era concentrado no então Distrito Federal, onde se investia em indústrias (SANTANA; ALMEIDA, 2014). Tal organização trouxe suporte técnico inédito de portos, ferrovias, eletricidade, etc (ibidem), tornando

imprescindível a reconfiguração do espaço, de forma a potencializar as capacidades econômicas da metrópole.

Assim, em 1927 foi contratado o professor francês Alfred Agache para realização de conferências sobre Urbanismo na cidade<sup>1</sup> e, posteriormente, para a realização de um plano de remodelação para a metrópole<sup>2</sup>. O projeto (AGACHE, 1930) apresenta filiações com a Escola Francesa de Urbanismo, que se auto denominava Urbanismo Formal (LAMAS, 2007), o qual preservava alguns modelos morfológicos e preocupação com a forma oriundas do séc. XIX. Nesse sentido, percebe-se um esforço das elites em alcançar um ideal academicista europeu de modernidade.

O plano caracteriza-se conceitualmente por uma análise monográfica da cidade que tem como produto, muito além da moldagem da volumetria da capital através de quadras de ocupação periférica e pátios internos livres, a proposição de instrumentos normativos que são os responsáveis por operacionalizar a implantação do Plano, de forma que o planejamento tem papel protagonista no partido adotado. Como destaca Vera Rezende, “é evidenciada a sua intenção de ordenamento da cidade, através de atuação a nível físico, usando para isso especialmente o zoneamento (zoning) e também a legislação urbanística” (REZENDE, 1982, p. 43)

Por mais que a proposta nunca tenha sido totalmente implantada, parte dela foi levada a cabo na parte central da cidade, sendo até hoje um referencial importante de projeto urbano na cidade (PEREIRA, M. 1996). Tal área, como veremos adiante, foi, após a chegada do Modernismo, palco de disputas para a hegemonia da corrente no campo da Arquitetura e Urbanismo. São essas disputas que no presente estudo, fruto de pesquisas no âmbito de trabalho de conclusão de curso (FONSECA, 2019), iremos explorar.

## 2 | EMBATES: A AFIRMAÇÃO DO PARADIGMA MODERNISTA

A partir de 1930, uma outra corrente além da representada por Agache se faz presente no Rio de Janeiro: o Modernismo, que é impulsionada no Brasil não só pelo governo, mas também pela influência estrangeira.

Quando Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930, percebe-se um franco esforço de distanciamento em relação aos paradigmas da República Velha. Isso acontece não apenas no campo político, mas também no âmbito das artes, pretendendo-se demonstrar que o Brasil rumava a partir da revolução política à modernidade e ao progresso. Nesse sentido, o projeto político Pós-1930 propunha-se à construção de uma identidade nacional marcante com a utilização de elementos considerados genuinamente brasileiros (BUENO, 2003).

Assim, o Modernismo, cujo pontapé inicial é marcado pela Semana de Arte Moderna

1 **O Paiz**. Rio de Janeiro, edição 15516, 14.04.1927, p. 1 - “A Futura Physionomia da Metropole Brasileira”

2 **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 08 de fevereiro de 1928, edição 10146, p. 1 - “Para embelezar do Rio e gastar empréstimo”.

de 1922, mostrava-se compatível com as pretensões do Estado ao também buscar o resgate de elementos brasileiros. O governo Vargas, compreendendo o fato, utilizou a estratégia de trazer para a esfera institucional várias figuras representantes do movimento, que instrumentaliza a ideia de progresso (SILVA, 2003). Sobre isso, Eduardo Bueno comenta que

Apesar da censura e das perseguições, Vargas, disposto a revelar sua face conciliadora e paternalista, passou a desenvolver uma política sistemática de “assimilação da inteligência nacional”, desenvolvida em especial pelo Ministério da Educação - a princípio sob o comando do jurista Francisco Campos e, depois, de Gustavo Capanema. Nessa repartição trabalharam Drummond (chefe de gabinete) e Augusto Meyer (diretor do Instituto Nacional do Livro), enquanto o Departamento Cultural da Prefeitura de São Paulo era entregue a Mário de Andrade. Ao mesmo tempo, os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer eram contratados para fazer o novo prédio do Ministério da Educação, cuja decoração foi entregue aos pintores Portinari, Pancetti e Guignard e ao paisagista Burle Marx. Com tais atitudes, Vargas lutava para obter, no mundo das artes, a mesma aceitação [...] que sua política trabalhista. (BUENO, 2003, pp. 340-341).

Lauro Cavalcanti, além de confirmar que o Estado era propício à adoção do Modernismo, nos informa que ele era também um grande cliente:

A arquitetura moderna brasileira se estabelece [...] por meio de encomendas estatais. O Brasil atravessava, na década de 1930, um momento de certa pujança econômica, notabilizando-se um esforço governamental no sentido de sua modernização. O governo de Vargas deseja imprimir sua marca nas formas da capital federal, e elege como uma de suas prioridades a construção de palácios para abrigar ministérios e órgãos públicos da nova administração. (CAVALCANTI, 2006, p. 12)

Portanto, o Modernismo encontrou um campo fértil para sua propagação no país. Nesse contexto, o “Plano de Remodelação, Extensão e Embellezamento” do Rio começou a ser visto com desconfiança pela classe política, uma vez que se tratava de um projeto de autoria estrangeira e acadêmica contratado antes da Revolução de 1930.

Já no cenário arquitetônico, além da predisposição do governo em incluir o Modernismo em suas diversas manifestações na política de Estado, foi fundamental a presença de uma figura protagonista dessa corrente. Em 1929, Le Corbusier veio à América do Sul fazer uma série de explicações relativas aos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM's). A caminho de São Paulo, visitou o Rio de Janeiro onde, convidado por Morales de Los Rios Filho, deu palestra em 08 de novembro na Escola Nacional de Belas Artes com o patrocínio do Instituto Central de Arquitetos (JÚNIOR, 1988).

Ao chegar na cidade, já tinha conhecimento do projeto a ser executado por Agache, por quem sentia pouca simpatia. Como nos explica Margareth Pereira,

seu colega Agache significava uma ameaça e, desde 1927, Le Corbusier se preocupa com a notícia de que este arquiteto - “conhecido por suas concepções românticas e pitorescas” - obtivera a encomenda dos projetos

de expansão do Rio. “(...) ei-lo já com um pé em Planaltina”, lamenta em carta endereçada a Paulo Prado. (PEREIRA, M. 1996, p. 370).

Durante sua estada na cidade, defendeu de forma veemente os princípios da arquitetura e urbanismo modernistas: se os projetos propunham até então um ideal de cidade ao qual se chega através da remodelação, o Modernismo pressupunha uma cidade completamente nova (REZENDE, 2015). Mais do que isso, enquanto Agache propunha um urbanismo voltado para o planejamento, Corbusier tratava a questão sob outro viés, deslocando o foco da cidade para sua forma e função em vez de gestão (REZENDE, 2017).

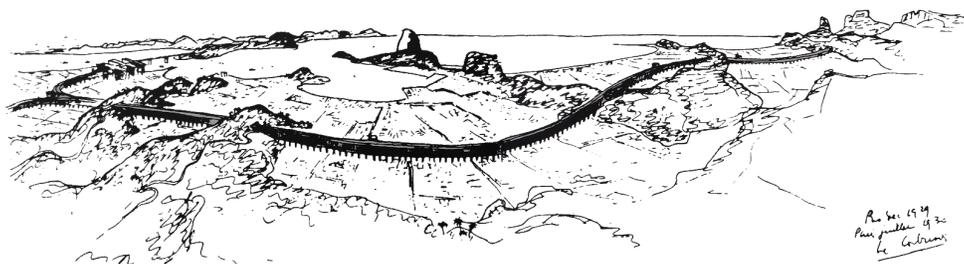


Figura 1: Edifício Viaduto. JÚNIOR, D. 1988.

A diferença de abordagem também se mostra no método projetual. Como já vimos, a perspectiva de Agache parte de um estudo monográfico da cidade, a partir do qual surgem as diretrizes a serem aplicadas. Já Corbusier propõe um olhar “poético que dita ao espírito racional e sensível as linhas de força da concepção” (PEREIRA, M. p. 372), e no Rio começou a trabalhar uma outra escala de observação no seu exercício projetual. O exemplo mais significativo disso é o Edifício Viaduto, idealizado durante seu tempo na metrópole, no qual se percebe que as linhas retas e rígidas comuns à sua produção tornaram-se curvas frente à paisagem montanhosa carioca (figura 1), que impressionou fortemente o arquiteto modernista durante uma viagem de avião oferecida pelo prefeito (JÚNIOR, 1988).

Na ocasião da conferência de 1929, nem todos os brasileiros estavam atentos à magnitude evento. Até Lúcio Costa, que posteriormente se tornou discípulo de Corbusier, comentou que

era inteiramente alienado nessa época, mas fiz questão de ir lá; Cheguei um pouco atrasado e a sala estava toda tomada... Fiquei um pouco e depois desisti e fui embora, inteiramente despreocupado, alheio à premente realidade (REZENDE; AZEVEDO, 2009, p. 6)

Ainda assim, na mesma entrevista concedeu que o evento foi um sucesso: “No Rio, na primeira conferência que fez, em 29, a sala estava cheia, abarrotada. Pessoas interessadas, assim como em qualquer parte onde ele fosse, porque tinha a palavra fácil e precisa” (ZAKIA; 2015).

A estada de Corbusier no Brasil acentua suas impressões sobre o Academicismo representado por Agache, que se apresentava para ele como uma parte do passado a ser superada. Em 1930, por exemplo, em carta a Oswaldo Costa, sobre o plano aprovado em 1930 diz estar “furioso de ver o que se permitia toalmente realizar porque se havia assinado um contrato com uma figura ridícula de cabelos longos que está mesmo à margem da era contemporânea”. (SEGRE, 2010 - tradução livre, sem paginação). Já Agache, ainda que não externalizasse com frequência suas considerações sobre Le Corbusier, comenta certa vez que “era um homem que ‘arrebenta vidraças e cria correntes de ar’. E, na direção desses ventos rumavam fileiras de seguidores” (BARBOSA, 2004 – sem paginação).

Com a Revolução de 1930 e institucionalização do modernismo, a influência exercida por Corbusier aumentou, e seu crédito tornou-se maior entre os arquitetos do que entre os engenheiros, os quais na época ainda compartilhavam campo de trabalho. A isso pode-se atribuir em parte o apelo poético proposto pelo suíço, que tocou de forma mais intensa aqueles que tinham uma formação artística, uma vez que até então o curso de arquitetura era vinculado à Escola de Belas Artes. Já Rodrigo Faria (2015) questiona a influência efetiva de Corbusier no espaço físico da cidade nessa fase, destacando que os engenheiros, articulados à máquina administrativa, agiam através do planejamento, estudos prévios e planos gerais de intervenção, viés que Corbusier não explora de forma tão intensa. Com isso, definem-se dois conflitos: a) entre o Academicismo e o Modernismo enquanto correntes de pensamento; b) entre engenheiros, voltados para o acadêmico e técnico, e os arquitetos, atraídos pelas propostas modernas.

No campo do Urbanismo, a transferência das ideias modernistas demora a se efetivar, uma vez que são de difícil execução na escala de cidade (REZENDE; AZEVEDO, 2009). Dessa forma, o Modernismo chega em um primeiro momento através da arquitetura, apesar das tentativas de consolidação no urbanismo<sup>3</sup>. Porém, os projetos arquitetônicos se implantavam em uma malha urbana norteada por princípios agachianos, espacializando os conflitos que se deram inicialmente no campo teórico. Nesse sentido, serão explorados dois exemplos que ilustram tais divergências: a sede da Academia Brasileira de Imprensa, que apresenta uma solução conciliatória, e o Palácio Gustavo Capanema, que busca negar totalmente o Plano Agache.

### 3 | O CASO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE IMPRENSA

Em 1936, a Academia Brasileira de Imprensa instituiu um concurso para o projeto de sua nova sede no Rio de Janeiro. Hebert Moses, presidente da Associação estava, segundo Cláudio Pereira (2002), sincronizado com as correntes vanguardísticas internacionais,

---

<sup>3</sup> Lúcio Costa, ao se tornar diretor da Escola Nacional de Belas Artes em 1930, institui a primeira cadeira de específica de Urbanismo, na qual leciona Atílio Correa Lima (AZEVEDO; COSTA, 2013). A nomeação de Lúcio faz parte da transição entre o academicismo e o modernismo na Escola de Belas Artes, mudança “necessária” na Era Vargas (REZENDE; AZEVEDO, 2009).

tendo mesmo sido intérprete de Frank Lloyd Right na ocasião de suas conferências no Rio de Janeiro em 1931. Ele quem escolheu os integrantes do júri, o qual era composto por associados à A.B.I., arquitetos e membros de órgãos especializados.

O local de implantação do projeto se deu em um terreno cedido pelo prefeito Pedro Ernesto em dezembro de 1935 (PEREIRA, C. 2002). O lote, localizado na esquina da Rua México com a Rua Araújo Porto Alegre, estava em uma das quadras afetadas pelo desmonte do Morro do Castelo, e, portanto, localiza-se em pleno Plano Agache. Na região, mesmo apesar da revogação do Plano em 1934<sup>4</sup>, foram aprovados projetos de alinhamento em conformidade com as diretrizes previstas pelo professor francês em 1930 (REZENDE, 2005).



Figuras 2 e 3: à esquerda, sede da A.B.I., 1958. IPHAN-RJ. À direita, térreo da edificação com a galeria. MINDLIN, 2000.

O interessante de se notar no caso da A.B.I. é como o edifício, ao ter de se adaptar aos parâmetros estabelecidos por Agache em vigor graças aos Projetos de Alinhamentos, é ainda assim um dos mais icônicos representantes do Modernismo, o qual negava de forma veemente a escola de Agache, se apresentando assim na forma de uma arquitetura híbrida.

Inicialmente, pode-se observar que, como o lote se localiza numa esquina, existe uma relação de continuidade com os edifícios adjacentes, que enquadram a rua em uma perspectiva tradicional. Em segundo lugar, verifica-se a presença dos escalonamentos na cobertura, que foram projetados no sentido de potencializar o gabarito numa proporção que não comprometa a qualidade do espaço da rua, como preconizava Agache. Já ao nível do pedestre, nota-se a galeria que dá acesso ao interior da quadra e colunas que se destacam das lojas, estas possivelmente herança das galerias de pedestres.

Estão colocados, portanto, os pontos chave do Plano Agache numa obra modernista. Porém, a distinção da edificação se dá fundamentalmente no tratamento plástico dos seus

<sup>4</sup> Através do Decreto 4.923, de 30 de junho de 1934.

elementos. Podemos de forma especial destacar o emprego de brises para as fachadas em sua totalidade, de forma que da rua o pedestre quase não percebe as janelas, e que dá à edificação ritmo mais rápido de leitura da fenestração. Ainda assim, essa escolha projetual não contrasta ou entra em conflito com os prédios vizinhos, já que o pé direito era pré-determinado no âmbito da quadra, e linha dos brises continua a seqüência horizontal das janelas adjacentes (figuras 2 e 4).

Já no térreo, em vez das passagens retas tradicionais, os Irmãos Roberto escolheram tratar as superfícies revestidas em pedra de maneira curva (figura 3). Isso transformou o espaço em um local muito mais convidativo do que as simples passagens para o interior da quadra, conferindo à recepção ares monumentais. Também na cobertura acontece algo semelhante: os escalonamentos tiveram tratamento curvo, distinguindo-se por sua leveza.



Figura 4: sede da A.B.I. e seu entorno imediato a partir da cobertura da Biblioteca Nacional, 2017. Percebe-se que, apesar do seu tratamento plástico diferenciado, a edificação se encaixa de forma harmônica no entorno. Autoria própria.

Nesse sentido, cabe resgatar novamente o que diz Cláudio Pereira (2002) em seu estudo: “a multiplicação do plano intermediário da A.B.I. confere proporção dominante ao corpo do edifício, transformando os extremos diferenciados em apropriadas versões modernas do embasamento e em coroamento clássicos” (p. 131). A tal observação, a propósito bastante acertada e sensível, deve ser acrescentada outra: o próprio Plano Agache, na realidade, ao impor três instâncias distintas na volumetria - a galeria térrea, o corpo principal e o terraço escalonado - estabeleceu uma relação com as composições clássicas, o que, levando em consideração a formação acadêmica do autor do Plano, não pode ser mera coincidência. O que ocorre é que os Irmãos Roberto, ao contrário de vários vizinhos na região, ao darem tratamento especial e criativo para cada uma dessas

instâncias, potencializaram a tripartição do volume.

A sede da Associação Brasileira de Imprensa é um dos grandes exemplares do Modernismo no Brasil. Contudo, vê-se que várias das suas características morfológicas e tipológicas são resultantes dos moldes determinados pelo Plano Agache. A isso somou-se a criatividade dos autores para a releitura dos elementos tradicionais, transformando-os em marcos da arquitetura brasileira, e constituindo talvez o exemplar mais significativo do Centro carioca no qual as duas correntes se conciliam sem se negarem mutuamente.

#### 4 | O CASO DO PALÁCIO GUSTAVO CAPANEMA

Já o partido do edifício do Ministério da Educação e da Saúde apresenta um posicionamento completamente distinto em relação à cidade existente. Em 1935, foi aberto um edital para concurso de anteprojetos arquitetura para a nova sede do Ministério, cujo júri era composto, em sua maioria, por membros associados ao academicismo. Segundo Lauro Cavalcanti (2006), a estrutura do edital foi elaborada “a partir de posturas municipais incompatíveis com qualquer inovação. ‘A lei exigia o limite de sete pavimentos alinhados com a quadra interna, os pisos concentrados no centro do terreno devolvido ajardinado para o gozo dos contribuintes’” (p. 35). Logo, eram previstas as normas determinadas por Agache para a área.

“Pax”, o projeto vencedor de autoria de Archimedes Memória (figura 5), apresentava pretensões de estilo marajoara, baseado em inspirações em elementos decorativos encontrados na Ilha de Marajó. Ainda que o volume tenha uma dinâmica própria e maciça, respeita os parâmetros estabelecidos pelas leis municipais. A proposta não agradou ao Ministro Capanema, que informou em carta a Getúlio Vargas a sua insatisfação:

Nenhum desses projetos premiados me parece adequado ao edifício do Ministério da Educação. Não se pode negar o valor dos arquitetos premiados. **Mas exigências municipais tornam difícil a execução de um projeto realmente bom.** Julguei de melhor alvitre mandar fazer novo projeto. Solicito verbalmente a sua autorização. **E pedi à prefeitura municipal que dispensasse as exigências, que impediam a realização de uma bela obra arquitetônica.** Não quis abrir novo concurso... Encarreguei, assim, o arquiteto Lucio Costa da realização do trabalho. (CAVALCANTI, 2009, p. 40 - grifos meus).

Podemos perceber que, para Gustavo Capanema, as diretrizes estabelecidas pelo Plano Agache eram vistas não só como símbolo do atraso, mas também impeditivas de uma boa arquitetura.



Figura 5: Projeto “PAX” de Archimedes Memória para a sede do Ministério da Saúde e da Educação, 1935. Cortesia de Roberto Segre à “MDC Revista de Arquitetura e Urbanismo”, disponível em: <<https://mdc.arq.br/2012/03/20/antonio-garcia-moya-um-arquiteto-da-semana-de-22/>>; acesso em 27/10/2019.

De toda forma, o restante da história já é amplamente estudado: montando uma equipe, Lúcio Costa convidou Le Corbusier em 1936 para dar consultoria em relação ao projeto, ficando na cidade por quatro semanas. Durante o período, condena o projeto inicial da equipe em forma de U, apelidando-o de “múmia”, propondo uma única lâmina (CAVALCANTI, 2006). Esse foi o risco inicial que a equipe brasileira desenvolveu brilhantemente, e que resultou na edificação que é considerada por muitos a obra máxima do modernismo brasileiro.

A evolução do volume do Palácio Gustavo Capanema é digna de nota. A primeira configuração proposta pela equipe antes da chegada do arquiteto suíço apresentava o formato de U<sup>5</sup>. Ainda que essa disposição demonstre independência em relação aos limites do lote, o pátio lembra em alguma medida os prismas internos das quadras agachianas e, portanto, foi descartado. Já Corbusier, ao propor um único bloco, caminha para a supressão completa de qualquer possibilidade de filiação com a ocupação tradicional de uma quadra (CAVALCANTI, 2006).

---

5 Entre a Múmia e a proposta de Corbusier para a Quadra F do Castelo, houve uma proposta intermediária para um terreno em Santa Luzia. Entretanto, a hipótese foi descartada em função da impossibilidade de adquirir o terreno da Prefeitura (LISSOVSKY; SÁ, 1996).





Figura 9: o Palácio Gustavo Capanema e quadras tradicionais, formando um oásis. IPHAN-RJ, sem data.

Uma das características mais destacadas do projeto em relação à sua implantação é a sensação de um oásis (figura 9), uma vez que sua implantação isolada no lote foi explorada a partir de uma série de jardins no terreno. Ora, tal percepção espacial depende necessariamente da existência de quarteirões contínuos dos arredores, de forma que a sensação de alívio em relação à cidade densa possa ser plenamente vivenciada. Se o projeto estivesse inserido em uma malha modernista, essa leitura careceria de força e a imponência da edificação se perderia em meio à profusão de espaços livres típicos do urbanismo modernista. Isso pode ser comprovado no próprio local na rua Santa Luzia, onde hoje existe um estacionamento: a partir da perspectiva dessa rua, a implantação do edifício apresenta-se menos potente e se perde em meio ao vazio urbano.

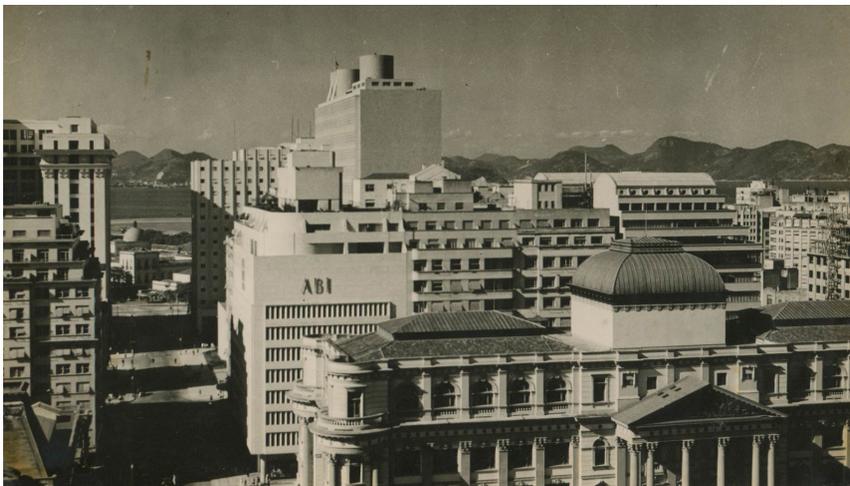


Figura 10: Região do Castelo, 1944. Foto de Epaminondas, IPHAN-RJ. Em primeiro plano, a Biblioteca Nacional, e à esquerda a rua Araújo Porto Alegre. Em segundo plano, a massa edificada do Plano Agache. Percebe-se a relação entre a sede da A.B.I. e o Palácio Gustavo Capanema e o Plano.

Os próprios membros da equipe demonstram ter consciência disso. Reidy, em memorial descritivo do projeto, comenta que

no intuito de manter a padronização prevista no Plano Agache, os edifícios circunvizinhos, destinados à renda, obedecem ou devem obedecer a determinado gabarito, para que os blocos apresentem, uma vez concluídos, certa harmonia. Dispondo, porém, o edifício em projeto de toda uma quadra, não se deverá razoavelmente confundir - por sua própria natureza e finalidades - com os demais, **e sim destacar-se sem esforço do conjunto uniformizado que o emoldura**, tornando-se para tanto conselhável - dentro dos limites impostos pelas regras da arte e do bom senso - a quebra do modelo preestabelecido. (BONDUKI, 1999, p. 52 - grifo meu)

Diferente da sede da A.B.I., as tensões aqui tratadas não se manifestam através de elementos tipológicos ou morfológicos na edificação, mas se faz presente através das discussões entre os autores do projeto e na estratégia do partido, que foi idealizado como um oásis em meio à urbe: o Plano Agache, nesse caso, é uma referência usada para criar contraste e oposição. Sua implantação é reiteradamente deslocada durante a elaboração da proposta com o intuito de negar com veemência a malha tradicional; simultaneamente, a leitura da sua espacialidade depende também da existência do Plano Agache, já que, caso contrário, se perderia na dispersão dos espaços livres. O entendimento dessa relação é necessário para a plena compreensão do significado da construção do prédio, que representou no mais forte símbolo da consolidação do Modernismo no Brasil nos anos 1930 e 1940.

## 51 CONCLUSÃO

Percebemos que as relações entre os projetos e a cidade são muito mais complexas que a simples e aparente negação. Se na arquitetura a proeminência modernista faz-se presente a partir de 1930, sua inserção no ambiente urbano perpassou pelo reconhecimento de uma malha já existente e que fez parte da construção do partido dos dois projetos. A apropriação desse espaço não se deu de forma imediata, nem purista, e nem total, de modo que podemos verificar dispositivos que facilitam a tradução de conceitos e princípios no que diz respeito à suas respectivas aplicabilidades na cidade tradicional.

Assim, os embates entre academicistas e modernistas, que no plano teórico se apresentam de forma totalmente antagônica, na urbe se concretizam de modo que os limiares e limites conceituais de ambas as correntes se tornam tênues e, talvez por isso mesmo, ainda mais relevantes.

## REFERÊNCIAS

AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro: Extensão, Remodelação e Embellezamento**. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

ALENCAR, Aurélia T. S. “Archimedes memória: ‘o futuro ancorado no passado’”. In: **Seminário Docomomo Brasil**, 9., 2011, Brasília.

BARBOSA, Antônio Agenor. A civilização de Corbusier. **Vitruvius: resenhas online**, ano 03, ago. 2004.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991, 2 ed.

BONDUKI, Nabil (Org.). **Afonso Eduardo Reidy**. Série Arquitetos Brasileiros, Lisboa, Blau, Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1999.

BORGES, Carina R. L. **A artisticidade no Ministério da Educação e da Saúde: do apolíneo ao dionísico**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2008, 110 p.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**. São Paulo: Ática, 2003, 2. ed.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FARIA, Rodrigo Santos de. “O Departamento Nacional de Urbanismo e a Institucionalização do setor de urbanismo no Governo Federal Brasileiro: um contínuo processo histórico”. **Oculum Ensaios**. Campinas: n. 12 [2], págs. 311-333, 2015.

FONSECA, Thiago Santos Mathias da. **Permanências do Plano Agache: discussão, formação e prática da disciplina de Urbanismo no Rio de Janeiro (1927-1945)**. Monografia (graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

GAUDIN, Jean-Pierre. **Desenho e Futuro das Cidades: uma antologia**. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014, 1ª edição.

JÚNIOR, Donato Mello. **Rio de Janeiro: Planos, Plantas e Aparências**. Rio de Janeiro: Edição da Galeria de Arte do Centro Empresarial Rio, 1988.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007.

LISSOVSKY, Mauricio; SÁ, Paulo Sergio Moraes de (org). **Colunas da Educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde**. Rio de Janeiro: MINC/IPHAN; Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1996.

MINDLIN, Henrique. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN, 2000, 2 ed.

PEREIRA, Cláudio Carovi. "Os Irmãos Roberto e o edifício da A.B.I.: uma história da modernidade arquitetônica brasileira". In: **Revista Arqtexto**. Porto Alegre. N.2 (2002), p. 138-151.

PEREIRA, Margareth da Silva. "Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro". In: **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 363-376.

REZENDE, Vera L. F. M. **Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

REZENDE, Vera L. F. M. A Comissão do Plano da Cidade, um modelo de gestão e um plano de obras para a cidade do Rio de Janeiro. In: **Encontro Nacional da ANPUR**, 9., Salvador, 2005.

REZENDE, Vera L. F. M. "Planos, regulação urbanística e intervenções urbanas no Rio de Janeiro: diferenças entre pensar e produzir a cidade". **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: Mackenzie, 2015.

REZENDE, Vera L. F. M. "Urbanismo e Planejamento no Distrito Federal: debate e investidas de 1920 a 1945". **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: n. 12, págs. 77-99, 2017.

REZENDE, Vera L. F. M.; AZEVEDO, Fernanda. A arquitetura e o urbanismo modernos no Distrito Federal, escolha ou consequência na Era Vargas? In: **8º Docomomo Brasil, Cidade Moderna e Contemporânea: síntese e paradoxo das artes**, 2009, Rio de Janeiro: Docomomo Brasil, 2009.

SANTANA, Fábio T. M.; ALMEIDA, Luciano C. Plano Agache: um projeto de ordenamento territorial na cidade do Rio de Janeiro. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7., 2014, Vitória. **Anais...** Vitória, 2014.

SEGRE, Roberto. "Rio de Janeiro, século 21: Atualidade do Plano Agache (1927-1930)". **Resenhas Online**, São Paulo, ano 09, n. 099.01, Vitruvius, mar. 2010.

SILVA, Lúcia. "A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil". In: **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, pp. 397-410.

SILVA, Lúcia. **História do Urbanismo no Rio de Janeiro: Administração Municipal, Engenharia e Arquitetura dos anos 1920 à Ditadura Vargas**. E-papers: Rio de Janeiro, 2003.

ZAKIA, Sílvia Palazzi. "Primeira visita de Le Corbusier ao Brasil em 1929 - Uma chegada acidentadíssima!". **Vitruvius: viagem histórica**, ano 09, set. 2015.

## LA PLAZA DE ARMAS DE SANTIAGO EN EL SIGLO XVIII: ¿PLAZA CÍVICA, ZOCO O TIÁNGUEZ?

*Data de aceite:* 01/07/2021

**Mauricio Baros Townsend**

Facultad de Arquitectura y Urbanismo/ Centro de Estudios Árabes. Universidad de Chile

**RESUMEN:** La inexistencia de mercados formales en el mundo andinoamericano, a diferencia del mundo mesoamericano, condujo a una serie de problemáticas para los conquistadores hispanos quienes ante la ausencia de *tianguis* tuvieron que recurrir a una serie de estrategias para formalizar este espacio urbano inexistente. Ello significó la utilización de modelos foráneos para implementar este nuevo programa, cómo lo fue el de los mercados de las ciudades hispanomusulmanas. Los mercados de estas ciudades a diferencia del resto de Europa habían mantenido este espacio comercial próximo al principal recinto religioso, como es común en el zoco o bazar de las medinas islámicas, lo que de alguna manera se asimilaba en parte a la función del llamado *tianguis* prehispánico, en donde igualmente mercado y templo se emplazaban contiguamente. El espacio escogido, en el caso de Santiago de Chile, para concentrar estas funciones fue la llamada Plaza de Armas, la cual resultó entonces ser un lugar en donde confluyeron las actividades religiosas, mercantiles y civiles. El éxito de esta confluencia de funciones con el tiempo se constituyó en un problema, especialmente en los albores de la independencia de la Corona Española, cuando se quería restituir el carácter cívico de la misma. Lo que está ponencia quiere

examinar era la situación de la Plaza de Armas dieciochesca de la ciudad de Santiago y las problemáticas que le planteó a la nueva república la permanencia de estas actividades comerciales, cívicas y religiosas, que no eran sino herencia clara de un mestizaje que incluso hasta hoy en día permanece.

**PALABRAS CLAVE:** Zoco, Tiánguez, Plaza Mayor, Mercado, urbanismo colonial.

### THE PLAZA DE ARMAS IN SANTIAGO IN THE 18TH CENTURY: CIVIC SQUARE, SOUK OR TIÁNGUEZ?

**ABSTRACT:** The non-existence of formal markets in the Andean world, unlike the Mesoamerican world, led to a series of problems for the Hispanic conquerors who, in the absence of *tianguis* had to resort to a series of strategies to formalize this non-existent urban space. This meant the use of foreign models to implement this new program, as it was that of the markets of the Hispano-Muslim cities. The markets of these cities, unlike the rest of Europe, had kept this commercial space close to the main religious site, as is common in the souk or bazaar of the Islamic medinas, which in some way it was assimilated in part to the function of the so-called pre-Hispanic *tianguis*, where also the market and the temple were located contiguously. The space chosen, in the case of Santiago de Chile, to concentrate these functions was the so-called Plaza de Armas, which then turned out to be a place where religious, commercial and civil activities converged. The success of this confluence of functions over time became a problem, especially at the dawn of the independence of the Spanish Crown, when it was

wanted to restore its civic character. What this paper wants to examine was the situation of the 18th-century Plaza de Armas in the city of Santiago and the problems posed to the new republic by the permanence of these commercial, civic and religious activities, which were nothing but a clear inheritance of a miscegenation that even to this day remains.

**KEYWORDS:** Souk, Tiánguez, Plaza Mayor, Market, colonial urbanism.

## 1 | LA PLAZA DE ARMAS DE SANTIAGO EN EL SIGLO XVIII: ¿PLAZA CÍVICA, ZOCO O TIÁNGUEZ?

Es también cosa digna de notar que del establecimiento de esos *triángues* en la plaza principal date la costumbre domestica arraigada entre nosotros de no llamar jamás sino la plaza lo que debiéramos designar por mercado o recova....I así seguirá sucediendo por desgracia mientras en el lenguaje doméstico de Santiago plaza i estómago continúen siendo una sola cosa (Vicuña Mackenna, 1869, p.69).

Resulta interesante este agudo comentario de Vicuña Mackenna respecto de las situación de las plazas mayores de nuestras ciudades hacia comienzos del siglo XIX, porque a través de él se sintetiza una problemática que parte en la fundación misma de nuestras urbes y que viene recién a finalizar hacia esta fecha.

El interés en analizar lo que estaba sucediendo hacia esta época en nuestras plazas mayores se fundamenta en el hecho de demostrar que tal como establece Michel Vovelle (1985), así como las mentalidades colectivas priman por sobre los cambios coyunturales de la economía y la política, así igualmente podríamos decir que las costumbres primaron por sobre la formas.

Para entender los cambios que sucedieron en estos espacios hacia fines de la Colonia y comienzos de la República debemos remontarnos a ciertos hechos que surgieron desde la fundación misma de las ciudades hispanoamericanas, pues sólo ellos nos permiten entender el porqué del arraigo de ciertas prácticas que hicieron de estas plazas lugares únicos y peculiares dentro de la historia urbana hispanoamericana.

## 2 | ENTRE LO IDEAL Y LO REAL: ORTOGRAFÍA EUROPEA Y GRAFÍAS AMERICANAS

La historia juega extraños paralelismos. La ortografía había sido el problema central cuando se fundó la monarquía absoluta española, problema centuplicado por la necesidad de administrar un vastísimo imperio. ... Estos debieron fijar la transcripción de la norma lingüística adoptada por la corte, a una escritura que comenzaba a ser el vehículo obligado de la administración que debía ejercerse sobre distantes regiones, en tanto que los hispanoamericanos debieron reformar esa ortografía para salvar el abismo que percibían entre la pronunciación americana (la de la ciudad real) y las grafías que habían conservado y acrisolado los letrados. (Rama, 2004, p.90)

Esta metáfora que realiza Ángel Rama entre grafía y ortografía resulta adecuada

para entender el abismo que se formó entre lo ideado y lo concretado en lo referente a la ciudad hispanoamericana desde su fundación.

Bastante ya se ha escrito sobre el proceso fundacional y la importancia que han tenido las plazas mayores en el urbanismo americano, sin embargo este gran volumen de obras, lejos de esclarecer la situación sólo nos permite establecer que tanto el denominado trazado en damero como las plazas que nacieron junto con él, no sólo se constituyeron en un soporte físico y simbólico del proceso fundacional, sino además se han convertido en un soporte ideológico, en tanto ellas han servido para construir discursos que reflejan las problemáticas que parecen confluír en este espacio. Ellos hacen patente el abismo existente hasta hoy en día entre posturas idealistas y otras más localistas. Los primeros parten de la idea de la existencia de una “ortografía” que vendría a ser instituida por todo un corpus de reglamentaciones políticas, sociales, urbanas de cómo se deseaba que fueran estas nuevas ciudades, ellos ponen su acento en la idea del *ortos* griego, en sentido de lo recto, lo canónico, lo regular, perteneciente al mundo abstracto de las ideas. Los segundos se apoyan más en una construcción y concretización de esta idea, pero con todas las dificultades que ello conlleva, es decir, con todas las irregularidades que implica pasar algo del mundo ideal al real, por ello mientras las posturas anteriores se mueven en el mundo de la ortografía, estos últimos solo se concentran en el mundo de las grafías, aquellas, ya esbozadas en unas precarias leyes urbanas, aquellas que los primeros alarifes dibujaron a cordel y regla como lo indicaban estas primeras instrucciones básicas.

Estas vagas disposiciones -pues no hacen referencia alguna u tamaño, rectitud de las calles, medidas de plazas- y el ejemplo dominicano fueron los que modelaron el asentamiento español en Indias. (Solano, 1990, p.71)

La vastedad del territorio conquistado, la premura de la fundación de ciudades, la ausencia de profesionales competentes en todos los lugares conquistados, hizo que muchas veces la ortografía deseada sólo se convirtiera en una modesta grafía.

Dentro de los discursos construidos entre estas dos posturas, hay tres variantes que es posible reconocer, que van de un extremo a otro, es así que por una parte tenemos un discurso utopista, otro hispanista y un tercero americanista. Dentro del primero nos encontramos con todos aquellos autores que han querido privilegiar la visión utópica del proceso fundacional, ligando así directamente estos procesos a influencias vitrubianas, tomistas, etc. (Guarda, Stanislawski)

La ciudad hispanoamericana no es fruto del azar, si no de una razón directora, la legislación que la regula, como ha sido señalado últimamente, constituye “un plan organizado, una estructuración perfecta, de acuerdo a los principios sustentados por la moderna ciencia del urbanismo, en cuanto extraña un plan generador y regulador del paisaje urbano, o sea, de la imagen de la ciudad” (Guarda, 2014, p.16).

Estas obras se alinean perfectamente con la idea de la *Renovatio Imperii* que se ha

adjudicado a Carlos V, en donde el antecedente romano juega un rol simbólico y fáctico a través de las normas de castramentación que se traerán al continente. Este idealismo político y religioso, se adecúa muy bien a las particulares condiciones de la conquista que obligaban a una alianza entre un poder real, lejano, y uno eclesial, cercano. El problema de estas tesis es que tienden a considerar la idea de tabula rasa en lo concerniente al territorio americano prehispánico, como si aquí en América no hubiese existido nada.

El segundo discurso, el hispanista<sup>1</sup> se divide en dos vertientes, el que relaciona la implantación de estas ciudades con las antiguas normas de castramentación romanas, más las reglamentaciones hispanas, y que toma como antecedente las fundaciones previas realizadas en la península en el periodo de Reconquista, con ciudades o bastiones militares como Santa Fe de Granada.

Es esta, pues, la ciudad modelo que puede haber inspirado a Ovando quien, educado junto al príncipe heredero, don Juan, como la mayoría de los cortesanos debe haber visto surgir bajo sus ojos la ciudad que significó la conclusión victoriosa de una guerra que desde los días de Pelayo integraba la vida española. Por lo demás, Santa Fe no es el único ejemplo de tal urbanización, aunque sea el mas popular. (Palm, 1951, p.8)

Una vertiente un poco más polémica de este discurso incorpora la influencia hispano-musulmana (Torres Balbas). La polémica aquí surge porque el reconocimiento u omisión de la influencia morisca, pasa por constituirse en un espejo de problemas identitarios bastante más profundos que los propios españoles tienen con el asunto<sup>2</sup>. Sin embargo el corpus de textos referidos al tema nos obliga a revisar y considerar esta postura.

Por último y de más reciente cuño aparecen los discursos americanistas que buscan reconocer la influencia del urbanismo precolombino en el proceso fundacional (Hardoy, Gutiérrez, etc.). Ellos se basan en los recientes descubrimientos cada vez más numerosos de asentamientos con cuadrícula reticular, específicamente en el mundo andinoamericano, porque en el mesoamericano su existencia ya había sido probada.

De esta manera podemos ver que no es posible construir un argumento sin considerar esta realidad dual, entre una ortografía europea y una grafía americana como lo podríamos denominar. Para examinar el ejemplo que veremos a continuación tenemos que considerar este antecedente, ya que es a partir de esta doble situación y sus matices intermedios que queremos plantear la problemática que entró en crisis en este período, particularizada a través de lo que quiero llamar como el paso del zoco al tiánguez y finalmente del tiánguez a la constitución de lo que denominamos como nuestra plaza mayor a fines del periodo colonial y comienzos del republicano.

---

1 . Torres Balbas, llama a estas teorías como medievalistas. En *La Edad Media*. Sección de Libro. Archivo Digital UPM. Disponible en : <http://oa.upm.es/33689/>

2 . Para algunos historiadores esta problemática tiene su origen en desde que Amador de los Ríos en donde señaló al mudéjar como el único estilo propiamente hispano. Ver: *Discurso de D. José Amador de los Ríos. Leído ante la real Academia de Nobles Artes de San Fernando en su recepción pública*. Granada. Imprenta y librería de D. José M.Zamora, 1859.

Más que subscribirnos a uno de estos discursos, queremos plantear una visión más horizontal del asunto, y para ello queremos tomar como elemento focal de este análisis la actividad comercial de estas nuevas ciudades, porque ella se sitúa en una zona liminal que le otorga la versatilidad de transitar a través de diversos soportes . Esto, porque ella se constituye en un punto de encuentro entre las tres culturas en juego: la hispana, la musulmana y la indígena.

### 3 I LA CIUDAD ISLÁMICA, ENTRE LA MEZQUITA Y EL BAZAR

Ancient town planning, set off by prestigious monuments, in keeping with municipal regulations and institutions, and regularly developed physically, was an obvious model to follow: the return to an orthogonal layout, triumphing over the irregularity of Arab streets, was understood as a victory of civilization and progress over the anarchy that had characterized Arab urbanism. (Raymond, 1994, p.4)

La visión occidental de las ciudades islámicas como ciudades caóticas y anárquicas obedece principalmente al desconocimiento por parte de muchos autores de los sistemas de organización que han dado origen a estas urbes, que difieren del patrón occidental.

Si tenemos en cuenta el componente nómada del origen de la cultura islámica podremos entender, que la movilidad era un elemento crucial en su forma de vida, lo que precisamente no propiciaba la formación de núcleos sedentarios que darían origen a las futuras ciudades. Sólo será en el encuentro y expansión del islamismo con nuevas culturas sedentarias, como Bizancio y Persia por nombrar dos de las más conocidas, que la necesidad de asentarse comenzará a ser vista como un elemento positivo y necesario en el mundo islámico, y esto provendrá más bien del mundo cortesano.

El nomadismo se prestaba para actividades comerciales, que generaban actividades semiformales como ferias, mercados de animales, etc., que a la postre adquirirían una mayor formalidad en la tipología del Bazar. Por otro lado, el mundo cortesano, en la medida que se complejizaba, querrá emular los procederes de sus congéneres occidentales, los cuales a través de sus palacios hacían ostentación de su poder. La mezquita como tercer componente será el aglutinante de estos dos mundos, además de constituirse en el principal punto de encuentro y corazón de estas nuevas urbes. La religión aparece, así como el elemento de unión, en donde poder temporal y religioso están unidos, y esto lo que en definitiva hace posible definir a una ciudad islámica.

Algunos autores como Ira Lapidus (1973), sostienen que el nacimiento de la ciudad islámica habría surgido de dos instituciones: por un parte de la unión de los clanes y tribus, y por otra parte del Califato. Las tribus habrían sido el locus de lo familiar, lo económico y lo social, en tanto el Califato lo habría sido de lo religioso y lo político. Mientras que en el primer orden lo comercial fue un elemento movilizador y estructurador de nuevas relaciones sociales, en el segundo caso, lo califal y su organización más asentada en lo político

implico vínculos más abstractos. La religion resultó ser un aglutinante en ambos casos. “In the emerging new order religious (and commercial and political) affiliations undermined the absolute primacy of family ties, while political and religious institutions were differentiated, each acquiring structures and values pertinent to itself alone.” (Lapidus, 1973, p. 49)

Estas relaciones de alguna manera se plasmaron en el ámbito urbano a través de la mezquita y el bazar. El Bazar fue el foco de las relaciones comerciales, y la mezquita del orden político y religioso. Dos instituciones que perviven hasta hoy claramente en toda ciudad musulmana.

Finally, Marçais introduces several characteristic elements of the physical city. Citing Ibn Khaldun, Arab geographers and legal doctrines, he reaches a definition of the Islamic city which he contends is quintessential: a city must have a congregational Friday mosque and it must have a market/ chief bazaar nearby. (Abu-Lughod, 1987, p.156)

El encuentro de estos tres ordenes antes mencionados el comercial, del bazar; el cortesano, del palacio; y el religioso, de la mezquita; se encontraron tempranamente en la capital del primer Califato omeya, Damasco. Es aquí en donde la tradición comercial caravanera entre oriente y occidente, la influencia cortesana de Bizancio, y la presencia de una estructura templaria sobre la cual se asentó una de la principales mezquitas del mundo islámico, la Mezquita de Damasco, se aglutinaron dando origen a una ciudad que servirá de modelo a los futuros asentamientos urbanos. Es aquí además, en donde surgirán las primeras tipologías comerciales, que darán origen al bazar y los primeras calles y portales comerciales cubiertos, los cuales se traspasaron a las urbes hispanas y luego a las americanas como explicaremos a continuación.

The connections between the Arab cities and the Mediterranean cities of antiquity would also have to be better defined historically. In this case it is undoubtedly in Syria that a possible answer to the problem is to be found. The discovery in 1984 of the market of Palmyra set up in the antique roadway may provide us with the missing link in the transformation from a Roman avenue lined with columns to an Arab suq, of which J. Sauvaget had an intuition sixty years ago. (Raymond, 1994, p.18)

## **4 | DEL ZOCO AL TIÁNGUEZ: LA INFLUENCIA DE LOS ZOCOS MEDIEVALES EN EL URBANISMO COLONIAL**

Muchos autores parecen negar tajantemente la influencia del urbanismo musulmán sobre las ciudades hispanoamericanas, sin embargo no es posible obviar el hecho de que dos de cada tres españoles llegados al continente eran andaluces, y el urbanismo andalusí había logrado una simbiosis entre lo hispano y lo musulmán, que obviamente no desapareció del todo después de la Reconquista, como es posible apreciar hasta hoy en día en muchas ciudades españolas.

En efecto, la emigración española en América durante el siglo XVI se formó

sobre un elevado número de andaluces (de tres emigrantes, uno era andaluz), castellanos (viejos y nuevos) a quienes siguen los extremeños: provenientes, todos ellos, de ciudades con tupido tejido urbano. (Solano, 1990, p.164)

Si bien el tejido urbano de estas ciudades dista mucho de asemejarse a la regularidad americana, no es la forma aquí lo que interesa sino la actividad que en ella se desarrolla. El nacimiento de los zocos, comparte con el damero fundacional un origen romano. Una de las características de la arquitectura romana oriental, fue la aparición de las calles aporricadas o columnadas. Mientras que en el mundo romano occidental, los pórticos principalmente aparecieron en los foros, en el mundo oriental, la tradición de las vías procesionales dio origen a las calles columnadas, que reemplazaron muchas veces la existencia de un foro. De esta manera las actividades comerciales que se realizan principalmente en foros ad hoc en occidente, en Oriente se daban en estas vías, de esta forma ciudades como Aleppo, Palmira, Jerash, etc., poseían hermosas avenidas columnadas en donde se daba el comercio cotidiano (Figura 1).



Figura 1. Calle columnada de la ciudad romana de Palmira en Siria.

Fuente: Palmira. Calle columnada de Palmira.  
Foto del autor, 2002.



Figura 2. Calle cubierta del Bazar de Damasco.

Fuente: Bazar de damasco. Foto del autor, 2002.

The colonnaded streets of the East, far from being evidence of any Roman character, become on analysis grand oriental bazaars...The eastern colonnaded street thus becomes the counterpart to the western forums and agoras; both originated as markets. (Warwick, 2002, p.268)

Serán precisamente estas vías comerciales, que al pasar a dominio musulmán, se convertirán en los denominados bazares y zocos de la ciudad musulmana (Figura 2). De aquí surge la idea de los portales con comercios, que originalmente no existían en

las ágoras griegas o foros imperiales<sup>3</sup>, cuyo destino era más cívico que comercial. Estas vías comerciales además establecerán una clara proximidad con el principal templo de la ciudad, lo que se mantendrá cuando estos templos sean convertidos en mezquitas, dando origen a la simbiosis mezquita-zoco que caracteriza a toda ciudad musulmana. Esta cualidad también será traspasada a la España musulmana, la cual mantendrá sus zocos en proximidad a sus mezquitas, contribuyendo de esta manera a una fuerte centralidad en torno a la mezquita mayor, a diferencia de las ciudades medievales del resto de Europa que eran de carácter más policéntrico.

Atraída por la asistencia de los fieles a la mezquita principal, en sus cercanías desarrollábase la vida comercial de mayor importancia e intensidad, en tiendas situadas en las calles inmediatas, en la alcaicería, en las alhóndigas o *fanadiq* y en los zocos. En torno a ese oratorio se agrupaban también los puestos provisionales de los comerciantes modestos, con sus toldos y mostradores portátiles, y circulaban los vendedores ambulantes ofreciendo a gritos su mercancía. (Torres Balbás, 1954, p.13)

Debemos recordar además que el reglamento urbano de la ciudad musulmana establecía una jerarquización de los comercios en relación a su proximidad a las mezquitas, privilegiando los orfebres, libreros, perfumistas y talabarteros en mayor cercanía al templo, y las demás actividades comerciales como verdulerías, carnicerías, etc., más lejos del recinto sagrado. Esta configuración hacia además del patio de la mezquita mayor el principal espacio abierto de estas abirragadas ciudades, haciéndose el parangón entre el patio como centro de la casa, y el patio de la mezquita como centro de la ciudad. Si bien la influencia morfológica de estos zocos no será reproducida en el continente americano, si es posible reconocer que la forma de relacionarse entre estos espacios, y las formas de uso servirán de ejemplo para el urbanismo fundacional como a continuación veremos.

## 5 | EL TIÁNGUEZ INDÍGENA<sup>4</sup>

Una característica errónea que ha permanecido por bastante tiempo, ha sido el suponer la existencia de *tianguis* o *tianquiztli*<sup>5</sup> o mercados indígenas en todo el continente americano, cosa que actualmente ha sido completamente desmentida (Murra, 1975), pues las dinámicas comerciales andinoamericanas, no favorecieron la existencia de un mercado establecido como si existió en Mesoamérica.

The traditional view that market systems did not exist in the prehistoric Andes is based on a large corpus of historical data. Unlike Central Mexico, where market systems were described in substantial detail in early colonial documents, markets and marketplaces were barely mentioned in Andean texts of the same era (Stanish and Coben, 2013, p.419).

3. Esto no quiere decir que no existían foros especiales dedicados al comercio, pero apartados de las funciones cívicas dado el desprecio que sentían los griegos por las actividades mercantiles que consideraban de inferior rango.

4. Para efectos de este trabajo se ocupará el término Tiánguez, por no haber una acepción similar en la lengua quechua.

5. Rémi Siméon, *Diccionario de la lengua náhuatl o mexicana*, México, Siglo XXI Editores, 1984. *tianquiztli* s. Mercado, plaza. p. 546.

A pesar de ello los historiadores siguieron usando indistintamente el término aunque que no correspondiese a la realidad local. La discusión del tipo de comercio que se dio en la región andina no está del todo esclarecida aún, pero al parecer sí existe un acuerdo respecto de la existencia de ferias que se habrían realizado esporádicamente para el trueque o venta de bienes, ferias además que permitían el encuentro social de las diversas comunidades que atendían a ellas.

Es por ello que mientras en Mesoamérica las nuevas ciudades muchas veces aprovecharon estos espacios comerciales constituidos, en el caso andino se tuvo que formalizarlos, y esta sin duda se constituyó en una de las grandes problemáticas de la corona española. La dispersión territorial de los poblados indígenas de la región, hizo que en el caso de Chile, el proceso de urbanización de muchas ciudades se retrasara considerablemente.

En Chile, por el contrario, en la zona central se produjo una dispersión poblacional grave, a la par que se verificaba la distribución total de la propiedad de la tierra. Esta pobre densidad demográfica, unas distancias extremas y una poca comunicabilidad ayudaron al sostenimiento de esta vida rural en aquellas comunidades, redundando resultados negativos para la sociedad, la buena administración de la justicia y los cumplimientos religiosos (Solano, 1990, p.102).

La necesidad de evangelizar y civilizar a la población indígena, hizo que la iglesia tuviese que utilizar diversas dinámicas para reunir a la población, entre ellas estaba la constitución que se de barrios y también de parroquias en torno a la antiguas unidades territoriales prehispánicas como los ayllus. En el caso de los núcleos urbanos más poblados una estrategia de concentración de la población fue reunir diversas actividades en un mismo espacio, como lo fue entonces permitir que las actividades mercantiles convivieran con el orden cívico en las plazas mayores.

Corazón de la economía, la plaza del mercado era el lugar donde se podían informar de las últimas leyes puestas en vigor, ya que el pueblo estaba mantenido al tanto de las nuevas ordenanzas a través del pregón público. (Villegas, 2010, p.97)

Situación que de alguna manera replicaba lo que ya había sido realizada en las primeras fundaciones de Nueva España. Al reunir las actividades comerciales esporádicas y adaptarlas y concentrarlas en un solo espacio, se mantenía un mayor control sobre ellas, dando origen así a la costumbre de congregar las actividades de diverso tipo en la plaza mayor, para así aprovechar la reunión de personas que ahí se generaba y así se hacía más fácil evangelizar. Este antecedente de alguna manera no era ajeno a los conquistadores hispanos, pues en las ciudades hispanas la simbiosis mezquita-zoco ya existía, solo que ahora se convertía en catedral y mercado.

Debemos considerar además que tanto en el mundo musulmán, como en el indígena americano, el concepto de plaza cívica eran completamente inexistentes, es por ello que

este espacio simbólicamente vacío que generaba la cuadrícula urbana no era del todo comprendido, y por ello se prestaba para el uso que tanto andaluces como indígenas estaban acostumbrados: sus actividades comerciales. Esta fórmula tuvo tanto éxito que la simbiosis mercado-templo se mantiene vigente en muchas ciudades hispanoamericanas, en donde periódicamente las plazas mayores se transforman en el tiangué que originalmente fueron. (Figura 3 y 4).



Figura 3. Catedral y plaza principal de Copacabana.

Fuente: Iglesia, plaza y mercado de Copacabana. Bolivia. Foto del autor, 2015.



Figura 4. Plaza de San Francisco, antiguo tiangué de Quito.

Fuente: Plaza de San Francisco, antiguo tiangué de Quito. Foto del autor, 2016.

## 6 I DEL TIÁNGUEZ A LA PLAZA MAYOR: MANUEL DE AMAT Y LA ORDENACIÓN DEL ESPACIO URBANO

Hacia fines del siglo XVIII, la costumbre de realizar las actividades del mercado en la Plaza de Armas de Santiago se había mantenido desde sus inicios, pero el desorden y la suciedad que generaban estas actividades entraron en conflicto con el ideario del Gobernador de la Capitanía de Chile y después Virrey del Perú, Manuel de Amat y Junyent (1704-1782).

Manuel de Amat, quiso llevar a cabo las nuevas reglamentaciones borbónicas que tenían como fin el ordenamiento y embellecimiento general hacia fines del periodo colonial en las ciudades del Virreinato. Su labor se podría sintetizar como una suerte de higienización de los espacios urbanos de estas urbes, lo que abarcaba tanto el ámbito temporal como el espacial. El control del tiempo implicó darle una periodicidad más precisa a las diversas funciones urbanas, y el control espacial se efectuó a través de el “localizar” muchas de las actividades que se realizaban de forma dispersa por toda la ciudad. Dos herramientas que claramente se alinean con la mentalidad “ilustrada” que había empezado a primar en Europa y que se oponía claramente a lo que se entendía como el desbande y desorden en que vivían muchas ciudades coloniales hispanoamericanas.

Otra de las medidas dirigidas a introducir un régimen de orden en un pueblo enteramente desquiciado en sus hábitos i principios fue la creación de un mercado medianamente aseado en lugar de los *triangués* indijenas de la conquista, que se celebraban al cielo raso en una lamentable confusión, i cuya diaria zambra i perpetua inmundicia no había tenido otro correctivo que el derecho de toldos i tendales creado por el presidente Manso. Había sido, empero, una gabela mas, pero no una regla de orden. (Vicuña Mackenna, 1869, p.127)

Las actividades mercantiles no sólo se realizaban en la misma Plaza sino que además continuaban por las calles aledañas, en los denominados Baratillos uniéndose así con el área comercial en las calles próximas al río Mapocho. En el caso preciso de la Plaza de Armas de Santiago, queriendo dar orden a esta espacio que funcionaba más como mercado que como plaza, Amat manda a realizar un construcción ligera en la plaza misma de la ciudad en el costado oriente, que permitiera ordenar el comercio que allí se daba.

Antes de Amat todos los comestibles se vendían tirados por el suelo. Después que se hizo el gran galpón ordenado por aquel, colgose la carne en barandas de palo, los aparejos servían para exhibir las verduras i menestras. (Vicuña Mackenna, 1869, p.431)

Esta construcción separaba físicamente la plaza del portal de Sierra Bella y generaba una calle cerrada denominada de Los Baratillos o Callejón de los Mercaderes, rompiendo así la configuración del espacio cívico (Figura 5). El comercio se realizaba tanto en estas construcciones ligeras y también en los portales en forma de los denominados cajones, que persistieron durante todo el siglo XIX (Figura 6 y 7). Estos cajones son muy similares al mobiliario usado en los zocos actuales de muchas ciudades del norte de África, como Marraquech, Fez, Tunisia y otras. (Figura 8)



Figura 5. Detalle de Plano de Santiago de Chile, 1793, en donde es posible ver en la plaza de Armas un volumen correspondiente a los baratillos.

Fuente: Detalle del Plano de Santiago de 1793. Memoria Chilena. Patrimonio Cultural Común.

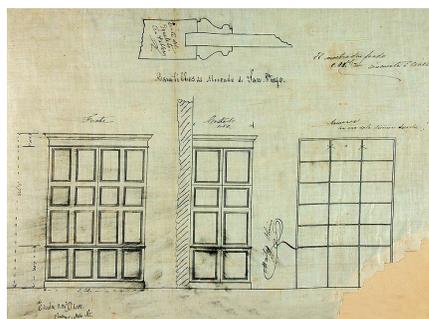


Figura 6. Cajones que se utilizaban en los baratillos de la Plaza de Armas de Santiago.

Fuente: Baratillos del Mercado de Santiago. 1876. Memoria Chilena. Patrimonio Cultural Común.

Esta situación que había perdurado por siglos entra en crisis a comienzos de la

República. Los nuevos usos ilustrados se opusieron a la dinámica del mercado que existía en estas ciudades, de alguna manera estas se desarabizaron, y se desindigenarizaron, dejaron de ser zocos y tiánguez, para transformarse en plazas. Si bien el argumento más común para justificar las transformaciones que se dieron tendrían su origen en las medidas que había implantado Amat, en donde las actividades dispersas se habían relocalizado, en este caso la necesidad de formalizar este nuevo espacio comercial dice relación además con el interés del gobierno de controlar las actividades comerciales, que durante mucho tiempo se dieron de manera informal, pues si bien existía un comercio formal que pagaba tributo y era normado, existía igualmente un comercio informal de mercadillos o baratillos como eran llamados, que se escapaba muchas veces de toda regulación<sup>6</sup>.



Figura 7. Cajones en el antiguo Portal de Sierra Bella de la Plaza de Armas de Santiago de Chile.

Fuente: Portal viejo de la Plaza de Armas de Santiago, 1860. Autor desconocido. Memoria Chilena. Patrimonio Cultural Común.

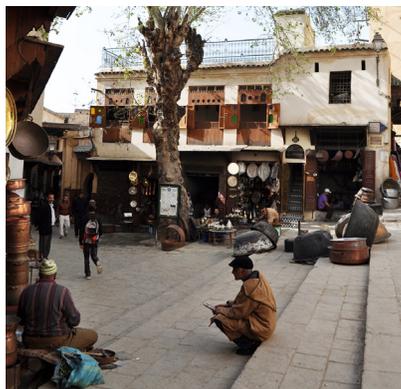


Figura 8. Zoco de Fez en donde es posible ver un sistema de mobiliario de venta muy similar a los cajones coloniales.

Fuente: Zoco de Fez. Fotografía del autor, 2013.

En otros países de Hispanoamérica, en donde existía mayor actividad comercial se había ya establecido tempranamente alhóndigas, en donde era controlada la actividad comercial de productos de mayor necesidad, como trigo, o carne, cosa que en Chile no existió, sino hacia esta fecha, en cuanto se formaliza una plaza de Abastos (1821) y el posterior Mercado Central (1872).

Pero aparte de estas justificaciones ya conocidas, queremos para finalizar presentar otra posible lectura, que no excluye en todo caso a las anteriores.

6 . Una de las medidas que precedieron este ordenamiento, fue justamente el nombramiento por parte del Cabildo de Santiago de un Juez de Abastos en 1792. Ver Actas del Cabildo, 1792. Disponible en : [http://www.historia.uchile.cl/CDA/fh\\_actas/index.html](http://www.historia.uchile.cl/CDA/fh_actas/index.html)

## 71 A MODO DE CONCLUSIÓN: LA PLAZA MAYOR, UN PROBLEMA DE SOBERANÍA

En Chile, la destrucción de la soberanía popular del ágora o foro (en la práctica, del cabildo) fue iniciada por la Corona Imperial y terminada por el Estado 'portaliano'. A partir de 1830, a los municipios se les cercenó, una a una, sus atribuciones soberanas de antaño. (Salazar, 2003, p.20)

Para explicar más claramente nuestro argumento nos basaremos en este concepto de soberanía que acuña Gabriel Salazar. Para el autor con el advenimiento de la República se habría producido una crisis en lo que él denomina como soberanía popular. Esta soberanía había surgido con la aceptación que había realizado la Corona Española de la mantención de algunas de las dinámicas sociales indígenas, de esta manera, mientras la Corona se constituía en una Supra-soberanía, el pueblo establecía su propia soberanía local, la cual se corporeizaba a través de los poderes locales de municipios, barrios, etc. Muchos de los cuales respetaron las organizaciones urbanas precolombinas como los ayllus por ejemplo. De esta manera convivieron perfectamente esta supra-soberanía con la soberanía local, pues la primera se expresaba a través de todo un aparato simbólico, en el cual participaba tanto el poder político como el religioso, a través de festividades, efemérides, etc.

Símbolos que van más allá de los objetos materiales que evocan solemnemente la presencia de la autoridad. En una sociedad rural e iletrada como la de Santiago de Chile en el siglo XVII, donde lo escrito tenía una influencia claramente restringida en el proceso de socialización cultural, todo lo que rodeaba al poder y que tocaba la subjetividad emocional de los sentidos tenía un contenido simbólico. (Márquez, 1999. p.582)

Así este poder real lejano se expresaba abstractamente mediante este corpus simbólico para hacerse presente. La soberanía local en tanto se expresaba en cabildos, y también por supuesto en la mantención de usos y costumbres propios de cada comunidad. De este modo en el mismo soporte urbano, se podían expresar perfectamente estos dos órdenes soberanos. Esto sin duda, eclipsó cuando con el proceso de Independencia, la supra-soberanía de la corona española desaparece, y el poder ahora pasa a ser detentado por la aristocracia local, es aquí en donde la necesidad de expresar esta nueva soberanía estatal entra en conflicto con esta soberanía popular.

La nueva soberanía estatal, ya no es una suprasoberanía lejana y distante, sino que ahora se hace presente en este espacio central de la ciudad. Es por ello que el gobierno republicano siente la necesidad de restaurar el uso cívico de la plaza mayor, desplazando las otras actividades fuera de este espacio urbano, que fue lo que ocurrió con la instalación de los comerciantes en la recién creada recova o plaza de abastos (1821).

De esta manera al ordenamiento económico, y a la higienización física y visual, se puede sumar también la necesidad de representación del nuevo orden político, que de alguna manera le dará a la Plaza Mayor por primera vez el rol con el cual inicialmente

fue fundada. Así podemos apreciar que el paso del orden colonial al republicano no sólo supuso un cambio en el ámbito político, sino también en los usos y costumbres que habían permanecido en nuestra ciudad inalterables durante siglos. “La plaza de la Independencia conserva muchas funciones de la plaza colonial, pero pierde fundamentalmente su carácter monopólico de centro vital.” (Rojas Mix, 2006, p.113)

Con el termino de la Colonia, finaliza lo que podríamos llamar un uso doméstico que se hacía de la plaza, en donde más que como plaza, era concebida como un patio de la ciudad, como había ocurrido también en las ciudades hispanomusulmanas, en donde el patio de la mezquita y sus alrededores eran a su vez el patio de la ciudad, lugar de comercio, de encuentro de el muy variopinto espectro de la sociedad colonial. Con ello se termina además aquel encuentro de lo que Turner denomina la *Communitas* (Turner, 1988), en el sentido de que esta misma indefinición le permitía convertirse en ese espacio liminal que borraba todas las diferenciaciones sociales y restituía el orden indígena que se creía de alguna manera extinto. El nuevo higienismo ilustrado pondrá fin a esta rica mixtura, ordenando y separando los cuerpos en el tiempo y en el espacio en los nuevos lugares que la urbanidad republicana ahora proveía. Debemos sin embargo recordar que esto constituye sólo un caso aislado, pues en muchas de las plazas mayores hispanoamericanas sigue dándose esta rica simbiosis el donde las soberanías locales conviven armoniosamente con los poderes políticos imperantes.

## REFERENCIAS

Abu-Lughod, J. (1987). The Islamic City--Historic Myth, Islamic Essence, and Contemporary Relevance. *International Journal of Middle East Studies*, 19(2), 155-176. Retrieved May 5, 2015, from <http://www.jstor.org.uchile.idm.oclc.org/stable/163352>

Alsayad, N. (1991). *Cities and Caliphs. On the Genesis of Arab Muslim Urbanism*. New York, EEUU: Greenwood Press.

Ball, W. (2002). *Rome in the East . The transformation of an empire*. New York, EEUU: Taylor & Francis e-Library.

Guarda, G. (2014). *Santo Tomas de Aquino y las fuentes del urbanismo indiano*. En Miguel Mena, *La Ciudad Colonial del Nuevo Mundo: formas y sentidos I*. Santo Domingo, Rep.Dominicana: Ediciones Cielo Naranja.

Lapidus, I. (1973). The Evolution of Muslim Urban Society. *Comparative Studies in Society and History*, 15(1), 21-50. Retrieved May 5, 2015, from <http://www.jstor.org.uchile.idm.oclc.org/stable/178186>

Mena,M. (2014). *La Ciudad Colonial del Nuevo Mundo: formas y sentidos I*. Santo Domingo, Rep. Dominicana: Ediciones Cielo Naranja.

Murra, J. (1975). *Formaciones económicas y políticas del mundo andino*. Lima, Perú : Instituto de Estudios Peruanos.

Page, C. (2008). *El espacio público en las ciudades hispanoamericanas. El caso de Córdoba (Argentina). Siglos XVI a XVIII*. Córdoba, Argentina : Báez Ediciones.

Palm, E. (1951). *Los Orígenes del Urbanismo Imperial en América*. Ciudad de México, México : Instituto Panamericano de Geografía e Historia, Comisión de Historia.

Rama, A. (2004). *La Ciudad letrada*. Santiago, Chile: Tajamar Editores.

Raymond, A. (1994). Islamic City, Arab City: Orientalist Myths and Recent Views. *British Journal of Middle Eastern Studies*, 21(1), 3-18. Retrieved May 5, 2015, from <http://www.jstor.org.uchile.idm.oclc.org/stable/195564>

Salazar, G. (2003). *Ferías Libres, espacio residual de soberanía ciudadana*. Santiago, Chile: Ediciones SUR.

Solano, F. (1990). *Ciudades Hispanoamericanas y Pueblos de Indios*. Madrid, España: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Stanish, Ch., Coben, L., (2013) *Barter Markets in Pre-hispanic Andes*. En Hirth, K., Pillsbury, J., editores. *Merchants. Markets and Exchange in the Precolumbian World*. Washington, EEUU: Dumbarton Oaks.

Torres Balbas, L. (1951). *La Edad Media*. Sección de Libro. Archivo Digital UPM. Disponible en: <http://oa.upm.es/33689/>

Turner, V. (1988). *El Proceso Ritual*. Madrid, España: Taurus.

Valenzuela Marquez, J. (1999). De Las Liturgias del Poder al Poder de las Liturgias: Para una Antropología Política de Chile Colonial. Santiago, Chile: *Revista Historia*, Vol.32, Instituto de Historia. Pontificia Universidad Católica de Chile.

Vicuña Mackenna, B. (1869). *Historia Crítica de la ciudad de Santiago. Vol.1 y VOL.2*. Valparaíso, Chile: Imprenta El Mercurio.

Villegas, P. (2010). Del tianguis prehispánico al tianguis colonial: Lugar de intercambio y predicación (siglo XVI). Ciudad de México, Mexico: *Revista de Estudios Mesoamericanos. Volumen 8*. Enero-junio.

Vovelle, M. (1985). *Ideologías y mentalidades*. Barcelona, España : Ariel.

## (RE)CONHECENDO O ÁGUA LIMPA: O RESGATE DA HISTÓRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

*Data de aceite: 01/07/2021*

*Data de submissão: 26/04/2021*

### **Amanda Lopes da Silva**

Centro Universitário de Lavras. Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
Lavras — Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/9978597328149283>

### **Fernanda Vieira da Silva**

Centro Universitário de Lavras. Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
Resende Costa — Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/5303994648449736>

### **Janaina Faleiro Lucas Mesquita**

Centro Universitário de Lavras. Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
Lavras — Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/2101739247486439>

### **Rafaella Lasmar Bozetti**

Centro Universitário de Lavras. Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
Lavras — Minas Gerais  
<http://lattes.cnpq.br/9208342353498084>

**RESUMO:** Lavras (MG), é uma cidade de médio porte, onde está localizado o bairro Água Limpa. Este, é objeto de estudo do projeto de pesquisa “(RE)conhecendo o Água Limpa: um estudo sobre a história e a memória do bairro”, onde foi pesquisada, estudada e analisada a relação de pertencimento da população do bairro com relação a ele, e foi constatado que a maior parte

das pessoas não conhece a história do Água Limpa e não se sente pertencente ao bairro. A partir desta constatação foram feitas pesquisas com o intuito de compreender a constituição do bairro, suas memórias, sua história, seu patrimônio, e construir, assim, uma trajetória de formação do mesmo. Essas pesquisas deram origem a uma metodologia de educação patrimonial que tem o objetivo de fortalecer as relações de pertencimento entre a população do bairro Água Limpa com o local onde vivem, para que assim, a memória do bairro seja preservada e ele seja valorizado. Dessa forma, este trabalho pretende apresentar a metodologia de educação para o patrimônio que será aplicada no bairro Água Limpa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Patrimonial; Memória; Patrimônio Cultural; Pertencimento.

### RECOGNIZING ÁGUA LIMPA: THE RESCUE OF HISTORY THROUGH PATRIMONIAL EDUCATION

**ABSTRACT:** Lavras (MG), is a medium-sized city, where is located the neighborhood Água Limpa. This is the object of study of the research project “Recognizing Água Limpa: a study on the history and memory of the neighborhood”, where was researched, studied and analyzed the relation of belonging of the population of the neighborhood in relation to it, and it was found that most people do not know the history of Água Limpa and do not feel belonging to the neighborhood. Based on this finding, researches were made in order to understand the constitution of the neighborhood, your memories, your

history, your patrimony, and likewise build a trajectory of your formation. These researches gave rise to a methodology of patrimonial education that aims to strengthen the relations of belonging among the population of Água Limpa neighborhood with the place where they live, so that the memory of the neighborhood is preserved and it is valued. Therefore, this work aims to present the methodology of education for the patrimony that will be applied in the neighborhood Água Limpa.

**KEYWORDS:** Patrimonial Education; Memory; Cultural patrimony; Belonging.

## 1 | INTRODUÇÃO

O bairro Água Limpa, localizado na zona leste do município de Lavras, estado de Minas Gerais, é de formação atípica, que necessitou de relatos orais dos moradores que ali habitam ou habitaram para poder ser descrito e/ou caracterizado.

Segundo o censo de 2017 feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Lavras possui uma população de aproximadamente 100 mil habitantes, situada a cerca de 219km da capital do estado Belo Horizonte. De acordo com Németh-Torres (2012), o município se originou através da exploração do ouro pelos bandeirantes paulistas, na década de 1720. Mais tarde iniciaram-se atividades agropecuárias, e no ano de 2019, a cidade é referência na área da educação, em especial pelas instituições localizadas na região.

Neste contexto, a cidade de Lavras possui diversos bairros com características distintas. A cidade se formou, e junto a ela o bairro Água Limpa. Em buscas pela história deste bairro, quase nada se encontrava em publicações científicas ou formais, o que fortaleceu a realização e importância da pesquisa a que nos propomos a desenvolver na iniciação científica. Dessa maneira, com o intuito de contribuir para a construção da história e da memória do bairro foi realizada essa pesquisa, onde descrevemos a formação, a memória e a história do bairro.

Em nossas pesquisas iniciais podemos afirmar que, o bairro possui um destaque que deveria ser abordado em face da sua formação: antes mesmo de se tornar um bairro, sua gleba pertencia a produtores de leite influentes para toda a região sul do estado.

Ainda assim, de acordo com os relatos orais dos moradores, a terra do bairro possuía bastantes riquezas como o ouro e solo fértil para plantações. É válido mencionar ainda, a origem do seu nome, que enraizado na importante função do ribeirão de águas ricas que ali dividia suas terras. Ainda assim, sabe-se que em tempos de seca o ribeirão contribuía para sanar a falta de água para toda a população lavrense.

Em 1992, ocorreu um sorteio junto aos órgãos responsáveis para a construção de um conjunto habitacional nas terras do bairro, consolidando sua formação. A população que ali residiu passou a criar associações influentes gerando melhorias para toda a comunidade.

Assim, é notório como o bairro possuiu uma comunidade que incentivava as trocas e experiências entre os moradores. Porém, ela se perdeu com o passar dos anos e toda a

sua história foi sendo esquecida.

Dessa forma, a partir da pesquisa de iniciação científica intitulada “(Re)conhecendo o Água Limpa: um estudo sobre a história e a memória do bairro”, a história e a memória do bairro foram estudadas e proposta uma cartilha de educação patrimonial para a divulgação sobre os resultados da pesquisa. A pesquisa buscou ainda, enfatizar a ideia de que para que os bens de uma comunidade sejam preservados não basta que eles sejam reconhecidos como patrimônio cultural ou tombados, é necessário que eles sejam valorizados pelas pessoas e que estas se sintam pertencentes aos mesmos, comprovando a importância e relevância da metodologia de educação patrimonial apresentada neste trabalho.

Logo, o estudo a ser apresentado, foi fruto de pesquisa realizada pelo curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Lavras (UNILAVRAS) pela aluna Fernanda Vieira com a orientação da professora Janaina Faleiro Lucas Mesquita. Para a sua construção, foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e *in loco*, a fim de erigir uma metodologia de educação patrimonial em face da cartilha já elaborada, que pode ser vista no site: <[https://issuu.com/agualimpa/docs/cartilha\\_gua\\_limpa\\_-\\_final.pptx](https://issuu.com/agualimpa/docs/cartilha_gua_limpa_-_final.pptx)>.

Dessa forma, é notório como um dos maiores desafios da contemporaneidade é o de como despertar e manter a cultura, a identidade e os valores íntegros perante as gerações mais jovens inseridas na sociedade globalizada. Diante deste cenário, a metodologia de educação patrimonial instaurada pela cartilha do patrimônio cultural de Lavras do bairro Água Limpa, se mostrou uma importante aliada para resgatar e enfatizar a sua memória cultural e histórica .

Sendo assim, este artigo irá expor como essa metodologia foi estruturada e as diversas possibilidades de sua aplicação, cujo o objetivo é atuar diretamente na formação dos ideais de crianças e jovens, despertando o conhecimento da história do bairro no qual estão inseridos, bem como, da cidade de Lavras. Para despertar esse interesse, é necessário sensibilizar o público alvo do quão importante e valioso é o patrimônio cultural que os circunda, na tentativa de valorizar, preservar e divulgar sua memória as gerações passadas e futuras, tornando-os cidadãos responsáveis do seu papel promotor em face do desenvolvimento histórico e cultural do bairro.

Assim, o presente estudo irá destacar a educação patrimonial como um mecanismo fundamental para minimizar ou até mesmo sanar a falta de conscientização da comunidade lavrense sobre a importância da preservação de seus bens culturais, por conseguinte, contribuindo para o processo de valorização e preservação do seu patrimônio.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

Benevolo (1984), ao analisar a palavra cidade, revela que ela pode ser empregada em dois sentidos. O primeiro, se refere a organização de sua sociedade e o segundo aponta para a sua situação física. Dessa forma, é possível destacar que a situação física da

cidade, é onde a sociedade impregna a sua história. Onde estão registradas as memórias e tradições de uma determinada comunidade:

A forma física corresponde à organização social e contém numerosas informações sobre as características da sociedade, muitas das quais só podem ser conhecidas desta maneira e as únicas que podem ser experimentadas – movendo-se no cenário da cidade ou, melhor ainda, nela residindo [...] (BENEVOLO, 1984, p. 14).

Dessa forma, se torna fundamental para o estudo de uma cidade analisar além de sua forma física também as características culturais dos moradores de cada bairro que compõe a cidade. Logo, se a história de uma cidade e de seus bairros pode ser narrada por seus moradores, sabemos que toda sua trajetória histórica e intimista poderá ser relatada de forma intensa e particular por cada indivíduo, assim fortalecendo a sua consciência de valor, do sentimento de pertencimento e de memória.

Portanto, através dessa abordagem acreditamos que será possível despertar nas pessoas que residiram ou residem no bairro Água Limpa o quanto eram importantes para o bairro, ou melhor, como eram parte dele, fazendo com que cada indivíduo usufrua do sentimento de pertencimento, bem como, resgatando a sua própria identidade com o lugar onde vivem, notando assim, o bairro de forma mais expressiva.

Dessa maneira, através dessa ideia, a pesquisa e a cartilha de educação patrimonial elaboradas passaram a ser estruturadas enfatizando a relevância do estudo, quando embasado em uma parcela da cidade e ao analisar a formação do bairro Água Limpa junto às suas respectivas características culturais através dos próprios moradores, com relatos orais e de documentos guardados por estes mesmos moradores. A cartilha foi produzida com o apoio do Centro Universitário de Lavras (UNILAVRAS), da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), do morador do bairro Jamilson Rezende e do professor Antônio Claret. As ilustrações e formatação foram feitas pela aluna do curso de Arquitetura e Urbanismo, Luana Júlia.

Através das memórias e histórias contadas pelos próprios moradores do bairro, a cartilha foi estruturada, baseada em narrativas individuais, descrevendo assim, a história do bairro de forma lúdica e educativa. Dessa forma, desenvolver pesquisa sobre a memória do bairro Água Limpa foi sobretudo, pesquisar o espaço a partir de suas construções coletivas, onde também foi estudado e analisado as construções pessoais de cada morador.

Logo, a cartilha teve como objetivo estudar a construção e a formação desse bairro a fim de identificar essas características coletivas e individuais que construíram e ainda constroem [sua história, sua memória e a sua identidade, visto que cada bairro as possui particularmente.

Nesse contexto, a memória de bairro leva em consideração as relações das pessoas entre si e com o espaço onde vivem. Ressaltamos ainda, a importância que o trabalho aqui mencionado possuiu ao estudarmos a relação que a população do bairro apresenta

com o lugar que ocupa, e com as tradições e memórias que nele estão representadas, (re) conhecendo assim, a importância da cultura para uma comunidade.

Destacamos que a metodologia utilizada nos questionários e entrevistas para os resultados obtidos foram fundamentais para a construção da cartilha. Antes de ser executado o projeto foi enviado ao Comitê de Ética e Pesquisa e recebeu aprovação, tendo o número CAAE 98032918.6.0000.5116.

O cálculo amostral da pesquisa partiu do pressuposto da população do bairro de 2700 pessoas. Considerando o erro de amostra de 10% e um nível de confiança de 95% foram necessárias 93 amostras.

Os dados coletados com as entrevistas e questionários foram:

- Como e quando o bairro iniciou a sua formação?
- Quais são as personalidades, pessoas mais importantes do bairro?
- Existe patrimônio cultural no bairro?
- Qual a relação da população com o bairro?
- Qual a relação da população de Lavras com o bairro?
- Existe uma relação de pertencimento, de cuidado da população para com o seu bairro?
- Existe uma identidade cultural no bairro? Qual? Como ela se apresenta?
- Equipamentos de lazer, saúde, segurança, cultural, religião, educação, etc;
- Infraestrutura urbana;

Dessa forma, os questionários foram aplicados diante da tentativa de mesclar os entrevistados pelo gênero, tentando haver um equilíbrio de dados, com o cuidado para não tender a um público específico. Também buscou-se enfatizar a memória no tempo e no espaço. Essas propostas se enriquecem ainda mais quando, além de considerar a construção coletiva de memória entre moradores de um mesmo local, considera-se também a possibilidade de trabalhar com gerações diversas, promovendo a valorização e integração, favorecendo a continuidade das memórias. Essa construção da memória a partir de narrativas de diferentes faixas etárias, além de enriquecer a estratégia de coleta dados, se constitui em um proveitoso mecanismo de transformação social. Os dados obtidos com relação a estes assuntos estão apresentados nos gráficos das figuras 1, 2 e 3.

1. Gênero:  
93 respostas

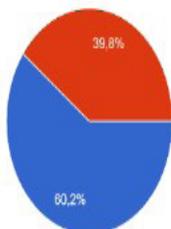


Figura 1 – Gênero.

Fonte: as autoras, 2019.

2. Faixa Etária:  
93 respostas

Feminino  
Masculino

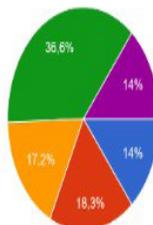


Figura 2 - Faixa etária.

Fonte: as autoras, 2019.

6. Você tem conhecimento da história do seu bairro?

93 respostas

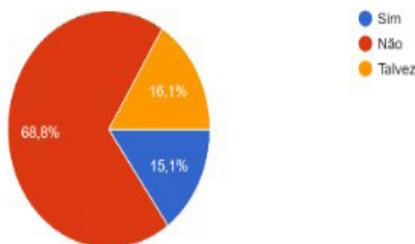


Figura 3 – Sentimento de pertencimento.

Fonte: as autoras, 2019.

Dessa forma, uma das análises realizadas na pesquisa foi referente ao sentimento de pertencimento com o bairro. Logo, tentamos optar por perguntas intimistas que abrangessem uma observação analítica, afim de elaborar um primeiro passo para encontrar quais as características mais fortes do Água Limpa frente a população local. Diante disso, poder ainda identificar as suas necessidades e distinguir os comportamentos que resulta em envolvimento e engajamento da população local com o bairro.

Portanto, o trabalho foi justificado através da importância do estudo da história dos bairros de uma cidade. Que representam a própria história da cidade. Destacando ainda a lacuna que os trabalhos publicados sobre este assunto estão ajudando a preencher ao registrar através de trabalho científico a formação do bairro Água Limpa, até então não registrada segundo nossas pesquisas iniciais em meios digitais de divulgação de publicações científicas. Assim, abrangendo os conhecimentos a respeito da história da cidade de Lavras, identificamos a questão do patrimônio no bairro Água Limpa. A palavra patrimônio, bem como memória, de acordo com Ferreira (2006), compõe um vocabulário contemporâneo de expressões cuja característica principal é a pluralidade de sentidos e definições que a elas podem ser atribuídos. Portanto, levantar análises sobre a memória do bairro Água Limpa, é sobretudo, pesquisar o espaço a partir de suas construções coletivas,

onde também devem ser estudadas as construções individuais. E assim, poder construir e deixar o legado do patrimônio deste bairro, da sua memória, da sua história, seus costumes e tradições. Nesse sentido, a metodologia de educação patrimonial proposta será estruturada a fim de identificar essas características coletivas e individuais que construíram e ainda constroem a história, memória e identidade do bairro.

O historiador Pierre Nora (1997), definiu como lugares de memória:

Locais materiais ou imateriais nos quais se encarnam ou cristalizam as memórias de uma nação, e onde se cruzam memórias pessoais, familiares e de grupo: monumentos, uma igreja, um sabor, uma bandeira, uma árvore centenária podem constituir-se em "lugares da memória", como espelhos, os quais, simbolicamente, um grupo social ou um povo se "reconhece" se "identifica", mesmo que de maneira fragmentada. Estes "lugares" ou "suportes" da memória coletiva [...] tem o poder de servir como substância aglutinante entre os membros do grupo, garantindo-lhes o sentimento de "pertença" e de "identidade". (NORA, 1997)

Tal sentimento de pertença ao meio em que está inserido, sendo sujeito da história, se liga diretamente com a preservação de bens culturais e resgate da memória, ou seja, com a manutenção de vínculos proposta pela educação patrimonial já que promover continuidade para as gerações futuras, faz com que tenhamos garantia de que o bem e as memórias irão ser preservados e conservados, além de ter esse conhecimento passado a diante.

A educação patrimonial é um instrumento que faz possível que o indivíduo compreenda o meio em que vive, tornando-o consciente de sua cultura e trajetória histórica, sendo a interação dos estudantes com os bens culturais fatores-chaves para a afirmação da identidade cultural. Dessa maneira, reconhecer o local em que está, torna possível valorizar e fazer parte de sua história e desenvolvimento, seja de forma material ou imaterial visto que, quanto mais experiências, mais rica se torna sua bagagem a ser absorvida e compartilhada, como cita Grunberg; Horta; Monteiro (1999).

Com o avanço da tecnologia, mais distante do espaço urbano se encontra o indivíduo, uma vez que mais alienado, se torna apático perante as experiências simples vivenciadas em seu passado ou presente. Logo, ferramentas com o objetivo de reconectar a população à sua história se faz de suma importância, além de ser essencial para a manutenção das memórias passadas de geração para geração, isso é o que podemos fazer utilizando a educação patrimonial.

Não se trata, portanto, de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, [...]. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora (BRANDÃO, 1996 apud FLORÊNCIO, 2020, p. 29).

A educação patrimonial é de suma importância devido a conscientização,

fazendo com que o bem seja valorizado e resguardado com certo afago, já que, junto a ele se encontra variados conhecimentos e simbologias. Mediante o exposto, promover a aproximação de grupos distintos de uma sociedade se faz o objetivo de tais ações, de forma a tornar relevante a valorização da história local, assim como seus patrimônios e sua identidade cultural (SABALLA, 2007). Além de tornar perceptível o valor pedagógico que possui a educação patrimonial, por possibilitar trocas, incentivar atos de preservação e conservação e a passagem de saberes por gerações. Todas elas com um único objetivo: enraizar conhecimentos e vivências e tornar a sociedade a principal guardiã dessa história.

### 3 | METODOLOGIA

Neste contexto usaremos a proposta de educação patrimonial. Machado (2004) enfatiza a importância de que os próprios sujeitos possuem contato com os patrimônios no qual estão inseridos. Acredita-se que esse método poderá assentar bases sólidas referentes à identidade da população, estimulando os seus valores culturais que poderão ser repassados para as futuras gerações fazendo com que o patrimônio cultural se manifeste como um conjunto de valores tangíveis e intangíveis, enraizados no contexto social.

Com base nessas definições, a proposta intitulada como “A produção dos saberes” foi estruturada, permitindo que os indivíduos possam realizar suas próprias leituras do mundo no qual se inserem, tornando-o parte integrante da comunidade do bairro Água Limpa crescendo em todo o estudo da cartilha já estruturada.

Logo, essa metodologia irá criar um elo entre o passado, o presente e o futuro, concebendo o sentido de pertencimento, inserindo os jovens na história e percepção íntima do meio. Ainda assim, poderá ser estabelecido o valor do partilhado e da coletividade, visto que essa ação será promovida em ambientes férteis e acolhedores aos moradores do bairro Água Limpa. Dessa forma, a proposta foi norteada a partir das percepções fundamentadas nas pesquisas *in loco*, que enfatizam que os lugares são os próprios suportes da memória; os próprios cenários urbanos e as relações culturais narram a história local do bairro. Assim, esse mesmo espaço poderá permitir construções reais e simbólicas a essa parcela da sociedade que desconhece os seus valores e símbolos. Agregando, por conseguinte, na sua própria identidade.

O objetivo da metodologia será promover a leitura do bairro de forma crítica e pessoal, estabelecendo sua relação com o passado descrito na cartilha, ressignificando sua importância e valores no mundo contemporâneo. Além disso, a proposta irá proporcionar a interação da comunidade a fim de que o próprio espaço no qual o bairro está inserido dialogue com as crianças e jovens para que desenvolvam o sentimento de pertencimento tanto refutado na cartilha, ou seja, sensibilizar, preservar e educar o patrimônio do bairro Água Limpa através da compreensão e valorização de sua própria história e simbologia. A seguir será apresentada a metodologia:

## **MOMENTO 1 – “Apresentando o Água Limpa”**

O primeiro momento da proposta acontecerá em sala de aula com a ajuda da cartilha impressa ou através de aparelhos eletrônicos, a fim de divulgar e expor a cartilha sobre a história do bairro Água Limpa, destacando sua origem e seus primeiros moradores bem como suas principais características.

## **MOMENTO 2 – “Explorando o Água Limpa”**

Nesta etapa, os jovens irão organizar um roteiro para visitar os pontos mencionados na cartilha, para que possam conhecer os bens culturais inseridos no espaço urbano, afim de criar uma percepção e pertencimento perante os locais de memória da comunidade. Essa proposta possibilitará uma maior interação com o lugar e também com os moradores.

## **MOMENTO 3 – “Registrando o Água Limpa”**

No terceiro momento, os jovens serão orientados a fazer registros dos bens culturais da cidade através de pinturas, desenhos, colagens ou textos, de modo a estimular a criatividade e as habilidade de cada um.

## **MOMENTO 4 – “Minhas Experiências”**

O quarto momento será reservado para a realização de uma roda de conversa em sala de aula, para debaterem sobre as percepções e experiências vivenciadas durante a segunda e terceira etapas, para que então possam promover a construção coletiva da exposição final que será aberta à comunidade.

## **MOMENTO 5 – “(RE)conhecendo o Água Limpa”**

O quinto e último momento, será a montagem da exposição aberta à comunidade com o trabalho desenvolvido pelos jovens, onde será oferecida aos pais, docentes, colaboradores da escola e para a população em geral. Assim, esse momento possibilitará a troca de informações e experiências entre as diversas gerações.

Sendo assim, a partir da descrição de como ocorrerá cada momento, foi possível elaborar uma tabela resumo das atividades, mencionando seus objetivos e tempo estipulado para o andamento de cada fase. O intuito é contribuir para a aplicação e condução das atividades propostas pelo projeto. A seguir, é possível analisar como foi feita a distribuição das etapas.

MOMENTO	ATIVIDADE	OBJETIVO	LOCAL	PARTICIPANTES
1 -Apresentando o Água Limpa	Primeiro contato com a cartilha para que os jovens conheçam as principais características e histórias do bairro.	Fazer com que os jovens conheçam e entendam um pouco mais sobre a origem do bairro.	Sala de aula	Jovens, professores e alunas do UNILAVRAS
2- Explorando o Água Limpa	Organização de um roteiro para conhecer os principais locais de memória do Água Limpa.	Evidenciar os bens culturais do bairro.	Ruas do bairro	Jovens, professores e alunas do UNILAVRAS
3- Registrando o Água Limpa	Produção de desenhos, pinturas, colagens etc.	Estimular a habilidade de cada jovem e suas percepções.	Ruas do bairro ou sala de aula	Jovens, professores e alunas do UNILAVRAS
4- “Minhas experiências”	Roda de conversa/ debates sobre as experiências vividas durante o roteiro.	Construção coletiva da exposição final.	Sala de aula	Jovens, professores e alunas do UNILAVRAS
5- (RE)conhecendo o Água Limpa	Exposição aberta a comunidade para troca de experiências.	Promover as trocas de experiências e informações entre as pessoas das mais diversas faixas etárias.	Pátio ou quadra da escola.	Toda a comunidade.

## 4 | CONCLUSÃO

A elaboração do trabalho permitiu compreender que a educação patrimonial é um exercício capaz de fazer com que as pessoas se percebam sobre a importância da valorização e da preservação dos seus bens culturais, principalmente em comunidades como o Água Limpa, que demonstra que grande parte dos indivíduos não reconhecem a existência dos saberes e ao menos a história do lugar, conforme os dados apresentados;

Assim, nota-se que a metodologia proposta quando desenvolvida com as crianças e adolescentes em ambiente escolar, é uma ferramenta eficiente capaz de impulsioná-los em direção ao processo de aprendizagem sobre o que se trata o patrimônio, passando então a perceber a riqueza da cultura local de modo que possam passar para as futuras gerações. Através desse método espera-se que os jovens cultivem o sentimento de pertencimento pelo espaço e demonstrem interesse pela salvaguarda de seus bens, além de que sirva como forma de reflexão durante o processo de formação da identidade coletiva e individual.

## REFERÊNCIAS

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto: método e história na arquitetura**. São Paulo: Perspectiva S.A, 1984.

FERREIRA, Letícia. Patrimônio: **Discutindo alguns conceitos**. DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, agosto de 2006.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. “*Educação Patrimonial: um processo de mediação*”. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012. (Caderno Temático 2).

GRUNBERG, E; HORTA, M. de L. P.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, p.58. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf). Acesso em 28 jul. 2020.

IBGE, 2017. Lavras. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/panorama>. Acesso em 26 de julho de 2020.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação patrimonial: orientação para professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco, 2004.

NEMETH -TORRES, Geovani. **De Parnaíba as lavras do funil: subsídio para a história das origens de lavras, 1712-1729**. Lavras, 2012.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard Quarto, v. 01, 1997.

SABALLA, V. A. Educação Patrimonial: “Lugares de Memória”. **Revista Mouseion**, Local de publicação, v.1, p.23-25, junho de 2017. Disponível em: [https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs\\_online/artigos/mouseion/2007\\_v1\\_n1/vasaballa.pdf](https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/mouseion/2007_v1_n1/vasaballa.pdf). Acesso em: 28 jul. 2020.

# CAPÍTULO 17

## CIDADES CRIATIVAS E REQUALIFICAÇÃO URBANA: CONSUMO DO ESPAÇO E DINÂMICA SOCIOESPACIAL NA ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CORDEIRÓPOLIS (SP)

*Data de aceite: 01/07/2021*

*Data de submissão: 31/03/2021*

**Eduardo Alberto Manfredini**

Faculdades Integradas Einstein Limeira - FIEL  
Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo  
Ulson – UNAR  
Cordeirópolis – SP  
<http://lattes.cnpq.br/4173093477313608>

**RESUMO:** O presente artigo relata os estudos de pós-doutoramento que tratam das ações humanas sobre o espaço urbano em uma cidade paulista de pequeno porte, abordando as dinâmicas materiais neste cenário e suas relações com a economia criativa. Analisam-se desta maneira, os indutores e resultantes representados pelas relações de consumo e apropriação espacial, ampliadas em suas perspectivas pela busca incessante dos cidadãos na obtenção dos serviços necessários, convívio socioespacial, geração de renda e luta pela sobrevivência. Foi focado neste contexto, um recorte da área urbana central do município de Cordeirópolis – localizado na terceira região de maior concentração industrial do país - a área da histórica Estação Ferroviária, instalada no ano de 1.876, única no país implantada “em curva”. O trabalho pautado na análise de situações socioespaciais do cotidiano urbano, em especial dos processos em ocorrência no espaço representado pelo antigo pátio ferroviário, procurou demonstrar as possibilidades envolvidas na mudança de

paradigmas na condução do planejamento urbano voltado a reintegrar – utilizando-se dos conceitos da economia criativa - aquele local à dinâmica da cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço urbano; economia criativa; consumo e apropriação espacial; Estação Ferroviária; dinâmica da cidade.

CREATIVE CITIES AND URBAN  
REQUALIFICATION: SPACE  
CONSUMPTION AND SOCIO-  
SPATIAL DYNAMICS IN THE FORMER  
CORDEIRÓPOLIS RAILWAY STATION  
(SP)

**ABSTRACT:** This article reports on postdoctoral studies that deal with human actions on urban space in a small city in São Paulo, addressing the material dynamics in this scenario and their relations with the creative economy. In this way, the inducers and results represented by the consumption relations and spatial appropriation are analyzed, broadened in their perspectives by the incessant pursuit of citizens in obtaining the necessary services, socio-spatial coexistence, income generation and struggle for survival. In this context, a focus was placed on the central urban area of the municipality of Cordeirópolis - located in the third region with the highest industrial concentration in the country - the area of the historic Railway Station, installed in the year 1876, the only one in the country implanted “in curve”. The work based on the analysis of socio-spatial situations of urban daily life, especially of the processes occurring in the space represented by the old railway yard, sought to demonstrate the possibilities involved in changing paradigms

in the conduction of urban planning aimed at reintegrating - using the concepts of creative economy - that place to the dynamics of the city.

**KEYWORDS:** Urban space; creative economy; consumption and spatial appropriation; Train station; dynamics of the city.

## 1 | INTRODUÇÃO

Ao estudo do conjunto de ações, tanto públicas, quanto privadas, que tem como resultado a ocupação do território urbano, denomina-se dinâmica socioespacial. O tema retratado neste trabalho, em conjunto com os estudos da economia criativa, relaciona-se ainda às temáticas atreladas ao crescimento populacional, à evolução física da cidade, sua formação e evolução, tendo como foco a área da antiga Estação Ferroviária de Cordeirópolis, cidade paulista localizada na Região de Campinas (Figura 1).

Assim, tomando como referência o contexto urbano dos pequenos municípios do estado, em especial aqueles localizados na Região Político Administrativa de Campinas,<sup>1</sup> este estudo busca investigar os processos determinados pelo conjunto de ações socioespaciais públicas e privadas, que impulsionaram dinâmicas no território urbano.

No cenário regional mencionado, os municípios conformaram e evoluíram suas tramas urbano-rurais, em especial a partir do período final século XVIII, pautados na exploração econômica da terra, inicialmente como base produtiva atrelada ao setor agrário e posteriormente como mercadoria de valoração patrimonial das classes sociais dominantes.

Passados pouco mais de dois séculos, a conformação da rede de municípios organizada no entorno de Campinas - interligada por cadeias produtivas e interesses econômicos – contextualizou-se pela formação e expansão das urbes atreladas ao capital, fatores que vieram impulsionar a região a se transformar no terceiro parque industrial do país a partir das décadas de 1980 e 1990 do século XX.

---

<sup>1</sup> A Região Político Administrativa de Campinas está dividida nas seguintes Regiões de Governo: Bragança Paulista, Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e São João da Boa Vista.

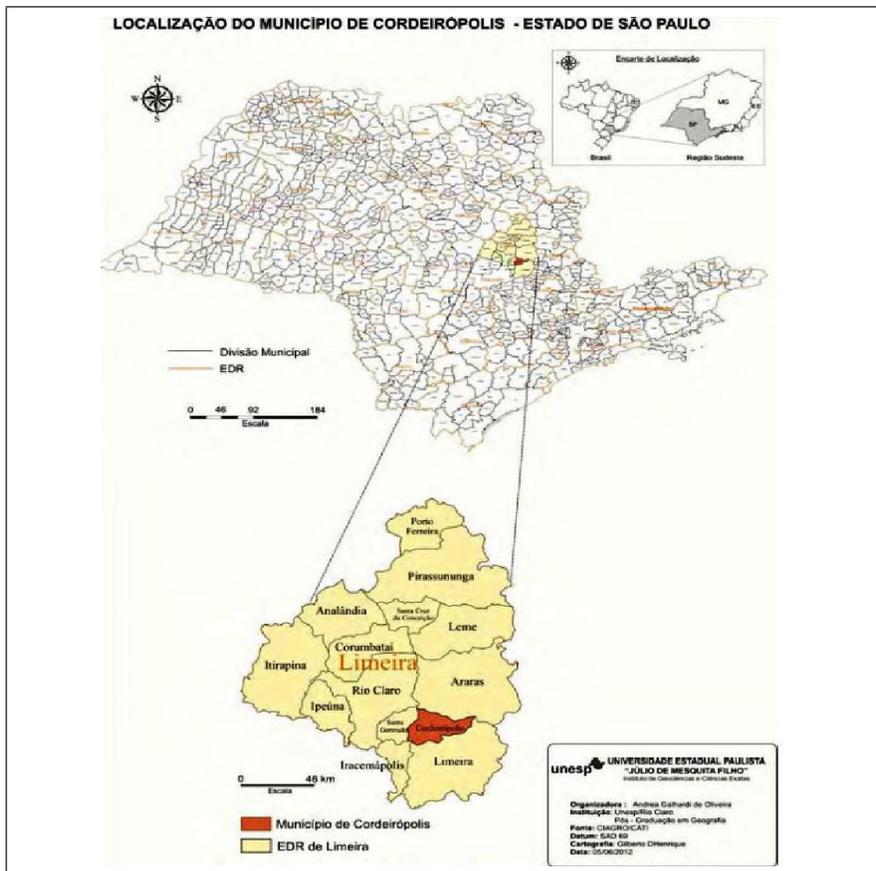


FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DE CORDEIRÓPOLIS.

Fonte: Crioni (2012).

No período presente, aglomerações formadas pela proximidade – por vezes continuidade - entre malhas urbanas de algumas cidades, indicam processos de conurbação, onde estão representadas características socioespaciais similares, pautadas em especial, nos arranjos produtivos e nos modos de apropriação do solo. Algumas destas ocorrências encontram-se inseridas na Metrópole Campineira, composta por vinte municípios<sup>2</sup> e também do Aglomerado Urbano de Piracicaba,<sup>3</sup> constituído por vinte e dois.

Assim, considerando a inserção das cidades de pequeno porte na Região Administrativa de Campinas, abordam-se de modo a compor um entendimento geral dos processos de ocupação do solo na área da Estação Ferroviária de Cordeirópolis (Figuras 2

2 Região Metropolitana formada pelos municípios de Americana, Arthur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Jaguariúna, Indaiatuba, Itatiba, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antonio da Posse, Sumaré, Valinhos, Vinhedo e Morungaba.

3 Águas de São Pedro, Analândia, Araras, Capivari, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Elias Fausto, Ipeúna, Iracemápolis, Leme, Limeira, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra e São Pedro.

e 3), as ações públicas e privadas, pesquisando os eventuais dispositivos legais, políticas de gestão e suas ramificações, em especial aquelas relacionadas à dinâmica aplicada na ocupação fundiária do solo da cidade e às questões do transporte ferroviário.



FIGURA 2: PÁTIO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CORDEIRÓPOLIS.

Fonte: Sanches (2014).

A contextualização das atividades de caráter privado concentrou-se na evolução dos setores produtivos do município, em especial na indústria cerâmica, que impulsionou a produção imobiliária voltada ao atendimento das necessidades habitacionais dos trabalhadores.



FIGURA 3: ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CORDEIRÓPOLIS NA DÉCADA DE 1980.

Fonte: Pascon (2013).

Importa ainda destacar que a abordagem mencionada concentrou-se no período compreendido entre o final da década de 1980 e o início deste segundo decênio do século XXI, buscando estabelecer contribuição ao estudo de propostas e soluções criativas para a dinâmica do socioespaço, sua história e suas resultantes para as comunidades das pequenas cidades paulistas.

## 2 | O CONCEITO CRIATIVO

Na pesquisa, foram tratadas as ocorrências resultantes da dinâmica socioespacial em Cordeirópolis e as conseqüentemente propostas para a mitigação de problemas e aplicação de instrumentos de gestão, atrelados ao conceito de cidades criativas, buscando ampliar os estudos neste campo de pesquisas pois, como apontado por Landry:

Uma cidade criativa estimula a inserção de uma cultura de criatividade, no modo como se participa da cidade. Ao incentivar a criatividade e legitimar o uso da imaginação nas esferas pública, privada e da sociedade civil, amplia-se o conjunto de ideias de soluções potenciais para qualquer problema urbano. Esse é o pensamento divergente, que gera múltiplas opções e deve ser alinhado ao pensamento convergente, que fecha as possibilidades, a partir das quais as inovações urbanas que se mostraram viáveis podem emergir. Uma cidade criativa demanda infraestruturas que vão além do *hardware* – edifícios, ruas ou saneamento. Uma infraestrutura criativa é uma combinação de *hard* e *soft*, incluindo a infraestrutura mental, o modo como a cidade lida com oportunidades e problemas; as condições ambientais que ela cria para gerar um ambiente e os dispositivos que fomenta para isso, por meio de incentivos e estruturas regulatórias. (LANDRY, 2013, p.13-14).

O autor destacou também que um aproveitamento máximo da criatividade existente no lugar deve ser pautar no conhecimento amplo do desenvolvimento de sua história e cultura: “Levar a cultura em consideração nos ajuda a entender de onde um lugar vem, por que ele está como está e como pode criar seu futuro, por meio de seu potencial. Esses

recursos culturais são a matéria-prima da cidade e sua base de valores; seus ativos, substituindo o carvão, o aço ou o ouro” (LANDRY, 2013, p.15).

Assim, o conceito de criatividade foi utilizado como instrumento para explorar os recursos disponíveis no plano local, atrelado à questão histórica, cultural e à evolução urbana, englobando ainda as dinâmicas produtivas e, tendo como foco, a Área da Estação Ferroviária.

Procurou-se caracterizar e integrar fatores como a criatividade, a cultura e a questão dos arranjos produtivos locais, de modo a estudar alternativas que venham contribuir com a construção de uma metodologia voltada ao reconhecimento, gestão e exploração dos recursos locais.

Como observado por Landry, esta cultura deve ser considerada ao estabelecer os critérios e técnicas “do planejamento e do desenvolvimento urbanos, ao invés de ser vista como um acessório marginal a ser considerado, uma vez que as questões importantes de planejamento, como habitação, transporte ou ocupação do solo, estiverem resolvidas.” (LANDRY, 2013, p.15)

Assim, as tratativas propostas buscaram também contemplar as condicionantes culturais e produtivas locais, dentro do contexto do ramo cerâmico de cunho artesanal existente no município, buscando apresentar estudos voltados à evolução da economia criativa e justiça social, com foco no planejamento urbano sustentável e no incentivo da preservação da história e cultura locais.

Tendo em vista as observações sobre a ocupação do solo em Cordeirópolis, destacam-se como áreas de interesse os impactos desta ocorrência na vida comunitária, influenciada na última década pela ampliação espacial e populacional, estas pautadas na evolução das atividades produtivas do setor cerâmico na cidade de Cordeirópolis.

Deste modo, objetivando-se uma investigação mais detalhada para a elaboração de estudos de propostas com cunho criativo no local, estabeleceram-se análises das relações e processos decorrentes da dinâmica socioespacial urbana, entendendo-as como problemas para elucidação da pesquisa e como procedimento de pesquisa, em especial aquelas ligadas à evolução do setor produtivo e às atividades ferroviárias.

Cabe destacar ainda que o objetivo central do estudo sobre a Estação de Cordeirópolis pautou-se em identificar as alternativas viáveis para a evolução da economia criativa e a justiça social na cidade, como contribuição aos estudos do planejamento urbano sustentável, atrelado ao incentivo da preservação da história e cultural locais.

### **3 I EXPANSÃO DE PROBLEMAS URBANOS E OCUPAÇÃO ESPACIAL**

Os principais problemas observados no município de Cordeirópolis passam pela condição de pujança econômica apresentada pela localidade nas últimas décadas. A evolução de seu campo industrial, atrelada à condição logística da cidade, trouxeram

entraves ligados à mobilidade urbana e à infraestrutura de modo global, problemas ampliados pela evolução da necessidade habitacional. Dentre as políticas aplicadas no plano municipal e o planejamento urbano, a elaboração e efetivação do Plano Diretor em 2011, estabeleceram caminhos para as possíveis soluções.

Com relação à mobilidade urbana, em especial ao sistema viário, estão os problemas relacionados ao tráfego de veículos e pedestres e à limitada capacidade de suporte das vias.

Também é notável, por exemplo, a ineficiência das ciclovias existentes e qualidade das calçadas – aponta-se que o município, embora de pequeno porte, tem distritos industriais localizados a uma distância entre dois e oito quilômetros do centro urbano – que poderiam auxiliar na redução de veículos automotores nas vias.

Segundo os trabalhos de levantamento de dados para o plano Diretor de 2011, realizados pela UFSCar (2007), caracterizavam-se (e ainda se caracterizam) no sistema viário de Cordeirópolis a maciça circulação de veículos de transporte de matéria prima cerâmica – composta essencialmente por argila seca – fator que promove a suspensão de partículas sólidas no ar. Este transporte de matéria prima e produtos da indústria cerâmica, dada à presença de unidades industriais deste ramo distribuídas em todo o entorno da área urbanizada, promove também a circulação contínua e desordenada de veículos pesados pela malha viária urbana.

Esta informação vivenciada no cotidiano da cidade se confirma no conteúdo do relatório “Qualidade do Ar no Estado de São Paulo 2019”, elaborado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) <sup>4</sup> onde está indicado que, em níveis pouco abaixo do considerado crítico, o problema se efetiva em Cordeirópolis. Com relação aos problemas ambientais, cabe destacar que a retirada de matéria prima do solo e o armazenamento do material destinado à produção cerâmica, também são processos preocupantes no contexto local.

A degradação ocasionada quando da retirada da argila das jazidas - que têm como resultantes as “cavas” - promove o surgimento de verdadeiras crateras a céu aberto, sendo algumas com profundidade superior a quarenta metros, que acabam por ser transformadas, após a finalizada a exploração da matéria prima e, devido à presença de água do lençol freático, em lagoas bastante profundas e sem finalidade específica. Dentre outros problemas que contribuem para alterações no nível de água no subsolo, destacam-se a diminuição das áreas agrícolas e a remoção de solo fértil, que tornam obsoleto o uso produtivo do solo.

Outra situação enfrentada pelo município diz respeito à água para abastecimento, em especial no custo de produção, como apontou Lacerda (2015 b), em reportagem onde observou que a escassez da matéria bruta está promovendo o encarecimento do produto.

Importa destacar a este respeito que a principal reserva do município, a represa localizada no Bairro do Cascalho (Figura4), foi atingida no biênio 2014 a 2015 por grave

<sup>4</sup> C.f. CETESB, 2019.

escoamento de sua reserva, ocasionado por fatores como a baixa precipitação no período.

Tal ocorrência foi incrementada pela carência com relação ao planejamento preventivo de fontes alternativas à captação e ao consumo nos períodos anteriores, bem como de soluções efetivas de longo prazo nos dez anos passados, capazes de mitigar a situação em períodos de longa estiagem onde a reserva não fosse suficiente.



FIGURA 4: REPRESA DO CASCALHO COM NÍVEL ABAIXO DO NORMAL EM 2014 e 2020.

Fonte: O autor (2014 e 2020).

Também contribuíram para a questão na represa, o desmatamento e a presença de propriedades em seu entorno e na cabeceira, onde estão suas nascentes, que se utilizam da água antes que a mesma abasteça o manancial e ainda reservam água para utilização na produção rural, sem estudos e discussões por parte das autoridades municipais e estaduais.

Também destaca-se de modo negativo a necessidade de requalificação da área da antiga Estação Ferroviária, que abriga além da antiga Gare, um conjunto de edificações residenciais e institucionais, como um teatro municipal.

Entende-se, deste modo, que com a revitalização da Estação Ferroviária, o município poderia transformar a área em um complexo educacional, cultural, comercial e turístico, oferecendo em um primeiro momento às famílias que invadiram a área, assistência educacional, voltada à melhoria profissional e das condições de saúde, estas focadas na obtenção e geração de emprego e renda.

#### **4 | EXPANSÃO DA CULTURA CRIATIVA**

A questão da aplicação dos conceitos de economia criativa, tendo como foco a Estação Ferroviária de Cordeirópolis, passa, como explicitado no decorrer deste estudo, por fatores ligados a questão da preservação do patrimônio histórico e cultural local, ao planejamento urbano e, em especial à gestão urbana. Nota-se que a situação de degradação, esconde problemas urbanos como a segregação, a subabitação, a violência, a desvalorização humana e socioespacial, impondo condições de miséria aos ocupantes daquela porção do território urbano.

Entende-se que sob a tutela da economia e das cidades criativas, estas focadas na utilização da criatividade presente no local, como instrumento de transpasse dos problemas socioespaciais, poder-se-ia mitigar e solucionar a maioria dos conflitos ora representados naquela área da cidade.

Incentivando a criatividade, esta se torna um instrumento capaz de fomentar a expansão de oportunidades não somente no plano local, mas também por todo o município, salientando que uma cidade criativa deve ser liderada pela gestão e a administração estar voltada à promoção socioespacial das melhorias urbanas, como observou Iversen:

Também nos parece importante discutir o papel dos governos locais no desenvolvimento de uma política cultural e da economia criativa, que favoreça a diversidade, a criação de empregos, o desenvolvimento econômico, a regeneração urbana e o investimento em infraestrutura criativa e em design. (IVERSEN, 2013, p. 131).

Estes fatores integrados e parte de um planejamento estratégico elaborado pela gestão local, poderiam se tornar atrativos para negócios diferenciados em um futuro não muito distante, pautado em uma futura adequação das atividades realizadas no espaço da Estação, direcionadas para ramos de interesse do pensamento, voltado ao desenvolvimento criativo do município, bem como pautados ainda em outras questões estruturais, como definiu a autora:

As cidades devem se preparar e gerar vantagens pelo uso de transportes modernos, atraentes e favoráveis ao ambiente, o que também torna os negócios mais atraentes. O planejamento de longo prazo inclui clima, energia, meio ambiente e também transporte, que foi incorporado na parte de uso do solo, no Plano Diretor. É preciso coordenar os vários planos. Bom transporte público e uma rede de ciclovias, que levem e tragam as pessoas do trabalho, com conforto e eficácia [...] (IVERSEN, 2013, p.135).

Também os conceitos de formação e educação oferecidos, poderiam estar concentrados em capacitar os interessados em áreas do conhecimento – algumas atreladas à história e cultura local - ainda pouco desenvolvidas no plano local, proporcionando formação de mão de obra atrativa em ramos como informática, preservação ambiental e cultura.

Com relação à tipologia dos trabalhos que podem ser desenvolvidos de modo criativo, trabalho elaborado pela Bop Consulting (2010), com o apoio do British Council, apresenta um gráfico dividindo as indústrias criativas em quatro grandes áreas – serviços criativos, conteúdos criativos, experiências criativas e originais criativos – e demonstrando processos de interseção entre elas, distribuindo as diversas atividades nestas grandes áreas ou em suas interseções (Figura 5).

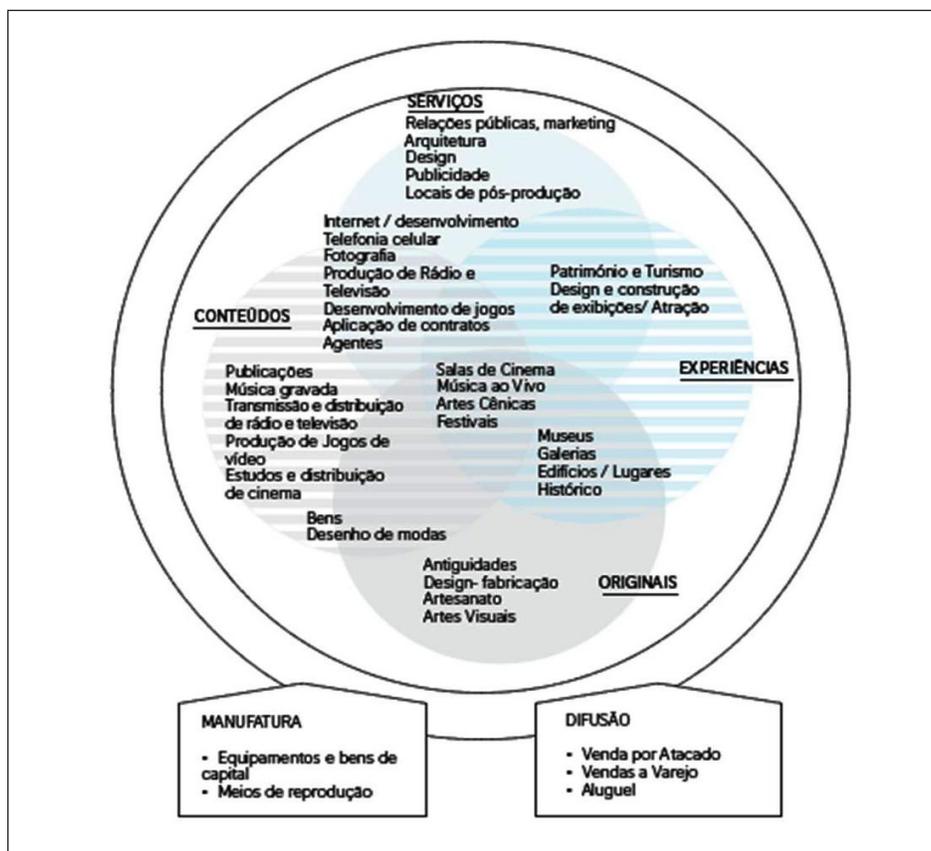


FIGURA 5: PROPOSTA DE ÁREAS PARA ATIVIDADES CRIATIVAS.

Fonte: Bop Consulting (2010).

Observa-se ainda que não é possível estabelecer uma “definição padrão de indústrias criativas, pois cada país adota uma definição diferente de acordo com suas

necessidades” (Bop Consulting, 2010, p.36). Assim, faz-se importante, que exista uma análise pormenorizada e integrada à realidade das atividades, bem como, da cultura e do socioespaço local, trabalho este realizado por especialistas de áreas diversas, que levem em consideração fatores e especificidades de cada localidade, desde o escopo municipal até o regional e nacional<sup>5</sup>.

Neste contexto, o objeto de estudos referenciado na antiga estação ferroviária de Cordeirópolis, estabelecida a relação com as áreas supramencionadas, poderia abrigar – referencialmente após a recuperação parcial ou geral do conjunto – atividades como escritórios de arquitetura, design e publicidade (serviços criativos) estes ligados (ou não) ao ramo cerâmico, como a especificação e projeto de aplicação de materiais, design de pisos e revestimentos e mesmo na área de divulgação e marketing dos produtos, tanto através da implantação de escritórios e prestadores de serviços, quanto na instalação de cursos, formação de mão de obra e desenvolvimento de matéria prima e produtos.

Também poderiam estar ali instalados, laboratórios profissionais e atividades educativas nas áreas de música, áudio e vídeo (conteúdos criativos) atrelados à produção e divulgação estabelecida no primeiro conceito dos serviços criativos. Cabe ressaltar que o município já conta com o “Projeto Guri” que em uma de suas vertentes já realiza cursos que ensinam a arte dos instrumentos musicais promovidos pela Secretaria Municipal da Cultura em parceria com os governos federal e estadual, que já tem capacidade para oferecer alunos e profissionais para as atividades propostas.

No ramo das experiências criativas, o município poderia se apropriar de espaços para a instalação de um museu, que abrigasse sua história e a da ferrovia, além de exposições referenciadas na história da ocupação regional, esta representada pelos acervos das antigas fazendas de café como a Ibicaba e a Santa Gertrudes, ainda hoje preservadas, bem como, de área para a realização de feiras e eventos que possam estabelecer um maior conhecimento acerca dos produtos, cultura e história locais e regionais.

Destaca-se ainda, a oportunidade em se ampliar as atividades ligadas ao artesanato, às antiguidades e as artes visuais (originais criativos), abrindo espaços para a ampliação da capacidade de geração de emprego e renda local e, em especial, para a expansão da cultura criativa local.

Considerando-se o exposto, ter-se-ia ainda os processos de interseção entre as áreas criativas, que promoveriam dinâmicas ao espaço da Antiga Estação, ampliando os usos daquele local e ainda de outros espaços existentes na cidade, como o Teatro, o antigo salão do “Cordeiro Clube” e sua sede esportiva, trazendo recursos para a efetivação da melhoria econômica e socioespacial de todo o município.

---

5 C.F. Bop Consulting, 2010, p. 36.

## 5 | CONSIDERAÇÕES

Sem perder de vista as atividades produtivas no município e, tendo como foco a Área da Estação, propõe-se aplicar os conceitos de criatividade como instrumentos para explorar, alguns dos recursos disponíveis no plano local como a mão de obra, o potencial dos setores cerâmico e logístico e a posição estratégica no plano regional, atrelados às questões histórica e cultural local. Assim, as tratativas propostas para a área da antiga estação ferroviária de Cordeirópolis buscaram contemplar as condicionantes que possam apresentar propostas para a evolução da economia criativa e também da justiça social, pautadas no planejamento urbano sustentável, inteligente e criativo.

Nota-se que os autores, abordam em seus estudos, que no planejamento da cidade criativa faz-se essencial a valorização do espaço urbano, pautada na ampliação da capacidade de espaços públicos e privados de promover a sociabilização de oportunidades aos ocupantes da cidade, como materialidades capazes de dinamizar as relações socioespaciais de modo equilibrado, garantindo a mitigação da luta de classes pela apropriação dos resultados do capital.

Entende-se desta maneira, que a melhoria nas condições de infraestrutura local na área da Estação, por exemplo, poderia acarretar aprimoramento na ocupação do solo, da região central da cidade, pautada ainda na oferta de serviços públicos e privados, bem como, na ampliação dos espaços de lazer, turismo, cultura e educação, atraindo assim, para a área em questão, demanda impulsionada pelo atendimento de suas necessidades e portanto, disposta à obtenção de atendimento, o que poderá gerar emprego e renda.

Com o acesso ao emprego e a renda, a população residente na área da Estação, teria a oportunidade de ocupar imóveis com financiamento acessível, em projetos promovidos pelo poder público em outras áreas da cidade, sendo que as antigas casas da ferrovia localizadas junto à Gare, bem como, as subabitações existentes entre as mesmas – estas removidas – poderiam dar lugar aos serviços públicos municipais ora ocupantes de imóveis locados pela Prefeitura na cidade.

A questão da requalificação urbana, esta considerada a partir do ponto de vista cultural, deve passar então, pela promoção de espaços, onde as atividades possam tomar corpo e se desenvolver, tanto abertos, com funções de praça e área de convívio, quanto fechados, como salas de espetáculos e exposições.

Desta maneira, entende-se que Cordeirópolis tem potencialidade relacionada à cultura local, com produção de eventos e atividades na área, mas faz-se necessário pensar em políticas de gestão pública, estas com capacidade para atrair também a iniciativa privada, com foco no desenvolvimento da economia criativa. Para que esta evolução não seja relegada a um plano inferior, é possível aproveitar-se a oportunidade, para a requalificação da área da antiga Estação, sob o foco criativo, demonstrando habilidades para auferir a riqueza cultural e criativa disponível no plano local, e buscar efetivar o talento criativo.

Como instrumento de intervenção, a economia criativa teria então, atrelada ao planejamento urbano, o papel de impulsionar o sentimento de identidade que o socioespaço representa para a comunidade.

Esta identificação, no caso da antiga Estação Ferroviária em Cordeirópolis, teria, por exemplo, tal representatividade pautada em se constituir a área como um ponto de encontro e convívio das pessoas, neste período não como o local de chegadas e partidas, mas de encontro e conjunção de ideias.

## REFERÊNCIAS

BOP CONSULTING 2010. **Guia Prático para o mapeamento das indústrias criativas**. Trad. Diana Marcela Rey e João Loureiro. Londres: British Council. Disponível em: <[http://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Mapping\\_guide\\_-\\_Portuguese.pdf](http://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Mapping_guide_-_Portuguese.pdf)> Acesso em: 25 mar. 2021.

CETESB, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo 2015. **Qualidade do ar no estado de São Paulo 2019**. São Paulo: CETESB. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/ar/wp-content/uploads/sites/28/2020/07/Relat%C3%B3rio-de-Qualidade-do-Ar-2019.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2021.

CRIONI, A. G. O. **Patrimônio cultural e identidade territorial: estudo do bairro de Cascalho – Cordeirópolis - SP. (138f)** Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro: Universidade Estadual paulista Julio de Mesquita Filho, 2012.

IVERSEN, L. 2011. Desenvolvimento urbano, clima e meio ambiente como vantagens competitivas. In: REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. 2011. **Cidades criativas: perspectivas**. São Paulo: Garimpo de Soluções. Disponível em: <[https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro\\_Cidades\\_Criativas\\_Perspectivas\\_v1.pdf](https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf)> Acesso em: 30 mar. 2021.

LACERDA, D. Ainda sem tratamento, esgoto de Cordeirópolis tem 500 kg de lixo. In: **Gazeta de Limeira**, Limeira, p. 10, 26. Jul., 2015 a.

\_\_\_\_\_. Conta de água fica 25,62% mais cara em Cordeirópolis. In: **Gazeta de Limeira**, Limeira, p. 5, 30. Jul., 2015b.

LANDRY, C. (2013). **Origens e futuro da cidade criativa**, São Paulo: SESI.

PASCON, José Roberto 2013. **Estações ferroviárias: Cordeirópolis**. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/cordeiropolis.htm>> Acesso em: 20 mar. 2021.

SANCHES, Renan. **Parcelamentos e ocupações irregulares**. 148f. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Faculdades Integradas Einstein, Limeira, 2014. Disponível em:<<http://www.einsteinlimeira.com.br/portal/8/49#2014>> Acesso em 22 Mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar. **Leitura técnica da realidade municipal: Cordeirópolis/SP. (150 f)**. São Carlos: UFSCar, 2007.

## A ARQUITETURA HÍBRIDA – UM PARADIGMA TEÓRICO?

Data de aceite: 01/07/2021

### Larissa Miranda Kravchenko

Arquiteta e Urbanista (PUC-Goiás)  
<http://lattes.cnpq.br/9937906617652220>

### Pedro Henrique Máximo Pereira

Arquiteto e Urbanista (UEG) e Artista Visual (UFG). Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo (UnB). Professor e pesquisador (UEG e PUC-Goiás) e professor convidado (UniEVANGÉLICA)  
<http://lattes.cnpq.br/7575589616915093>

**RESUMO:** Neste artigo discute-se os resultados teóricos e projetuais de um Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo, desenvolvido na Escola de Artes e Arquitetura da PUC-Goiás. Trata-se de um complexo de edifícios híbridos pensados e projetados para o Setor Central da cidade de Goiânia, capital de Goiás. A discussão centra-se na falência dos edifícios multifuncionais, em larga medida adotados como soluções para os problemas metropolitanos e aponta para a emergência dos edifícios híbridos na tentativa de resolvê-los. Assim, neste texto encontra-se parte da discussão teórica e as soluções urbano-arquitetônicas adotadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Híbrido, Centro, Intervenção, Requalificação Urbana.

**ABSTRACT:** This paper discusses the theoretical and conceptual results of a Course Completion

Work in Architecture and Urbanism, developed at the School of Arts and Architecture of PUC-Goiás. It is a complex of hybrid spaces designed and designed for the Central Sector of the city of Goiânia, capital of Goiás. The focus is on the bankruptcy of multifunctional buildings, largely adopted as solutions to metropolitan problems and points to an emergency of hybrid projects in an attempt to solve them. Thus, a text is part of the discussion and as urban-architectural solutions adopted.

**KEYWORDS:** Hybrid, Downtown, Intervention, Urban Requalification.

### 1 | INTRODUÇÃO – OS HÍBRIDOS

Este texto é uma versão revisada, atualizada e ampliada do artigo *A proliferação dos híbridos: da cidade ao edifício – uma análise crítica e propositiva* (KRAVCHENKO; MÁXIMO, 2019)<sup>1</sup>. Refere-se a um relato de experiências, de produção e orientação, de um Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido na Escola de Artes e Arquitetura da PUC-Goiás. Trata-se de uma aposta ou um teste, cujo eixo estruturador acena na direção de um paradigma teórico: os híbridos. Neste sentido, uma série de procedimentos de trabalho foram adotados e formulou-se uma proposta urbano-arquitetônica para o Setor Central de Goiânia que sintetizasse, provocasse e difundisse os híbridos.

O híbrido enquanto paradigma teórico e

<sup>1</sup> Publicado nos anais do VI Simpósio Brasileiro de Qualidade de Projeto no Ambiente Construído, ocorrido em Uberlândia (MG), no ano de 2019.

do real está no *locus* da produção arquitetônica contemporânea, seja entendendo o próprio edifício projetado como um produto híbrido, seja entendendo-o como difusor de encontros, choques, experiências e contaminações. Refere-se, *a priori*, de um entendimento maior da cidade como um híbrido de tempos, de usuários, de usos, de localidades e globalidades, de realidades e virtualidades. Enfim, o híbrido como um paradigma encara a impureza, a contaminação, a mistura, a montagem e a colagem como práticas motrizes da nossa era, em busca da alteridade, da tolerância ativa, da diversidade e da abertura relacional.

Neste sentido, apresentamos o trabalho desenvolvido em duas etapas. A primeira discute os híbridos em proliferação, entendendo-o como um paradigma histórico da humanidade, mas também da própria cidade e da arquitetura. Assim, em *A proliferação dos híbridos – da cidade ao edifício*, busca-se realizar uma síntese do pensamento arquitetônico e urbanístico mediante o paradigma dos híbridos. Num segundo momento, por título *Uma análise crítica e propositiva para o centro de Goiânia*, coloca-se à prova as formulações teóricas pensadas e processualmente estabelecidas, revelando a proposta de projeto submetida e avaliada.

## 2 | A PROLIFERAÇÃO DOS HÍBRIDOS - DA CIDADE AO EDIFÍCIO

“A pureza é um mito”, apontou-nos recentemente Paola Berenstein Jacques (2018) em sua tese de titulação. Nela, a autora percorreu a tradição modernista, de origem impura, imprecisa e inacabada e mostrou-nos que sua produção - ou parte considerável - foi, por excelência, híbrida. Essas críticas e constatações não são novas e já foram anunciadas repetidas vezes por autores como Kenneth Frampton, William Curtis, Josep Maria Montaner ou mais recentemente por Jean-Louis Cohen, portanto, Berenstein Jacques não é a primeira pessoa a identificar essas dissonâncias entre o discurso e a prática no Movimento Moderno (MM). Conscientes disso, iniciamos este texto nos referindo a este trabalho, pois ele demarca exatamente o horizonte de cem anos da clássica publicação *Après le Cubisme*, de Le Corbusier e Amédée Ozenfant. Cem anos e dois opostos: por um lado, Corbusier e Ozenfant, em um manifesto, proclamam e enaltecem o purismo; e Paola Berenstein, em uma tese-manifesto de mesmo tom, anuncia a falência de tal discurso, por outro.

Neste ínterim de cem anos muitos fatos ocorreram e muitos fenômenos foram postos à prova. Enquanto a proliferação dos puros parecia hegemônica durante a Segunda Guerra (1939-1945) - e pressunha a destruição imperativa dos híbridos -, a proliferação dos híbridos, em resistência, acunhava-se pelos sótãos, telhados, porões, lareiras, matas ou mesmo rastejante em plantações de girassóis. Enquanto a proliferação dos puros iludia-se num discurso de autonomia do objeto (por acreditar cegamente na autonomia do sujeito), os híbridos corroíam, em silêncio, tal autonomia. Enquanto os arquitetos puristas propuseram articulações sistêmicas de suas partes componentes - como o funcionalismo, a unicidade, a abstração (a fim de manter e proteger sua totalidade discursiva) -, os híbridos reforçavam

as relações com outros ausentes, deslocavam-se pela historicidade dos fatos, afastavam a objetualidade de suas práticas e insistiam em sua processualidade. Enfim, a proliferação dos híbridos alastrou-se em sobremaneira pelos horizontes da história e ainda insiste em eclodir e demarcar seu espaço.

## 2.1 Os híbridos e a crise do MM

No período de formulação do MM, o discurso da autonomia do objeto do sistema *Beaux-arts* se manteria em figuras como Le Corbusier, Mies van der Rohe, Walter Gropius, Eero Saarinen e Ludwig Hilberseimer. Tal compreensão se deu de dois modos, a princípio. Le Corbusier, Gropius e Hilberseimer a partir de propostas funcionalistas e Saarinen e Rohe a partir de obras isoladas. Em maior ou menor grau, tal discurso e ambas posturas também tenderiam a se unificar, de modo irrestrito, na proposta de integração das artes. Nele, o objeto arquitetônico seria o ponto de convergência para o qual se endereçariam, em específico, a pintura e a escultura.

Na América Latina, especialmente no Brasil e México, tal discurso soou forte, com produções de representatividade internacional como a Igreja São Francisco de Assis (1943), em Belo Horizonte, de Oscar Niemeyer com painéis de Cândido Portinari e a casa Luis Barragán (1948), na Cidade do México que, em consonância com a cultura popular (ênfase nos muralistas), estipulou planos-murais de cores fortes, contrastantes e texturizadas. Brasília (1957-1960), a cidade apoteótica do MM projetada por Lúcio Costa, foi também o ponto de convergência da integração das artes e, apesar de guardar certa unidade urbano-arquitetônica, nasce híbrida em função da atuação de Athos Bulcão, Burle Marx, Portinari, Niemeyer, Lucio Costa entre outros; da contaminação da história recente dos paradigmas do urbanismo modernista e, principalmente, pela contaminação histórica dos projetos que antecederam ao projeto executado no Planalto Central. Deste modo, Brasília assinala para os puros mas, conforme Máximo (2019), nasceu híbrida, um mix de versão *ex nihilo* e *ex nihilo nihil fit*, uma cidade siamesa.

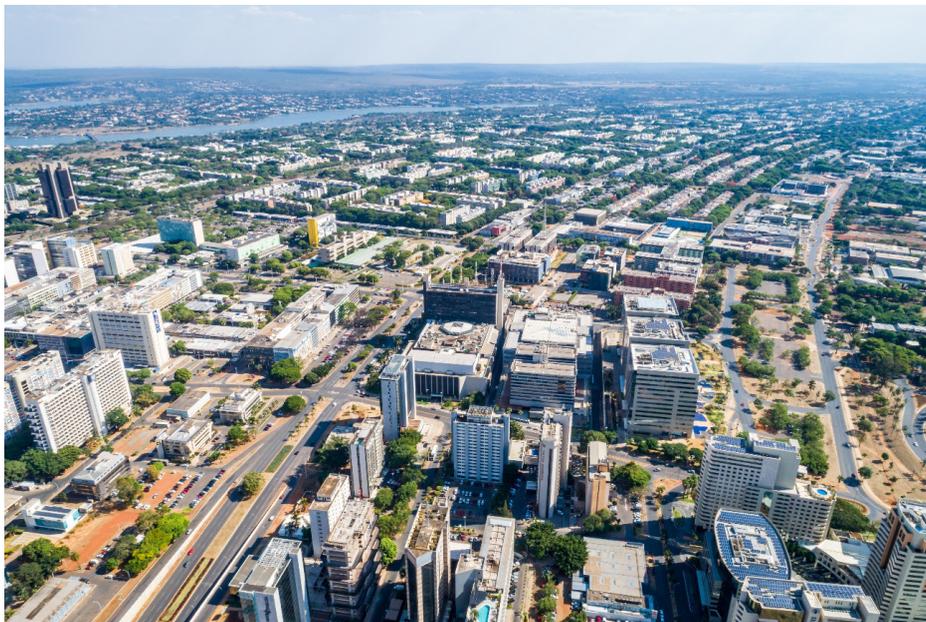


Figura 1 – Vista aérea da Asa Sul de Brasília.

Fonte: Pedro Máximo, 2019.

Neste sentido, a postura híbrida no MM parecia basilar, não fosse a eclosão do *The International Style* (1932) que deu ênfase ao discurso purista em escala global. O encobrimento das diferenças, dissonâncias e desvios por parte desse discurso foi a causa de seu enfraquecimento durante a crise do racionalismo ocidental do pós-Guerra. Cabe aqui a ressalva de que o termo crise não indica um abalo, mas disputa e julgamento. Neste sentido, a chamada crise do MM delimita uma disputa de narrativas, um excesso de desdobramentos cuja análise e juízo precediam qualquer avanço de tais práticas. Assim, a depressão da hegemonia do racionalismo incitaria uma mudança de postura. O caso da virada de curso na trajetória de Le Corbusier sinaliza esse redirecionamento, iniciando com *Unité d'Habitation* (1952), passando pela capela de *La Ronchamp* (1955) o convento de *La Tourette* (1960), e o icônico projeto urbano para *Chandigarh* (1951).

### 2.1.1 As respostas à crise do MM

As respostas ao esfacelamento da autonomia do objeto foram imediatas. O decurso dessa história se desdobrou em posições relacionais, não deterministas e não impositivas. Referente ao primeiro momento, conhecido na historiografia como o período de revisão do MM, o encaminhamento dos objetos autônomos direciona-se aos sistemas abertos, seja das partes integrantes do todo projetado, da relação do novo com a cidade preexistente, ou mesmo do novo com o território e a paisagem. A mudança de postura na direção dos

sistemas abertos pode ser verificado no concurso para a Berlim Hauptstadt (1957), dos Smithson, proposta esta derivada da *Cluster City* (1952-1953); na *Freie Universität* (1963-1979), em Berlim, dos arquitetos Candilis, Josic e Woods; na proposta similar destes mesmos arquitetos para o *Römerberg* (1963), em Frankfurt; ou para o novo bairro para Toulouse, o *Toulouse-le-Mirail* (1962-1977), parcialmente executado, no qual há uma mistura de repertórios, tanto dos *Clusters* quanto das propostas desenvolvidas para as cidades alemãs de Berlim e Frankfurt.

A proposta de *Cluster City in the Air* (1960-1962), de Arata Isozaki, para o bairro Shinjuku, em Tóquio e a *Plug in City* (1964) do arquiteto inglês Peter Cook, mesmo sendo teóricas e provocativas, interpretam as unidades ao mesmo tempo independentes e conformadoras do todo. Unidades plugáveis a partir da lógica da montagem-desmontagem, tanto dos sistemas urbano-arquitetônicos quanto da própria paisagem. Mesmo que a *Tokyo Bay Masterplan* (1960) de Kenzo Tange, de mesma base conceitual, tenha impresso uma representatividade aos Metabolistas, tais propostas ficam claras nos projetos de menor proporção de Kisho Kurokawa para a *Nagakin Capsule Tower* (1972) e para *Le Centre Georges Pompidou* (1971), que expressam uma espécie de estrutura-matriz responsável por comportar as mudanças programáticas e formais. Essas estruturas espaciais abertas podem ser encontradas no *Habitat 67* de Moshe Safdie, no pavilhão das *Humanidades2012*, das arquitetas Carla Juaçaba e Bia Lessa, e mais recentemente no *Plug in City 75* (2017) para Paris, numa intervenção de Stéphane Malka.

Já a Teoria dos Suportes de Nicholas John Habraken, expressa inicialmente em seu livro *Supports* (1962), mas posteriormente aprofundada e amplamente discutida, possibilitou uma abertura substancial para as discussões sobre hibridização e suas dinâmicas. Talvez esta seja a compreensão mais avançada derivada dos postulados modernistas. Respalado por uma afinada compreensão sociológica dos desdobramentos da massificação das habitações coletivas no MM, Habraken pensou numa *estrutura suporte* que possibilitasse a reintrodução dos moradores nos processos decisórios do projeto, execução e ocupação de edifícios. Para tal, pensou numa relação dialética entre o *suporte* e o *recheio*, na qual o suporte refere-se à dimensão urbana de sua estrutura, fixa e estática, obedecendo as decisões e princípios coletivos; e o recheio ou conteúdo refere-se às decisões individuais dos usuários, impermanentes e fluidas. O edifício Next 21 (1989-1993), em Osaka, do arquiteto Yoshitika Utida é talvez o melhor exemplo de aplicação desta teoria, precedida pelo paradigmático caso de MolenVliet (1977), em Papendrecht, do arquiteto Frans van der Werf, e sucedido pelo emblemático caso da Quinta Monroy (2003), em Iquique, do escritório Elemental.

### 2.1.2 Um olhar para a história

A história foi também ponto nevrálgico da diluição do purismo. As críticas de Bruno Zevi ao discurso hegemônico da arquitetura moderna já em 1940 indicam-nos uma forte

mudança de curso do MM na Itália. A *Continuità*, como pressupunham Nathan Rogers e seus discípulos, reinventou o paradigma arquitetônico moderno baseando-se na contaminação histórica, seja a partir da tipo-morfologia urbano-arquitetônica, seja a partir das tradições do construir e do habitar prolongados na história pela cidade. A Torre Velasca (1956-1958), em Milão, do escritório BBPR, é um importante exemplar desta compreensão, tanto quanto a polêmica Botega di Erasmo (1953-1956), em Turim, dos jovens arquitetos Roberto Gabetti e Aimaro Isola (Figura 2).



Figura 2 -Imagem à esquerda – Torre Velasca em Milão do Escritório BBPR (1958) – Fonte: Pedro Máximo, 2015. À direita, Botega di Erasmo, dos jovens arquitetos Roberto Gabetti e Aimaro Isola (1956).

Fonte: Pedro Máximo, 2020.

*Teatro del Mondo* (1979) de Aldo Rossi é, talvez, o edifício paradigmático deste pensamento, mas não o único a revelar as propostas de relação tipo-morfológicas do novo com o antigo. As produções de Carlo Aymonino, Giancarlo de Carlo, Vittorio Gregotti, Massimo Scolari, Giorgio Grassi, Enzo Bonfanti, Bruno Reichlin, Fabio Reinhart, Aurelio Galfetti, Livio Vacchini, Oswald Mathias Ungers, Josef Paul Kleihues, José Ignacio Linazasoro, Alvaro Siza, Mario Botta e Luigi Snozzi seguem, com alguma afinidade, aos ensinamentos de *L'Architettura della città* de 1966.

Outra vertente que se desdobra a partir da identificação dos híbridos é a corrente pós-moderna norte-americana. *Complexity and Contradiction in Architecture* (1966) de Robert Venturi e *Learning from Las Vegas* (1972) de Venturi, Brown e Izenour, aprimoram teoricamente os princípios do simbolismo e se colocam em apologia ao exagero dos híbridos. Robert Venturi, Michael Graves, Philip Johnson, Charles Moore são os nomes expoentes desse pensamento; e a *Vanna Venturi House* (1962) e a Ala Sainsbury da Galeria Nacional de Londres (1991), de Robert Venturi e Denise Scott Brown (Figura 3),

e *Piazza D'Italia* (1977), em New Orleans, de Charles Moore e Urban Innovations Group (UIG) continuam a ser os exemplos paradigmáticos dessa prática.



Figura 3 – Ala Sainsbury da Galeria Nacional de Londres, pelo escritório Venturi Scott Brown (1991).

Fonte: Pedro Máximo, 2015.

## 2.2 Da cidade ao edifício – a proliferação contemporânea dos híbridos

Num segundo momento, a proliferação dos híbridos ocorreu de modo acelerado, seja em autoconstruções ou em projetos de arquitetos renomados (MÁXIMO, 2017). Após os apontamentos de Eisenman, Venturi e Rossi, que colaboraram, cada qual à sua maneira, com a protrusão das esferas purista e funcionalista, Rem Koolhaas identificou na arquitetura moderna de Nova York dois princípios de ruptura do funcionalismo que eram gestados desde 1930 a partir da *Lobotomy* e do *Schism*. Desde sua publicação *Delirious New York* (1978), novas propostas dos híbridos foram pensadas e materializadas, e o curso dessa história se encaminha a partir das seguintes manifestações.

**Híbrido de programas** – Demarca-se nesta proposta dois deslocamentos: 1) da função aos usos; 2) do edifício multifuncional ao edifício híbrido. Em certa medida, esses deslocamentos se convergem e mutuamente se influenciam. A *Unité d'Habitation* (1952) é um primeiro indício dessa mudança, mas no *Silodam Building* (1995-2002), em Amsterdã, de autoria do MVRDV, é potencializada a mistura de programas e diversificada amplamente a configuração das unidades habitacionais.



Figura 4 – O Silodam Building (2002) desenvolvido pelo escritório MVRDV visto pela margem norte do Noordzeekanaal.

Fonte: Pedro Máximo – 2019.

**Híbrido de Referências** - O *Serpentine Pavillion* de Sou Fujimoto e a *Pixel Cloud Installation* de Mayer Architects, ambos de 2013, são sintomas da contaminação direta das propostas dos ingleses e japoneses da década de 1960. Não se afasta destes casos a *Neossmann* (2012), a *Pont9* (2014), a *Bow-House* (2014) ou a *3box* (2016) de Stéphane Malka, que propôs próteses arquitetônicas em edifícios e infraestruturas antigas de Paris.

**Híbrido de Formas** – A unidade arquitetônica, em muitos edifícios híbridos, é mantida. Destaca-se o *Silodam* como exemplo (Figura 4). Todavia, a mudança de direção de alguns arquitetos sinaliza para tomadas de decisões diversas a depender do caso. O *Holland Pavilion* (2000) para a Expo 2000, do MVRDV, aponta uma profusão de formas, estruturas, usos e circulações, ainda que condensadas de modo fragmentado em um único volume. *Linked Hybrid* (2009), de Steven Holl, encerra numa aparente uniformidade uma ampla diversidade de formas e usos, conectados por uma passarela - uma espécie de rua aérea – que permite o trânsito pelos programas acima dispostos.

**Híbrido de tempos** – A domesticação da natureza humana por meio da vida urbana é ressaltada pela hibridização dos tempos a materializar-se no espaço. Assim, diacronias, sincronias e anacronias urbano-arquitetônicas estão por toda parte, mas ressaltam um impulso inconsciente à domesticidade. A retomada histórica, ainda que indireta, envereda-se ainda no seio do MM. Refutar os tempos, ali, encontrou força mais nos discursos que

nas práticas.

Todavia, a contaminação explícita dos tempos evidencia-se nas tessituras pós-modernas, entretanto, de modo bastante variegado. Rossi, Venturi e Krier, assim, intentam tal contaminação. Mais recentemente, a intervenção de Rafael Moneo no conjunto da Plaza del Cardenal Belluga ao ampliar o Edifício da Prefeitura (1991-1998), e o Kolumba Museum (2007) de Peter Zumthor proclamam a fusão dos tempos por meio do espaço, hibridizando-os. Mesmo que o Jewish Museum (1999-2001), de Daniel Libeskind, se coloque amplamente diferente dos projetos supracitados, ele nos indica uma prática ampla de promoção de edifícios híbridos.

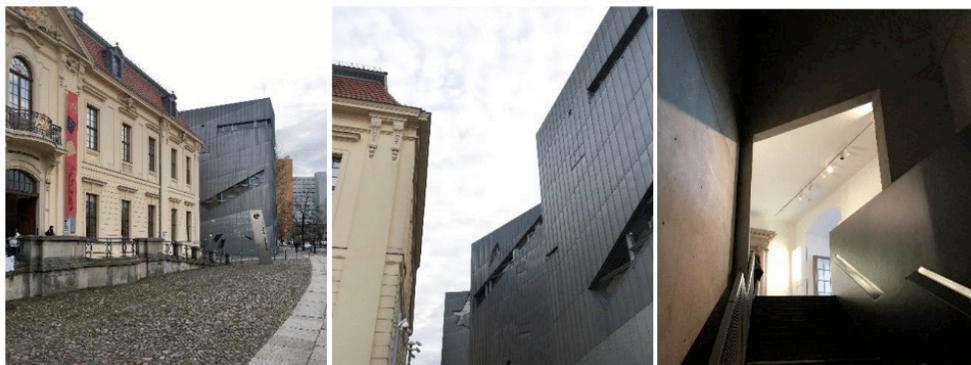


Figura 5 – Museu Judaico de Berlim (2001) projetado por Daniel Libeskind. Nas imagens, relação entre o antigo e o novo dada pelo contraste. Na última imagem pode ser observada a inscrição do novo no antigo por meio das escadarias de acesso ao Museu.

Fonte: Pedro Máximo, 2020.

### 2.3 Para pensar os híbridos

Estes tópicos elencados acima são sinalizações possíveis para se pensar o híbrido em processo de proliferação na arquitetura contemporânea como um paradigma teórico. O híbrido revela sua natureza de origens diversas e nos apresenta características fundamentais para pensar as relações, montagens, superposições, anexações, interpretações e inscrições aqui colocadas: híbrido de **programas**, híbrido de **referências**, híbrido de **formas** e o híbrido de **tempos**.

No entanto, é possível elencar uma ampliação sistemática da prática dos híbridos, como o **híbrido de técnicas**, que transita entre o artesanal e o industrial; o **híbrido de materiais**, que se utiliza de materiais novos e antigos, opacos, translúcidos e transparentes, sintéticos e naturais. Deste último, o projeto desenvolvido por Whang Shu e Lu Wenyu, o Museu Histórico de Ningbo, numa prática de reutilização de materiais (reciclagem), o artesanal e o industrial. Também é importante considerar o **híbrido de cultura e natureza**, produto de um forte movimento ambiental derivado de crises ambientais e ameaças à

humanidade.

### 3 I UMA ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSITIVA PARA O CENTRO DE GOIÂNIA

A fim de pormos à prova as inquietações levantadas acima, utilizamo-nos do espaço histórico do Setor Central de Goiânia, capital de Goiás, para o exercício de projeto. Para tal, utilizamo-nos de um procedimento de trabalho dividido nas etapas a seguir: 1 – leitura histórica e delimitação do lugar; 2 – estabelecimento do problema de projeto; 3 – proposição de estratégias para responder ao problema; 4 – a apropriação do terreno e materialização das estratégias. É importante salientar que, apesar de estabelecidas essas etapas-macro, sua ordem não indica uma sequência linear de projeto, mas de idas e voltas às etapas anteriores. Dito isto, apresenta-se, em síntese, como cada parte foi estabelecida e trabalhada.

#### 3.1 Acerca do local – breves apontamentos para uma leitura híbrida

O desenho polimórfico do traçado do Centro de Goiânia traz, desde seu nascimento, um urbanismo híbrido. Seu traçado, com retas e curvas, e com tecido homogêneo - inspirado no urbanismo barroco francês – se desterritorializa de sua atmosfera absolutista europeia e é trazido para o Cerrado brasileiro, para a fronteira esvaziada no interior, no formato refinado e atualizado das práticas modernistas. Isso faz do Plano para Goiânia (1932-1935), de Attilio Correa Lima (DINIZ, 2007; ARRAIS, 2015), um híbrido, uma mistura de referências acumuladas e materializadas para representar um novo momento político e econômico no país (Figura 6).

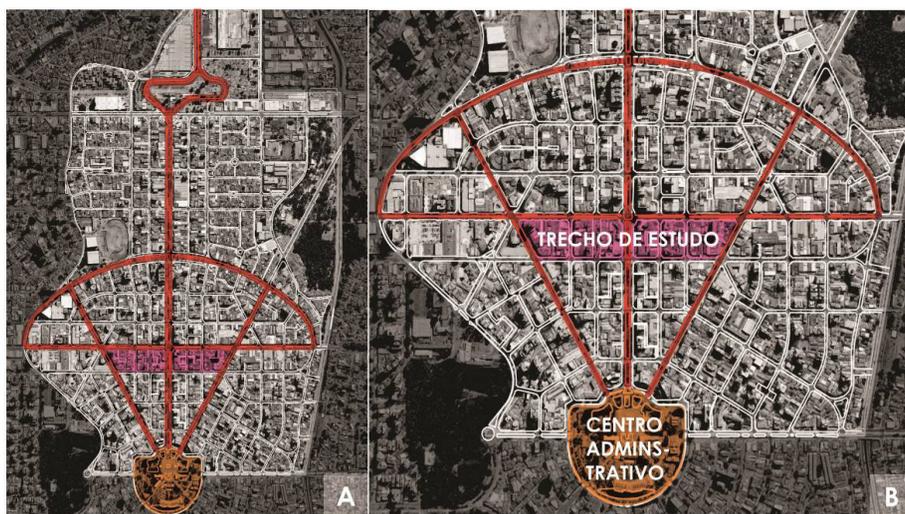


Figura 6 – Macro: Setor Central Edição: Imagem satélite Google Earth (2017).

Fonte e Edição: Larissa Kravchenko, 2017.

Na proposta de Attilio mais expressiva, apesar de mudanças, é o traçado viário que ligaria o Centro Administrativo ao Centro Comercial. Atualmente são vias de passagem e ainda desempenham um papel importante na estrutura urbana da cidade. São exatamente entre esses grandes eixos (Avenida Anhanguera, Tocantins, Araguaia e Goiás) que foi delimitado o trecho de estudo (Figura 7).



Figura 7 – Trecho de Estudo. Edição: Imagem satélite Google Earth (2017).

Fonte e Edição: Larissa Kravchenko, 2017.

A quadra escolhida para o desenvolvimento do trabalho foi a quadra 21 localizada entre a rua 9 e rua 3, Avenida Tocantins e Avenida Anhanguera. Nela se abrigam muitos elementos interessantes como o Beco da Codorna que abre a quadra para o pedestre. Ele já foi palco de muitos eventos culturais e atualmente abriga o Museu de Arte Urbana, essa arte colore todas as paredes internas da quadra sendo área de exposições de muitas artes. Também o histórico e popular Cine Ouro (Centro Municipal de Cultura Goiânia Ouro) em uma galeria comercial, ambos são pouco utilizados atualmente, possuindo muitas lojas vazias.

### 3.2 O problema de projeto

Contemporaneamente, o Setor Central desempenha um papel importante na Metrópole, principalmente pelo sistema viário articulador e infraestrutura urbana existente. Porém, quando analisamos sua ocupação e usos é possível perceber que há um considerável número de edifícios abandonados ou subutilizados, em detrimento daqueles em que são explorados seu máximo potencial. Este é o caso da quadra 21 que possui o maior índice dentre o trecho analisado, cerca de 20% de seus lotes estão subutilizados e

grande parte das salas das galerias comerciais da quadra estão desocupadas (Figura 8).

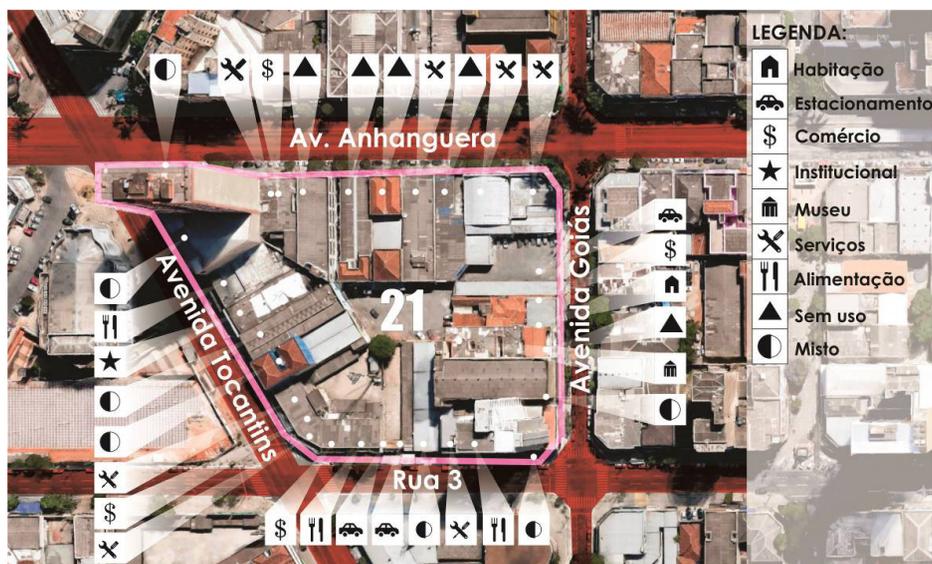


Figura 8 – Uso e ocupação da quadra 21 Fonte: Imagem satélite Google Earth (2017).

Fonte e Edição: Larissa Kravchenko, 2017.

Quanto aos usos, observa-se a predominância de comércios e serviços que atraem fluxos das mais diversas regiões da Metrópole, todavia, majoritariamente em horários comerciais. Isso indica que há uma espécie de subutilização do Setor Central no período noturno e aos finais de semana – fato aparentemente comum no Centro das cidades-capitais brasileiras. De acordo com os estudos dos usos e horários de funcionamentos da quadra 21, foi possível observar a falta de atividades que induzam à vida noturna diversificada, o que a torna ociosa e perigosa nesse período. Quanto à análise perceptiva do lugar percebe-se também a necessidade de um espaço de uso coletivo que seja capaz de condensar e catalisar as práticas culturais e interação dos usuários.

Assim, na Análise do Lugar não foi identificado somente sua subutilização, mas a baixa qualidade do ambiente construído – que se encontra, em alguns pontos, em deterioração ou já deteriorados -, e a falta de uma diversidade de usos que seja suficiente para garantir a presença de usuários nos períodos de esvaziamento. Quanto ao caráter histórico, tem-se os edifícios Cine Ouro e Edifício Anhanguera (onde se localizava o antigo Cine Capri), que mantêm parcialmente os usos iniciais e que ainda atraem usuários. Neste sentido, diferentemente da intervenção na quadra do Teatro Goiânia, localizado na outra face Avenida Tocantins, estipula-se que é preciso ir além da conservação e restauração de bens. A intervenção na quadra lindeira, de uso essencialmente cultural que conta com a Vila Cultural Cora Coralina e com o Teatro, não foi suficiente para provocar uma mudança do

padrão de usos, em especial dos usos noturnos. Assim, entende-se que é preciso integrar os bens históricos com a vida da população, atualizando-os.

Por isso é pertinente a implantação de Edifícios Híbridos, já que promovem a proliferação dos híbridos. Esse tipo de construção vai além do arquitetônico, busca-se a melhor relação da construção com a cidade e da construção com o edifício. Sua multifuncionalidade nasce da necessidade do local, assim integra-se novas atividades e espaços de qualidade para o encontro, convívio e permanência de toda a população.

### 3.3 As estratégias de projeto

Na quadra escolhida, foi proposto a demolição das edificações dos lotes 27, 29, 3, 44, 42, 38, 40 liberando uma área de 4.370 m<sup>2</sup> para o exercício de projeto. Respeitando o desenho original da quadra, o núcleo (Beco da Cordorna) será mantido e será o principal ponto de encontro do desenho proposto (Figura 9).



Figura 9 – Diagrama comparativo: Configuração atual e proposta.

Fonte: Larissa Kravchenko. 2017.

Na escolha do programa buscou-se equilibrar os usos e horários de modo que a quadra tenha utilização e circulação de pessoas em todos os períodos do dia: integrou-se as atividades de cultura e lazer. Com isso objetivou-se garantir a sociabilidade e as trocas neste trecho do Setor Central. No projeto combinou-se programas em escalas, usos e públicos diferentes. Para estimular a permanência dos usuários na quadra e prolongar os usos, foram integrados ao programa café/pub, bar/restaurante e alguns usos 24 horas. Constatando-se o pequeno número de bibliotecas no entorno imediato, agregou-se este uso ao programa e estabeleceu-se a conexão dele com outros usos de cunho cultural.

### 3.4 A apropriação da quadra 21 e a materialização das estratégias



Figura 10 – Implantação.

Fonte: Larissa Kravchenko, 2017.

Os edifícios foram divididos em 3 blocos (Figura 10), cada um com sua identidade, desenho e programa. O Bloco A (Figura 11) foi inspirado em pixels. Ele é fruto da contemporaneidade, da circulação pulsante materializada pelas faixas vermelhas que o atravessam e que ora são passagens, ora encontros, ora contemplação. Mais que todos, aqui os estranhos se encontram, se veem e se cumprimentam. Nele estão divididos os programas da Agência Bancária, Biblioteca e Café/Pub.



Figura 11 – Vista da Avenida Anhanguera com a Rua 9.

Fonte: Larissa Kravchenko, 2017.

Já o B (Figura 12) é bloco das passagens e encontros, ponto de convergência de pessoas de todos os lugares. É a casa dos híbridos, é para estar, permanecer ou talvez só passar, é para conhecer, comer, beber e encontrar. Ele abriga os programas do Hostel, Bar/ Restaurante e Coworking.



Figura 12 – Vista da Avenida Anhanguera.

Fonte: Larissa Kravchenko, 2017.

A arte urbana é a arte da cidade, é a arte democrática, é a marca das ações humanas, reflexo do momento político, histórico, social e cultural em que a cidade está inserida. O bloco C (Figura 13) é a tela dessa arte, é mutável, inconstante e é das pessoas como a cidade. É nele que se encontram os programas do Museu de Arte Urbana, Escola de Grafite, Auditório, Café e Livraria.



Figura 13 – Vista do Beco da Codorna.

Fonte: Larissa Kravchenko, 2017.

A definição do espaço a ser ocupado pelos edifícios teve como principal diretriz a circulação. Na busca de criar espaços abertos que convidem o pedestre adentrar e utilizar a quadra as formas abraçam e criam diferentes experiências entre o usuário com a construção. A circulação difusa integra os edifícios ao Beco da Codorna respeitando sua forma, ocupação e a importância histórica, social, cultural e paisagística que ele desempenha.

O partido arquitetônico em blocos se deu a partir de formas primárias que passam por transformações, adições e subtrações até posteriormente chegar à forma final. Unindo-se os blocos e os eixos de conexões (passarelas) têm-se a composição final dos Edifícios Híbridos propostos. O projeto buscou quebrar a monotonia presente, assim, foram criados intervalos entre os blocos. Neles foram propostas áreas de convivência que, por meio da materialidade e do paisagismo, integram o todo, da calçada aos edifícios garantindo sua continuidade. Esse espaço intermediário aberto à multiplicidade de significados e usos servirá tanto aos edifícios quanto à cidade. Buscando uma melhor interação com a paisagem os edifícios propostos respeitam o gabarito de alturas do entorno.

Assim, os pontos norteadores do projeto foram as circulações e os acessos à quadra, a fim de garantir a permeabilidade e possibilitar caminhos por entre os edifícios. A ideia original do traçado de Attilio foi respeitada, mantendo a rua de serviços Miguel Rassi e criando sua continuação da rua de serviços ao lado do Cine Ouro. Deste modo, a hibridação dos edifícios vai além de sua estrutura programática, da circulação difusa, da composição formal e estruturação espacial, ela também está presente sobreposição de materiais e diferentes tecnologias, como por exemplo a estrutura metálica, as lajes em Steel Deck, as alvenarias em concreto celular, os fechamentos em chapa metálica perfurada, vidro insulado laminado e painéis de 3 form que compõe o projeto dos híbridos.

## REFERÊNCIAS

ARRAIS, Juliana. **Os Espaços Públicos em Áreas Centrais: Configuração, Vitalidade E Infraestrutura ociosa no Centro Antigo de Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935): ideal estético e realidade política**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

JACQUES, Paola Berenstein. **Montagem de uma outra herança – urbanismo, memória e alteridade**. Tese (Titulação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

KRAVCHENKO, Larissa; PEREIRA, Pedro Henrique Máximo. A proliferação dos híbridos: da cidade ao edifício – uma análise crítica e propositiva. In: **VI Simpósio Brasileiro de Qualidade de Projeto no Ambiente Construído**, 2019. Uberlândia: Anais do SBQP, p. 1450-1461.

MÁXIMO, Pedro Henrique. **O entre-Metrópoles Goiânia e Brasília: história e metropolização**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MÁXIMO, Pedro Henrique. Por uma cidade híbrida. **Mobile (UEG)**, Anápolis, v. 1, 2017.

# CAPÍTULO 19

## CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: TRANSFORMAÇÃO DA CLÍNICA TRADICIONAL DE MUNDOS ISOLADOS EM LUGAR DA MULTITERRITORIALIDADE

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 04/06/2021

**Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira**

PROAC/UFJF, Barbacena (MG)

lattes: <http://lattes.cnpq.br/1980711037112393>

**José Gustavo Francis Abdalla**

FAU/PROAC/UFJF, Juiz de Fora (MG)

lattes:<http://lattes.cnpq.br/9007018919636001>

**RESUMO:** A Reforma Psiquiátrica foi estabelecida para outorgar os direitos das pessoas com sofrimento mental e reabilitá-las psicossocialmente. Com a sua formalização legal em 2002, “novos dispositivos e tecnologias de cuidados foram estabelecidos para desconstruir o hospital psiquiátrico em suas bases conceituais e assistenciais e promover a cidadania e a inserção social de pessoas que sofrem com os transtornos mentais” (AMARANTES, 2003, p.7). Esses novos equipamentos, destacando os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), buscam, em meio aos processos assistenciais formais e humanos-ambientais, trabalhar com a lógica da heterogeneidade e a construção social para a re-territorializar seus usuários na cidade. O objetivo do presente artigo é discutir a complexidade da mudança de filosofias e práticas do sistema manicomial para a Reforma Psiquiátrica, e seus reflexos na relação entre usuário, serviço, espaço, cultura, cuidado cognitivo e subjetividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** CAPS, Território, Reforma

Psiquiátrica.

### CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: TRANSFORMATION OF THE TRADITIONAL CLINIC OF ISOLATED WORLDS IN PLACE OF MULTITERRITORIALITY

**ABSTRACT:** The Psychiatric Reform was established to concede the rights of people with mental disabilities. The legal formalization happened in 2002: “new devices and care technologies were established to deconstruct the psychiatric hospital and to promote citizenship and the social insertion of people suffering from mental disorders” (AMARANTES, 2003, p.7). These new equipments, highlighting the Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), work with the logic of heterogeneity and social construction to re-territorialize their users in the city. The aim of the present article is to discuss the complexity of the change of philosophies and practices of the asylum system for the Psychiatric Reform, and its reflexes in the relation between user, service, space, culture, cognitive care and subjectivity.

**KEYWORDS:** CAPS, Territory, Psychiatric Reform.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este texto traz uma análise das arquiteturas a partir de um recorte que retroage ao final do século XVIII. Isto permite descrever e explicar transformações que culminam nas reformas psiquiátricas que vivenciamos na atualidade, tanto fora, quanto no Brasil. Trabalha-

se aspectos históricos-conceituais da abordagem da saúde e busca sua repercussão na organização físico-social do espaço da arquitetura e urbanismo, tais como: estratégias de localização das instituições nas cidades, orientações para os desenhos setoriais e layout dos lugares e instalações. Estudos sobre territorialização mostram-se também importante neste contexto, implicando que os equipamentos de assistência à saúde mental atuantes na Reforma Psiquiátrica Brasileira têm a potencialidade de reconstruir territórios existenciais, englobando interação dinâmica entre cenários sociais do cotidiano, formação de multiterritorialidades e estruturação de novos lugares, ambientes e ambiências para seus usuários e, conseqüente, novas complexidades para suas relações humanas.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A Instituição Psiquiátrica (IT)

Na Europa do século XIX, o transtorno mental passa a ser considerada como doença perante a medicina. Philippe Pinel (1745-1826) e Jean-Étienne Esquirol (1772-1840) são precursores da Psiquiatria: um campo técnico-científico considerado revolucionário no século XIX ao propor o início de estudos e procedimentos terapêuticos para o tratamento e cura do sofrimento psíquico. Anteriormente, o tratamento mental ocorria em hospitais, prisões ou leprosários, locais caracterizados, majoritariamente, pela desordem, insalubridade e uso violência física, além de raramente terem médicos, conforme apontou Esquirol em 1818 (ESQUIROL apud PESSOTI, 1996, p. 153). Pinel percebeu que para seu projeto terapêutico, as amarras fisicamente postas aos asilados de nada contribuíam e, então, se pautou no tratamento da doença mental, na condição moral e da liberdade dos sujeitos. Observou também que não bastava retirar do convívio social as pessoas que apresentassem desvio da conduta, mas que elas deviam ser pesquisadas e tratadas pela medicina (SILVA, 2008, p.25). Sua clínica embasada na preocupação do diagnóstico e tratamento guiados pela razão e pela observação de casos em seu estado natural, sem distorções impostas pelo desconforto e pela violência. (PESSOTI, 1996, p. 163). A questão moral, que passou a considerar e observar os comportamentos dos sujeitos, conseqüentemente, levou à reestruturação e classificações das doenças (PESSOTI, 1996, p.155).

Complementar a tal procedimento, outra medida estudada por Pinel foi a edificação do asilo. Para ele, o edifício deveria ser mais do que um lugar que abriga ou aprisiona o interno, mas fundamentalmente parte instrumental do processo de cura. Pinel defendia que a rotina deveria estimular a sensação e a estabilidade e autocontrole dos pacientes e auxiliar o indivíduo a adquirir a autodisciplina que lhe permitisse ajudar-se a si mesmo. Como eram necessárias a observação e a vigilância integral do paciente, nesta lógica, foi preciso uma nova concepção espacial-ambiental qual oferecesse a possibilidade de

controle técnico por parte do corpo profissional. Com isso, tornou-se adequado a aplicação do conceito do Panóptico, de Jeremy Bentham, em 1787, em que sua ambientação condiz com a racionalidade disciplinar e controle de pessoas por meio de diferenciação mediante ao acesso à visibilidade (FOUCAULT, 1987). Trazido para a questão da evolução da ciência médica, Foucault (1979) assegura que:

“a questão do hospital, no final do século XVIII, é fundamentalmente a do espaço ou dos diferentes espaços a que ele está ligado. Em primeiro lugar, onde localizar o hospital (...) Em segundo lugar, é preciso não somente calcular sua localização, mas a distribuição interna de seu espaço (...) Tudo isto mostra como a estrutura espacial é um meio de intervenção sobre o doente. A arquitetura do hospital deve ser fator e instrumento de cura. O hospital-exclusão, onde se rejeitam os doentes para a morte, não deve mais existir ... O espaço hospitalar é medicalizado em sua função e em seus efeitos....” (FOUCAULT, 1979, p. 108-109).

Para Pessoti (1996, p. 163), como resultado dessa nova organização e distribuição espacial, chamam atenção os problemas e sintomas que não eram notados quando os internos estavam amontoados sem distinção nas instituições anteriores. Esquirol aprofundou o estudo dos ambientes manicomiais e, em 1838, ele não só descreve instruções precisas de como um asilo deve ser organizado e construído, como também formula um modelo de edificação a ser seguido (SCHUTZ; WICKI, 2011, p.17). Considera que a arquitetura deve proporcionar a visão sobre o interno, estabelecia-se direta correlação com a concepção panóptica de espaços dessas instituições. Em reforço a tal proposição, Amarantes (1995, p.25), aborda a criação do hospício, que vistos pela ótica de Pinel e Esquirol, parte de três presunções: (a) isolamento, para remover o paciente da “origem da sua loucura”; (b) tratamento moral, onde o psiquiatra tem o poder de trabalhar seus estudos e influências na mente perturbada; e (c) controle e vigilância, que a equipe médica poderia classificar a doença e procurar racionalmente uma cura. Com base nessas três presunções, Schutz e Wicki (2011, p. 17-18), apontam aspectos considerados ideais para edificações indicados por Esquirol, como: ser construção linear para facilita a vigilância e controle médico e reduzir o número de obstáculos nas urgências e emergências; a massa construída deve tender ao formato “U” e com um pátio central; deve ser setorizada por gêneros (masculino e feminino) e grau de agitação dos pacientes (quietos, semiquietos e agitados) e, ainda, os tipos de serviços prestados (cozinha, lavanderia, etc.) também são distribuídos respeitando-se uma hierárquica.

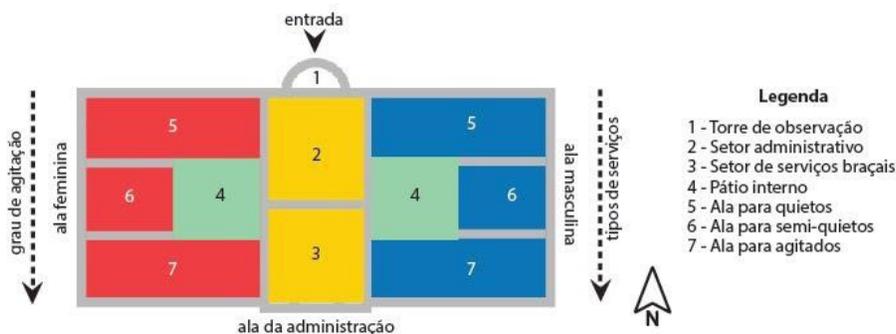


Fig.1: Diagrama do modelo de Asilo proposto por Esquirol.

Fonte: elaborada pelos autores.

Goffman (2010) conceitua o hospital psiquiátrico como Instituição Total (IT) ao ser um local híbrido entre comunidade residencial e organização formal, possuir um sistema rigoroso de normas e regras explícitas e um corpo social hierarquizado que criam um novo mundo social intramuros. Ao ingressar em uma IT, o sujeito possui sua “cultura aparente”, provinda das sociabilidades nutridas do mundo externo, onde Cavalcanti e Elali (2009) indicam sobre a importância funcional, simbólica e relacional dos ambientes socioemocionais para o self do indivíduo. Ao se torna interno de uma IT, o indivíduo, isolado do contexto e vivência anteriores, recebe um tratamento tal que lhe tornará despido das disposições culturais externas que lhe permitiam, até então, uma concepção de si mesmo. O autor cita que as ITs são “*estufas para mudar pessoas: cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao Eu*” (GOFFMAN, 2010, p.18). Este contexto ocorre devido a um grupo de características que são comuns a elas:

“Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob ordem de uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, a seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição” (GOFFMAN, 2010, p.17)

Em uma IT, há, portanto, uma imposição da reorganização pessoal do indivíduo de acordo com um conjunto de prescrições e proibições internas. Há uma exteriorização da privacidade devido a constante vigilância sob o interno sendo este ameaçado por punições, que pode ocorrer por efetiva violência física, caso ocorra a desobediência às regras. O objetivo é integrar o sujeito a uma massa social uniformizada e controlada pela equipe dirigente.

Para Goffman (2010), em tais instituições, se erguem dois mundos sociais e culturais diferentes. Isso acontece tanto para o interno, quanto para a administração e aqueles que prestam assistência de serviços, dado que os procedimentos de conduta são ajustados à realidade de um ambiente institucional sob constante disciplina. A mobilidade social entre os dois estratos é grosseiramente limitada; geralmente há uma grande distância social e esta é frequentemente presente. O sujeito que para lá é levado acaba construindo outros sentidos de agir e de refletir sobre as coisas, a partir de diversas pequenas e constantes expropriações e permanentes controles do seu Eu. Neste contexto, para abordar o papel do espaço proporcionado de vivência nestas edificações, tem-se que entender os conflitos de relacionamento, ao menos, entre estes dois mundos que lá coexistem: o mundo do interno e o mundo da equipe dirigente. Conjuntamente, eles formam um importante ponto de investigação arquitetônica, dado que trazem demandas e necessidades próprias ao desenvolvimento do espaço edificado para a instituição.

## **2.2 Reformulações do modelo clássico psiquiatria**

Após os postulados da Psiquiatria Clássica, Barreto (2005) destaca que há uma passagem deste modelo para outros onde as instituições começam a se tornarem mais críticas e problematizarem questões chaves como métodos terapêuticos e reaproximação social com o mundo externo. Birman e Costa 1994 (apud Lima, 2010, p.20) apontam dois grupos de correntes psiquiátricas a partir dessas mudanças: a) os que defenderam os postulados de Pinel e Esquirol mas que acrescentam novas reformulações, e.g. Retiro de Tuke, Psicoterapia Institucional de Tosqueles e Comunidades Terapêuticas de Maxwell Jones e b) os que defendiam uma ruptura radical e o fim da instituição psiquiátrica, e.g. Psiquiatria Democrática de Franco Basaglia. A evolução, a partir de então, acarreta reflexos na ambientação em no mínimo em três aspectos de ordem funcional e formal: (1) localização; (2) morfologia; (3) setorização e layout. Tais modificações retratam proposições técnicas da saúde mental de cada grupo e corrente psiquiátrica (AMARANTES, 2007 apud LIMA, 2014, p. 20).

Os ideais do grupo “A” focaram em uma reestruturação interna ao hospital psiquiátrico, tornando-se mais críticas quanto à problematização de novas abordagens terapêuticas, liberdade de circulação, desnivelamento na hierarquização entre equipe dirigente e paciente e reaproximação social. Contudo, sempre reproduzem alguns aspectos do modelo manicomial. No quesito localização, todas as correntes do grupo A mantêm os hospitais em áreas afastadas das cidades; na morfologia, a forma é alterada de acordo com a demanda de cada corrente psiquiátrica. No Retiro o planejamento funcional era direcionado para espaços campestres, semelhante a comunidades Quakers, onde o ambiente oferecia a possibilidade de criações de animais, cultivo agrícola e formação de jardins. Há flexibilização na liberdade de circulação entre interior/exterior pelo paciente, porém isso não caracteriza a reaproximação com o mundo social por serem locais isolados

do ambiente urbano. Já a Psicoterapia Institucional busca transformar os postulados de Pinel por adoção da psicanálise lacaniana com facilitação de interações sociais entre pacientes, equipe médica e comunidade. Neste caso, a transformação morfológica do lugar ocorre com a retirada dos muros, onde, além da melhor relação interior/externo, os antigos pátios internos possibilitam circulação ao redor dos blocos edificadas, aproximando-se de uma arquitetura pavilhonar. As Comunidades Terapêuticas (CT) trazem equidade e quebram hierarquias entre segmentos profissionais e pacientes, o que valoriza a liberdade de expressão. No entanto, sua práxis difere da ideologia dado que, constantemente, havia suspensão da atmosfera de permissividade. No aspecto da morfologia arquitetônica, as características espaciais se assemelham as diretrizes do Retiro. Setorização e layout, em todas as correntes, também mantêm a organização interna por gêneros de pacientes, graus de agitação e serviços prestados pela instituição. Considera-se que a leitura da arquitetura do grupo A permite notar a evolução, transformações e transição de um modelo psiquiátrico manicomial hegemônico, segregado e isolacionista, para instituições que pensam diferentes. Sobressai disso que só a morfologia da edificação conceitualmente se altera por conta das transformações internas, críticas a aspectos formais objetivos do espaço da Psiquiatria Clássica e por apresentarem abordagens terapêuticas que demandam necessidades próprias.

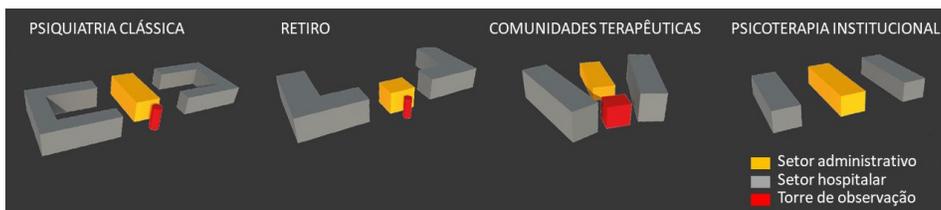


Fig.2: Diagrama da sequência de modelos de corretes psiquiátricos do grupo A.

Fonte: elaborada pelos autores.

O grupo “B” se difere das correntes já abordadas ao propor a exclusão do hospital psiquiátrico e defender a cidadania do portador de deficiência mental. A Psiquiatria Democrática de Franco Basaglia conduz medidas inéditas ao propor o tratamento mental inserido no meio social do paciente. Para arquitetura e urbanismo, as mudanças são refletidas em todas as categorias. Na localização, as edificações estão dentro da cidade formal e visam responder a necessidade da territorialidade dos indivíduos. Na questão da forma, há diferentes equipamentos, que trabalham em rede assistencial e atendem separadamente à cada demanda terapêutica: Grupos-Apartamentos, Centro de Saúde Mental (CSM) e Cooperativas de Trabalho. Contudo, tais equipamentos só possuem requisitos de localização, já que o objetivo é produzir uma relação direta entre a geografia e cultura do usuário. Para setorização e layout, cada dispositivo possui sua própria lógica

de organização e distribuição espacial quanto à ordenação de gênero, classificação da deficiência mental e serviços prestados. Nas palavras de Lima; Yassui (2014), esse grupo possibilita “*uma re-significação da posição subjetiva do portador do sofrimento mental*”. A mudança do manicômio para espaços com caráter diversificados, ditos antes “extra muros”, traz um novo no campo para psiquiatria, quebrando a organicidade histórica da corporação médica e desconstruindo as práticas anteriores. Ao colocar questões de territorialidade intercalada com a produção de subjetividades, o grupo B agrega uma responsabilização social com o sofrimento humano, ao colocar o tratamento do sujeito inserido ao local em que vive, intercalando conceitos de territorialidade com a produção da sua subjetividade.

As categorias arquitetônicas apresentadas no texto permitem afrontar a diferença do atual momento com a linha do tempo passado. Considera-se, então, que o planejamento dos locais para as práticas psiquiátricas clássicas tinha um grau de importância traduzido pela padronização das características espaciais manicomial em três níveis tratados. A combinação dessas categorias respondia a necessidade do isolamento, do tratamento moral e do controle e vigilância, os quais eram aspectos fundamentais da Psiquiatria Clássica. Com a Reforma Psiquiátrica em vigor, há uma inversão da produção de espaços para saúde mental baseado nos pressupostos antigos. Atualmente busca-se construir ambientes diversificados e “extra-muros”, inseridos no meio social e que trabalhe com o território da vida do sujeito, um objeto dinâmico, vivo e de inter-relações. O indivíduo que sofre com o transtorno psíquico deixa de ser um objeto de um saber para se tornar um ser em processo de individualização complexo.

### **3 | REFORMA PSIQUIÁTRICA E PSIQUIATRIA NO BRASIL**

Nascida como *Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental* e sendo ampliada como *Movimento da Luta Antimanicomial* na segunda metade dos anos 1980, a Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) foi gradualmente deixando de se referir apenas a um movimento social para se transformar em política oficial do estado brasileiro (LUIZ et.al 2011). Embasada na experiência italiana da Psiquiatria Democrática de Franco Basaglia, a RPB objetivou a desinstitucionalização e a reabilitação psicossocial das pessoas acometidas por transtorno mental. Nesse sentido, buscou-se desconstruir a instituição psiquiátrica e os paradigmas que o sustentavam e conseqüentemente foram criadas redes de serviços terapêuticos inseridas no meio social (TENÓRIO, 2002).

A assistência psiquiátrica brasileira iniciou-se em meados do século XIX, em consequência da adoção de políticas médicas e a fiscalização sanitária das cidades (FONTES, 2003). A Sociedade de Cirurgia e Medicina pressionou as autoridades para a criação do Hospício Pedro II, aberto em 1852, no Rio de Janeiro. Tratava-se da primeira Instituição Psiquiátrica (IP) oficial do país, já enquadrada nos moldes da medicina do século XIX, baseada na terapia de Pinel. As IPs se intensificam nas próximas décadas

como principal forma de assistência à saúde mental no país. Novos modelos surgem, como os Asilos-Colônias, que foram instituições para tratamentos embasados nas diretrizes do Retiro de Tuke, em que os internos eram submetidos a uma rotina disciplinada focada em tarefas rurais e/ou religiosas (VENANCIO, 2011). Também foram abertas as Clínicas Psiquiátricas Privadas (CPPs). Esse tipo de assistência é caracterizado pela articulação da internação hospitalar e a privatização do tratamento mental e se caracterizavam pelo uso dos psicofármacos e no isolamento dos pacientes (TENÓRIO, 2002).

Na segunda metade da década de 1970, emergem críticas as IPs devido a três processos importantes:

- “(1) a ampliação dos atores sociais envolvidos a exigência de transformação na saúde mental;
- (2) a iniciativa de reformulação legislativa e
- (3) o surgimento de experiências institucionais bem-sucedidas no design da rede de um novo tipo de cuidado em saúde mental” (TENÓRIO, 2002, p. 34).

Dois eventos, em 1987, são significativos: I Conferência Nacional de Saúde Mental e o II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental. As discussões nestas duas conferências foram importantes para embasar o projeto de lei no 3.657/89, de maneira popular, conhecido como Lei da Reforma Psiquiátrica. Tal proposta fundamentou-se em três aspectos:

- “(1) impedimento da construção ou contratação de novos hospitais psiquiátricos;
- (2) direcionamento dos recursos para a criação de redes extra-hospitalares de assistência e
- (3) a comunicação compulsória das internações psiquiátricas às autoridades judiciárias” (TENÓRIO, 2002, p. 36 apud VASCONCELOS, 1992).

Também foram publicadas as portarias do Ministério da Saúde de números 189/91 (BRASIL, 1991) e 224/92 (BRASIL, 1992), que norteiam o modelo assistencial de forma territorializada e em rede, dividindo a assistência em saúde mental nos seguintes equipamentos: Serviços Residenciais Terapêuticos – SRTs, Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, unidades assistenciais da urgência e emergências, etc. Portanto, nota-se que a RPB buscou considerar o sujeito em sofrimento mental como estruturante de uma “clínica ampliada”, que o articula em meio à sua territorialidade (território, meio social e cultural) em busca da sua reabilitação psicossocial.

Sob a ótica do cenário de vida do indivíduo, pode-se apontar para a Residência Terapêutica como o elemento central da transformação, pois são nestas “casas” que o sujeito poderá experimentar o cotidiano, tanto de suas alegrias e sofrimentos, quanto de relações de grupos de iguais e da sociedade em geral, bem como se deparar com as diversidades impostas aos cotidianos dos outros sujeitos das cidades. (acho que pode ser complementado aqui) Assim, reconhecer lugares; construir histórias; se entender em meio

às diferentes escalas de proximidade de um ambiente urbano; entender limites impostos por contextos sociais, por contextos econômicos, por contextos políticos etc.; entender, diferenciar e fazer escolhas em relacionamentos, de técnicas e/ou tecnologias; estabelecer julgamentos sobre as coisas e fenômenos cotidianos; adquirir gostos por isto, ou aquilo; ter apegos e afetos; entre outras tantas infinitas possibilidades humanas. Enfim, poderá, este indivíduo, se apresentar ao mundo e se sentir parte de um todo, um todo muito maior que o universo cercado de limites de condutas e barreiras físicas de um hospital psiquiátrico ou assemelhado.

### 3.1 Territorialidade e o Atendimento Psicossocial

O conceito de território permite uma visão conjunta dos diversos processos sociais, minimamente sócio técnicos, econômicos e políticos que ocorre no espaço. De acordo com Filho e Nóbrega (2014), o território pode ser considerado um objeto dinâmico, vivo, repleto de inter-relações e que possui influência recíproca entre sociedade e a vida do indivíduo no corpo social. Outro aspecto é que ele pode ser visto como um produto socioespacial das contradições da tríade economia, política e cultura (EPC). Além disso, o território está em permanente movimento de construção, desconstrução e reconstrução (FILHO, NÓBREGA, 2010 apud SAQUET, 2003). Gilles Deleuze (1989, p. 4) afirma que:

*“o território só vale em relação a um movimento através do qual dele se sai” e “não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte” (DELEUZE, 1989, p. 595).*

Para Filho e Nóbrega (2010) apud Kastrup (2001, p.215), a territorialização nada mais é do que um processo de “habitar um território”. Esta ação está associada a vinculação ao lugar que se refere ao sentimento de posse e afeições de pertencimento que o indivíduo desenvolve em relação a um território específico. De acordo com Soczka (2005), a vinculação ao lugar é constituída pelos laços experimentados como positivos em relação ao ambiente através de ligações comportamentais, afetivas e cognitivas estabelecidas entre os indivíduos e o espaço sócio/físico ao longo do tempo. O self do sujeito constitui uma conexão com o território que o circunda. No centro desta associação, situa-se o passado e o futuro ambiental da pessoa. O passado ambiental refere-se as memórias associadas a um local, enquanto o futuro ambiental refere-se as expectativas a esse mesmo lugar baseado nas experiências passadas. Estas cognições integram ideias, sentimentos, atitudes, valores, e preferências relacionadas com a complexidade dos contextos físicos da existência cotidiana. A vinculação ao lugar conduz a uma subestrutura da auto-identidade que é composta por sentimentos de pertencimento, autonomia, segurança, satisfação e estabilidade acerca do ambiente (SOCZA, 2005).

A territorialização, desterritorialização e reterritorialização é uma marca da experiência do portador de sofrimento mental quando é desospitalizado. Ao ser internado no

manicômio, o sujeito deixa seu território e desfaz tudo aquilo que constitui como dimensão do familiar e do próprio para ingressar em uma instituição total. No hospital psiquiátrico, sofre ataques do seu EU para enquadrá-lo numa razão do Outro (objetificá-lo e docilizá-lo) de forma que o torne submisso as regras instituição, controlado pelo corpo médico e integrante de uma massa social obediente. Ao receber alta, há um nova percepção e ingresso ao meio coletivo: há uma recepção fria e hostil em que a liberação significa passar do “*topo de um pequeno mundo para o ponto mais baixo de um mundo grande*” (GOFFMAN, 2010, p.69). Goffman (2010, p.69) atribui o termo “estigma” para esse processo, onde a posição social do ex-paciente nunca mais será igual à que era antes da internação. Assim, o sujeito não retorna ao território o qual constituía o seu mundo de origem, ele precisará se reterritorializar na busca de construção de um novo mundo e um lugar para si.

Os equipamentos de Saúde Mental da Reforma Psiquiátrica, ao que tudo indica, possuem também a incumbência de cuidar e investir no processo de reterritorialização para produzir ações que facilite a reconstituição da sociabilidade, emancipação e integração social de seus usuários. A apropriação da cidade pelo ex-interno transborda o circuito de acesso aos serviços e redes de assistência e os espaços urbanos tornam-se lócus de sociabilidade. Organizar um serviço que opere segundo a lógica do território supõe o envolvimento dos contextos micro e macro social e os componentes culturais que circunda o sujeito. Elementos como a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a cooperação e a socialização permitem o desenvolvimento de um tratamento voltado a personalidade. Para tanto, é preciso criar uma intensa porosidade entre o serviço e os recursos do seu entorno para potencializar a participação social e abrir lacunas ao espaço público como lócus terapêutico.

## 4 | CONCLUSÃO

A Reforma Psiquiátrica pressupõe um processo de desconstrução do aparato manicomial, o que inclui o hospital psiquiátrico, internações compulsórias e representações sociais excludentes, por meio de estratégias políticas, culturais e sociais. Estruturar equipamentos e novas práticas que auxilia a *reterritorialização* desses sujeitos na cidade é um elemento chave nesse contexto, o que envolve as ideologias terapêuticas, a maneira de conviver com as pessoas com sofrimento mental e a forma de projetar ambientes para o tratamento cognitivo. As transformações supõem ser estruturadas de forma socio-histórica, comprometidas com liberdade e inclusão social. Isso envolve examinar a formação do sentimento de *vinculação ao lugar* pelo portador de transtorno mental, o que corresponde a interação dinâmica entre o meio social cotidiano (sobretudo entre amigos, família e vizinhos) e características do ambiente em que o mesmo acontece. Os novos equipamentos que compõe a rede de assistência propõem criar uma porosidade entre o serviço e comunidade para potencializar a inserção social e abrir brechas na cidade para

ser local de reabilitação psicossocial. Isso envolve a articulação entre território, meio social e cultural para a reabilitação psicossocial das pessoas com sofrimento mental.

## REFERÊNCIAS

AMARANTES, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 1995.

BARRETO, Jubel. **O umbigo da reforma psiquiátrica: cidadania e avaliação de qualidade em saúde mental**. Juiz de Fora. Ed. da UFJF, 2005. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N° 189 de 19 de Novembro de 1991. Aprova a inclusão de Grupos e Procedimentos da Tabela do SIH-SUS, na área de Saúde Mental (Hospitais Psiquiátricos). Diário Oficial da União 1994; 30 jan.

BRASIL, Ministério Da Saúde. Portaria N° 336, de 19 de Fevereiro de 2002. Acesso em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336\\_19\\_02\\_2002.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html).

CAVALCANTI, Sylvia; ELALI, G. (Orgs.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FONTES, Maria Paula Zambrano. **Imagens da arquitetura da saúde mental: Um estudo sobre a requalificação dos espaços da casa do sol - Instituto municipal de assistência à saúde Nise da Silveira**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Arquitetura - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões**. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LIMA, Elizabeth Maria F. de Araújo; YASUI, Silvio. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro. v. 38, n. 102, p. 593-606, jul-set 2014. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/sdeb/2014.v38n102/593-606/pt>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PESSOTI, Isaias. **O século dos manicômios**. São Paulo: Editora 34, 1996.

SILVA, Leonora Cristina da. **Diretrizes para a arquitetura hospitalar pós-reforma psiquiátrica sob o olhar da psicologia ambiental**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream-am/123456789/17547/1/LucianaM.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

SOCZKA, Luis. **Contextos humanos e Psicologia Ambiental**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2005.

TENÓRIO, Fernando. A Reforma Psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. **Revista História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro. V. 9, N.1, P.25-59, Jan-Abr. 2002.

YASUI, Silvio. **Conhecendo as origens da Reforma Psiquiátrica Brasileira: as experiências francesa e italiana**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. 2009

WICK, Livia; SCHUTZ, Benjamin. **Architectures for psychiatric treatment**. EPFL – École polytechnique fédérale de Lausanne, 2011.

# CAPÍTULO 20

## AMBIÊNCIA E TERRITÓRIO EM PROJETOS EMERGENCIAIS: OS CASOS DE MARIANA E BRUMADINHO

*Data de aceite: 01/07/2021*

**Leonardo Valbão Venancio**

Universidade Federal do Espírito Santo

**Bruno Massara Rocha**

Universidade Federal do Espírito Santo

**RESUMO:** Os crimes-catástrofes de Mariana e Brumadinho provocaram um rompimento abrupto no tecido de relações materiais e imateriais presentes na região, comprometendo não apenas os espaços físicos e geográficos, mas os vínculos que cotidianamente restauravam a memória e reafirmação da identidade cultural dos territórios atingidos. Analisando os depoimentos dos sobreviventes destes desastres foi possível perceber que a passagem da lama desencadeou um processo de desterritorialização das comunidades, isto é, a perda do sentido de pertencimento a um lugar uma vez habitado. Este artigo faz uma análise deste processo sob a ótica da arquitetura com o auxílio de autores como Pallasmaa (2012), Schumacher (2012), Gregotti (1975) e Nora (1993) discutindo a importância da ambiência do lugar enquanto operadora da territorialização de uma comunidade. Em seguida são feitos apontamentos para projetos de arquitetura emergencial com orientações sobre como lidar com a complexidade dos desastres ambientais em diferentes escalas de ação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crimes-catástrofes. Desterritorialização. Arquitetura Emergencial. Ambiência.

### AMBIENCE AND TERRITORY IN EMERGENCY PROJECTS: THE CASES OF MARIANA AND BRUMADINHO

**ABSTRACT:** The catastrophe crimes of Mariana and Brumadinho caused an abrupt break in the fabric of material and immaterial relations present in the region, compromising not only the physical and geographical spaces, but the bonds that daily restored the memory and reaffirmation of the cultural identity of the affected territories. Analyzing the testimonies of the survivors of these disasters, it was possible to notice that the passage of the mud triggered a process of deterritorialization of the communities, that is, the loss of the sense of belonging to a place once inhabited. This article analyzes this process from the perspective of architecture with the help of authors such as Pallasmaa (2012), Schumacher (2012), Gregotti (1975), Nora (1993) discussing the importance of the ambience of the place as the operator of the territorialization of a community. Then notes are made for emergency architecture projects with guidance on how to deal with the complexity of environmental disasters at different scales of action.

**KEYWORDS:** Disaster Crimes. Desterritorialization. Emergency architecture. Ambience.

### INTRODUÇÃO

A devastação causada pela onda de rejeitos lançada sobre as cidades de Mariana e Brumadinho provocou um impacto multiescalar nas comunidades locais e trouxe à tona

uma discussão urgente sobre a importância de preservação do meio ambiente em seus múltiplos níveis de uso e apropriação. O parâmetro inicial de entendimento do problema parte da visão de que este crime-catástrofe comprometeu o território em variados níveis de percepção. Essa rede complexa de consequências pode ser analisada sobre diferentes recortes que, no caso específico deste artigo, enfatiza a desterritorialização do sujeito em função da supressão de seus espaços de vida cotidiana. A análise apresentada aqui busca discutir os impactos decorrentes da ruptura dos vínculos espaciais e territoriais sofrida pelas comunidades atingidas e de que maneira este problema deve ser visto pelos métodos e iniciativas de auxílio e prestação de socorro. Os mecanismos adotados pelas iniciativas denominadas arquiteturas emergenciais ainda carecem de melhores soluções no que se refere à reterritorialização dos atingidos e à restauração de seus vínculos com o lugar.

Autores como Pallasmaa (2009; 2012; 2016) e Gregotti (1975) são enfáticos em reconhecer a importância dos locais de vida cotidiana para a formação e estruturação das comunidades. Os espaços naturais apropriados pelo ser humano exercem um papel determinante na sua constituição enquanto sujeito a também enquanto cidadãos presentes em uma coletividade. Sejam espaços de caráter público, privado ou coletivo, sua condição permanente de ocupação e troca forja a identidade de uma comunidade e moldam a individualidade de seus participantes.

Os crimes-catástrofes de Mariana e Brumadinho provocaram um rompimento abrupto no tecido de relações espacializadas naqueles territórios, comprometendo não apenas os espaços físicos e geográficos, mas as rotinas, hábitos, práticas, interações, e todo tipo de referências temporais, incluindo histórias e memórias que lá eram colocadas em prática cotidianamente. Há um corte nos mecanismos de referência e localização dos sujeitos que, sem acesso aos seus espaços sociais e relacionais, tornam-se seres desterritorializados. As ações de mitigação e restauração dos danos provocados por situações-catástrofe como as de Mariana e Brumadinho não podem estar apenas apoiadas na implementação de medidas compensatórias econômicas e financeiras, mas associadas a estratégias de reterritorialização das comunidades e de todo o bioma em meio ao qual ela se instala. No caso de Mariana, a ONG Fundação Renova foi criada para administrar as medidas de recuperação e mitigação dos danos causados pelo rompimento. Em meio a críticas e aprovações, a Fundação busca, à sua maneira, operar a implementação de ações socioeconômicas e socioambientais.

Tomando como referencial inicial os depoimentos dos próprios sobreviventes dos crimes ambientais em questão é possível ter uma clara noção dos efeitos da desterritorialização na realidade destas pessoas. De acordo com Schumacher (2012) um espaço genérico se configura como um lugar no momento em que os usuários dão início a um conjunto de operações de territorialização que incluem inscrições simbólicas, valores de uso, distintas formas de ocupação e ação, etc. A importância da territorialização para a constituição das comunidades é enorme e ao mesmo tempo complexa de ser

avaliada porque cada coletividade pode se apropriar de maneiras individuais de locais geograficamente semelhantes. Por isso cabe discutir o conceito de ambiência trazido por Nora (1993) e Duarte (2011) que diz respeito aos aspectos sensíveis não imediatamente visíveis da territorialização e seu impacto cognitivo na formação das comunidades.

Com base neste referencial teórico estruturado é possível discutir os impactos da desterritorialização nas comunidades de Mariana e Brumadinho e analisar a adequação das estratégias de auxílio adotadas ou em curso de implementação. Espera-se que com um olhar melhor direcionado para os aspectos necessários para a reterritorialização dos atingidos seja possível agregar valor às estratégias de ação emergencial.

## **A DESTERRITORIALIZAÇÃO CAUSADA PELOS ROMPIMENTOS**

Em termos numéricos, o crime-ambiental de Mariana ocorrido em novembro de 2015 trouxe as seguintes estatísticas para a comunidade de Bento Rodrigues: 19 pessoas mortas, 207 das 251 edificações soterradas (82%); 700 pessoas de 162 famílias desabrigadas; impacto no abastecimento de água de cerca de 500 mil pessoas ao longo de inúmeros municípios que situados próximos ao leito do Rio Doce (UFMG/UFJF, 2016). O evento marca o maior desastre mundial com barragem em volume de resíduo e em distância percorrida (660 km) de todo mundo. De acordo com o levantamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) 1.469 hectares de vegetação foram degradados entre os estados de Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES). O processo de desterritorialização se inicia com a completa dissolução do ambiente natural e construído provocada pela passagem da lama de minério, em especial em Bento Rodrigues, e a urgente acomodação dos sobreviventes em um ginásio poliesportivo e em hotéis da região.

No crime-ambiental ocorrido em Brumadinho, três anos depois as estatísticas são as seguintes: 253 mortes, 17 pessoas desaparecidas, 273 pessoas deslocadas de casas próximas ao desastre e 1.137 deslocadas de áreas de risco (AGÊNCIA BRASIL, 2019), sendo acomodadas em hotéis e pousadas de cidades vizinhas incluindo Belo Horizonte. De acordo com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD, 2019), a área atingida pela lama de rejeitos é de 290 hectares, com um volume de 12,7 milhões de metros cúbicos de rejeito de mineração, cinco vezes menor do que o do episódio anterior em Mariana, embora com número muito maior de mortes. O Serviço Geológico do Brasil (2019) estimou que a lama percorreu até o final de 2019, 46 quilômetros, podendo percorrer ainda 310 quilômetros ao longo do leito do Rio Paraopeba, um dos principais afluentes do Rio São Francisco.

Somados, os eventos deixaram, além das quase trezentas mortes, cerca de duas mil pessoas deslocadas de suas áreas de trabalho, moradia e convívio social. É essencial compreender quais são os componentes do processo de territorialização de uma

comunidade para evitar a generalização das ações ao longo do processo de restauração destes vínculos e orientar a construção de novos assentamentos. Mas como se dá esse processo de territorialização? De certa forma, ele implica em uma situação em que o sujeito se *localiza*, e isso ocorre, segundo Schumacher (2012), a partir do que define como sucessivas *operações de territorialização*. Estas operações têm como componentes formativos todo um conjunto de estruturas físicas e simbólicas de interação e comunicação coletiva, espacialmente distribuída e geradora do contexto urbano, abrigando atividades relacionadas aos ofícios locais, espaços de troca, prestação de serviços, circulação, áreas de interação social, espaços simbólicos, educacionais, institucionais, etc. A conformação dos edifícios que abrigam tais atividades constituem a manifestação física das operações de territorialização. Essa arquitetura do lugar demarca e qualifica as ambiências urbanas locais, e podem se manifestar pelo tipo de habitações, monumentos, espaços livres, praças, igrejas, largos, lojas e espaços comerciais, equipamentos públicos, etc. De qualquer forma, as habitações são as referências mais significativas e de maior grau de importância para a constituição e demarcação da territorialidade dos sujeitos e de seus familiares. A forma de distribuição e organização dos edifícios representa um sistema de valores, vínculos sociais, padrões de comportamento, estruturas simbólicas, que Schumacher (2012) considera pertencentes à dimensão semiológica dos espaços humanos.

Os depoimentos que se seguem fazem parte de dois documentários intitulados *Vozes de Mariana* e *Vozes de Brumadinho* realizados com vítimas dos crimes-catástrofes. Eles revelam o olhar sobre os rompimentos na perspectiva dos atingidos:

“No dia da tragédia não estava fazendo nada. Estava na praça. Isso aqui, em frente à igreja, era uma praça. A Praça Santo Antônio. Não tinha nenhum banco, mas era bacana. O pessoal vinha aqui bater uma bola (...) Se eles forem reconstruir a nova Paracatu lá pra cima a maioria vai querer voltar. Eu, no caso, quero voltar. Se fizerem a casa de cada um do jeito que era já tá bom. Nem mais e nem menos”. (ESTADO, 2015).

“A casinha...A nossa casa era um ponto de referência (...) Tinha uma escada de pedra, uma cerca de bambu toda pintada de marrom. O espaço que fazíamos churrasco. Era uma casa diferente” (Ibid.).

“Minha sala era grandona. Tinha um lugar de colocar o sofá para assistir televisão e tinha uma parte que colocava a mesinha de jantar (...) Tinha o quarto de cada um dos meus filhos. O do meu menino era azul e branco, porque ele é cruzeirense. (...) A rua em que a gente morava era só família (...) Aquele lugar era maravilhoso. Tinha ponto de encontro no final de semana, juntava os amigos todos, mas agora está tudo espalhado (...) o sonho é voltar todo mundo de novo” (Ibid.).

“Sinto falta da minha casa. Sou pobre de dinheiro, mas rica de amizade. Toda hora chegava alguém pra me visitar. A todas as pessoas que iam à minha casa, eu dava café e comida (...) Minha casa chamava Casa Nossa Senhora Aparecida. Sabe por quê? Sou muito devota de Nossa Senhora Aparecida (...) (Ibid.).

“Queremos ser como repolho que fica junto. Voltar à nossa vida, nossa vila,

ter as nossas atividades, o nosso sossego" (Ibid.).

"Deus vai me dar tudo de volta, como eu tinha. Minha paz, minha casa, vai me dar minha vizinhança (...) Nunca imaginei sair de lá (Bento Rodrigues). Todo mundo é uma família. Todo mundo conhece a gente. Um lugar muito bom. Queria terminar lá (Ibid.).

"Como é morar no hotel? Eu estou enrolado, né? Como ficar tranquilo? Acabou com minha vida. Mandaram eu alugar um sítio, uma propriedade rural, mas está difícil achar aqui perto. É quase tudo da Samarco" (Ibid.).

"Encontrei com o jardineiro que conseguiu escapar, ele me disse que quando estava próximo ao portão viu a casa sendo dobrada...um horror, passei 30 anos construindo um ambiente, uma casa, um lugar maravilhoso onde eu ia me aposentar, já estava com minha varanda pronta, só faltava colocar a cadeira de balanço, e em 70 segundos desapareceu...fiquei com a roupa do corpo, sem minha casa e sem minha mulher...estou nos braços dos amigos que me receberam na comunidade, me acolheram" (Idem, 2019).

"Você leva dez, vinte anos pra construir uma casa com todo sacrifício, pega e vai tudo embora em 2 segundos (...) quando eu vi a rua já tava tampada pela lama, só via casa e árvore derrubando, em questão de segundos, casa, móveis, cachorro, porco, foi tudo embora. A vida da gente foi embora ali, é muito tempo a gente pelejando pra construir, foi tudo...ela era toda acabada por dentro, de cerâmica, dois banheiros, quarto de televisão, tem nem cabeça pra pensar. Só fico pensando se eles vão dar minha casa de volta, me dando isso aí tá bom demais...se tivesse condições não tava aqui brincando com a Vale não, tinha ido embora...complicado" (ibid.).

"Um lugar que a gente trabalhava, lavava as verduras para nossos clientes, e você vê um corpo saindo de uma caixa dessas... (...) Era tudo horta, tudo plantação, aqui tinha uma estufa, um galpão com muita muda. A comunidade vinha aqui na Horta do Tônico, tirava foto, elogiava, hoje é só tristeza" (ibid.).

"De um segundo pro outro foi tudo por água abaixo (...) Aquele ar fresco, todo mundo vinha pra cá, passar o dia, pescar, a gente sentia feliz dentro daquela casa, meu marido dizia, só vou sair daqui na hora de enterrar (...) Tudo muito bem plantado, tudo que você imaginar (...) O diabo veio e lambeu tudo. Agora eu quero o meu lugarzinho, a minha indenização que nós merece, sem falta e sem passa um centavo" (ibid.).

Para Schumacher (2012) a dimensão semiológica está baseada no modo como as pessoas compreendem um ambiente construído como um sistema de significados que revelam seu sentido social. Operações de territorialização são mecanismos de atribuição de significado que se mostram presentes, por exemplo, no modo como diversos moradores consideravam suas casas como a moradia definitiva até a morte. Suas casas eram elementos inseparáveis do espectro existencial de suas vidas. Além disso, o tempo e a dedicação gastos para erguer a morada são motivos de orgulho, segurança, demonstração de cuidado, zelo e atenção para com os demais, incentivo às relações sociais entre familiares, vizinhos e membros da comunidade, significados existenciais que se perdem com a passagem da lama. A personalização dos espaços naturais e construídos é outro operador de territorialização importante de ser percebido nos relatos dos atingidos. Muitos

deles exaltam com orgulho detalhes das construções, modos de organização e divisão dos espaços, descrevem as particularidades do programa e o efeito que todo esse conjunto exerce nos visitantes.

Essa métrica existencial da dimensão semiológica do território configura uma unidade de medida relacionada ao vínculo afetivo, aos elementos de subjetividade que ampliam o entendimento dos territórios como campos carregados de valores simbólicos sobre os quais operam as relações humanas. Nos termos de Gregotti (1978) os elementos arquitetônicos que estruturavam a vida na região atingida (casas, praças, espaços comuns de convívio e encontro) conformavam um ambiente antropogeográfico sobre o qual gestos e ações humanas carregadas de sentido, intenção e propósito são territorializadas.

Para teórico Juhani Pallasmaa (2009), os espaços construídos pelo ser humano são essenciais para a constituição de sua própria identidade. Segundo ele, nossas percepções e experiências de mundo são significativamente condicionadas e alteradas pela arquitetura. Ela constitui a externalização mais importante da memória humana e, enquanto tal nos oferece as condições para entender quem somos, recordamos quem fomos e quem poderemos nos tornar no futuro. Em meio aos depoimentos dos moradores são descritos espaços de encontro, desejos de permanência, vínculos interpessoais, o orgulho em participar daquele lugar, e a expectativa em restaurar parte destas experiências num futuro próximo.

A desterritorialização do sujeito se instaura no ato da passagem da lama de rejeitos sobre todas estas camadas de ação humana e de memória registradas na arquitetura e na configuração urbana local. Além da perda da moradia, o sujeito se torna desprovido de todo um conjunto de relações e vínculos que cotidianamente restauravam a sua memória e reafirmavam sua identidade cultural. A desterritorialização pode ser entendida como um processo de desenraizamento, de perda do sentido de pertencimento de um território uma vez habitado. Retomando as reflexões de Pallasmaa (2012), nossas identidades estão em diálogo constante com nosso meio físico, com a arquitetura e os objetos, com nosso contexto social, cultural, linguístico, estético e geográfico. A ruptura da conexão entre sujeito e lugar implica em inúmeros e complexos problemas como a perda instantânea do bem-estar, a diminuição da capacidade de subsistência e autonomia do indivíduo, o sentimento de insegurança e desconforto em função do deslocamento de um espaço de vida para um espaço genérico e, mais importante, os traumas gerados pela experiência da morte.

## **AMBIÊNCIA E RETERRITORIALIZAÇÃO PARA A ARQUITETURA EMERGENCIAL**

A restauração do ambiente degradado e das relações deve ocorrer de forma progressiva e direcionada para diferentes aspectos. Medidas de curto, médio e longo prazo devem ser consideradas no processo de reinserção socioambiental das populações tradicionais e pequenos produtores (SEAMA et al, 2016). O Relatório Técnico do Governo

de Minas realizado em 2015 apontou a necessidade de elaboração em conjunto com as representações das comunidades impactadas propostas para o enfrentamento das mudanças nos modos de vida estabelecidos, tais como a perda do ambiente necessário para a realização de práticas produtivas, sociais e privadas. Apontou ainda a demanda por sistemas de abastecimento alternativo de água para o consumo em pequenas comunidades, indígenas e populações ribeirinhas, para o uso em atividades agropecuárias, e diversas formas de vida relacionadas ao rio (MG, 2016). A arquitetura emergencial é uma temática dedicada a pensar estratégias de suporte para todas as etapas do processo de restauração que é longo e complexo. As consequências do desastre exigem de imediatos esforços na luta pela sobrevivência e pela manutenção da vida humana. São necessárias medidas extremas, ação multidisciplinares, soluções construtivas ágeis, leves, resistentes e com capacidade de adaptação. Em médio prazo há que se avaliem os prejuízos, monitorar e diagnosticar os ambientes atingidos com a finalidade de orientar os planos de ação e projetos a serem implementados. Há de se considerar todo um extrato de serviços de pesquisa, avaliações, atendimentos, orientações sociais, ambientais, econômicas, jurídicas e psicológicas. De acordo com o Relatório de atividades do Comitê de Apoio aos Atingidos pelo rompimento da Barragem em Mariana, ações subsequentes devem considerar espaços especializados para abrigar oficinas, espaços de aprendizado, bibliotecas, áreas de reunião e gestão do território, oferecer serviços gerais e canalizar iniciativas que de alguma maneira promovam a manutenção da viabilidade econômica dos distritos afetados identificando necessidades de trabalho e competências (UFOP, 2016).

Regulamentações para arquiteturas emergenciais podem ser encontradas em manuais como o do Projeto Esfera (SPHERE, 2018), um manual internacional de referência elaborado pelo Movimento Internacional da Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho, dedicado a estabelecer normas mínimas e essenciais para a oferta de assistência em situações pós-catástrofe. Os princípios fundamentais da filosofia Esfera é o “direito à vida, à dignidade, à assistência aos atingidos e à tomada de todo tipo de providência para aliviar o sofrimento humano derivado de situações de desastres ou conflitos” (2018). No Brasil, aplica-se a situações dessa natureza a Lei 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Ela estabelece em seu art. 8º inciso VIII, que “compete aos municípios organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança” (BRASIL, 2012).

Apesar da relevância das normatizações – que deixa em aberto sua efetiva funcionalidade conforme demonstrado por Rocha e Venancio (2019) – existe uma força motriz tratada aqui que não se separa da arquitetura emergencial: o fator sensitivo. Normas básicas e superficiais podem se tornar genéricas se não adotarem soluções que caibam em sua realidade. Ao afirmar que história e memória são problemáticas do lugar, o autor Pierre Nora (1993) nos convida a refletir sobre um importante questionamento: até que ponto a cadência de normativas para arquiteturas emergenciais consegue suprir a reconstrução

sensitiva e o sentimento de continuidade do espaço, no sentido próprio de pertencimento do lugar? Quando debruçado apenas sobre aspectos funcionais, formais ou ambientais do espaço construído como fatores isolados, a arquitetura emergencial se revela incompleta.

Antes de tudo, cabe considerar que a própria condição emergencial dos projetos tem se mostrado insuficiente para atender às complexas demandas de atendimento. Sua duração é ampliada e suas articulações se tornam muito mais sensíveis e estratégicas. Para além da demanda física de abrigo, a arquitetura deve acompanhar a evolução do problema no sentido de proporcionar uma melhoria da própria ambiência do lugar. Nos termos de Duarte (2011) a essência da ambiência é saber reconhecer o conjunto de aspectos sensíveis e dinâmicos do lugar atingido, assim como de seus usuários, levando-nos a refletir sobre que tipo de experiência, percepção e atividade podem ser implementada em contextos específicos. Mais próxima do campo empírico do que teórico, a ambiência é correlata da passagem da dimensão sensível para a dimensão cognitiva, desencadeada pela memória e, conseqüentemente, pela fantasia, pelo desejo, pelo processo complexo de significações presente nas experiências dos atingidos na reconstrução de um vínculo com o lugar. Para além do aspecto individual há ainda o reconhecimento do que está para além de si mesmo: o outro. O conceito de ambiência, apontado e discutido por Duarte (2011), pode ser visto como um agente de ligação entre as diversas sensações experimentadas no contexto do coletivo. Com base nisso, um dos grandes desafios é guarnecer aos atingidos um local sensível às perdas, à memória e também ao futuro; ambientes capazes de se apresentarem mais reais à percepção e aos processos mentais dentro dos quais o espaço se transforma em lugar, portador de um significado (PESAVENTO, 2007).

## **ANÁLISES CONCLUSIVAS - SITUAÇÕES TRAUMATIZANTES: TEMPOS DE REVER E DE RECONSIDERAR**

Quanto ao episódio de Mariana, a empresa Samarco, responsável pelo crime socioambiental, divulgou relatório comunicando a realização de ações como: acomodação de pessoas desabrigadas em casas alugadas (2015), acomodação de famílias em moradias temporárias (2015), eleição junto às famílias de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo de terreno para reconstrução da comunidade (2016), eleição junto às famílias de Gesteira de terreno para abrigar casas e equipamentos públicos impactados (2016), reforma de casas e construção de praça em Barra Longa (2016) (SAMARCO, 2020). A Fundação Renova publicou em sua página oficial da internet um conjunto de programas socioeconômicos e socioambientais, dentre eles: reconstrução de vilas, escolas e infraestruturas, proteção de povos indígenas e comunidades tradicionais, alegando a realização de reuniões e assembleias com a Comissão dos Atingidos por Barragens, representantes locais, comunidades, prefeituras, com ênfase na promoção da participação e do diálogo ao longo do processo. É importante frisar que estas ações estão previstas no Termo de Transação e

Ajuste de Conduta (TTAC) assinado pelas empresas Vale, Samarco e BHP e os ministérios públicos e defensorias de âmbito federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Portanto, essas ações são fruto de obrigações legais a serem cumpridas, dentre outras muitas, pelas empresas causadoras da tragédia em atendimento às determinações da justiça. Este acordo enfatiza a inclusão popular nas estruturas de tomadas de decisão dos programas reparatórios e compensatórios (RENOVA, 2020). Esta inclusão é um ponto central em direção a um processo de recuperação mais humanizado e mais sensível às particularidades das comunidades atingidas.

Ao tratarmos o conceito de arquitetura emergencial e sua importância em situações de desastres naturais ou, nos casos aqui mencionados, antrópicos, duas questões interrelacionadas merecem destaque: o entendimento da complexidade do problema e a exigência de projetos multiescalares. Quanto ao problema, há demandas de curtíssimo, médio e longo prazo que superam os aspectos físicos e se abrem para fatores subjetivos, ou seja, para além do reconhecimento de formas em direção ao entendimento das formações. Retomando os apontamentos de Duarte (2011), abordagens participativas e sensíveis aos sujeitos e às formações coletivas das quais faz parte.

Atualmente, a questão da ambiência nos espaços arquiteturais e urbanos vem sendo alavancada nos campos científicos e, apesar de ser um tema já pesquisado há várias décadas (DUARTE, 2011), no que se refere à arquitetura emergencial, ainda se apresenta carente. A importância do tema se reflete internacionalmente na *Réseau International Ambiances* (ambiances.net) que, embora conte com a participação de quatro laboratórios de pesquisa no Brasil (LABEORB/Campinas, Laboratório Urbano/PPGAU-FAUFBA, LASC/UFRJ, LECCUR/UFPB), não revelam linhas de pesquisas dedicadas à arquitetura emergencial com o viés de avaliação proposto aqui que considera a dimensão semiológica dos espaços humanos pós-catástrofes (SHUMACHER, 2012) nos casos de Mariana e Brumadinho.

Não deve haver esquecimento para o que foi vivenciado. Ambos os rompimentos continuam gerando efeitos traumáticos que, segundo Antonello (2016), são revividos e presentificados repetidamente nesse período que se segue. Os estudos dedicados às situações-catástrofe demonstram que elas requerem cada vez mais um refinamento de conceitos e práticas para que consigam a recuperação física e a reconstrução da ambiência do lugar com equilíbrio. Há de se articularem demandas emergenciais complexas desde o instante do ocorrido com a provisão de abrigos para necessidades imediatas, perpassando pelo agenciamento de espaços temporários de apoio ao restabelecimento de rotinas diárias até o processo de construção de habitações permanentes e toda infraestrutura necessária ao enraizamento da comunidade. A inserção de representações sociais da comunidade atingida em momentos decisórios de desenvolvimento dos projetos pode potencializar a territorialização do novo assentamento e voltar a reconstruir o sentido de pertencimento.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DO BRASIL, 2019. **Defesa Civil quer concluir contagem de casas atingidas em Brumadinho**. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-02/defesa-civil-quer-concluir-contagem-de-casas-atingidas-em-brumadinho>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC. Brasília, DF, Abril, 2012.

UFMG/UFJF. **A tragédia do Rio Doce. A lama, o povo e a água**. Relatório Técnico da Expedição ao Rio Doce. Belo Horizonte/Juiz de Fora, 2016.

DUARTE, Cristiane Rose. *Ambiência: por uma ciência do olhar sensível no espaço*. THIBAUD, Jean-Paul. **Ambiances en partages**. A la croisee, 2011.

ESTADO DE MINAS. **Vozes de Mariana**. Documentário audiovisual, 2015. Disponível em <<https://www.em.com.br/vozes-de-mariana/>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

ESTADO DE MINAS. **Vozes de Brumadinho**. Documentário audiovisual, 2019. Disponível em <<https://www.em.com.br/vozes-de-brumadinho/>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Relatório Técnico - Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG**. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana. Responsável: Grupo da Força-Tarefa Decreto nº 46.892/2015. 2016.

GREGOTTI, Vittorio. **Território da arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

NORA, Pierre et al. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

PALAASMA, Juhani. **Tocando el Mundo**. Architecturas del Sur, n. 36, 2009.

PALLASMAA, Juhani. *Newness, Tradition and Identity: Existential content and meaning in architecture*. **Architectural Design**, v. 82, n. 6, p. 14-21, 2012.

PALAASMA, Juhani. **Inhabiting Time**. **Architectural Design**, v. 86, n. 1, p. 50--59, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

RENOVA, 2020. **Socioeconômicos**. Documento online. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/socioeconomicos/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

ROCHA, Bruno Massara; VENANCIO, Leonado Valbão. *Digital Parametric Emergency Oriented Design - Case Study on City of Mariana, MG, Brazil*. *Modern Environmental Science and Engineering*, p. 283, 2019.

SAMARCO, 2020. Um ano de rompimento de Fundão. Documento Online. Disponível em: [https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/01/Book-Samarco\\_final\\_baixa.pdf](https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/01/Book-Samarco_final_baixa.pdf). Acesso em: 02 fev. 2020.

SEAMA, ICMBIO, IEMA, IBAMA, UFES (2016). **Plano de ação e enfrentamento de crise**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <bmassara@gmail.com> em 31 mai 2016.

SEMAD - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Barragem **em Brumadinho tem volume de 12,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos**. 2019. Disponível em <<https://noticias.r7.com/cidades/barragem-em-brumadinho-tem-volume-de-127-mi-de-m-de-rejeitos-26012019>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Tragédia em Brumadinho: o caminho da Lama. 2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/27/tragedia-em-brumadinho-o-caminho-da-lama.ghtml>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

SCHUMACHER, Patrik. The Autopoiesis of Architecture: A New Agenda for Architecture. v. 2. Chichester: John Wiley & Sons, 2012.

SPHERE ASSOCIATION. The Sphere Handbook: Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response. Sphere, Geneve, Switzerland, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Relatório de atividades do Comitê de apoio aos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão – Mariana/MG. Comissão externa do rompimento de barragem na região de Mariana – MG (Cexbarra). 2016

## ARQUITETURA DA ALTERIDADE COMO SUBSÍDIO PARA REQUALIFICAÇÃO DE IMÓVEIS VAZIOS NO BAIRRO DE SÃO JOSÉ (LESTE), NO CENTRO DO RECIFE

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 04/06/2021

**Larissa Fonseca da Cunha**

Universidade Católica de Pernambuco  
(UNICAP)

Recife - Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/0712532479681902>

**Andrea Melo Lins Storch**

Universidade Católica de Pernambuco  
(UNICAP)

<http://lattes.cnpq.br/0430986790773638>

**RESUMO:** Os espaços de passagem nos interiores das edificações verticais podem se caracterizar por configurações que possibilitam a coexistência entre as pessoas. Para que ela ocorra, é preciso que a configuração possua predicados espaciais da alteridade (STORCH, 2017), entre outros aspectos. Este trabalho investiga arranjos espaciais do pavimento tipo de uma edificação abandonada, um vazio urbano (SOLÀ-MORALES, 1996), localizada no centro histórico da cidade do Recife/PE, especificamente no bairro de São José (Edifício Concórdia), simulando novos arranjos espaciais internos adequados ao uso de habitação social para sua requalificação. Ao assim fazer, desenvolve uma metodologia e sua aplicação, conformada por três indicadores: Pontos de Confluência (PC); Unidades Habitacionais (UH) e Atratividade da Zona Limiar (At). Estes, quando são relacionados, permitem chegar ao Índice de

Coexistência Intersticial (ICI) (FRANÇA, 2020). Considera-se que os indicadores e o índice supracitados são parte dos predicados espaciais da alteridade (STORCH, 2017), visto que possibilitam identificar arranjos espaciais internos com espaços propícios para a coexistência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Coexistência; Predicados Espaciais; Habitação Social.

### ARCHITECTURE OF ALTERITY FOR REQUALIFICATION OF EMPTY PROPERTIES IN SÃO JOSÉ, THE CENTRAL REGION OF RECIFE (PERNAMBUCO, BRAZIL)

**ABSTRACT:** The passage spaces inside the vertical buildings can be characterized by configurations that allow coexistence between people. For it, it's necessary that the configuration has spatial predicates of otherness (STORCH, 2017), among other aspects. This work investigates spatial arrangements of the type pavement of an abandoned building, an *Terrain Vague* (SOLÀ-MORALES, 1996), located in the historic center of the city of Recife/PE, Brazil, specifically in the neighborhood of São José (Concórdia Building), simulating new spatial arrangements suitable for the use of social housing for its requalification. Therefore, a methodology is developed and its application is conformed by three indicators: Points of Confluence (PC); Housing Units (HU) and Attractiveness of the Threshold Zone (At). These, when related, allow them to reach the Interstitial Coexistence Index (ICI) (FRANCE, 2020). It is considered that the aforementioned indicators and index are part of the spatial predicates of otherness (STORCH,

2017), since they make it possible to identify internal spatial arrangements with spaces conducive to coexistence.

**KEYWORDS:** Coexistence; Space Predicates; Social Habitation.

## 1 | INTRODUÇÃO

Grande parte das edificações verticalizadas nos centros das cidades brasileiras se caracterizam por pavimentos com arranjos espaciais que não favorecem o encontro entre as pessoas. Os espaços coletivos internos são destinados apenas para passagens. Assim, a presente pesquisa apresenta outra alternativa pautada em predicados espaciais da alteridade (STORCH, 2017) que configuram arranjos espaciais internos, possibilitando a coexistência entre os moradores e geração de um lugar propício para a convivência. Faz-se necessário compreender que a arquitetura dessas edificações responde a diversas necessidades que vão além de seus usos. Os espaços de passagem, por exemplo, podem atuar também como um lugar de encontro. Nesse sentido, defende-se que as edificações necessitam e configurarem, ao serem requalificadas, com predicados espaciais que possibilitem, por meio de seus arranjos internos, a criar espaços de coexistência.

No debate urbanístico contemporâneo é consenso que a necessidade de requalificação de edificações nas áreas de centro das cidades ainda não foi resolvida. Muitos são os edifícios que ao longo de sua existência passaram por transformações, incluindo o seu abandono. Por seu turno, cada área onde eles estão inseridos demanda o incentivo de um determinado uso. Neste trabalho, ressaltam-se aqueles mais demandantes do contexto social brasileiro: o caso do uso de habitação de interesse social.

Denominadas de vazio urbano, segundo Solà-Morales (1996), as edificações subutilizadas — ou mesmo sem nenhum uso — precisam cumprir sua função social, como aponta o Estatuto da Cidade. E, como supracitado, há um número expressivo de imóveis vazios nos centros das grandes cidades brasileiras. Tais edificações apresentam-se como um grande potencial de transformação para abrigar a população mais vulnerável. Muitas desses indivíduos habitam, de forma precária, localidades distantes do centro, onde muitas vezes trabalham. Nesse contexto, faz-se imprescindível adequar as edificações vazias ou ainda abandonadas para o uso social. Ressalta-se neste trabalho que tais transformações precisam favorecer as relações de cooperação entre seus habitantes. Portanto, a atenção aos arranjos espaciais internos precisam se configurar para permitir a coexistência entre as pessoas e as trocas de diferentes vivências compartilhadas.

Nesse sentido, este trabalho apresenta como fundamento a coexistência ética. Como aponta a autora,

Abordar fundamentos da ética da alteridade significa focar a diferença a partir do reconhecimento do outro como Outro (sujeito ou grupo social que não sou eu, ou não é o meu, ele é desconhecido), ou seja, aceitá-lo na sua total diferença. (STORCH, 2017, p. 22)

O trabalho buscou demonstrar algumas possibilidades de adequar os arranjos espaciais internos dessas edificações verticais que se encontram sem uso no centro do Recife (PE). A investigação explora os espaços de passagens internos como o local propício para coexistência, desde que eles apresentem pontos de confluência em seus arranjos espaciais. Desse modo, busca simular transformações caracterizadas por espaços de passagens entre as unidades habitacionais com qualidade relacionadas às dimensões, posicionamento das circulações, com ou sem aberturas para o exterior. Para tanto, desenvolveu-se um procedimento metodológico apresentado na sequência desta narrativa.

## 2 | PROCEDIMENTO METODOLOGICO

O primeiro passo metodológico se caracterizou pelo mapeamento dos imóveis vazios na área de estudo (figura 1). A escolha do edifício vertical tomou por base o levantamento Moradia no Centro (HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL, 2018). Assim, foi definido o Edifício Concórdia como objeto de estudo.



Figura 1. Área de estudo e localização do edifício.

Fonte: A Autora, 2020.

O segundo se caracterizou pela análise dos espaços de passagens (circulação) do pavimento tipo. Foram investigados os padrões de circulação a partir do movimento natural das pessoas nos espaços de passagem, corredores, escadas e circulação vertical. A intenção foi identificar os locais onde podem ocorrer com maior frequência a coexistência das pessoas.

Para realizar a simulação, inicialmente foram traçadas as **linhas** dos possíveis fluxos de pessoas (tabela 1, linhas grafadas em vermelho nos arranjos). Quando ocorre a interseção dessas linhas-fluxos, surgem os denominados **Pontos de Confluência** (tabela 1, pontos em vermelho nos arranjos), locais onde há maior probabilidade de encontro entre as pessoas. Também foram considerados alguns elementos geradores de encontros, como por exemplo as circulações verticais e janelas, jardineiras, varandas, principalmente elementos que conectam o interior para o exterior, denominados de zona de limiar. Estes geram espaços mais propícios para a coexistência.

Ainda nessa análise, foi elaborado um método para identificar padrões de tipos de confluência, podendo ser aplicado em diferentes arranjos espaciais. Foi definida a dimensão das circulações da seguinte forma: (1) Quando for menor ou igual a 2,40m (espaço mínimo ocupado simultaneamente por um cadeirante e por uma pessoa sem deficiência), o padrão do fluxo pode ser considerado como linear; (2) Quando for maior que 2,40, o padrão do fluxo é entendido como de triangulação. Destacou-se ainda as unidades habitacionais com a sigla “U” e seus tipos diferentes de arranjos, os quais influenciam os fluxos e seus respectivos padrões. Na tabela abaixo é possível visualizar melhor a padronização citada:

TABELA DE PADRÕES		
FIGURA	ARRANJOS ESPACIAIS	EXPLICAÇÃO
CASO 1	1 	Situação encontrada quando o espaço intersticial é em formato de corredor linear, com unidades também em disposição linear e resultando apenas com ponto de confluência partindo da circulação vertical (circulação vertical sempre haverá eixo axial)
CASO 2	2 	Situação encontrada quando o espaço intersticial é em formato de cruz, gerando o ponto de confluência da situação anterior -da saída da circulação vertical-, além do ponto que surge entre as unidades.
CASO 3	3 	Como colocado anteriormente a respeito da largura útil da circulação e a definição do padrão de circulação a ser adotado na análise, temos o seguinte caso: quando essa dimensão tiver largura menor que 2,4m, o fluxo é dado por uma linha axial linear.
	3.1 	E quando a largura for maior do que 2,4m, adota-se o padrão de triangulação da área. Esse padrão deverá ser replicado em múltiplos desse valor, conforme o aumento da área.
CASO 4	4 	Nos arranjos não contemplados nos padrões anteriores, deve ser feita a combinação e a adaptação à geometria de modo a descrever o movimento natural das pessoas em trajetos os mais curtos possíveis.

**LEGENDA**  
U = Unidade Habitacional

Tabela 1 - Tabela de Padrões.

Fonte: Adaptado de Brendel, 2020.

O terceiro passo se referiu a mensurar a quantidade de pontos de confluência com seus predicados qualitativos das áreas intersticiais ou de limiar (presença ou ausência de varandas, janelas e jardineiras do interior para o exterior) denominado como **Índice de Coexistência Intersticial (ICI)**. Esse último processo metodológico foi desenvolvido pelas autoras e por Brendel (2020) e França (2020). Para o desenvolvimento, a referência metodológica utilizada foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). A unidade de medida com valores que variam entre 0 (zero) e 1 (um) facilita o processo comparativo e a verificação da evolução das propostas quanto ao seu arranjo interno (FRANÇA, 2020, p. 9).

Foram consideradas os seguintes indicadores:

**1. Ponto de confluência (PC):** Definido pelo encontro das linhas gerado pelo provável fluxo de pessoas no espaço de passagem. Este é iniciado pela circulação vertical quando há pelo menos duas unidades habitacionais;

**2. Unidades habitacionais (UH):** Número de unidades habitacionais por lâmina de cada pavimento da edificação analisada;

**3. Atratividade da zona de limiar (At):** Qualificador do espaço intersticial (zonas de limiar entre o espaço interior e o exterior da edificação) predicados dos espaços de passagem que conectam as unidades habitacionais para o qual são atribuídos os valores:

**0 = Nula** → Em caso de única unidade habitacional ou inexistência (para usos em que não há subunidades definidas);

**1 = Baixa** → Passagem simples;

**2 = Média** → Passagem e jardineira (ou aberturas simples);

**3 = Alta** → Passagem e varanda (ou espaço aberto para o exterior).

Foram definidos também valores mínimos e máximos (tabela 2) para a normalização dos indicadores.

#### TABELA DE VALORES A SE CONSIDERAR

INDICADOR	MÍNIMO	MÁXIMO
Pontos de Confluência (quantidade)	0	18
Unidades Habitacionais (no pavimento)	0	10
Atratividade da Zona de Limiar (qualificador)	0	3

Tabela 2 - Valores mínimos e máximos a se considerar.

Fonte: Adaptado de França, 2020.

Esses valores foram definidos sendo os limites considerados aceitáveis para validar a metodologia de análise espacial. O máximo de pontos de confluência foi definido por

interpolação (FRANÇA, 2020, p. 10). Com os parâmetros definidos, estes são normalizados para aplicação na equação principal como apresentado abaixo.

**Equação (1):**

$$ICI = \sqrt[3]{(PCn \times UHn \times Atn)}$$

Onde,

PCn é o número de pontos de confluência (PC) normalizado;

UHn é a quantidade de unidades habitacionais (UH) normalizada;

Atn é o qualificador de atratividade do espaço (At) normalizado.

Os índices normalizados são calculados de acordo com a equação (2):

$$\text{Indicador normalizado (PCn, UHn, Atn)} = \frac{\text{valor do indicador} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

O valor gerado pela equação (1) é utilizado para fins comparativos. Quanto maior o seu valor, é gerado um melhor resultado de acordo com os parâmetros utilizados, tendo como consequência um espaço de coexistência de melhor qualidade.

### 3 | DESENVOLVIMENTO

A proposta metodológica foi aplicada nos pavimentos tipos do Edifício Concórdia. Abaixo é apresentada a análise no primeiro pavimento da edificação. A partir da projeção horizontal do pavimento tipo é traçada a malha das linhas de fluxo dos usuários — percurso provável realizado pelas pessoas —, onde se identifica os pontos de confluência (figura 2).



Figura 2. Situação atual do Edf. Concórdia.

Fonte: A Autora, 2020.

Seguindo com a normalização dos índices identificados, apresenta-se o seguinte cálculo:

### ATUALMENTE / 1º PAVIMENTO

<b>1) Indicador Normalizado PCn</b>	$\frac{\text{valor do indicador} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} = \frac{4 - 0}{18 - 0} = \frac{4}{18} = 0,222$
<b>2) Indicador Normalizado UHn</b>	$\frac{\text{valor do indicador} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} = \frac{5 - 0}{10 - 0} = \frac{5}{10} = 0,500$
<b>3) Indicador Normalizado Atn</b>	$\frac{\text{valor do indicador} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} = \frac{2 - 0}{3 - 0} = \frac{2}{3} = 0,666$
<b>4) Índice de Coexistência Intersticial (ICI)</b>	$\sqrt[3]{0,222 \times 0,500 \times 0,666} = 0,42$

Tabela 3 - Cálculo da situação atual do primeiro pavimento.

Fonte: A Autora, 2020.

Na sequência, se propõe novos arranjos espaciais para o pavimento tipo com o objetivo de identificar e confrontar outros resultados que melhorem o índice de coexistência. As propostas visam também propor lâminas com um número satisfatório de unidades habitacionais para o uso de habitação social. Essas unidades variam entre 28-45m<sup>2</sup>, espaço considerável confortável para uso habitacional segundo a ONU HABITAT e mantendo a diversidade com diferentes tipos de células, atendendo diferentes tipos de famílias. É apresentada abaixo a aplicação das novas simulações (figura 3 e figura 4).

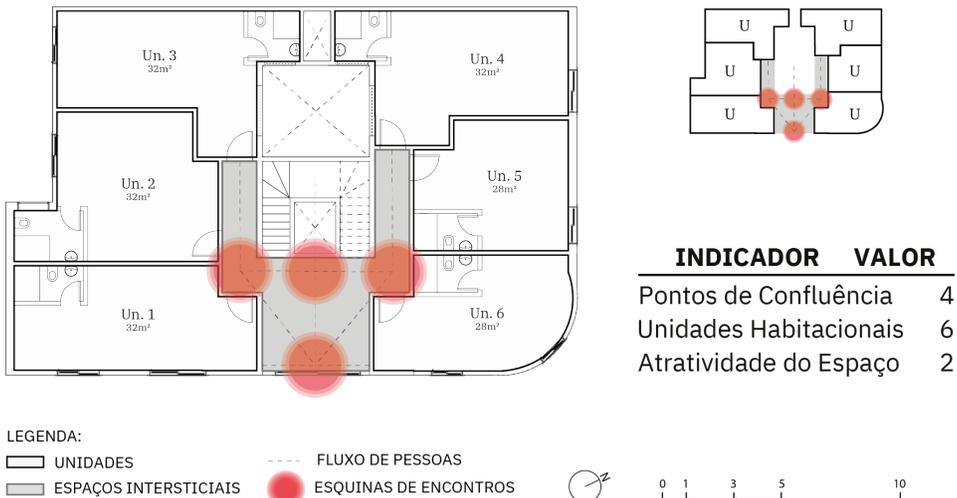


Figura 3. Simulação 1 para o primeiro pavimento.

Fonte: A Autora, 2020.

## SIMULAÇÃO 1 / 1º PAVIMENTO

<b>1) Indicador Normalizado PCn</b>	$\frac{\text{valor do indicador} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} = \frac{4 - 0}{18 - 0} = \frac{4}{18} = 0,222$
<b>2) Indicador Normalizado UHn</b>	$\frac{\text{valor do indicador} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} = \frac{6 - 0}{10 - 0} = \frac{6}{10} = 0,600$
<b>3) Indicador Normalizado Atn</b>	$\frac{\text{valor do indicador} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} = \frac{2 - 0}{3 - 0} = \frac{2}{3} = 0,666$
<b>4) Índice de Coexistência Intersticial (ICI)</b>	$\sqrt[3]{0,222 \times 0,6 \times 0,666} = 0,44$

Tabela 4 - Cálculo da simulação 1 para o primeiro pavimento.

Fonte: A Autora, 2020.



Figura 4. Simulação 2 para o primeiro pavimento.

Fonte: A Autora, 2020.

## SIMULAÇÃO 2 / 1º PAVIMENTO

<b>1) Indicador Normalizado PCn</b>	$\frac{\text{valor do indicador} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} = \frac{7 - 0}{18 - 0} = \frac{7}{18} = 0,388$
<b>2) Indicador Normalizado UHn</b>	$\frac{\text{valor do indicador} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} = \frac{4 - 0}{10 - 0} = \frac{4}{10} = 0,4$
<b>3) Indicador Normalizado Atn</b>	$\frac{\text{valor do indicador} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} = \frac{3 - 0}{3 - 0} = \frac{3}{3} = 1$
<b>4) Índice de Coexistência Intersticial (ICI)</b>	$\sqrt[3]{0,388 \times 0,4 \times 1} = 0,54$

Tabela 5 - Cálculo da simulação 2 para o primeiro pavimento.

Fonte: A Autora, 2020.

Por fim, é apresentado o resumo dos índices encontrados em cada uma das

situações (tabela 6).

## RESUMO / 1º PAVIMENTO

### ÍNDICE DE COEXISTÊNCIA INTERSTICIAL

ATUAL	SIMULAÇÃO 1	SIMULAÇÃO 2
0,42	0,44	0,54

Tabela 6 - Resumo dos resultados encontrados com a aplicação do ICI.

Fonte: A Autora, 2020.

## 4 | CONCLUSÃO

Como visto acima na tabela, os valores foram gradativos de acordo com uma melhoria na organização espacial dos pavimentos e na qualidade dos espaços intersticiais gerados. Assim, a aplicação se repete nos demais pavimentos tipos para comparação dos valores encontrados.

A partir dos estudos demonstrados, constata-se que a inserção de espaços intersticiais que promovem a possibilidade de coexistência entre as pessoas moradoras das unidades habitacionais pode ser mensurada por meio dos parâmetros apresentados, como observado no cálculo do Índice de Coexistência Intersticial (ICI). Encontraram-se dados relevantes para serem considerados num projeto de habitação social que promovam espaços de coexistência. Nesse caminho, este trabalho buscou contribuir para a qualidade de novos arranjos espaciais de outras edificações em transformação interna de seus arranjos. Destaca-se que outras variáveis podem a ele se inserir, principalmente aquelas que particularizam o contexto da edificação a ser transformada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRENDEL, R. **Arquitetura da Alteridade como Subsídio para Requalificação de Imóveis Vazios no Bairro de Santo Antônio Sul, no Centro do Recife**. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. 22. 2020. Recife. Anal Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2020.

FRANÇA, V. **Arquitetura da Alteridade como Subsídio para Requalificação de Imóveis Vazios no Bairro de Santo Antônio Norte, no Centro do Recife**. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. 22. 2020. Recife. Anal Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2020.

HABITAT PARA A HUMANIDADE BRASIL. **LAB Moradia no Centro Recife**. Disponível em:<<https://habitatbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Documento-Síntese-LAB-Moradia-no-Centro-Recife.pdf>> Acesso em: 20 de nov. 2019.

SOLÀ-MORALES, I. **Presente y futuros. La arquitectura en las ciudades**. In: CONGRESO DE LA UNIÓN INTERNACIONAL DE ARQUITECTOS. 1996. Barcelona. Anales... Barcelona: Col·legi d'Arquitectes de Catalunya/Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1996.

STORCH, A. **Urbanismo da alteridade**. 2017. 234 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2017.

## DIMENSÃO RIBEIRINHA COMO REFERÊNCIA DE PROJETO DE ARQUITETURA PARA A AMAZÔNIA

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 29/03/2021

### Tainá Marçal dos Santos Menezes

Universidade Federal do Pará, Doutoranda do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/9190307732582091>

### Ana Klaudia de Almeida Viana Perdigão

Universidade Federal do Pará, Professora Associada IV da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Belém – Pará

<http://lattes.cnpq.br/9009878908080486>

**RESUMO:** O espaço construído na Amazônia ainda retrata a existência da dimensão ribeirinha, uma cultura tradicional que mantém fortes laços com o meio natural na qual está inserida, tanto em comunidades de pequenas e médias cidades, como em fragmentos da vida metropolitana que atuam como espaços de resistência de um saber construído socialmente. A partir da identificação de três elementos espaciais do vocabulário ribeirinho: **rio/floresta**, **beira** e a **casa**, que serão entendidos como limites, caminhos e lugar (NORBERG-SCHULZ, 1971) respectivamente, objetivam-se realizar produção de conhecimento sobre projeto de arquitetura, voltado para a região amazônica, qualificando a concepção arquitetônica por meio de repertórios tradicionais

e não tradicionais da arquitetura do habitat amazônico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dimensão ribeirinha. projeto de arquitetura. Amazônia.

### THE RIBEIRINHA DIMENSION AS A REFERENCE FOR ARCHITECTURE PROJECTS FOR THE AMAZÔNIA

**ABSTRACT:** The space built in the Amazônia still portrays the existence of the ribeirinha dimension, a traditional culture that maintains strong ties with the natural environment in which it is inserted, both in communities of small and medium-sized cities, as well as in fragments of metropolitan life that act as spaces of resistance of a knowledge socially constructed. From the identification of three spatial elements of the ribeirinho vocabulary: river / forest, border and the house, which will be understood as limits, paths and place (NORBERG-SCHULZ, 1971) respectively, the objective is to produce knowledge about architectural design, turned to the Amazônia, qualifying the architectural conception through traditional and non-traditional repertoires of the architecture of this habitat.

**KEYWORDS:** Ribeirinha dimension. architectural design. Amazônia.

### 1 | INTRODUÇÃO

A exploração do espaço construído na Amazônia invariavelmente nos leva para a abordagem de uma de suas faces mais tradicionais, os espaços habitados por

comunidades ribeirinhas. Inicialmente formados por pequenos aglomerados dispersos às margens dos rios, ao longo dos anos foram se articulando e formando cidades, ainda que sejam em pequenos núcleos, mas que também se fazem presentes em fragmentos urbanos, demonstrando a resistência de uma cultura de raízes caboclas que se adapta ao ambiente em que está inserida.

Pode-se dizer que os espaços habitados por comunidades ribeirinhas na Amazônia são tradicionais mediante a origem das populações que os constituiu, a qual preserva relações inerentes ao meio, observando-se a relação com os cursos d'água e com a floresta, onde muitas vezes o rural é confundido com o urbano (CASTRO, 2008), indicando que esses lugares não são enclaves desconectados da dinâmica urbana (TRINDADE JR ET. AL, 2008). Ainda hoje há uma forte presença dessa cultura manifesta por um padrão socialmente construído e que se reproduz em cidades médias e metrópoles regionais também, compondo o cenário amazônico de diversas realidades.

Belém do Pará é um caso exemplar, apresenta forte relação com as águas (XIMENES, 2015) e tem na zona sul, entre os bairros Campina, Cidade Velha e Jurunas a área mais representativa desse modo de vida, visto nas relações estabelecidas em feiras, portos e trapiches que, em contato com o rio Guamá e a Baía do Guajará, registram a dinâmica de populações que circulam em pequenos barcos, comercializando produtos extraídos da floresta, mas trazendo igualmente uma forte expressão cultural (TRINDADE JR; SILVA; AMARAL, 2008). Além de espaço de circulação de pessoas que residem em ilhas vizinhas, há uma parcela dessa população que habita as áreas alagáveis da cidade, as “baixadas” (ABELÉM, 1988) e estabelecem na metrópole a cultura ribeirinha.

Esse contexto sugere questionamentos que precisam ser explorados no campo do projeto de arquiteta para a região. Como o arquiteto pode atuar em comunidades ribeirinhas na Amazônia, visto que não faz parte do conhecimento formal a abordagem deste modo próprio de vida? Como relacionar o conhecimento empírico que se reflete no ambiente construído pela produção espontânea com o conhecimento técnico do arquiteto durante a concepção arquitetônica? Quais elementos e relações espaciais podem ser sistematizados? Todos esses questionamentos podem ser respondidos a partir de uma reflexão crítica sobre o processo de concepção arquitetônica, no valor operativo e cognitivo dado ao projeto, o que para Oliveira (2010) constitui-se um campo emergente de investigação.

Desta maneira, a observação e posterior sistematização de elementos espaciais da dimensão ribeirinha da Amazônia é um importante passo para compreender as relações que ocorrem entre morador e o lugar e, a partir das quais seria possível transformá-los em parâmetros de projeto de modo a impulsionar a assimilação do saber popular pelo conhecimento formal de arquitetura. Para a discussão pretendida, foram eleitos três elementos do vocabulário ribeirinho: **rio/floresta**; a **beira** e a **casa**, que serão entendidos como *limites*, *caminhos* e *lugar*, respectivamente, conforme definição de Norberg-Schulz (1971), para traçar um diálogo com os resultados de algumas pesquisas na área de projeto

de arquitetura.

Busca-se demonstrar de que maneira a produção de conhecimento sobre arquitetura tem se dedicado a contribuir com a construção de repertórios tradicionais e não tradicionais para apoio ao processo de concepção arquitetônica para a região amazônica.

## 2 | ELEMENTOS DA DIMENSÃO RIBEIRINHA AMAZÔNICA

Compreender a dimensão ribeirinha que ainda se faz presente nas cidades da Amazônia requer um olhar atento a essa população que dialoga com o ambiente em que está inserida e com práticas e saberes advindo de outras épocas. A natureza não determina, mas condiciona esse modo de vida, decorrente do movimento cíclico das enchentes e vazantes dos rios, por exemplo, que influenciam nas práticas do cotidiano e nas experiências culturais. A tradição é vista na valorização e reprodução de um conhecimento herdado de gerações passadas que aprenderam a viver em contato com o ambiente natural, mas também foram se adaptando ao longo dos anos com as mudanças ocorridas neste cenário, indicando que a tradição não é estática, ela está intimamente relacionada ao cotidiano do espaço vivido (CRUZ, 2008).

A racionalidade ambiental mostra-se importante pelo viés natural e pelo ambiente construído e, no caso, a conexão entre ambos, funcionando como um sistema interdependente, o que suscitou a eleição de três elementos espaciais da dimensão ribeirinha: **rio/floresta**, a **beira** e a **casa**. Para compreendê-los sob um ponto de vista arquitetônico, fundamentam-se nos estudos de Norberg-Schulz (1971) sobre o espaço existencial, o qual condiz com a experiência do homem com o entorno a partir de relações topológicas, responsáveis pelo sentido de orientação (saber onde está) e identificação (sentir-se em casa) do ser humano com o ambiente, afirmando que estas relações materializam-se no espaço a partir de centros ou lugares, direções ou caminhos e regiões ou limites.

Dessa maneira, o **rio** e a **floresta** serão entendidos como os *limites*, a **beira** representa os *caminhos* percorridos, simbolizada principalmente pelas estivas, e a **casa** é o *lugar*, ponto de partida e base de orientação do ser humano.

### 2.1 O rio e a floresta: *limites*

A manifestação da cultura ribeirinha por meio do ambiente construído é emoldurada pela floresta e pelo rio, mas muito além do que limites geográficos, esses elementos atuam como espaços de referência identitária, possuem a função unificadora, pois conformam a região. Pereira (2008) diz que essas localidades forjaram o rio como condição de existência e principal elemento que compõe a sua feição e com quem estabelece suas principais relações, motivo de serem conhecidas também como civilização das águas. Cruz (2008) diz que os rios são o referencial e o diferencial na sua dinâmica, pois são referências de múltiplas vivências e experiências que se manifestam nas relações cotidianas e no imaginário social.

De acordo com Trindade Jr; Silva e Amaral (2008), a interação com o rio assume caráter funcional, por meio da circulação fluvial como meio de transporte; uso para atividades domésticas; de subsistência material, devido este ser fonte de recursos alimentares e econômicos; lúdica, visto no uso do rio para atividades de lazer e simbólico-cultural, pois é fonte de representações e de imaginário sociocultural. Além disso, o rio foi matriz da organização espacial de grande parte das cidades amazônicas, pelo menos as que surgiram antes da inserção das rodovias, ao influenciar o traçado das vias e ser objeto de referência para disposição dos principais equipamentos urbanos (TRINDADE JR; SILVA; AMARAL, 2008; CRUZ, 2008).

A dinâmica das águas incide na movimentação dos barcos e canoas que por elas circulam, assim como no plantio e colheita de determinadas espécies, a partir do ciclo das enchentes e vazantes que representam o tempo da natureza e evidenciam o diálogo do homem com o meio natural. Os barcos, canoas e rabetas são o elo entre o homem e o rio, além de fazerem parte da memória coletiva e lúdica com seus coloridos que compõem a paisagem ribeirinha das pequenas às grandes cidades da Amazônia (SOUZA, 2008). Da floresta é de onde a maioria dos produtos comercializados é extraída. Inicialmente esta população produzia para sua subsistência pessoal e familiar, com base no complexo mata-rio-roça-quintal, conforme Loureiro (2001). Hoje, observa-se um maior dinamismo econômico com a comercialização de produtos que abastecem várias cidades da região (TRINDADE JR; SILVA; AMARAL, 2008).

## **2.2 A Beira: *caminhos***

A beira, durante muitos anos foi a representação da frente das principais cidades da Amazônia, é o ponto de contato mais imediato da cidade com o rio, um caminho em que ocorrem importantes relações espaciais, vistas na sociabilidade e dinamismo presentes em uma série de lugares representativos, como os portos, feiras e trapiches (PEREIRA, 2008). Para Souza (2008), ela assume a localização do cotidiano ribeirinho. Muitas vezes essa beira é representada pelas estivas, as pontes de madeira que ligam a cidade e/ou à casa ao rio, por onde as pessoas transitam, e para Pereira (2008) representa as raízes dessa cultura que se finca no rio e por ele se ramificam.

Observa-se que da mesma maneira que a cidade se relaciona com o rio e a floresta a partir da beira, cada habitação também estabelece a mesma relação de convivência com a natureza através das estivas, tornando-se um modelo representativo dessa simbiose na escala do edifício. Dessa maneira, as estivas cumprem um papel fundamental, visto que é através delas que as pessoas transitam e acessam suas casas. Como elemento de transição, muitas vezes elas demarcam o limite entre o espaço público e o espaço privado, conformam o olhar de fora para dentro da palafita ribeirinha.

Os portos e trapiches são espaços de transição entre o rio e o interior da cidade. Como lugares de passagem, atuam como centro da vida comercial e social, consolidando o

encontro dessas comunidades através de trocas materiais e simbólicas (PEREIRA, 2008). Nas cidades médias e metrópoles da Amazônia são pontos de referência do diálogo entre modos de vida diferentes, o que Souza (2008) chama de híbrido social, ao reunir realidades diferentes, mas que se articulam e se complementam. As feiras, normalmente localizadas na beira, são as principais representações da horizontalidade das relações entre dinâmicas socioculturais diferentes (TRINDADE JR; SILVA; AMARAL, 2008).

### **2.3 A casa: lugar**

A casa ribeirinha representa a menor e mais complexa porção do espaço que traduz as relações sociais, culturais e simbólicas que ocorrem entre o morador e o seu meio, é o ponto de partida e chegada do cotidiano do ribeirinho. Como uma arquitetura vernácula ou popular (BARDA, 2009) exprime aspectos simbólicos do ambiente em que está inserida, próprios da tradição e das aspirações pessoais e coletivas, as quais ultrapassam as necessidades básicas, como o abrigar-se. Atua como um sistema ao dialogar com as condições físicas e ambientais do meio natural, ao mesmo tempo adaptando-se às dinâmicas urbanas de maneira que a tradição cultural não se perca.

Algumas relações espaciais presentes na casa ribeirinha advêm da cultura nordestina, visto a presença deste migrante na Amazônia no período de exploração da borracha. Desta cultura advêm a planta retangular que comporta uma circulação conectada aos espaços de uso; os avarandados abertos para afastar o sol das janelas e do interior da casa; casas paralelas, ou perpendiculares às vias de acesso, no caso das habitações ribeirinhas estão alinhadas às margens dos rios ou às estivas; e a ausência de recuo frontal (OLIVEIRA JUNIOR, 2009; RAZEIRA, 2012). Outras relações surgiram da cultura indígena, como o uso de jiraus que tem vista para um quintal que se espraia na mata ou no rio; a casa suspensa do chão; a forte relação do ambiente construído com o ciclo hidrológico, além da facilidade no uso de técnicas e materiais locais (OLIVEIRA JUNIOR, 2009; RAZEIRA, 2012).

Nos perímetros urbanos, como na cidade de Belém-Pará, observa-se um gradativo afastamento da tradição devido às adaptações necessárias ao meio, como o uso de material construtivo industrial e a variação formal das casas devido à restrição da terra. Quanto mais próximos da “área seca”, mais incorporam elementos da cultura urbana, mas ainda sim registram a presença de relações espaciais próprias do lugar de origem, como o uso interno da casa e os laços de vizinhança que diferem de grupos sociais urbanos. No entanto, devido à falta de saneamento e a ilegalidade da terra, as habitações tornam-se mais adensadas produzindo impactos negativos, como a insalubridade, o que conseqüentemente são atribuídos como indicadores de precariedade e levam a um discurso e ação, recorrentes, para erradicação deste modo de vida.

## **3 | A DIMENSÃO RIBEIRINHA COMO ELEMENTO DA CONCEPÇÃO**

## ARQUITETÔNICA

As pesquisas em projeto de arquitetura cada vez mais tem se pautado no espaço da concepção (BOUDON, 2007), demonstrando que o processo de projeto pode ser submetido a um procedimento investigativo, evidenciando etapas importantes da elaboração da proposta arquitetônica para atender requisitos técnicos - aspectos funcionais e tecnológicos da construção, capazes de criar lugares adequados ao uso, e não técnicos – os simbólicos, próprios do ser humano no ambiente construído (MALARD, 2006). Assim, adota-se um tipo de investigação que tenta compreender o espaço da existência humana através da busca de relações que aproximem o homem amazônico de seu habitat.

Seguindo esta lógica, tem se tornado pertinente a investigação da interação entre ser humano e espaço construído a partir de estudos pautados na vivência, por meio de usos espaciais, e na aparência, por meio de elementos construtivos, recorrentes em comunidades ribeirinhas da Amazônia a fim de gerar demandas de projeto devidamente problematizadas e humanizadas para esta realidade. Os resultados apontam para uma série de repertórios que podem ser adotados na concepção arquitetônica de projetos inseridos nas especificidades da realidade amazônica. Os exemplos a seguir apresentam algumas dessas possibilidades ao incluir a dimensão ribeirinha na concepção arquitetônica.

O primeiro exemplo apresenta uma das mais importantes referências de arquitetura amazônica, as obras do arquiteto Milton Monte. Em síntese, pode-se dizer que a concepção projetual do arquiteto é pautada na tradição das edificações amazônicas do interior da floresta, especialmente pela “arquitetura do barracão”, habitação dos seringalistas no período da Belle Époque, e das habitações das margens dos rios, como as casas indígenas Waiãpi, em que ambas fazem parte de uma memória afetiva de uma infância no interior do estado do Acre e de um olhar atento ao seu entorno, a floresta amazônica. Estas referências são vistas no projeto da residência Onda Amarela, localizada na Ilha do Mosqueiro-Pará, tanto no que tange às técnicas construtivas, quanto à distribuição espacial da casa (PERDIGÃO; OLIVEIRA, 2018), tornando-se evidente que a dimensão ribeirinha, em especial a casa vernacular amazônica e a floresta, são elementos de referência na concepção arquitetônica do arquiteto.

Na residência Onda Amarela, Monte adota uma cobertura de quatro águas, muito similar ao modelo do barracão seringalista, assim como o uso de espaços abertos e conectados por uma circulação linear, que dão continuidade ao espaço exterior pela varanda, lembrando o padrão espacial encontrado nas habitações Waiãpi. A utilização do beiral quebra-sol/quebra-chuva na fachada frontal faz referência ao beiral simples dos barracões, mas se vale também do sistema de proteção encontrado na habitação Waiãpi, o beiral ogival que ia da cobertura ao piso, garantindo maior eficiência na proteção. As aberturas em venezianas remontam aos fechamentos de madeira da habitação indígena que permitem maior ventilação e contato com o ambiente externo, já a elevação do piso do

solo serve como elemento de proteção da umidade, estando presente tanto no barracão como na habitação indígena. Para Perdigão e Oliveira (2018), a produção arquitetônica de Monte é uma declarada referência à moradia espontânea amazônica, como um espelho cultural da vida na floresta. A Figura 1 ilustra uma imagem da residência.



Figura 1: Residência Onda Amarela, Milton Monte.

Fonte: PERDIGÃO E OLIVEIRA, 2018.

Outro exemplo importante para o conhecimento formal do projeto de arquitetura sob influências da região amazônica mostra-se pela operação de parâmetros locais através do Design Paramétrico. O Workshop Trapixe<sup>1</sup> foi uma atividade de pesquisa em projeto de arquitetura e urbanismo, a qual a partir da problemática sobre a orla de Belém promoveu a realização de propostas de projeto para um terminal fluvial público com o uso de programas computacionais paramétricos a fim de discutir a pertinência de geometrias complexas no cenário amazônico, dialogando com elementos da vivência amazônica através da inserção deles na programação computacional (TRAMONTANO, 2014).

O Projeto Brilhante, desenvolvido pela equipe do Laboratório Espaço e Desenvolvimento Humano da UFPA, teve como ponto de partida as formas de sociabilidade e vivência da população ribeirinha, que transita pela área e reside em palafitas no entorno, e a vazante das águas da Baía do Guajará, observadas durante visitas ao local. Ambas atuaram como “*atratores*”, gerando uma malha ortogonal (bidimensional) que posteriormente influenciou na forma da edificação ao gerar uma tridimensionalidade que pudesse demonstrar a relação que esses pontos do entorno exercem sobre o fluxo de pessoas no terminal. Além disso, os scripts utilizados buscaram o diálogo entre a forma geométrica complexa e a sazonalidade do rio ao serem manipulados de maneira que a forma ondulante fosse gerada, como mostram as Figuras 2a, 2b e 2c (PENAFORT, 2016).

<sup>1</sup> Atividade realizada com recursos do Projeto PROCAD em 2014, através do intercâmbio entre professores e alunos do PPGAU/IAU-USP e PPGAU/UFPA, com coordenação geral do Professor Dr Marcelo Tramontano e coordenação local da Profa Dra Ana Klaudia Perdigão.

Mesmo havendo uma hibridização entre o pensamento tradicional e o pensamento sistêmico na realização da atividade, conforme conclui Penafort (2016), busca-se destacar, com esse exemplo, como mais uma vez a dimensão ribeirinha pode atuar como elemento da concepção arquitetônica no contexto amazônico, neste caso, como “atratores” em projeto paramétrico.



Figuras 2a, 2b e 2c: Trapixe Brilhante.

Fonte: TRAMONTANO, 2014.

A utilização de elementos de base topológica é outra maneira de inserir a dimensão ribeirinha na concepção arquitetônica. Nesta direção, o *tipo palafita amazônico* foi caracterizado por Menezes (2015) a partir de qualidades topológicas desenvolvidas por Norberg-Schulz (1971) - relações de proximidade, de continuidade e de sucessão - para descrever a interação da casa ribeirinha com o ambiente natural e entorno, bem como no seu interior.

As relações de proximidade referem-se ao contato com o ambiente natural, o rio e a floresta; as relações de continuidade envolvem a presença do sistema mata-rio-roça-quintal (LOUREIRO, 2001), indicando que a dinâmica da habitação é muito mais do que um local de abrigo, assim como representa o fluxo da circulação no interior da casa, o qual é conectado ao ambiente de uso e não separado fisicamente por corredores; por fim, a relação de sucessão aponta para os espaços de transição entre a edificação e o entorno construído, representado por varandas, jirais na cozinha, estivas privadas ou outro elemento que se faça presente entre o público e o privado (MENEZES, 2015; MENEZES; PERDIGÃO; PRATSKE, 2015). A Figura 3 ilustra a síntese sobre o *tipo palafita amazônico*.

Os estudos sobre o *tipo palafita amazônico* tiveram início com a investigação das relações espaciais topológicas - proximidade, continuidade e sucessão - na comunidade Vila da Barca, em Belém-Pará, desdobrando-se num comparativo entre a habitação informal em palafitas e a habitação formal, o Projeto Vila da Barca em sobrados, a partir das modificações realizadas pelos moradores, as quais buscam resgatar estas relações

de base topológica na casa de destino do reassentamento (MENEZES, 2015; MENEZES; PERDIGÃO; PRATSKE, 2015). Desta maneira, evidenciou-se que decifrar elementos da dimensão ribeirinha permite oferecer continuidade das referências espaciais significativas dessas comunidades a partir do uso de tipos para subsidiar a concepção arquitetônica em contextos de reassentamento habitacional, além de proporcionar interações locais mais adequadas ao habitat amazônico e que podem ser contempladas por intervenções governamentais.

QUALIDADES TOPOLOGICAS (NORBERG-SHULZ, 1971)	CARACTERÍSTICAS	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA	IMAGEM
RELAÇÃO DE PROXIMIDADE (centros / lugares)	(1) Massas d'água e floresta (perto).		
	(2) Localização do banheiro (longe do setor íntimo e social, ou fora da casa).		
RELAÇÃO DE CONTINUIDADE (direções e caminhos)	(1) Sistema mata-rio-roça-quintal (LOUREIRO, 2001). (2) Circulação (condiciona direções internas).	 	 
	(1) Espaços de transição: avarandados, jiraus e estivas (intervalo entre o interior e o exterior).		
(1) RELAÇÃO COM O AMBIENTE NATURAL E ENTORNO			
(2) RELAÇÃO NO INTERIOR DA HABITAÇÃO			

Figura 3: Síntese sobre o *tipo palafita amazônico*.

Fonte: MENEZES, 2015.

Ampliando a discussão tipológica, Perdigão (2016) realizou estudo sobre tipo e tipologia nas palafitas da cidade de Afuá-Pará e identificou a presença das relações espaciais do *tipo palafita amazônico* nos bairros Centro e Capim Marinho, observados na proximidade com o rio e com a floresta, na continuidade entre a estiva privada, avarandado, casa, quintal, etc., e na sucessão com a presença de espaços de transição entre a estiva pública e a casa. Os elementos de base geométrica, definidos como tipologia, foram evidentes na volumetria (todo), nas proporções entre a parte e o todo da edificação (partes/todo) e na presença de detalhes construtivos nas fachadas (partes significativas).

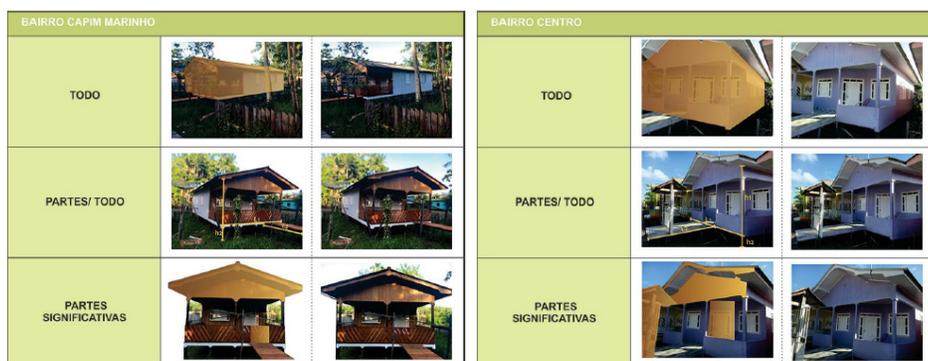
A análise conjunta do tipo e da tipologia reúne dois eixos de pesquisa, contribuindo operativamente para o processo de projeto quando oferece material didático com a explicitação de possibilidades de pontos de partida na concepção arquitetônica entre

representações geométricas e topológicas (PERDIGÃO; BRUNA, 2009). As Figuras 4a, 4b e 5ª e 5b ilustram as análises desenvolvidas.



Figuras 4a e 4b: Análise topológica de habitações em palafitas nos Bairros do Centro e Capim Marinho em Afuá (PA).

Fonte: PERDIGÃO, 2016.



Figuras 5ª e 5b: Análise geométrica de habitações em palafitas nos Bairros do Centro e Capim Marinho em Afuá (PA).

Fonte: PERDIGÃO, 2016.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço construído na Amazônia dialoga com diversos cenários e atores que dotam este espaço de uma singularidade e de uma complexidade que merece inúmeras investigações. Para tanto, reconhecer a importância de comunidades ribeirinhas, não como resíduos de um tempo passado, mas como uma tradição que convive e resiste à dinâmica urbana das cidades amazônicas é um passo mediante ao cenário de imposições que buscam somente a “modernização” das cidades ou uma falsa apropriação de “modos de vida”, mas desconsidera o usuário final desses espaços com seus respectivos modos de vida em ações governamentais.

O ensino de projeto nas escolas de arquitetura e urbanismo da Amazônia, via de regra ainda prioriza tendências importadas, pouco se aprofundando nas questões locais e com isso perdendo a oportunidade de valorizar um saber cultural que atenderia de maneira mais adequada as problemáticas projetuais da região, com uma lógica produzida socialmente e manifestada como cultura ribeirinha amazônica. A própria teoria do Projeto é pouco disseminada e, portanto, a pouca valorização do processo de concepção não permite evidenciar relações importantes entre ser humano e espaço construído, considerando as peculiaridades locais.

Os exemplos apresentados demonstram a importância dos elementos **rio/floresta, beira** e a **casa** na produção vernacular, recorrentes na descrição do ambiente natural e construído da Amazônia, o que reforça a ideia sobre a dimensão ribeirinha na Amazônia, para o entendimento da dinâmica e vivência dessas comunidades, evidenciando que esses espaços precisam ser investigados a partir do seu uso para tornarem-se parâmetros de projetos e conseqüentemente atenderem os verdadeiros usuários desses espaços como importante referência à concepção arquitetônica, por isso a importância da teoria de produção arquitetônica (SILVA, 2003; PERDIGÃO, 2019).

Desta maneira, acredita-se que a dimensão ribeirinha na Amazônia precisa ser cada vez mais investigada e sistematizada como categoria que permite fortalecer a consolidação de bases cognitivas e operativas ao projeto, seja através da valorização de técnicas e formas construtivas, que fazem parte da aparência desses lugares e adequam-se melhor às condições climáticas e locais, seja no reconhecimento da dimensão vivida, através da decifração de relações espaciais que ocorrem entre usuário e ambiente, tanto na escala pública, como a relação comunitária e com o meio natural, quanto na escala privada, com a casa, mas, que todos juntos, de um modo direcionado, oferecem subsídios para defender um pensamento projetual alinhado com a ambiência amazônica.

## REFERÊNCIAS

ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção**: porque e para quem? Belém: NAEA, 1988.

BARDA, M. **Espaço (meta) vernacular na cidade contemporânea**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOUDON, P. Do espaço arquitetural ao espaço de concepção. In: DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A.; AZEVEDO, G.; BRONSTEIN, L. (org.). **O lugar do projeto no ensino e na pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007. pp. 42-50.

CASTRO, E. M. R. de. **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CRUZ, V. do C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JR, S. C. da; TAVARES, M. G. da C. (org.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: Mudanças e Permanências**. Belém, EDUFPA, 2008. pp. 48-67.

LOUREIRO, V. R. Pressupostos do modelo de integração da Amazônia aos mercados Nacional e Internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas. In: COSTA, M. J. J. (org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: EDUFPA, 2001. pp. 47-70.

MALARD, M. L. **As aparências em arquitetura**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2006.

MENEZES, T. M. S. **Referências ao projeto de arquitetura pelo tipo palafita amazônico na Vila da Barca (Belém-PA)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

MENEZES, T. M. S.; PERDIGÃO, A. K. A. V.; PRATSCHKE, A. “O tipo palafita amazônico: contribuições ao processo de projeto de arquitetura”. **OCULUM Ensaios**, v. 12, n.2, pp. 237, 2015.

NORBERG-SCHULZ, C. **Existence, space and architecture**. New York: Praeger, 1971.

OLIVEIRA, R. de C. Construção, composição, proposição: o projeto como campo de investigação epistemológica. In: CANEZ, A. P.; SILVA, C. A. da (org.). **Composição, partido e programa: uma revisão crítica de conceitos em mutação**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010. pp. 33-45.

OLIVEIRA JUNIOR, J. A. de. **Arquitetura ribeirinha sobre às águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo. São Paulo 2009.

PENAFORT, A. C. V. **Workshop Trapixe em Belém (PA): pensamentos tradicional e sistêmico no ensino do Projeto de Arquitetura**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

PERDIGÃO, A. K. A. V. Teoria da produção arquitetônica na Amazônia. In: CARDOSO, A. C. D. (org.). **Trajatória de Pesquisa: PPGAU-UFPA**. Belém: EDUFPA, 2019, pp. 53-67.

PERDIGÃO, A. K. A. V. “Tipo e tipologia na palafita amazônica da cidade de Afuá”. **Vírus** São Carlos, v.13, 2016.

PERDIGÃO, A. K. A. V.; OLIVEIRA, L. F. de. “Milton Monte e sua Arquitetura do Barracão: análise da Residência Onda Amarela, Ilha do Mosqueiro (PA)”. **III Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia**. Belém: III SAMA, 2018.

PERDIGÃO, A. K. A. V.; BRUNA, G. C. “Representações espaciais na concepção arquitetônica”. **IV Seminário PROJETAR Projeto como investigação: ensino, pesquisa e prática**. São Paulo: Alter Market, 2009.

PEREIRA, E. A. D. Faces da cidade ribeirinha de Mocajuba: paisagem e imaginário geográfico amazônico. In: TRINDADE JR, S. C. da; TAVARES, M. G. da C. (org.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: Mudanças e Permanências**. Belém, EDUFPA, 2008. pp. 73-92.

RAZEIRA, P. S. Ilha do Marajó: Paisagens possíveis. In: LIMA, M. D.; PANTOJA, V. (org.). **Marajó: culturas e paisagens**. Belém: IPHAN, 2008. pp. 102-127.

SILVA, E. “Novos e velhos conceitos no ensino do projeto arquitetônico”. **I Seminário Nacional sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura**. Natal: Editora da UFRN, 2003. pp. 49-49.

SOUZA, J. A. de A. Difusão do urbano na Amazônia ribeirinha: o incremento do turismo no município de São Domingos do Capim. In: TRINDADE JR, S. C. da; TAVARES, M. G. da C. (org.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: Mudanças e Permanências**. Belém, EDUFPA, 2008. pp. 109-127.

TRAMONTANO, M. **Belém Fluxos: a orla como interface**. São Carlos/ Belém: IAU-USP, 2014.

TRINDADE JR, S. C. da; SILVA, M. A. P. da; AMARAL, M. D. B. Das “janelas” as “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JR, S. C. da; TAVARES, M. G. da C. (org.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: Mudanças e Permanências**. Belém, EDUFPA, 2008. pp. 27-47.

XIMENES, J. **Belém do Pará: cidade e água**. Cadernos MetrÓpole, v. 33, 2015. pp. 41-60.

## ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO NORDESTE BRASILEIRO

Data de aceite: 01/07/2021

### Ruana Rafaela Batista Paiva

Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPO)  
Pau dos Ferros – Rio Grande do Norte  
<http://lattes.cnpq.br/6132461188679608>

### Trícia Caroline da Silva Santana

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)  
Pau dos Ferros – Rio Grande do Norte  
<http://lattes.cnpq.br/4315619665111241>

**RESUMO:** A acessibilidade é um direito obrigatório garantido pela Constituição Federal, de modo que os espaços construídos devem promover total liberdade de locomoção e inclusão social. Assim sendo, o presente trabalho é resultado de uma análise técnica acerca da acessibilidade na residência universitária da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros. O objetivo foi analisar a infraestrutura com relação à acessibilidade arquitetônica da residência universitária. O percurso metodológico baseou-se em uma revisão bibliográfica construída a partir de autores que abordam a temática, assim como documentos e normas regulamentadoras. O segundo momento foi composto por observações sistematizadas e verificação da acessibilidade através de *Check list* subsidiada pela Jornada de Campo. A partir dos dados obtidos, constatou-se irregularidades e descumprimentos dos critérios da normatização que trata da acessibilidade. Conclui-se que há a

necessidade de rever os projetos das edificações que compõem a universidade, fiscalizando rigorosamente a aplicação dos princípios do Desenho Universal, garantindo que os alunos/residentes possam usufruir com conforto e segurança de todos os espaços construídos, garantindo o acesso livre e sem restrições.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acessibilidade arquitetônica. Residência universitária. Normatização. Engenharia.

### ARCHITECTURAL ACCESSIBILITY: A REFLECTION ON UNIVERSITY RESIDENCE IN NORTHEAST BRAZIL

**ABSTRACT:** Accessibility is a mandatory right guaranteed by the Federal Constitution, so that the built spaces must promote total freedom of movement and social inclusion. Therefore, the present work is the result of a technical analysis about accessibility at the university residence of the Federal Rural University of the Semi-Arid (UFERSA), Multidisciplinary Center of Pau dos Ferros. The objective was to analyze the infrastructure in relation to the architectural accessibility of the university residence. The methodological path was based on a bibliographic review built from authors who address the theme, as well as documents and regulatory standards. The second moment consisted of systematic observations and verification of accessibility through a Check list subsidized by the Field Day. From the data obtained, it was found irregularities and non-compliance with the criteria of standardization that deals with accessibility. We conclude that there is a need to review the designs of the buildings that make up the

university, strictly supervising the application of the principles of Universal Design, ensuring that students / residents can comfortably and safely enjoy all the built spaces, ensuring free access and without restrictions.

**KEYWORDS:** Architectural Accessibility. Residence hall. Normalization. Engineering.

## 1 | INTRODUÇÃO

Construir requer conhecimentos técnicos e científicos, logo, os engenheiros civis e os arquitetos e urbanistas têm a responsabilidade de transformar e criar edificações que atendam, com a devida eficácia, às expectativas dos clientes e futuros proprietários. É necessário planejar e ter consciência que os ambientes construídos irão influenciar diretamente no dia-a-dia das pessoas que usufruem destes espaços. Em virtude disso, a acessibilidade é um conceito obrigatório na elaboração de projetos, para promover a inclusão social e garantir o direito constitucional (CALDAS; MOREIRA; SPOSTO, 2015).

Sabendo-se da obrigatoriedade da acessibilidade nos espaços construídos sejam eles públicos ou privados, no espaço urbano ou na zona rural, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar a acessibilidade dos edifícios da residência universitária da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Centro Multidisciplinar Pau dos Ferros-RN. A residência está integrada ao campus da universidade, contendo dois prédios, com dois pavimentos, sendo um destinado aos alunos do gênero masculino e outro feminino.

Os critérios considerados no estudo estão normatizados na ABNT NBR 9050 (2015) que define diretrizes sobre a Acessibilidade às edificações, ao mobiliário, aos espaços e equipamentos urbanos, tendo sido decretada pela Constituição Federal 1988, e, portanto, hoje é obrigatória. Segundo a norma, os espaços construídos devem promover total liberdade de locomoção seja para pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida seja para o uso do público em geral. Um problema comum é acreditar que o uso de elementos como rampas, sinalização tátil e elevadores garantem a definição de edificação acessível. Entretanto, um ambiente só é caracterizado acessível, se ele não oferecer nenhum tipo de obstáculo, que o usuário não apresente dificuldade de entrar e sair, oferecendo condições de conforto, autonomia e segurança (PAIVA, 2017).

Entende-se que esta pesquisa é de interesse pessoal, profissional e coletivo, o resultado deste trabalho poderá contribuir para futuras pesquisas sobre a temática, proporcionando uma reflexão e uma preocupação no desenvolvimento de projeto de engenharia que proporcionem liberdade, autonomia e segurança.

Este trabalho estrutura-se com um apanhado histórico sobre as lutas em busca de equidade e a mudança de paradigma sobre a pessoa deficiente. Discutindo também que a solução para integração destas pessoas é o emprego de um desenho universal de modo que todos possam usufruir dos ambientes construídos com total autonomia e liberdade. E por fim, tem-se o percurso metodológico, apresentando as observações feitas através de

um *Check list* na residência universitária verificando se os requisitos da NBR 9050:2015 estão sendo cumpridos, apresentando assim os resultados da jornada de campo.

## 2 | UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A BUSCA DE UMA ACESSIBILIDADE

A deficiência na antiguidade era uma característica que significava punição, o que provocava exclusão e indiferença. Em culturas antigas eram consideradas enfermidades adquiridas pela vontade divina, como forma de reação pelos pecados e desobediência aos deuses (PAIVA, 2017). Para os gregos, os deuses representavam a perfeição e possuíam características humanas, retratados tanto por sua beleza como pela ausência dela. Ressaltar o mito pagão grego para Croatto (2001) é importante porque, mesmo a história estando no imaginário das pessoas, ela reflete o pensamento preconceituoso, que inconscientemente, ainda está presente na sociedade moderna, compreender o mito ajuda entender a realidade.

Na mitologia grega, Hefesto, mesmo sendo um deus do Olimpo, possuía características que causavam indignação, o que resultou em sua expulsão da casa dos deuses. Há escritos que representam Hefesto como coxo ou manco. Na mitologia, devido a essa deficiência ele foi banido por Zeus e Hera, seus pais, sendo atirado para fora do Monte Olimpo. No entanto, depois de expulso passou a dominar a arte do fogo, com a qual ganhou o ofício de ferreiro, construindo armas para os deuses e heróis (BULFINCH, 2017). Isso mostra a representação da deficiência, de forma assimétrica, causando exclusão, como pode ser constatado até hoje, mostrando um preconceito em relação às diferenças físicas (GARCIA, 2012).

As primeiras preocupações com a inclusão e acessibilidade surgiram no século XVIII com a Revolução Industrial, marcada pelo trabalho em fábricas, que apresentavam péssimas condições de iluminação e ventilação, com ambientes insalubres. Foi um período de constantes acidentes e mutilações, promovendo a busca por maneiras de habilitar e reinstalar os trabalhadores novamente no mercado de trabalho (MAZZOTTA, 2005, apud FELIPE, 2016).

No século XIX, com a criação do Direito de Trabalho e as preocupações com o bem-estar dos trabalhadores surgem ações voltadas para criação de hospitais e abrigos. Nesse período iniciam-se pesquisas e estudos sobre cada deficiência, no âmbito do conhecimento biológico, com o objetivo de buscar explicações para cada particularidade. Isso proporcionou a reabilitação de pessoas com deficiência como também houve um crescimento no campo educacional, surgindo a preocupação com uma educação especializada, respeitando as dificuldades na aprendizagem (FERNANDES; SCHLESENER e MOSQUERA, 2011).

Na década de 1980 surge um novo paradigma, partindo do pressuposto da inclusão de pessoas com deficiência, com direito ao convívio social, assim como acesso aos recursos que eram antes privilégios daqueles que não possuíam limitações. Com essa

nova proposta, o sistema educacional começou a fundamentar-se na educação inclusiva, em que os alunos deficientes são aceitos no sistema educacional, e as escolas tornam-se responsáveis por se reestruturar, tanto pedagogicamente quanto nas questões de adaptabilidade, tornando possível o acesso e a permanência de crianças e jovens (ARANHA, 2001 apud GARGHETTI; MEDEIROS e NUERNBERG, 2013).

É necessário compreender que somos iguais perante as leis e direitos. No entanto, todos possuem características únicas e necessidades diferentes. Esse entendimento pode quebrar paradigmas e preconceitos. Entende-se que existem pessoas de estatura diferentes, gêneros, culturas, religiões e etnias, diferentes deficiências que podem ser parciais ou completas, congênitas ou temporárias, físicas, visuais, auditivas, algumas limitações que surgem com idade ou por algum fator externo.

Com os objetivos de promover a inclusão social e eliminar as barreiras dos ambientes públicos e privados, reconhecendo as características diversificadas da sociedade atual, surge uma nova forma de construir. Para respeitar as diferenças humanas e apresentar condições adequadas de locomoção, este novo conceito é chamado de Desenho Universal, sendo uma forma de padronização, em que todos podem usufruir sem causar desconforto ou exclusão dos ambientes construídos.

Para Kowaltowski et al (2011) democratizar a utilização dos espaços e tornar as cidades inclusivas, traz modificações na sua forma de construção e adverte que a deficiência não pode ser tida como um impedimento excluindo indivíduos da convivência social e urbana. Logo, os espaços urbanos, assim como as edificações e os empreendimentos devem ser acolhedores para estas pessoas.

O conceito de Desenho Universal inter-relaciona os meios de construção de espaços públicos e urbanos, equipamentos, meios de comunicação e tecnologias de informação entre outros, de modo padronizado, minimizando as dificuldades e as barreiras, trazendo consigo a inclusão social. Sasaki (1997, apud VASCONCELOS e SONZA, 2017) destaca como uma nova forma de transformar os ambientes físicos, sejam eles espaços externos ou internos, contribuindo assim para a construção de uma nova sociedade.

### **3 | A ACESSIBILIDADE NO AMBIENTE CONSTRUÍDO**

Com as crescentes lutas por igualdade e o desenvolvimento das cidades, um desenho padronizado, podendo ser usado por todos, foi tido como uma forma de reintegração daqueles que muitas vezes eram excluídos por barreiras arquitetônicas ou de comunicação. O estudo da forma humana fez parte das pinturas e obras de artes do pintor renascentista Leonardo da Vinci, sendo de grande importância até hoje para construção de projetos que respeitam a escala humana.

O pintor e inventor renascentista Leonardo da Vinci, famoso por várias obras de artes, em 1490, representou o que acreditava ser a perfeição da figura humana, sendo

o centro do universo, o homem Vitruviano. Hoje essa imagem se tornou o símbolo para definição das medidas do corpo humano, o que facilitou para concepção e construção dos ambientes, empregando a escala humana ideal com relação aos objetos (CAMBIAGHI, 2012).

O trabalho de Leonardo da Vinci serviu de referência, ajudando na construção de ferramentas e na organização da sociedade da época. Hoje esse trabalho é conhecido como a medida antropométrica, baseada nas proporções do homem, relacionando-o com o espaço ao seu redor. As definições das medidas humanas foram aperfeiçoadas e contribuiu para estudos atuais, servindo de referência para construção de edifícios e espaços que serão utilizados por seres humanos. A partir dessa premissa foi possível a confecção e construção de projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos (NEMER; THURLER e KLEIN, 2018).

Com as mudanças na forma de construir e a criação de uma legislação ligada na inclusão, as novas edificações deveriam obedecer ao conceito de Desenho Universal, o qual é apresentado sob um parâmetro conhecido por promover ambientes, meios de transportes, serviços, web sites, entre outras tecnologias acessíveis, importante no início de qualquer planejamento. Na Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, em 1990 um grupo de arquitetos e defensores da arquitetura acessível, com objetivo de estabelecer critérios que atendessem a maior quantidade de usuários que utilizavam os espaços construídos, criaram os sete princípios do Desenho Universal (CORREA e MICHELON, 2013).

A Cartilha de Orientação de Acessibilidade, em que descreve a implementação do Decreto nº 5.296/04 (2018) explana os sete princípios do Desenho Universal sendo:

- Princípio 1 – refere-se ao uso flexível. São designs de produtos ou equipamentos, e espaços que sejam favoráveis a acomodação dos usuários de acordo com as suas preferências e habilidades, sendo adaptáveis para qualquer uso;
- Princípio 2 – trata-se do uso igualitário ou equiparável, demonstrando que todos aqueles com diferentes capacidades podem utilizar os objetos, espaço e produtos com total liberdade e autonomia;
- Princípio 3 – está relacionado ao uso simples e intuitivo, significando que a utilização deve ser fácil, em que o usuário possa compreender, independentemente de sua experiência ou nível de conhecimento;
- Princípio 4 – refere-se à informação perceptível, ou seja, todas as informações necessárias devem ser transmitidas de forma eficaz, independente da nacionalidade, da capacidade sensorial ou do ambiente em que está inserida;
- Princípio 5 – descreve a tolerância ao erro, como uma forma de minimizar os riscos de ações involuntárias ou não intencionais;
- Princípio 6 – está relacionado com a pouca exigência de esforço físico, definindo

que a utilização seja eficiente, proporcionando conforto e o mínimo de fadiga;

- Princípio 7 – emprega o dimensionamento e o tamanho dos espaços para acesso e uso.

Este último princípio estabelece as dimensões e locais apropriados para aproximação, locomoção, alcance e manipulação, independente das características físicas dos usuários, sejam eles idosos, obesos, pessoas com nanismo, cadeirantes, gestantes entre outros.

Para atingir o objetivo de inclusão, os projetos arquitetônicos devem respeitar os sete princípios do Desenho Universal, trazendo consigo benefícios e melhoria na qualidade de vida de todos os usuários, e contribuindo na construção de áreas mais seguras, adaptadas para receber o mais diversificado público, além de demonstrar um atrativo para futuros compradores ou empreendedores que desejam adquirir uma determinada edificação, produto ou serviço (FEITOSA e RIGHI, 2016).

A Lei nº 13.146 de julho de 2015, intitulada como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) tem a finalidade de assegurar e promover a inclusão social, no seu Art. 55º destaca que:

A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade (BRASIL, 2015).

Partindo da premissa da legislação é necessário que seja pensado na acessibilidade desde a etapa de elaboração de projeto, sejam instrumentos ou edificações abertas ao público, ou ambientes privados, levando em consideração se estão localizados na zona urbana ou na zona rural. Isso evita futuras readaptações ou reformas para a reinstalação de meios de acesso. De toda forma, é necessário pensar que as construções são feitas para pessoas e a acessibilidade é justamente a relação do homem com o espaço.

As diretrizes e princípios do Desenho Universal estão contidos na ABNT NBR 9050 (2015) ela estabelece condições que facilitem a locomoção, a comunicação, a utilização de forma autônoma e segura, podendo ser utilizado por maior quantidade de pessoas, sejam elas cadeirantes, deficientes visuais e auditivos, independente da estatura, idade ou dificuldades de mobilidade. Lima (2006 apud GARCIA, 2012) ressalta que as normas referentes à acessibilidade, reconhecidas pelo governo e disponibilizadas publicamente, sendo de interesse social, e possuem acesso livre via internet, em função de estarem relacionadas com o direito das pessoas com deficiência.

Diante disso, sabendo-se que os parâmetros do Desenho Universal beneficiam a todos, é importante a compreensão das definições e procedimentos, garantindo que seus princípios estejam presentes nas novas construções. Os profissionais da construção civil precisam estar cientes da influência e dos benefícios que acarreta a construção de

idades mais inclusivas, eliminando as barreiras que distanciam aqueles que possuem alguma limitação. Dessa forma, esta temática precisa ser discutida nas universidades para contribuir na formação de profissionais como designers, arquitetos, urbanistas, engenheiros entre outros, capacitando-os e mostrando a importância do respeito à multidiversidade, contribuindo para o crescimento social e econômico.

#### 4 | PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia utilizada foi de caráter qualitativo, subsidiada pela pesquisa bibliográfica, registro fotográfico com auxílio de um *Check list* através da Jornada de Campo, fazendo as observações sistematizadas relativas tanto na área externa quanto dos espaços internos da residência universitária da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros-RN.

O Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros está localizado na BR-226, a UFERSA conta com vários prédios construídos, salas de aula, salas de professores, laboratórios, setor administrativo, biblioteca, restaurante universitário, centro de convivência, residência universitária, estação de usina solar e almoxarifado. Considerando a sua gama de atividades, a universidade deve estar apta para receber todos os seus alunos, professores, funcionários e sociedade, proporcionando meio de acesso e inclusão.

Isso deve ser levado em conta tanto na questão da infraestrutura física da instituição quanto do meio acadêmico. A UFERSA deve garantir que sua infraestrutura esteja adequada com relação à acessibilidade, “[...] muitos espaços públicos têm por finalidade e obrigatoriedade, tanto por lei quanto por normatização, ser acessível a todos, desde a questão da estrutura arquitetônica e física até pedagógica e comunicacional.” (PAIVA, 2017, p. 37).

A Figura 1 ilustra o Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros-RN e a posição de todos os prédios dentro de sua área.



Figura 1 – UFERSA Campus Pau dos Ferros.

Fonte: Arquivo cedido pelo projeto Acesso à terra Urbanizada – UFERSA Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros, 2020.

Foi preenchido um *Check list* composto pelas principais partes da ABNT NBR 9050 (2015) juntamente com o auxílio do Manual Prático de Acessibilidade (CREA-PB, 2019), descrevendo como os elementos acessíveis são tratados e dimensionados para cada tipo de ambiente. A Figura 2 ilustra a distribuição dos espaços internos dos prédios da residência universitária.



Figura 2 – Plantas da Residência Universitária.

Fonte: Adaptado pelas autoras, 2020.

## 5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A residência universitária por se tratar de uma edificação de uso coletivo, com característica de edificação multifamiliar, deve possuir ambientes acessíveis e inclusivos, respeitando a legislação e as normas que tratam da acessibilidade e obedecendo ao

conceito de Desenho Universal. A Figura 3 ilustra os prédios que compõem a residência universitária da UFERSA Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros-RN.



Figura 12 - Residência Universitária.

Fonte: Autoras, 2020.

O primeiro passo para a coleta dos dados através da jornada de campo da residência universitária, foi analisar os espaços externos, levando em consideração o único trajeto com calçada que dá acesso aos demais prédios da universidade. Em seguida, foram observados os espaços internos das duas edificações, como alguns ambientes possuem as mesmas dimensões, logo foi feita apenas uma avaliação geral, pois os prédios possuem a mesma arquitetura. Entretanto foi feito um levantamento de dados diferenciados nos banheiros acessíveis de cada prédio, porque, na residência masculina há um usuário de cadeira de rodas, verificando assim se os requisitos da NBR 9050:2015 estavam sendo respeitados.

Os prédios da residência possuem dois pavimentos, porém o único meio de deslocamento vertical é através de escadas, não havendo rampas ou plataformas eletrônicas para vencer o desnível. A partir das observações e verificações de acordo com *Check list*, foram encontrados muitos problemas de acesso para o pavimento superior. Sendo as escadas o único meio de deslocamento vertical, foi possível avaliar o descumprimento de exigências descritas pela NBR 9050 (2015) a qual explana que as escadas que fazem parte da rota acessível, deve ter um caminho contínuo, desobstruído e sinalizado. A Figura 4 ilustra a escada de acesso para o pavimento superior das edificações.

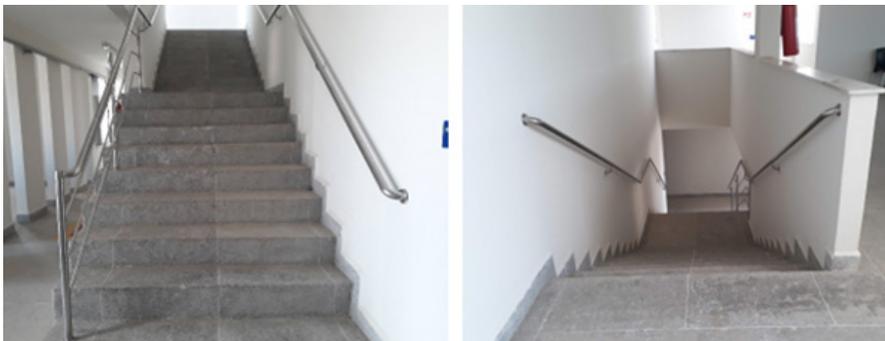


Figura 4 – Escadas.

Fonte: Autoras, 2020.

Como pode ser visto na Figura 5 as escadas não possuem nenhum tipo de sinalização tátil no início e fim do trajeto, os degraus também não possuem sinalização visual. Quando as escadas são a única rota de fuga em caso de incêndio, por exemplo, devem ser aplicados nos pisos e espelhos nas bordas e projeção de corrimãos, sinalização fotoluminescente ou retroiluminado.



a) Térreo.

b) Pavimento superior

Figura 5 – Corrimãos.

Fonte: Autoras, 2020

Os corrimãos também estão fora da normatização que segundo a NBR 9050 (2015) precisam se prolongar pelo menos 0,30 m nas extremidades com acabamento recurvado, sem interferir nas áreas de circulação, na Figura 5 podemos ver que não foi obedecido tal critério.

Os banheiros acessíveis foram verificados separadamente, primeiro o banheiro da residência feminina e por último o banheiro masculino, essa questão deu-se em virtude que

apenas na residência masculina há um residente cadeirante. Logo, os banheiros possuem divergências, o que se percebe é que foram feitas readequações para possibilitar a permanência do aluno na moradia. Isso é comprovado pelo emprego de barras verticais no banheiro masculino próximo ao lavatório e ao vaso sanitário. Entretanto, nos dois banheiros acessíveis foi cometido o mesmo erro, a NBR 9050 (2015) é clara quando destaca que não é permitido abertura frontal em bacia sanitária de banheiro acessível, Figura 6.



a) Banheiro feminino.

b) Banheiro masculino.

Figura 27 – Sanitários acessíveis.

Fonte: Autoras, 2020.

Dentre inúmeras as divergências da norma, o resultado do Check list feito com base no Manual Prático de Acessibilidade – CREA-PB (2019) está na Tabela 1 abaixo:

DESCRIÇÃO DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA
<b>1. CALÇADAS</b>			
Tem largura mínima de 1,20m (circulação de uma pessoa em pé e outra com cadeira de rodas)?	X		
Revestimento do piso é antiderrapante?	X		
Revestimento do piso tem superfície regular, contínuo, sem provocar trepidações?	X		
A inclinação transversal de, no máximo, 3%?		X	
A inclinação transversal da calçada apresenta oscilações?	X		
Se existem obstáculos como caixas de coletas, lixeiras, telefones públicos e outros, estes obstáculos estão fora do espaço de passagem de pedestres?			X
Obstáculos aéreos, como marquises, placas, toldos e vegetação, estão localizados a uma altura superior a 2,10m?	X		

Na calçada em frente a edificação, se houver, a faixa destinada à travessia de via pública por pedestre, há rebaixamento de meio-fio e rampa sobre a calçada?	X		
Há faixa de circulação plana, livre e contínua na calçada em frente à rampa, com no mínimo 120cm?	X		
Há faixa de sinalização tátil de alerta com textura e cor diferenciada no piso da rampa com largura entre 40 a 60 cm, conforme item 6.6 da NBR 16537/16?		X	
<b>3. CIRCULAÇÃO INTERNA (EDIFICAÇÃO)</b>			
Se a extensão do corredor é de até 4,00m, a sua largura mínima é de 0,90m?			X
Se a extensão do corredor é de 4,00 m até 10,00 m, a sua largura mínima é de 1,20 m?	X		
Caso seja superior a 10,00m de comprimento, sua largura mínima é de 1,50m?	X		
O piso dos corredores e passagens é revestido com material antiderrapante, regular e não trepidante?	X		
Onde há desnível entre 0,5 cm e 2,0 cm, há rampa com inclinação máxima de 50%?			X
Onde há degraus, maiores que 2,0 cm, e escadas, há rampa ou equipamento eletrônico vencendo os mesmos desníveis?		X	
Há guarda-corpos nos desníveis/terraços em materiais rígidos, firmes, fixos às paredes/barras de suporte?			X
Obstáculos como caixas de coleta, lixeira, floreiras, telefones públicos, extintores e outros estão fora da zona de circulação?	X		
Há sinalização tátil de alerta no entorno da projeção de elementos com altura livre entre 60 cm e 210 cm, distando 60 cm do limite da projeção?		X	
Placas de sinalização e outros elementos suspensos que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação estão a uma altura mínima de 210 cm em relação ao piso?			X
Em edificações novas: todas as entradas e saídas estão em nível ou possuem rampas ou equipamentos eletromecânicos?		X	
A inclinação transversal da superfície é de no máximo 2% para pisos internos e 3% para externos?	X		
<b>4. PORTAS E ABERTURAS</b>			
As portas têm vão livre mínimo de 80 cm e altura de 2,10m?	X		
As maçanetas são do tipo alavanca com altura entre 0,80m e 1,10m?	X		
Há uma largura mínima de 150 cm em frente à porta (lado da abertura)?	X		
Há uma largura mínima de 120 cm em frente à porta (lado contrário a abertura)?	X		
Há espaço lateral à porta (lado da abertura) de no mínimo 60 cm que possibilite a aproximação à maçaneta (conforme item 6.11.2.2 da NBR 9050/15)?	X		
Vãos: todas as portas e vãos de passagem possuem largura livre mínima de 0,80m?		X	
As portas do tipo vaivém possuem visor com largura mínima de 0,20m, tendo sua face inferior situada entre 0,40m e 0,90m do piso e a face superior no mínimo a 1,50m do piso?			X

Os puxadores verticais e horizontais possuem comprimento mínimo de 0,30m, com afastamento mínimo de 40mm entre o puxador e a superfície da porta? Estão instalados a uma altura entre 0,80m e 1,10m do piso acabado?			X
A altura dos comandos de abertura da janela permite o alcance manual do usuário de cadeiras de rodas, entre 0,60m e 1,20m?		X	
A altura do peitoril da janela permite o alcance visual de pessoa em cadeira de rodas conforme Figura 28 da NBR 9050/2015?	X		
Os comandos de abertura da janela são do tipo pressão ou alavanca?		X	
<b>5. ESCADAS</b>			
Há rampa ou elevador vencendo o mesmo desnível da escada?		X	
A escada tem largura mínima de 120 cm?	X		
O piso dos degraus da escada é revestido com material antiderrapante e estável?		X	
Há corrimão em ambos os lados da escada?	X		
Há guarda-corpo ou paredes em ambos os lados?	X		
Há caracteres de relevo em Braille nos corrimãos das escadas fixas e rampas?		X	
Há indicação de pavimento visual? E em Braille, informando sobre os pavimentos, no início e no final das rampas fixas, instalada na geratriz superior do prolongamento horizontal do corrimão?		X	
Há corrimão com dupla altura em ambos os lados da rampa (0,70m e 0,92m) com prolongamento de 0,30m nas extremidades?		X	
Possui faixa de piso tátil de alerta no início e término da rampa, com largura entre 0,25m e 0,60m?		X	
Possui patamar com no mínimo, a mesma largura da escada de 1,20m, quando na mudança de direção ou a cada 3,20m de altura?	X		
Em construções novas, o primeiro e o último degrau de cada lance atendem à distância mínima de 0,30m da área de circulação adjacente?		X	
Possui sinalização visual contrastante aplicada aos pisos e espelhos em suas bordas laterais e/ou nas projeções dos corrimãos?		X	
No caso, de existirem escadas compondo as rotas de fuga, são previstas, fora do fluxo de circulação, áreas de resgate com espaço reservado e demarcado para o posicionamento de pessoas em cadeira de rodas?		X	
No caso, de existirem escadas compondo as rotas de fuga, estas possuem identificação com sinalização em material fotoluminescente na porta de acesso?		X	
A área de resgate possui local de espera sinalizado para pessoa em cadeira de rodas?		X	
As escadas com largura igual ou superior a 2,40m possuem corrimão intermediário, além dos laterais?	X		
<b>6. SANITÁRIO ACESSÍVEL</b>			
Tratando-se edificação de uso público nova (posterior a dezembro/2004), esta dispõe de banheiro acessível, para cada sexo, em todos os pavimentos, com entrada independente dos sanitários coletivos?		X	
Tratando-se de edificação de uso público existente (anterior a dezembro/2004), esta dispõe de pelo menos um banheiro acessível, por pavimento, com entrada independente dos sanitários coletivos?			X

A edificação possui 5% do total de cada peça instalada acessível?	X		
O Box possui circulação com giro de 360° com diâmetro mínimo de 150 cm?	X		
A porta do sanitário possui vão livre de no mínimo 80 cm, disposta de maneira a permitir sua abertura completa?		X	
A porta do sanitário possui barra horizontal fixada à 90 cm de altura afastada a 10 cm da borda (lado da dobradiça) do lado oposto da abertura e possui maçaneta tipo alavanca?	X		
Há barras de apoio acessível com dimensões e disposição conforme item 7.7.2.2 da NBR 9050/2015?	X		
O lavatório é sem coluna? Há barras de apoio para lavatórios que atendam ao menos umas das opções apresentadas no item 7.8.1 da NBR 9050/2015?	X		
Existe sinalização de banheiro acessível?	X		
Os banheiros são equipados com alarmes visual e sonoro para situação de emergência, instalado a 0,40m do piso e em cor contrastante?	X		
Nos boxes comuns as portas tem vão livre mínimo de 80 cm e contém área livre com no mínimo 60 cm de diâmetro interno?		X	
As maçanetas e os sistemas de travamento estão instalados com altura entre 0,80m e 1,10m e são, preferencialmente, do tipo alavanca ou do modelo tranqueta de fácil manuseio, podendo ser acionados com o dorso da mão?	X		
Possui puxador horizontal com comprimento mínimo de 0,40m, afixada na parte interna da porta, distando 0,90m do piso acabado, com diâmetro variando entre 25mm e 35mm?	X		
As portas estão sinalizadas de forma visual e tátil, conforme previsto no item 5.4.1 da NBR 9050/2015?	X		
Possui área de transferência (0,80m x 1,20m) lateral, diagonal e perpendicular para a bacia sanitária?	X		
Caso o projeto contemple mais de um banheiro acessível, as bacias sanitárias, áreas de transferência e barras de apoio estão posicionadas de lados diferentes?			X
Bacia sanitária sem abertura frontal e com 0,46m de altura (com assento) ou de 0,43m a 0,45m, sem o assento?		X	
O acionamento da válvula de descarga atende à altura máxima de 1,00m e é de fácil uso?	X		
Havendo mictórios, existe área de aproximação frontal para pessoa com mobilidade reduzida (diâmetro de 0,60m) e para pessoa em cadeira de rodas (0,80m x 1,20m)?	X		
Havendo mictórios, acionamento da descarga, tipo alavanca ou automática, com altura de até 1,00m no eixo?	X		
Havendo mictórios, possui barras de apoio com afastamento de 0,60m (centralizado pelo eixo), comprimento mínimo de 0,70m, fixadas com altura inferior de 0,75m do piso acabado?	X		
Quanto aos acessórios, o espelho é fixado sem inclinação e com borda inferior com altura entre 0,50m e 0,90m e borda superior com mín. de 1,80m?			X
Quanto aos acessórios, A papelreira embutida possui altura mínima de 0,55m do seu eixo ao piso e dista, no máximo, 0,20m da borda frontal do sanitário?			X
Quanto aos acessórios, os acessórios (cabide, saboneteira, toalheiro, porta-objetos) atendem à altura entre 0,80m e 1,20m?			X

Quanto aos acessórios, se existir ducha higiênica, está instalada na área de alcance manual conforme Figura 14 da NBR 9050/2015?	X		
<b>7. MESAS OU SUPERFÍCIES PARA REFEIÇÕES OU TRABALHO</b>			
Atendem à altura entre 0,75m e 0,85m e possuem altura livre inferior de, no mínimo, 0,73m?	X		
A largura da mesa permite a aproximação frontal do usuário de cadeira de rodas (0,80x1,20m)?	X		
A mobília permite que o usuário de cadeira de rodas avance sob a mesa, no mín.,0,50m?	X		
A mesa de trabalho possui tampo com largura mínima de 0,90m?		X	
Estão sinalizadas com o símbolo internacional de acesso e localizadas em rotas acessíveis?		X	

Tabela 1 – *Check list* de verificação de acessibilidade.

Fonte: Manual Prático de Acessibilidade – CREA-PB, 2019.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa contribuiu para a amplificação do conhecimento sobre acessibilidade arquitetônica, desde as lutas por inclusão, sua origem e contextualização, a criação das leis que a tratam como um direito garantido pela Constituição Federal, promovendo cidadania. Entende-se que a deficiência não pode ser vista como uma barreira, pois todos são diferentes e possuem habilidades diversificadas. Então, se as edificações e espaços construídos forem acessíveis, estas pessoas contribuirão para o desenvolvimento da sociedade e do país.

Hoje arquitetos, engenheiros, designers entre outros profissionais, precisam projetar os espaços urbanos, públicos e privados considerando e atendendo os princípios do Desenho Universal. Este conceito, quando empregado corretamente, proporciona melhoria na qualidade de vida das pessoas que usufruem de meios de transporte público, praças, hospitais, hotéis, escolas, universidades e demais espaços construídos. Quando incluído e considerado na etapa de projeto evita gastos com readequação e readaptação, além de mostrar um sentimento de respeito com todos, principalmente com aqueles que porventura possuem alguma limitação ou deficiência.

Através da compreensão das dificuldades que ainda existem com relação a acessibilidade, a UFERSA precisa elaborar formas de fiscalização e rever os projetos das suas edificações, tanto as finalizadas para readequá-las, como as que ainda estão sendo construídas. A universidade hoje é responsável pela formação de profissionais da área da construção civil, logo, é instrumento de incentivo, quando ela se caracteriza como inclusiva, influenciando diretamente na visão dos futuros Engenheiros e Arquitetos.

Diante disso, almeja-se que este trabalho contribua para construção e aprendizado da temática abordada, promovendo a conscientização e possibilitando um pensamento crítico sobre a forma como as novas edificações estão sendo construídas. Portanto, espera-se que

este trabalho incentive novas produções acadêmicas e científicas, contribuindo também para novas pesquisas, amplificando e diversificando abordagem sobre acessibilidade.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – **ABNT. NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. – Classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/cia/artins/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>. Acesso em: 04 de out. de 2019.

BRASIL. **Tribunal Regional do Trabalho** (24. Região). História: A criação da CLT. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 14 de jan. de 2017.

BULFINCH, T. **O Livro de Ouro da Mitologia**: histórias de deuses e heróis. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2017, 360p.

CALDAS, L. R; MOREIRA, M. M; SPOSTO, R. M. **Acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida segundo os requisitos da norma de desempenho** – Um estudo de caso para as áreas comuns de edificações habitacionais de Brasília-DF. Revista Eletrônica de Engenharia Civil – UFG. Volume 10. N° 2 (2015). Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/reec/article/view/33083/18984>. Acesso em: 29 de set. de 2019

CAMBIAGHI, S. **Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas**. 3. Ed. São Paulo: Senac, 2012. 283 p.

CAMISÃO, V. **Manual para acessibilidade aos prédios residenciais da cidade do Rio de Janeiro**/ com a colaboração de Lília Pinto Martins, Fabiana Alves e Ricardo Moraes. Rio de Janeiro: PMRJ/ FUNLAR/CVI Rio/IBAM, 2003. Disponível em: [http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/manual\\_acess\\_rj.pdf](http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/manual_acess_rj.pdf). Acesso em: 30 de set. de 2019.

CREA-SC. **Acessibilidade: Cartilha de orientações implementação do Decreto 5.296/04**. Santa Catarina, 5 ed. 2018.

CREA-PB. **Manual prático de acessibilidade**. João Pessoa, 2 ed. 2019.

CROATTO, J. S. **Mito e interpretação da realidade. In: As linguagens da experiência religiosa**. São Paulo: Paulinas, 2001.

CALDAS, L. R; MOREIRA, M. M; SPOSTO, R. M. **Acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida segundo os requisitos da norma de desempenho – Um estudo de caso para as áreas comuns de edificações habitacionais de Brasília-DF**. Revista Eletrônica de Engenharia Civil – UFG. Volume 10. N° 2 (2015). Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/reec/article/view/33083/18984>. Acesso em: 29 de set. de 2019

CORREA, C. M. B; MICHELON, F. F. **Expografia acessível: estudo de suporte expográfico com desenho universal**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 3, n. 9, p.1-19, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9458/6204>. Acesso em: 15 de nov. de 2019.

FEITOSA, L. DE S. R.; RIGHI, R. **Acessibilidade arquitetônica e desenho universal no mundo e Brasil.** Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, Brasil, v.4, n.28, p.15-31, 2016. Disponível em: [http://amigosdanatureza.org.br/artinss/index.php/gerenciamento\\_de\\_cidades/article/view/1371](http://amigosdanatureza.org.br/artinss/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/1371). Acesso em: 16 de nov. 2019.

FERNANDES, L. B.; SCHLESENER, A.; MOSQUERA, C. **Breve histórico da deficiência e seus paradigmas.** Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba v.2, p.132-144, 2011. Disponível em: [http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/artins/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM\\_Volume\\_02/Art08\\_NEPIM\\_Vol02\\_BreveHistoricoDeficiencia.pdf](http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/artins/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM_Volume_02/Art08_NEPIM_Vol02_BreveHistoricoDeficiencia.pdf). Acesso em: 03 de nov. de 2019.

FELIPE, K. F. **Acessibilidade no ensino profissional tecnológico: uma descrição das ações de inclusão.** Revista Educação, Artes e Inclusão, Florianópolis, v. 12, n.1, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/7594>. Acesso em: 05 de out. 2019.

GARGHETTI, F. C.; MEDEIROS, J. G.; NUERNBERG, A. H. **Breve história da deficiência intelectual.** Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID), n.10. p. 101-116, 2013. Disponível em: <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/994>. Acesso em: 16 de nov. de 2019.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K.; MOREIRA, D. C.; PETRECHE, J. R. D.; FABRICIO, M. M. **O processo de projeto em arquitetura.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 504 p.

NEMER, L.; THURLER, A.; KLEIN, I. **O Desenho da figura humana para a expressão na arquitetura: origem e construção.** Revista Prumo, [S.l.], v. 3, n. 5, p. 13. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/article/view/840>. Acesso em: 07 de nov. de 2019.

GARCIA, C. C. **Sociologia da acessibilidade.** Curitiba: Edição Revisada. IESDE Brasil S.A, 2012. 156 p.

GIL, M. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ashoka. Brasil. 2005. 165p.

PAIVA, R. R. B; **O ambiente acadêmico e acessibilidade arquitetônica: estudo de caso,** Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Pau dos Ferros-RN. 2017. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso-Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Pau dos Ferros-RN, 2017.

VASCONCELOS, M. H. S; SONZA, A. P. **Escola acessível: um direito de todos.** I Seminário Luso-brasileiro de Educação Inclusiva: O ensino e a aprendizagem em discussão. 2017. Disponível em: <http://editora.pucrs.br/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-8/completo-7.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2019.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**JEANINE MAFRA MIGLIORINI** - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade arquitetônica 301, 315, 317

Agache 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 197

Arquitetura emergencial 267, 272, 273, 274, 275

Arquitetura moderna 57, 116, 118, 122, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 160, 161, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 182, 183, 186, 197, 242, 244, 299

Arquitetura vernacular 68

### C

Conservação urbana 82, 99, 150

Consumo e apropriação espacial 225

### D

Desterritorialização 263, 267, 268, 269, 272

Diáspora africana 82, 83, 84, 86, 96

Dimensão ribeirinha 288, 289, 290, 292, 293, 295, 296, 298

Dinâmica da cidade 225

### E

Economia criativa 225, 226, 230, 233, 236, 237

Educação patrimonial 91, 92, 96, 97, 214, 216, 217, 220, 221, 223, 224

Espaço urbano 45, 52, 53, 55, 56, 62, 63, 67, 159, 220, 222, 225, 236, 302

Estação ferroviária 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236, 237

### H

Habitação social 278, 284, 286

### I

Investigação projetual 128

IPHAN 2, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 69, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 98, 114, 141, 173, 176, 189, 194, 195, 197, 224, 299

### M

Mercado municipal 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 112

Modernismo 99, 100, 105, 139, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 195

Monumento nacional 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42

## **N**

Normatização 23, 301, 307, 310

## **P**

Paisagem cultural 54, 69, 99, 108, 150, 151

Paisagem sertaneja 68, 78, 80

Patrimônio cultural 14, 16, 18, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 42, 82, 83, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 100, 105, 113, 118, 126, 137, 176, 184, 214, 216, 218, 221, 237

Patrimônio digital 13, 26

Patrimônio histórico 33, 34, 35, 39, 43, 44, 51, 52, 54, 55, 67, 80, 81, 82, 90, 105, 113, 114, 139, 146, 173, 176, 233

Patrimônio moderno 116, 118, 122, 125, 126, 138, 171

Patrimônio rural 68, 69, 70, 72, 74, 78, 79, 80, 81

Patrimônio urbano 82, 99, 102

Pertencimento 31, 90, 214, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 263, 267, 272, 274, 275

Planejamento urbano 23, 44, 55, 62, 197, 225, 230, 231, 233, 236, 237

Projeto de arquitetura 288, 289, 293, 294, 299, 300

## **R**

Reforma psiquiátrica 255, 256, 261, 262, 264, 265, 266

Representações sociais 44, 51, 52, 264, 275

Requalificação urbana 225, 236, 238

Residência universitária 146, 148, 149, 301, 302, 303, 307, 308, 309

Restauração crítica 1, 2, 4, 8, 10

Rotas culturais 99

## **T**

Técnicas de registro 13, 21, 26

Tombamento 5, 23, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 42, 43, 79, 88, 92, 105, 114

Turismo cultural 37, 82, 83, 90, 96, 98, 99

Turismo étnico- afro 82, 83, 84, 96

## **U**

Urbanismo 12, 13, 14, 80, 85, 99, 108, 113, 114, 116, 126, 127, 128, 129, 137, 139, 140, 150, 151, 163, 171, 172, 174, 183, 184, 185, 187, 188, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 204, 206, 212, 213, 214, 216, 217, 238, 240, 247, 254, 256, 260, 265, 287, 288, 294, 298, 299, 318

Urbanismo colonial 199, 204

# Arquitetura e Urbanismo:

## PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Arquitetura e Urbanismo:

## PATRIMÔNIO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA 2

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)